



# NÔVO MUNDO NOS TRÓPICOS

GILBERTO FREYRE

brasíliana

*volume 348*



COMPOSTO E IMPRESSO NA  
DISTRIBUIDORA PAULISTA DE JORNAIS,  
REVISTAS, LIVROS E IMPRESSOS LTDA.  
RODÓVIA PRESIDENTE DUTRA, KM 387  
GUARULHOS — ESTADO DE SÃO PAULO

FICHA CATALOGRÁFICA

Freyre, Gilberto, 1900-

· Nôvo mundo nos trópicos; tradução de Olívio Montenegro e Luiz de Miranda Corrêa, revista pelo autor. 1.<sup>a</sup> edição, aumentada e atualizada, em língua portuguesa. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, [1971].

xxviii, 258p. 21cm. (Brasiliana, v. 348).

Notas bibliográficas de rodapé.

918.1 Título. Série.







*Obra publicada  
com a colaboração da*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR: *Prof. Dr. Miguel Reale*

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

*Comissão Editorial:*

Presidente — Prof. Dr. Mário Guimarães Ferri (Instituto de Biociências). Membros: Prof. Dr. A. Brito da Cunha (Instituto de Biociências), Prof. Dr. Carlos da Silva Lacaz (Instituto de Ciências Biomédicas), Prof. Irineu Strenger (Faculdade de Direito) e Prof. Dr. Pêrsio de Souza Santos (Escola Politécnica).



NÔVO MUNDO  
NOS TRÓPICOS

**BRASILIANA**

*volume 348*

Direção de

**AMÉRICO JACOBINA LACOMBE**



GILBERTO FREYRE

NÔVO MUNDO  
NOS TRÓPICOS

*tradução de*  
OLÍVIO MONTENEGRO  
*e*  
LUIZ DE MIRANDA CORRÊA  
revista pelo autor

1.<sup>a</sup> edição  
*(aumentada e atualizada)*  
*em língua portuguesa*

COMPANHIA EDITORA NACIONAL  
EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
SÃO PAULO

Do original norte-americano  
*New World in the Tropics*

publicado na série  
"VINTAGE BOOKS"

por

Alfred A. Knopf, Inc.

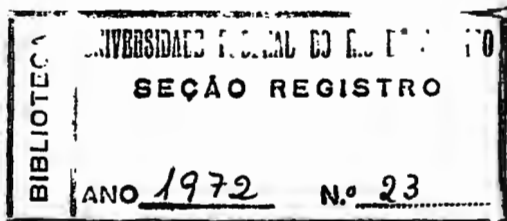
e

Random House, Inc.

(Nova York — Canadá)

1963

A tradução dos capítulos I a IV, VI  
e VIII é de OLÍVIO MONTENEGRO;  
a dos capítulos V, VII, IX e X é de  
LUIZ DE MIRANDA CORRÊA.



*Direitos reservados*

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 639

SÃO PAULO 2, SP

1971  
Impresso no Brasil

*Para*  
**HEITOR VILLA-LOBOS,**  
*meu amigo.*



## S U M Á R I O

Apresentação (A. J. L.) .....	XIII
<i>Prefácio à 1.<sup>a</sup> edição em língua portuguesa</i> .....	XVII
Introdução .....	1
I. Antecedentes europeus da história brasileira .....	33
II. Fronteiras e plantações .....	57
III. Unidade e diversidade, nação e região .....	81
IV. Condições étnicas e sociais do Brasil moderno ....	101
V. O Brasil como civilização europeia nos trópicos ....	127
VI. A política exterior do Brasil e os fatores sociais e étnicos que a condicionam .....	149
VII. Escravidão, monarquia e o Brasil moderno .....	175
VIII. A literatura moderna do Brasil considerada em alguns dos seus aspectos sociais .....	189
IX. A moderna arquitetura brasileira: “moura” e “romana” .....	209
X. Por que China tropical? .....	233



## APRESENTAÇÃO

A obra de Gilberto Freyre que ora se oferece ao público brasileiro tem um sentido nôvo em relação às anteriores. Quando *Casa Grande e Senzala* surgiu súbita e estrondosamente em nosso meio intelectual, houve quem dissesse que o livro não tinha conclusões. Era a fase essencialmente analítica do sociólogo que se iniciava. O que o preocupava então era “analisar, compreender, fixar sob nova perspectiva, uma situação complexa da qual, como brasileiro se sentia parte e sôbre a qual, como antropólogo e como sociólogo e um tanto historiador, se sentia no dever científico de ser, quanto possível, objetivo”. São palavras do autor no Prefácio dêste livro.

De alguns anos para cá, uma série de trabalhos tem respondido às exigências dos críticos de 1934. Tôda uma construção científica vem sendo erguida sôbre fundamentos sólidos, resultantes de longos e pacientes estudos da sociedade brasileira. Êste livro é uma suma das suas conclusões. Ninguém poderá deixar de emocionar-se diante da beleza da linha representativa da obra de um sábio que se curvou diante de um problema equacionado no início de sua vida científica, que traçou uma trajetória de pesquisas e indagações, e apresenta agora, à geração que lhe sucede, os frutos de seus esforços e de suas experiências. É um espetáculo que raramente pode ser verificado no mundo da cultura. Tanto mais quanto êste resultado não é atingido na serenidade de um gabinete de estudos e diante de uma atmosfera de compreensão e estímulo. É uma vitória contra a má vontade, a incompreensão, nem sempre disfarçadas, e, pior que tudo, a falsa indiferença.

Feliz deve sentir-se o Autor dêste livro: no meio dos vendavais, não perdeu o rumo traçado em sua juventude e pode colhêr em sua vida científica, afora os louros de honrarias excepcionais, o mais significativo prêmio de uma vida dedicada à ciência: a glória de expor com serenidade as conclusões e resultados de sua fecunda experiência.

Pode-se dizer que esta obra contém as grandes linhas das sínteses e interpretações resultantes de sua experiência vivida

#### XIV — *Apresentação*

em permanentes observações não só no ambiente brasileiro, mas ainda nos grandes centros que freqüentou.

Ao pessimismo das gerações anteriores, que se julgavam condenadas ao malôgro pela sua condição de membros de um país tropical, vem sucedendo um arrebatamento, um orgulho, uma confiança — e, diz o autor, uma certa volúpia “de procurar ver essa sua condição e essa realidade para além das fachadas como que oficiais que a vinham escondendo dos seus olhos”.

Os têrmos “tropical” e “mestiço” — que desestimulavam outrora os brasileiros não desapontam mais qualquer estudioso. “Pela sua tropicalidade e pelo caráter mestiço da maioria dessa sociedade e do essencial nessa cultura, vem o autor procurando destacar, nossa formação, nessas origens, nessas possibilidades, além do positivo, o válido; e além do válido, o valioso.” “Quanto à relativa benignidade nas relações no Brasil, entre os vários grupos étnicos culturais”, chegou o autor a animadoras conclusões: “São grupos que, interpenetrando-se, vêm concorrendo, através de considerável mobilidade social, quer horizontal, quer vertical, para favorecer, nesta parte da América, sob a forma de uma civilização moderna em ambiente tropical, uma democracia, uma democracia dinamicamente étnico-cultural com o mérito pessoal tendendo, cada vez mais, a superar desvantagens tanto da etnia quanto de classe que possam prejudicar indivíduos; sua ascensão social ou socio econômica; a afirmação dos seus talentos; a utilização de suas possibilidades”.

O autor destaca, pois, dois fenômenos da formação brasileira: a ascensão dessa espécie de mestiços (“e, menos ostensivamente de indivíduos e grupos ainda de etnias puras e de condições cultural e socialmente desprestigiadas, agora já em parte reabilitados”), e a “crescente tropicalização de valores, de técnicas e de usos, na sociedade e na cultura brasileiras, provenientes de civilização européia”.

Verifica-se hoje no Brasil uma revolução nos estudos sociológicos, crescentemente situacionais ou ecológicos, como à margem desses estudos, valorizando o que na sociedade brasileira é tropical, ecológico, não-europeu, inclusive com relação ao tempo. Mas, observa em seguida: “O Brasil de agora não é um país de gente antieuropéia”. “Mas há um orgulho nôvo” — “O orgulho do que é tropical na sua morenidade de vários graus, na música de vários tipos, na sua culinária”, “orgulho também da mesma espécie sociologicamente válida, do que supõem ve-



nham a ser projeções, no futuro, dêses seus valôres tropicais e mistos de agora”.

O problema, conclui o autor, é o de americanizar-se, africanizar-se, tropicalizar-se sem desispanizar-se, deslusitanizar-se ou deseuropeizar-se; o de modernizar-se sem desispanizar-se ou deslusitanizar-se ou desbrasileirar-se; tecnocratizar-se sem desispanizar-se ou deslusitanizar-se ou desbrasileirar-se; “o de atualizar suas tradições suscetíveis de atualização — inclusive sua tradição de lazer, de ócio, de tempo desocupado, para o qual se acham despreparados tantos povos progressistas, até agora ativistas, e já vítimas de uma sobrecarga de tempo desocupado que precisam de aprender com hispano-tropicais — principalmente, talvez, com brasileiros, — a transformar em tempo lúdico contemplativo, recreativo, inútil”.

Daí a distorção, já denunciada também por sociólogos estrangeiros, dos estudos em que o desenvolvimento é encarado do ponto de vista unilateral econômico, considerando-se como único índice válido o produto *per capita* — identificado com o “progresso humano”. Nem a economia, nem a sociologia podem pretender-se suficientes para essas análises e interpretações.

Aqui está uma séria contribuição para a formulação de uma antropologia do homem no trópico — que vai da antropologia biológica à filosófica, situado além do simples desenvolvimento econômico e independente do mito do progresso contínuo.

A conclusão final dêste estudo sintético é, no seu conjunto, otimista. Longe do velho refrão do “país perdido”, surge um Brasil dotado de uma estrutura social capaz de colocá-lo na vanguarda do mundo que se anuncia. E isto não por um superado ufanismo, mas por uma visão lúcida das condições favoráveis de nossa formação, que superaram suas deficiências.

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE



## PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUÊSA

Este livro aparece em língua portuguesa, depois de ter surgido há anos na inglesa — na qual foi escrito pelo autor brasileiro — e na japonesa. Em língua portuguesa, apareceram apenas alguns dos seus capítulos: os que constaram do livro anterior, publicado com o título em inglês — língua em que êsses capítulos foram escritos — de *Brazil, an Interpretation* e, em português, de *Interpretação do Brasil*. Livro — *Interpretação do Brasil* — publicado também em espanhol e em italiano.

Ao aparecer, porém, em língua inglesa, com o título de *New World in the Tropics*, já não era, senão em parte mínima, *Brazil, an Interpretation*; e sim um novo, um diferente, um outro livro. Um livro mais amplo que aquê — com quatro novos capítulos e uma longa introdução também nova; e mais compreensivo. Mais compreensivo em sua tentativa de interpretar não apenas o Brasil, como tal, porém como expressão pioneira de um novo tipo de cultura e de civilização — civilização moderna ao mesmo tempo que ecológica — em desenvolvimento em espaço ou dentro de ambiente tropical.

Tomando a iniciativa de publicar, em língua portuguesa, *New World in The Tropics*, a Companhia Editora Nacional — tão cheia de serviços valiosos à cultura brasileira — dá ao autor de livro até hoje, em grande parte, desconhecido no seu próprio país, a oportunidade de um contato com seus compatriotas em torno de problemas que interessam os destinos não só nacionais como transnacionais do Brasil, que é um contato que lhe estava faltando. Pela concessão dessa oportunidade o autor agradece ao eficiente editor Octalles Marcondes Ferreira. A êle e ao diretor da Coleção Brasileira, o admirável *scholar* que é Américo Jacobina Lacombe.

Do primeiro livro do autor publicado no Brasil — o intitulado *Casa-Grande & Senzala* — escreveu o mais autorizado dos

## XVIII — *Prefácio*

seus críticos — o felizmente, naqueles dias, ainda vivo e lúcido João Ribeiro, que tanto o louvou — ser um livro sem conclusões: “não conclui”. Crítica que lhe fez também o insigne escritor Ribeiro Couto: chegara, desapontado, à última página do mesmo livro sem ter encontrado conclusões. De onde seu reparo a lápis vermelho: “Que propõe?”

O autor estava então, de fato, em fase principalmente analítica ou indagadora, em face do assunto já, naqueles dias, de sua máxima preocupação: o Brasil como país — e como cultura — situado em espaço, quase todo, tropical; o Brasil como cultura, quase toda, mestiça: eurotropical, hispanotropical, lusotropical; o Brasil como gente ou povo quase todo mestiço: mestiço de branco e ameríndio; mestiço de branco-ameríndio-africano. O que mais buscou naquele livro foi analisar, compreender, fixar sob nova perspectiva, uma situação complexa da qual, como brasileiro, se sentia parte e sobre a qual, como antropólogo e como sociólogo e um tanto historiador, se sentia no dever científico de ser, quanto possível, objetivo. Daí uma perspectiva empática, ao mesmo tempo que objetiva, de análise. Um tanto, já, de análise interpretativa. Mas não ainda de síntese, propriamente dita; nem de conclusão. Nem mesmo de sugestões, menos, ainda, de proposições.

Esta outra perspectiva do mesmo assunto só a vem tentando aplicar àquele sujeito-objeto de estudo em trabalhos mais recentes; e à base de um possível saber acrescentado daquela vivência que só se adquire com a experiência, com a intimidade, com a crescente combinação de empatia e de objetividade. Daí conclusões a que, sobre essa base, se tem aventurado.

Dêsse modo é que se vêm alongando sua possível ciência de analista e sua possível arte de observador do comportamento humano, em geral, e do brasileiro, em particular, numa também possível filosofia. E essa filosofia — se existe — implicaria já um pequeno conjunto, e até uma suma, senão de sínteses ou de conclusões, de sugestões ou de interpretações. De interpretações e de sugestões com alguma coisa de sínteses e de conclusões: as que estão à base da justificativa que, do ponto de vista brasileiro, o autor vem oferecendo para a formação de uma Tropicologia geral dentro da qual se desenvolvessem uma Hispanotropicologia e uma Lusotropicologia para estudos específicos de situações humanas, também específicas, condicionadas por ambientes ou por influências tropicais. Quer situações gerais, quer situações que se apresentem sob aspectos simbióticos — o hispanotropical e, especialmente, o lusotropical — particulares.

Essa filosofia vem sendo discutida: aceita por uns, impugnada por outros. E é natural que assim aconteça desde que não lhe faltam projeções políticas que se chocam com expressões de sociologias ou de antropologias intituladas “objetivas”, ou com pretensões a “estritamente científicas” e, como tais, neutras. Neutralidade que, quase sempre, vem significando a manutenção de um *status quo* ou o desenvolvimento de uma dinâmica que associem objetividade com umas tantas projeções políticas dessas mesmas sociologias, ou antropologias, ditas “objetivas” ou “científicas”. O certo é que essa objetividade, ou cientificidade, o que vem é principalmente correspondendo a interesses econômicos, de *status quo*, ou ideológicos, de dinâmica, que em grande parte vêm representando, uns e outros, imperialismos de potências não-tropicais com relação a espaços, recursos, populações e culturas tropicais. Daí se arripiarem os campeões dessa “objetividade” e dessa “cientificidade” em face de sociologias e de antropologias que, alongando-se em filosofias dessas ciências, levantam novas perspectivas de situações tropicais e, sobretudo, de relações dessas situações, entre si, e com as atuais potências não-tropicais.

A verdade, porém, é que não vêm faltando entre europeus e anglo-americanos sociólogos e antropólogos de um novo tipo para os quais situações não-européias e não-anglo-americanas, em geral, e tropicais, em particular, são situações humanas, em geral, socio-culturais, especificamente, que, pelos seus condicionamentos ecológicos, se apresentam de tal modo diferentes das tidas ou havidas por outros sociólogos e antropólogos europeus e anglo-americanos — principalmente os psicanalistas e os marxistas também ortodoxos — como universais, que exigem análises novas, estudos novos e, à base dessas análises e desses estudos, reinterpretações em profundidade. Recordem-se dentre os sociólogos e antropólogos que, europeus ou anglo-americanos, vêm, entretanto, reconhecendo a necessidade dessas novas análises e dessas reinterpretações um Boas e um Malinowski, um Redfield; e, dentre os atuais, um Balandier, um Berger, um Duvignaud, um Tannenbaum, um Roger Bastide, um Mason. Dentre os não-europeus: um Mukerjee, já antigo, e dentre os atualíssimos, um Takder.

O fenômeno de socialismos como os que vêm aparecendo na África e no Oriente, diferentes dos europeus e até em oposição a êsses europeísmos socialistas, como o russo-soviético, vem sendo precedido por umas como revoluções sociológicas no mesmo sentido, em que antropólogos e sociólogos de países tropicais estão se constituindo filósofos dessas ciências com o propósito de abrirem aos estudos cientificamente antropológicos e sociológicos,

## XX — *Prefácio*

nesses países, perspectivas que, não sendo antieuropeias, sejam não-europeias ou co-europeias; e não subeuropeias. E quando aqui se diz europeu inclui-se, nessa classificação, o anglo-americano.

A perspectiva de situações socioculturais tropicais que, diferentes das europeias, precisam de ser consideradas nas suas diferenças, em vez de ser vistas e analisadas e interpretadas como subeuropeias, vem sendo uma dessas revoluções. E não há dúvida de que, com seus altos e baixos, é uma revolução que está partindo, atualmente, mais do Brasil do que de qualquer outro país tropical. Mais dos tropicologistas brasileiros do que de outros sociólogos, antropólogos, ecologistas que, entretanto, noutras partes da América, na África e no Oriente tropicais, estão igualmente considerando sob novos critérios ecológicos e ecoculturais — problemas que certo imperialismo sociológico de origem europeia ou anglo-americana vinha impondo a sociólogos e antropólogos de países tropicais como se as sociedades e culturas desses países fôssem passivamente subeuropeias.

Essa revolução mais do que intelectual do brasileiro de hoje — revolução tão de dentro para fora que é como se fôsse uma revolta contra a sociologia que lhe tem sido imposta de fora para dentro, embora a essa sociologia de fora para dentro, o brasileiro crescentemente consciente de ser membro de uma sociedade e de uma cultura em grande parte tropicais, mestiças e não-europeias, seja devedor de preciosos estímulos e informes intelectuais — é uma das afirmações mais vigorosas de que êsse mesmo brasileiro já encontrou o caminho para a identificação sociológica da sua situação psicocultural. Essa identificação implica o reconhecer-se êle homem, ainda que herdeiro de cultura europeia, situado no trópico; imerso ecológicamente no trópico; ligado ao trópico fisiologicamente, mesmo quando em sua étnica não haja sangue ameríndio ou negro africano: ausência quase sempre compensada pela grande presença, no seu ser psicocultural, dêsse ameríndio e dêsse africano telúricamente tropicais.

Mais: essa consciência, êsse reconhecimento, essa volúpia, até — em alguns casos — de ser homem situado no trópico e sua civilização uma civilização em desenvolvimento em espaço tropical, vem dando, nos últimos anos, ao brasileiro, juntamente com uma reconciliação de sua condição de tropical com a realidade tropical, aquela coragem, aquêlo gôsto e, mesmo, aquela volúpia, de procurar ver essa sua condição e essa realidade, para além das fachadas como que oficiais que a vinham escondendo dos seus olhos. Em outras palavras: vem lhe dando a capacidade de “seeing

through façades”, a que se refere Peter L. Berger nas páginas admiráveis em que propõe e justifica uma perspectiva humanística para a moderna sociologia. Como acrescenta o Prof. Berger “the façades must be penetrated by one’s own inquisitive intrusions”.

Outra coisa não vem procurando fazer o autor dêste livro desde os seus estudos de mocidade sôbre o Brasil tropical e mestiço senão isto: reconhecer nestes dois adjetivos — tropical e mestiço — a realidade de sua influência decisiva sôbre o substantivo. Vê-los para além das fachadas com que o Brasil vinha, por algumas das suas principais instituições oficiais de governo e de cultura — o Itamarati, a Marinha, as academias, — procurando dissimular essa realidade. E sem nunca desprezar o que lhe vêm revelando suas pesquisas, suas indagações, sua curiosidade a respeito das origens, da formação, das possibilidades atuais e futuras do Brasil como sociedade e como cultura condicionadas, em grande parte, pela sua tropicalidade e pelo caráter mestiço da maioria dessa sociedade e do essencial nessa cultura, vem o autor procurando destacar, nessa formação, nessas origens, nessas possibilidades, além do positivo, o válido; e além do válido, o valioso. Inclusive quanto ao aproveitamento de valôres tropicais, desde o século XVI, pelo brasileiro pré-nacional continuado, desde o século XIX, pelo nacional.

Também quanto à relativa benignidade nas relações, no Brasil, entre os vários grupos étnico-culturais. São grupos que, interpenetrando-se, vêm concorrendo, através de considerável mobilidade social, quer horizontal, quer vertical, para favorecer, nesta parte da América, sob a forma de uma civilização moderna em ambiente tropical, uma democracia dinamicamente étnico-cultural com o mérito pessoal tendendo, cada vez mais, a superar desvantagens tanto de etnia quanto de classe que possam prejudicar indivíduos: sua ascensão social ou socioeconômica; a afirmação dos seus talentos; a utilização de suas possibilidades.

Daí a ênfase que o autor vem procurando dar, por um lado, ao fenômeno da ascensão, dessa espécie de mestiços e, menos ostensivamente, de indivíduos e de grupos ainda de etnias puras e de condições cultural e socialmente desprestigiadas, agora já, em parte, reabilitadas: inclusive a própria condição de escravo; por outro lado, à crescente tropicalização — importando por vêzes em africanização ou em amerindianização — de valôres, de técnicas e de usos, na sociedade e na cultura brasileiras, provenientes de civilizações européias e de que foram introdutores, no país, euro-

peus na maioria caucasóides com pretensões, alguns dêles, a civilizadores absolutos de terras e de populações “inferiormente tropicais”, situadas no espaço brasileiro.

Verifica-se, atualmente, no Brasil, uma revolução não só nos seus estudos sociológicos, crescentemente situacionais ou ecológicos, como à margem, ou fora desses estudos, no sentido da valorização do que, na sociedade e na cultura brasileiras, é tropical, ecológico, não-europeu, inclusive com relação ao tempo. Essa valorização, entretanto, não importa em repúdio sistemático a valores e a técnicas de origens européia, anglo-americana, japonesa, suscetíveis de ser combinados — quando possível — com os valores e as técnicas tropicais, ou de ser adaptados — quando impossível tal combinação — às condições brasileiras básicas de vivência e de convivência, que são as tropicais. De modo algum. Não é o Brasil de agora um país de gente antieuropéia. Não há, entre os brasileiros, nenhum movimento de sentido radicalmente antieuropeu. O que se verifica, talvez, na maioria dêles, é um orgulho novo — e o orgulho dessa espécie é um daqueles componentes de situações sociais que, segundo Thomas já advertia, sobrepõem-se até à realidade — do que na etnia de muitos e na cultura de quase todos é tropical, não-europeu e como que telúrico. Orgulho do que é tropical na sua morenidade de vários graus, na música de vários tipos — da de Villa-Lobos aos sambas de morro — na sua culinária também múltipla: nos carurus e nos doces delicados tanto quanto nos rústicos quibebes e nas rudes paçocas. Orgulho de origens não-européias de etnias e de culturas: origens, outrora, escondidas ou dissimuladas por muitos. Orgulho também, da mesma espécie sociologicamente válida, do que supõem venham a ser projeções, no futuro, desses seus valores tropicais e mistos de agora que já começam, na verdade, a ser reconhecidos como importantes por estudiosos não-tropicais do assunto: um Marston Bates, entre outros.

Escreveu de situações sociais o austríaco Alfred Schultz — citado por Peter L. Berger, no seu *Invitation to Sociology*, como “filósofo da escola fenomenológica” cuja obra, a ser breve publicada em língua inglesa, será, quando assim divulgada, um acontecimento intelectual — que em cada situação — dessas, em que qualquer indivíduo-pessoa, se encontre, — é uma situação não só definida pelos seus contemporâneos como pré-definida pelos seus predecessores. Pode-se acrescentar que é também uma situação por antecipação definida pelos pósteros: sobretudo tratando-se de sociedades e de culturas em desenvolvimento como as do Brasil:



com imenso futuro diante delas. Futuros mais amplos que seus passados socioculturais, embora êsses não devam ser tidos como cronològicamente limitados pelo ano de 1500.

Se Fontenelle disse um dia serem os mortos mais poderosos do que os vivos em sua influênciã sôbre uma sociedade ou uma cultura — conceito sistematizado pela sociologia filosófica de Augusto Comte — é justo, entretanto, opor-se a essa generalização, até certo ponto sociològicamente válida, esta outra: que em sociedades e culturas em desenvolvimento é também considerável a influênciã dos pósteros sôbre os contemporâneos; do tempo futuro sôbre o atual. E dos trópicos o que mais se diz atualmente é que são as regiões do futuro; que o futuro humano está principalmente nos trópicos; que nos trópicos, quase virgens de civilização moderna, é de esperar-se que o homem civilizado e moderno se projete de modo surpreendentemente nôvo, tais as novas possibilidades de cultura a emergirem do seu encontro com essa ecologia quase desconhecida ou quase inexplorada.

Espaço ou ecologia, sôbre o qual está grande parte do Brasil: aquela parte do todo brasileiro ainda por afirmar-se como expressão de um mundo — o situado no trópico — mais do futuro que do presente ou do passado, a admitirmos a divisão convencional do tempo em três tempos que, entretanto, só aparentemente serão assim distintos. Porque o que no Brasil é nôvo, e o que será o futuro brasileiro não deixam de ser um nôvo e um futuro condicionados por uma reinterpretação de passados dos quais o brasileiro é parte; ou que são parte — juntamente com o tempo atual — do brasileiro. Pois o homem é tempo tanto quanto é espaço: sofre pressões de tempo quanto de espaço que o condicionam, embora não determinem seu ser ou — como diria um discípulo de Ortega — seu “estar sendo”.

Os que reconhecemos a importância do passado — ou da tradição — no desenvolvimento de uma cultura, seja ela nacional ou transregional, podemos repetir, dêsse desenvolvimento, com o Professor Américo Castro: “Hay que *hacerse* con la propia historia, no *dehacerse* de ella frivolamente”. Nenhuma sociedade consegue deitar no lixo a totalidade do seu passado para ser de todo nova e entregar-se de todo a um presente ou a um futuro considerados autônomos.

Precisamente a propósito daquela filosofia de história levantada por Américo Castro é que Miguel Enguidanos, em depoimento sôbre sua própria experiência de espanhol com relação à Espanha — experiência que nêle adquiriu intensidade dramática ao nascer como que de nôvo fora da Espanha — escreveu em

“Américo Castro y el futuro de los españoles” (*Cuadernos*, Paris, n.º 40, janeiro-fevereiro de 1960), ter refeito sua vida, fora da Espanha, descobrindo-se na plenitude do seu ser espanhol, diz êle: hispânico, poderia ter dito a “conciente y doliente de serlo”. De sê-lo com relação ao passado e com relação ao presente e ao futuro; com relação a si próprio e com relação aos demais.

E aqui se ergue um problema de difícil solução: o de continuar um espanhol ou um português ou um brasileiro a fazer-se — em vez de se considerar definitivamente feito — sem desfazer-se; o de assimilar valôres novos, decorrentes de situações novas, sem repudiar o essencial na tradição de valôres dentro da qual nasceu; o de americanizar-se ou africanizar-se ou tropicalizar-se sem desispanizar-se ou deslusitanizar-se ou deseuropeizar-se; o de modernizar-se sem desispanizar-se ou deslusitanizar-se ou desbrasileirar-se; o de tropicalizar-se sem desispanizar-se ou deslusitanizar-se ou desbrasileirar-se; o de tecnocratizar-se sem desispanizar-se ou deslusitanizar-se ou desbrasileirar-se; o de atualizar suas tradições suscetíveis de atualização — inclusive sua tradição de lazer, de ócio, de tempo desocupado, para o qual se acham despreparados tantos povos progressistas, até agora ativistas, e já vítimas de uma sobrecarga de tempo desocupado que precisam de aprender com hispano-tropicais — principalmente, talvez, com brasileiros — a transformar em tempo lúdico contemplativo, recreativo, inútil. Tempo desprendido de preocupações de dinheiro, de compensação monetária, de correção monetária. Tempo impregnado ecológicamente de trópico embora retendo, de suas ligações com ambientes europeus, aquêles mitos, por um lado, e aquelas implicações lógicas, por outro lado, suscetíveis de ganharem novas expressões em ambientes tropicais.

Em livro recente, em que o pensar e o sentir do seu autor, Nestor dos Santos Lima, em vários pontos coincidem com os do autor de *New World in the Tropics*, neste e noutros dos ensaios em que vem tentando caracterizar a situação do Brasil como a de um sistema de civilização eurotropical destinado a desempenhar, em escala mundial, papel criador, ou criativo — papel que, aliás, já começa a desempenhar com a sua música, a sua culinária e a sua arquitetura — o sociólogo Nestor dos Santos Lima lúcidamente destaca vir se verificando, no nosso país, o que chama “sensível fusão da arquitetura religiosa luso-brasileira com a estrutura da casa residencial e familiar, à qual às vêzes só acrescenta o frontispício e a cruz...” É o que se lê à página 111 de *Uma Terceira América. Ensaio sôbre a Individualidade Continental Brasileira* (Rio-1967).

Dêsse reparo talvez se possa dizer que coincide com sugestões que o autor de *New World in the Tropics* vem procurando esboçar desde páginas mais remotas que as de *New World in the Tropics*. Pois desde a mocidade vem observando, no nosso país, a assimilação de característicos arquitetônicos de casas-grandes por igrejas, ao lado da assimilação de característicos arquitetônicos de conventos por casas-grandes, numa reciprocidade porventura peculiar à formação brasileira. Como peculiar à formação brasileira parece ser o fato de não se terem erguido, no Brasil, catedrais da mesma grandiosidade das do México e do Peru: expressões de um poder episcopal ou teocrático que, na América Portuguesa, arquitetônica e socialmente crescida, de modo considerável, em tôrno de casas-grandes de engenho, de fazenda e de estância — casas-grandes completadas por capelas — não se apresentou, nunca, nem tão incisivo nem tão absorvente. Bispos, abades, provinciais de ordens religiosas tiveram, no Brasil — ao contrário do que se passou na América Espanhola — um contrapêso, não esporádico, como o dos *caudilhos*, porém constante e até sistemático, no poder entre nós representado, quer no período pré-nacional, quer na primeira fase do já nacional, pelos senhores das casas-grandes. O que confirma a tese de ser, no Brasil, a chave principal para a interpretação de sua formação socio econômica, a familista ou patriarcalista. O poder daqueles senhores e a influência dos complexos representados triangularmente pelas suas casas (com capelas), suas senzalas e seus engenhos de açúcar ou suas fazendas de café e de cacau ou seus campos de criação de gado, foram, entre nós, podêres e influências superiores ao dos representantes del-Rei, ao dos governos centrais, ao dos bispos, ao dos jesuítas.

Foi como o Brasil se desenvolveu em civilização em espaço tropical — desenvolvimento que continua: com essa singularidade. Mas, por outro lado, com não poucas coincidências com o desenvolvimento de civilizações de origem, como a do Brasil, principalmente européia, potencialmente hispânica, especificamente portuguesa, que vem ocorrendo noutros espaços tropicais; e formando, no seu conjunto, um nôvo mundo nos trópicos.

\*  
\* \* \*

Desnecessário parece ao autor dêste livro recordar que nêle, como nos seus demais trabalhos — nos que vem escrevendo há anos, quer em língua inglesa, quer na portuguesa — o critério seguido, de tentativa de interpretação do Homem situado no trópico,

não é nem o exclusivamente sociológico nem o apenas econômico ou, mesmo ecológico, porém outro, porventura mais compreensivo, em que a essas perspectivas, por muitos consideradas insuficientes, vem juntando a antropologia — de onde sua “antropologia tropical”, considerada científica e filosoficamente válida pelos mestres da Sorbonne — a histórico-social, e psicocultural. Daí a satisfação com que leu há pouco as excelentes páginas em que Carlos Delgado, no número de janeiro, de 1969, de *Aportes* (Genebra), depois de opor restrições ao pan-economismo por que se vêem orientando, em ensaios antissociológicos — Delgado chega a referir-se ao empenho de alguns economistas marxistas, e mesmo não-marxistas, no sentido de uma como dessocialização dos estudos sociais — autores como, entre outros, os brasileiros Celso Furtado e Fernando H. Cardoso, o primeiro em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* e *Dialética do desenvolvimento*, — que cita em edições em língua espanhola — Cardoso, em seu *Cuestiones de sociología del desarrollo en América Latina* — publicado em Santiago do Chile. Carlos Delgado repele a teoria de que o simples desenvolvimento econômico, que se afirma em “elevadas estatísticas do produto *per capita*”, signifique “desarrollo social” e possa ser identificado — do modo porque o identificou José Medina Echavarría, em *Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico* (Buenos Aires, 1954) — como “progreso humano”, — o próprio Echavarría reconhecido em tempo, “la obsolescencia de la filosofía del progreso en el mundo contemporáneo”: progresso cuja “limitación al campo de lo puramente técnico” é destacada por Karl Jaspers e, de diferente ponto de vista, por Herbert Marcuse.

O que Carlos Romero salienta no seu “El desarrollo social reconsiderado”, num pronunciamento que particularmente interessa ao autor de *New World in the Tropics*, por coincidir com um seu já antigo critério de tentativa de análise e de interpretação de civilizações modernas em desenvolvimento nos trópicos, é o repúdio dêle e outros estudiosos do assunto, quer a uma economia, quer a uma sociologia que, como ciências horizontais, se julguem suficientes para essas e outras análises e interpretações. Daí proclamar, referindo-se à América Latina, “la necesidad de desentrañar el verdadero y mas profundo sentido de la historia latino-americana para buscar en ella la raíz primigenia a partir de la cual se ha moldeado en el espacio y en el tiempo la forma de ser del hombre y la cultura en América Latina”. Mais: para conseguir ir a essas raízes o sociólogo “debe apelar al historiador, al antropólogo, al filósofo de la historia, es decir, a quienes... indagan por el que-

hacer humano en el espacio y en el tiempo y tratar de descubrir el sentido recóndito del hombre como hacedor de cultura y de historia”.

Precisamente o empenho que tem animado o autor de *New World in the Tropics* em estudos que, partindo da tentativa da análise e da interpretação e da cultura da sociedade brasileira, como sociedade e cultura situadas no tempo e no espaço, vêm se estendendo a maiores audácias: à formulação de uma antropologia do Homem situado no trópico, que vá da antropologia biológica à filosófica. E que considere o desenvolvimento social, em conexão com tais sociedades e com êsse Homem situado, além do seu simples desenvolvimento econômico e independente do mito de progresso contínuo e indefinido a que a recente e involuntária charlatanice — charlatanice filosófico-científica — do aliás angélico Teilhard de Chardin veio dar nôvo, embora transitório, vigor. Tão transitório que não vem resistindo sequer aos contragolpes da filosofia anarquista — sob vários aspectos extremamente sugestiva — de Herbert Marcuse; nem superando Jacques Maritain.

St.º Antônio de Apipucos, 1969 — G. F.

## INTRODUÇÃO

Esta é a edição revista de um livro sobre o Brasil escrito e publicado em inglês em 1945 sob o título *Brazil: An Interpretation*, e desde então com várias edições na mesma língua e uma na italiana. Mas não se trata somente dessa edição revista e sim tão aumentada que veio a transformar-se (ainda em língua inglesa), em um livro novo, com mais quatro capítulos e longa introdução também nova: *New World in the Tropics*. Parte deste novo material foi antes publicado nos Estados Unidos em *The Atlantic Monthly*, *Foreign Affairs* e *The Encyclopedia Americana*, em *Civilizations* (Bruxelas); em *Progress* e *The Listener* (ambos de Londres), no *Year Book of Education*, da Universidade de Londres; e em *Lontinent* (Viena). Meus agradecimentos aos editores das referidas publicações pelo uso, em livro, do referido material: livro, assim aumentado, intitulado na língua inglesa *New World in the Tropics*, e com várias edições nessa língua e uma na japonesa.

No momento, nenhum país da América Latina parece atrair a atenção dos anglo-americanos com a mesma intensidade com que o fazem certos países da Europa, da Ásia e da África. Contudo, a América Latina não é um espaço geográfico que os anglo-americanos, ou os europeus ocidentais, possam dar-se ao luxo de desconhecer devido a amôres ou entusiasmos novos. Trata-se de uma região por demais européia e ocidental para poder ser considerada inteiramente exótica do ponto de vista europeu ou ocidental; e, por outro lado, por demais exótica para ser tratada como mera extensão européia na América — principalmente nos trópicos; ou mesmo como simples apêndice “latino” da Anglo-América.

É completamente diferente. Por sua vez, o Brasil é, dentro da América Latina, tão diferente da América espanhola, que merece tratamento especial, quer do ponto de vista antropológico, quer do sociológico. Sua maneira de ser “latino” e “americano”, ao mesmo tempo, é tão especificamente brasileira que já uma vez

## 2 — NÔVO MUNDO NÔS TRÓPICOS

eu próprio sugeri a sua singularidade: uma singularidade que lembra a da China ou a da Rússia, podendo até ser descrito como China tropical ou Rússia Americana.

Os meios de transporte de nossa época, que tornam as viagens tão rápidas, fazem com que os países pareçam muito menos singulares ou misteriosos e diferentes uns dos outros do que eram até há meio século. Porém, num mundo que passa por um processo de intensa estandardização na maneira de vestir, na arquitetura, nos modos de comer e mesmo nos de beber, algumas dessas diferenças persistem. Continuam existindo.

Houve tempo em que o estrangeiro, ao chegar à própria capital do Brasil, sentia-se em meio completamente estranho. Paralelamente, por seu lado despertava a curiosidade dos brasileiros menos sofisticados, tal como se tivesse vindo de outro planeta.

Até que ponto o intruso era humano? E até que ponto cristão? Naquele tempo os brasileiros acreditavam que os ingleses, hereges sob o ponto de vista do Catolicismo ortodoxo, fôsem verdadeiros diabos, com pés de bode ou de pato, disfarçados em seres humanos. E, dos estrangeiros, alguns imaginavam que estavam chegando a um país pagão ou bárbaro. Tanto que alguns missionários protestantes, mais ortodoxos, esperavam encontrar aqui uma população não somente pagã mas subumana: necessitadíssima dos seus préstimos evangélicos e civilizadores.

A verdade, porém, é que os brasileiros não só vinham sendo humanos como cristãos desde os primórdios da colonização portuguesa de seu país, no século XVI. É claro que era possível encontrar sinais da sobrevivência de paganismo em sua civilização, tal como acontece na própria Europa, onde às formas mais puras do cristianismo, praticado pelo povo em geral, se juntam ainda hoje umas tantas sobrevivências pagãs.

Sociologicamente, o desenvolvimento brasileiro, encarado em conjunto, pode ser considerado como predominantemente cristão. Como expressão "humana" da cultura americana, êle pode ser caracterizado pelo desejo tipicamente brasileiro de cada um viver sua vida, saborear seu peixe bem temperado, fumar seu bom charuto, gozar sua música de violão. Dar a tolerância em relação aos outros. De modo que a luta pelos bens materiais ou as conquistas de caráter altamente intelectual — as quais poderiam resultar deletérias para um ritmo de existência lento e lúdico — têm sido menos intensas que noutros países.

Dos europeus familiarizados com o Brasil durante o período colonial (do século dezesseis até o princípio do dezenove), vários mostraram-se surpreendidos com o pouco interesse dos brasileiros

em relação a livros, estudos de história natural, as ciências e mesmo as artes. A não ser a música de violões, por vêzes tocados por alguma mulher de belos olhos negros, tendo como audiência reverente o marido ou o pai. Outras vêzes, por trovadores de rua.

As restrições impostas pela Inquisição, que limitava a leitura apenas a livros religiosos da Igreja Católica, talvez seja a explicação para o fato de que o estudo dos livros ficasse restrito a poucos: a raros, mesmo. Mas apesar dêsse estado de coisas, a literatura começou a aparecer no Brasil logo no início do século XVI. Naqueles dias, ser militar era motivo de grande distinção, mas também o era ser erudito, usar óculos, ler em latim ou escrever bem a língua portugueza, sendo que um dos primeiros governadores de Pernambuco, aristocrata portuguez dos bons, foi, ao mesmo tempo, soldado e letrado. O comércio, a indústria e qualquer outra forma de trabalho manual, não eram tão altamente considerados, e, desde os primórdios do período colonial, os brasileiros de alguns recursos deixaram a administração dos negócios nas mãos dos portuguezes de origem humilde ou na de outros europeus, ficando o trabalho manual para os negros escravos ou os mulatos livres. Por seu lado, adotavam os ademanos e a vida da nobreza campestre, dando ordens aos escravos do alto de seus cavalos ou do interior de suas luxuosas rêdes, onde passavam o dia em relativo estado de ócio. Por seu lado, os que não fôssem donos de terras satisfiziam-se em possuir alguns escravos para o seu serviço: para viverem como senhores.

Essa generalizada falta de ambição pelo ganho material ou pelo desenvolvimento intelectual, foi característica do Brasil daqueles dias. Contudo, tinha sua compensação numa disposição, tìpicamente brasileira, também generalizada, para desfrutar a vida e o lazer. Disposição, esta, inexistente em países mais enérgicos e progressistas nos quais os escravos industriais substituíram os agrários, e os barões feudais foram substituídos pelos magnatas industriais, muitos perdendo, nesses processos, a capacidade de apreciar a música e a arte, saborear lentamente um bom jantar (a não ser a Ceia de Natal!), sentir o inebriante aroma de uma xícara de café, ou de um cálice de vinho do Pôrto, ou de um charuto da Bahia, ou cheirar uma pitada de rapé.

Os brasileiros coloniais também possuíam um particular amor pelo luxo, usando em público roupas “bordadas e rendadas” de acôrdo com o depoimento de um escritor dos começos do século XIX. Mas, quando no recesso do lar, vestiam-se com a maior simplicidade, os homens, apenas calça e camisa, as mulheres, camisolas de fina musselina sôbre camisas bordadas, antecipando-se,



#### 4 — NÔVO MUNDO NOS TRÓPICOS

assim a trajarem de acôrdo com o clima tropical, isto é, a reduzir o vestuário caseiro a um mínimo higiênico. Na verdade, àquela gente poderia ser atribuído o crédito de ter “humanizado” o vestuário — o caseiro, apenas, é verdade, para os trópicos, a despeito do fato de continuarem a copiar passivamente os trajes europeus para uso externo, em funções públicas, sofrendo — o que viria a suceder no nosso próprio século — o martírio das cartolas, das sobrecasacas e das peles para senhoras.

Hábitos tropicais — hábitos característicos de nativos dos trópicos — já seguidos pela população indígena, e pelos africanos importados para o Brasil, desde o início do século XVI, como, dormir em rédes, usar vasilhame de barro para manter a água fresca e cozer o peixe em leite de côco, foram alguns dêles adotados e melhorados pelos portugueses e seus descendentes no Brasil. Assimilaram êles vários costumes, estilos de vida e valôres nativos. Devido a essa sua attitude, a sua arte em combinar valôres civilizados com indígenas, conseguiram, talvez mais do que qualquer outro povo de origem predominantemente européia, adaptar sua civilização aos trópicos. Fizeram de uma considerável área tropical, lugar no qual atualmente florescem, adaptados aos trópicos, valôres europeus e onde homens de cultura européia podem viver, gozar a vida e prosperar.

Em cidades como o Rio de Janeiro e Santos, os brasileiros derrotariam dois terríveis inimigos tropicais dos europeus: a febre amarela e a peste bubônica. O Instituto Oswaldo Cruz do Rio tornou-se um dos maiores centros de estudos contra as doenças tropicais. Nas áreas mais rústicas, os perigos da malária e da ancilostomíase estão sendo dominados; e no Instituto Butantã de São Paulo, cientistas brasileiros, seguindo o exemplo do Dr. Vital Brasil, vêm lutando há longos anos contra os venenos de cobra com sôros cuidadosamente preparados, que se tornaram modelos para outros países.

Estas grandes vitórias brasileiras na humanização dos trópicos, vêm contribuindo muitíssimo para destruir a idéia européia de serem tais perigos inseparáveis das condições de vida nas regiões tropicais. Os triunfos brasileiros nesse setor e em escala continental têm assim um largo interêsse humano e não apenas nacional.

O segredo do sucesso do Brasil em construir uma civilização humana, predominantemente cristã e crescentemente moderna, na América tropical, vem da capacidade do brasileiro em transigir. Enquanto os ingleses, mais do que qualquer outro povo, possuem tal capacidade na esfera política — seu sistema político é magis-

tral combinação de valores aparentemente antagônicos — os brasileiros vêm conseguindo ainda maiores triunfos, aplicando essa capacidade à esfera cultural e social, na maior amplitude. Daí sua relativa democracia étnica: a ampla, embora não perfeita, oportunidade dada no Brasil a todos os homens, independente de raça ou côr, para se afirmarem brasileiros plenos. A mistura vitoriosa e quase livre de diferentes culturas também pode ser observada na assimilação de valores diversos tais como o futebol inglês e o gosto pela pastelaria francesa, a adoção do arroz característico das Índias Ocidentais e a máquina de costura norte-americana, a rêde ameríndia e o palito português, o prato norte-africano chamado “cuscuz” e o teto das casas em estilo chinês. Mas não se trata de imitações passivas, pois os jogadores de futebol brasileiros dançam com a bola como se estivessem sambando, o cuscuz é feito com produtos locais (mandioca e milho) em lugar dos ingredientes puramente norte-africanos, enquanto que a máquina de costura sempre foi usada para produzir roupas em estilo tradicionalmente brasileiro, e não apenas imitadas de figurinos franceses. A velha arte dos bordados a mão, continua a ter quem a cultive no Brasil. Môças educadas em conventos ainda hoje aprendem a fazer renda, ao lado de outros trabalhos manuais, tal como acontecia nos dias coloniais. Apesar de, no último meio século, certas regiões do Brasil virem atravessando intenso processo de anglo ou norte-americanização, o brasileiro típico tem profunda aversão à estandardização. Inclusive a étnica.

A mistura de raças produziu populações, em certas regiões, que são surpresas constantes para o europeu, devido a sua variedade em côr e em forma. Uma grande família no Nordeste, ou no Brasil Central, pode apresentar três ou quatro tipos antropológicos diferentes, inclusive em relação à côr da pele, devido ao casamento do pai, primeiro com uma ameríndia, posteriormente com uma negra. E, embora cada filho possa ser pela côr dos olhos, pelo tipo do cabelo ou pela forma do nariz, quase de todo diferente dos outros, êles tendem a amar-se como irmãos. Esta é, ou tem sido, a situação familiar em vários casos. Há, entretanto, famílias brasileiras que podem orgulhar-se de sua origem exclusivamente branca. O que, entretanto, é típico da população brasileira, e o fato de não poucas famílias se apresentarem tocadas de sangue ameríndio ou negro. A diferenciação étnica não se impõe, no Brasil, de modo violento. Não que inexista preconceito de côr ou de raça juntamente com preconceitos contra a mistura de classes no Brasil. Existe. Mas ninguém pensaria em ter igrejas somente para brancos, assim como não pensaria em leis

contra os casamentos inter-raciais; ou em banir os negros dos teatros ou dos bairros residenciais de uma cidade. O espírito generalizado de fraternidade humana é mais forte entre os brasileiros do que os preconceitos de raça ou de côr, de classe ou de religião.

É verdade que a igualdade racial nem é perfeita no Brasil nem se tornou absoluta com a abolição da escravidão, em 1888. Mas também é verdade que mesmo antes da lei de 1888 as relações entre brancos e pretos, entre senhores e escravos, já chamavam a atenção dos observadores estrangeiros por serem particularmente cordiais. Mesmo antes da citada lei a miscigenação já existia, praticada livremente entre o povo em geral e, em ocasiões mais raras nas camadas mais altas da população: quando acontecia um membro de importante família branca, ou branco-ameríndia, casar fora de sua casta ou de sua côr.

Conforme disse ilustre historiador e sociólogo brasileiro, nossa solução para a questão racial foi certamente mais inteligente, mais promissora e, acima de tudo, mais humana do que qualquer outra que se tenha baseado na segregação ou na discriminação racial. Sugere o mesmo intelectual — Oliveira Lima — que, devido às relações fraternais entre os indivíduos de diferentes raças, existe certa “felicidade” brasileira apesar de, como bom filósofo, recusar terminantemente concordar com Américo Vespúcio, quando êste localizou o Paraíso Terrestre no Brasil. Evidentemente não existe paraíso na terra. Mas, quanto às relações raciais, a situação brasileira provávelmente é a que mais se aproxima daquilo que se imagine como um paraíso nesse setor.

A felicidade brasileira, contudo, é relativa, pois para a maior parte da população persistem, senão a miséria, a pobreza, e uma série de doenças — fatores provávelmente responsáveis pela tônica de tristeza expressada na música folclórica brasileira ou nas melodias para violão. Até certo ponto, essa tristeza também pode estar ligada a certo trauma causado no passado social de grande parte da população pela escravidão. O escravo, mesmo quando bem tratado, sentia-se vagamente nostálgico de sua condição tribal, o que tornava suas canções tristes apesar de suas danças — uma contradição — serem geralmente alegres. Dos lusitanos, os brasileiros herdaram a muito conhecida nostalgia do marinheiro, que vive constantemente longe do lar; e êste sentimento é expressado pela palavra *saudade*, típica da língua portuguesa.

Num país onde a mulher vive sempre oprimida pelo homem, alguns hipercríticos estrangeiros consideram pura ficção falar em “democracia social”. Mas a verdade é que há longos anos, as mulheres brasileiras já se encontram, em muitos casos, em situação

igual à dos homens tanto quanto os negros, também em muitos casos, em condição igual à dos brancos, e os nativos, igualmente em numerosos casos, em estado igual ao dos europeus. A primeira mulher a governar Estado ou Colônia no continente americano, foi Dona Brites, em Pernambuco, no século XVI; e, tanto no período colonial como nos dias do Império, inúmeras viúvas dirigiram, como senhoras de engenho ou fazendeiras, grandes plantações e foram socialmente aceitas como verdadeiros substitutos de seus maridos.

No Brasil moderno as mulheres gozam de maior liberdade de expressão do que em qualquer outro país da América Latina e, hoje em dia, qualquer mulher de talento pode ser médica, escritora, funcionária pública, enfermeira, música ou advogada, e mesmo cônsul ou embaixatriz. Raquel de Queirós, notável autora brasileira, escreve hoje em dia com o mesmo vigor e independência, denunciando a corrupção política e os abusos de poder econômico com que o fazia, há meio século, o brilhante publicista mulato, Antônio Tôrres. Aliás, Tôrres terminaria seus dias como cônsul do Brasil na Alemanha quase nazista, onde ganhou o respeito até mesmo dos alemães, a despeito de sua independência de pontos de vista em inúmeras questões.

O Itamarati — Ministério das Relações Exteriores do Brasil — vem sendo, talvez, a última fortaleza do “racismo” ou de “arianismo” brasileiro assim como foi — durante algum tempo — da crença de que a função pública é privilégio exclusivo dos indivíduos do sexo chamado forte. Mas, mesmo o Itamarati já apresenta sinais de rendição ante tendência brasileira em proporcionar oportunidades iguais para todos: mulheres e homens, pessoas de cor e brancos. Mulatos como Tôrres, por exemplo e negros retintos nomeados cônsules ou secretários de delegações, têm chegado a altos postos diplomáticos e numerosas mulheres vêm nos últimos anos, ingressando no serviço diplomático e chegando à categoria de cônsul, à de ministro, à de embaixador.

Por outro lado, já algumas mulheres se elegeram para o Parlamento Nacional, para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Uma mulher já foi competentíssima diretora do Museu Nacional de História Natural.

Existe elevado número de homens de cor nas repartições públicas, embora a proverbial cortesia brasileira prefira designá-los não... como “negros” (como são chamados nos Estados Unidos indivíduos praticamente nórdicos com apenas uma gota de sangue africano nas veias) mas sim como “morenos”, ou seja, pessoas de pele mais ou menos escura. Mesmo durante o Império, grande

número de notáveis estadistas, membros do Gabinete Imperial e do Senado do Império, diplomatas, juizes e deputados, eram “morenos”.

Sabe-se de Dom Pedro II ter sido estritamente puritano em relação à moral pública e privada dos estadistas cuja ascensão na vida política dependesse, até certo ponto, de sua aprovação pessoal ou oficial, como Imperador investido do chamado “poder moderador”. O monarca usava um lápis vermelho para vetar os nomes dos homens cuja conduta na vida familiar ou como servidor público êle desaprovasse. Mas, provavelmente, jamais usou o lápis contra um homem simplesmente porque êste fôsse “moreno”, no sentido de negróide, ou por ter sangue africano nas veias. Ao contrário, possuía entre seus amigos pessoais homens como Rebouças, que era mulato escuro. Conta-se que em certa ocasião, durante um elegante baile na côrte ao qual Rebouças estava presente, êste sentiu-se muito contrafeito e deslocado entre uma aristocracia, predominantemente “ariana”. Dom Pedro II teria então pedido a sua própria filha, a Princesa Isabel, que dançasse uma quadrilha com Rebouças. Foi essa Princesa — Isabel — quem assinou a lei da abolição, em 1888, durante a ausência do Imperador que se encontrava na Europa em tratamento de saúde. A Princesa era espôsa do Príncipe Gastão d’Orleans, Conde d’Eu; e teria sucedido seu pai no trono, se a República não tivesse sido proclamada em 1889, por um grupo de brasileiros ansiosos por uma política “democrática” de feitio anglo-americano ou de inspiração positivista. A verdade é que o regime imperial no Brasil foi uma felicíssima combinação de monarquia com democracia, juntamente com um sistema de seleção aristocrática baseado não tanto nos méritos do nascimento, da raça, de côr ou da classe dos indivíduos, mas sim na sua capacidade individual, ou no seu mérito pessoal. O Império deu ao Brasil uma tradição de qualidade, em oposição ao simples democratismo quantitativo, característico, aliás, tanto das plutocracias como das demagogias eleitorais. Tal tradição talvez explique porque, mesmo em nossos dias, a vida pública atraia, ou retenha alguns dos mais direitos e cultos brasileiros ocupantes de altas posições políticas, enquanto em outros países americanos — nos próprios Estados Unidos, com exceções notáveis — os homens mais capazes tendem a se transformar antes em líderes comerciais ou industriais, do que em políticos. Apesar de os críticos mais pessimistas julgarem que os homens de melhor qualidade venham sendo derrotados, no Brasil, nos últimos anos, por outros cujo poder deriva do dinheiro, da demagogia ou de “votos controlados”, êsses pessimistas exageram

o lado sombrio das coisas. A verdade é que durante anos a República brasileira permaneceu fiel àquela tradição da monarquia: a de qualidade na vida pública. Mas é preciso também não esquecer que tal tradição nunca foi incompatível com uma larga tendência para a equalização, de oportunidades para todos. Daí o considerável número de homens de origem humilde que, durante o Império, se tornaram barões, condes e viscondes, alcançando também altas posições durante a República. Essa combinação talvez única — pelo menos na América — de democracia com aristocracia, parece explicar por que o Brasil é, como nação americana, ao mesmo tempo tão “velho” e tão “nôvo”, tão conservador e tão liberal, tão ligado ao seu passado e, contudo, pronto a fazer qualquer experiência em relação ao desenvolvimento social ou técnico.

O Brasil pode mesmo ser considerado, sob certos aspectos, um dos países mais pitorescamente arcaicos do continente americano, devido, por exemplo, aos seus gaúchos, que conservam costumes mouros no seu vestuário de *cow-boys* e no trato dos cavalos; com algumas de suas mulatas ou negras, vestidas como “baianas” com turbantes e muitas saias e jóias, como na época colonial, com alguns dos seus produtos transportados, das velhas lavouras do interior, até a costa, em barcaças primitivas, pelos rios, ou em carros de boi pelas estradas, com dois pretendentes ao trono nacional, um dêles vivendo como um príncipe num palácio de Petrópolis, pronto a ser transformado no terceiro imperador do Brasil sob o nome de Dom Pedro III; o outro, sem deixar de admitir essa possibilidade, vivendo vida rústica de fazendeiro, e tendo um filho, também príncipe, oficial da Marinha de Guerra do Brasil. Mas apesar de todos êsses arcaísmos, o Brasil é, sob outros aspectos, um dos países social, cultural e tecnicamente mais avançado do mundo.

Em relação à aviação, à arquitetura, à música, a algumas ciências, a algumas artes, à própria literatura, o Brasil já tem lugar de relêvo no mundo moderno. O brasileiro Santos Dumont, como pioneiro da aviação, foi um dos primeiros homens, senão o primeiro, a voar em avião — aparelho de sua invenção: feito que os franceses já reconheceram publicamente, erigindo um monumento em sua honra. Hoje em dia a aviação comercial está mais desenvolvida no Brasil do que em qualquer outro país da América Latina.

O Brasil também é pioneiro na arquitetura funcional. Edifícios públicos, fábricas e residências particulares, recentemente construídos em São Paulo e Rio, são considerados por arquitetos

estrangeiros exemplos de um método realmente nôvo de construção e alguns, felizes soluções de problemas enfrentados pelo arquiteto moderno nos trópicos. Em Heitor Villa-Lobos (1), há pouco falecido, o Brasil teve um compositor tão moderno e experimental como qualquer outro, dentre os mais avançados, da Europa. Seu trabalho é, porém, tipicamente brasileiro, combinando à alegria e a tristeza de sua gente.

A pintura brasileira — com Portinari, Di Cavalcanti, Cícero Dias, Cardozo Ayres, Brennand, os irmãos Rêgo Montêiro, Pançetti, Rosa Maria e outros — é considerada por alguns críticos, tanto brasileiros como estrangeiros, inferior apenas à mexicana, pela sua expressão e sentimento artístico avançado; e a escultura brasileira, inspirada pelo vigoroso trabalho de um escultor mulato do século XVIII cujas estátuas e decorações monumentais podem ser vistas nas igrejas de Minas Gerais, é outra expressão de criatividade brasileira.

Do ponto de vista do vigor artístico e também pela sua significação humana, a literatura brasileira não cede o primeiro lugar a nenhuma outra na América Latina. O poeta Manuel Bandeira é grande em todos os sentidos, sendo sua única possível deficiência o fato de escrever em português: um idioma que os brasileiros mais pessimistas às vezes descrevem como “clandestino”. Outro moderno poeta brasileiro de alto nível é Carlos Drummond de Andrade. Ainda outros João Cabral de Melo Neto e Mauro Mota. Grandes também o foram Machado de Assis e Lima Barreto, prosadores brasileiros do final do século XIX e princípio do século XX, que vêm tendo continuação, em nossos dias, em

---

(1) Reconhecendo a importância do regional para a interpretação do Brasil, VILLA-LOBOS convidou-me a colaborar com êle numa “síntese litero-musical da cultura brasileira”, sob critério pedagógico, de vez que tal cultura se expressava de várias maneiras diferentes, nas várias regiões do país, do Amazonas ao Rio Grande do Sul. Seria uma aliança da música interpretativa com literatura interpretativa. Uma tentativa para criar uma síntese do Brasil na qual seriam levadas em conta tanto a unidade quanto a diversidade.

Quando a mim procurei sempre a colaboração de artistas plásticos, em algumas de minhas interpretações da vida e da cultura brasileira, como o mapa desenhado pelo pintor Cícero DIAS, de acôrdo com indicações minhas, para *Casa Grande & Senzala*, e os desenhos de Lula Cardoso AYRES para *Sobrados e Mucambos* e os de M. BANDEIRA para *Olinda*.

O projeto de VILLA-LOBOS, com a minha colaboração, teria incluído sugestões para um *Ballet* representativo do Brasil, como cultura a um só tempo unitária e diversificada.

romancistas como José Lins do Rêgo, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Permiño Asfora, Gastão Cruls, Antônio Callado, Raquel de Queirós, Érico Veríssimo, Mário Palmério, e principalmente um Guimarães Rosa. Assis e Barreto eram ambos mulatos, sendo que o primeiro jamais tocava no assunto enquanto que Barreto, por vêzes, dramatizava sua condição de “nêgro” e “plebeu” de modo de certa forma não-brasileiro. O ensaísmo brasileiro — do qual Assis, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha e Rui Barbosa foram mestres — é considerado, por alguns críticos estrangeiros, como a mais original expressão da literatura brasileira, talvez pelo fato de combinar o cunho filosófico e social com o artístico e literário, transformando-se assim em mais do que apenas *belles-lettres*. Parece referendar uma tradição, que tem suas raízes nas letras luso-brasileiras do século XVII, com Padre Antônio Vieira — um verdadeiro gênio cujos sermões parecem mais ensaios modernos do que peças ortodoxas da oratória sacra — dominando as mesmas letras com a sua figura, para aquela época, pós-moderna. Não nos esqueçamos, porém, de que além da poesia, da ficção como novela, do ensaio, a literatura brasileira vem se afirmando também no teatro: gênero em que atualmente se destacam Nelson Rodrigues e Ariano Suassuna.

O Brasil também sente orgulho de suas realizações no campo da indústria e, na verdade, muito foi feito, nesse setor, no último meio século. É interessante observar que, durante o Império, o desenvolvimento industrial estêve intimamente ligado a um notável pioneiro, o Visconde de Mauá, homem de grande energia criadora; em nossos dias êle foi sucedido pelo conhecido publicista e industrial, há pouco falecido, Assis Chateaubriand, cujas atividades foram espantosamente múltiplas.

Contudo não seria acertado tomar tais personalidades, dinâmicas na arte, nas letras, e na indústria como verdadeiramente representativos do ritmo brasileiro de atividade, o qual se expressa mais tipicamente em uma combinação de trabalho e de lazer. É imenso o número de feriados civis e religiosos pelos quais o Brasil é famoso e que ilustra muito bem esta afirmativa.

Acontece que, sendo latinos, os brasileiros são livres — talvez até livres demais — do preconceito contra o lazer. Sob o ponto de vista protestante, que encara o lazer como vício, os brasileiros são, por essa tendência, lamentáveis pecadores. Reconhecendo-se, porém, a importância do lazer como antídoto às atividades ligadas tão-somente à aquisição de dinheiro, que reduzem o homem a mera entidade econômica, a gente do Brasil não é nem tem sido, tão pecadora.



Os dois povos trabalhadores de nossos dias (refiro-me aos Estados Unidos e à Rússia) encaram o lazer como algo a ser desfrutado no futuro. Mas por que deixar as delícias do repouso só para o futuro? Por que esperarmos por máquinas messiânicas que favoreçam, nesse futuro, a tradição brasileira de lazer? Quando Elihu Root, o famoso Secretário de Estado norte-americano, chegou ao Brasil, pela primeira vez, em 1906, ficou encantado com Salvador da Bahia e com o suave ritmo de existência da gente baiana: uma gente que revelava então a capacidade de gozar o lazer sem ser pròpriamente indolente, sendo considerada por alguns observadores, a mais requintadamente culta do Brasil.

Nessa feliz combinação de trabalho e de lazer, um otimista veria valiosa contribuição do Brasil ao bem-estar da humanidade em vésperas de desfrutar imenso tempo livre ou ocioso. Mas aconteceu que certos aspectos da atitude brasileira em relação ao lazer, não são inteiramente felizes, sendo um dêles a suposição de que, nas atuais circunstâncias, o Estado existe para garantir o referido lazer. É coisa comum em certos departamentos do governo, por exemplo, existir excesso de pessoal em relação ao trabalho a ser feito, sendo que os excedentes não passam de elementos parasitários.

A combinação sistemática dos dois extremos, trabalho e descanso, é uma das mais sérias tarefas enfrentadas pela legislação social no Brasil, à medida que o país muda da economia agrária para a industrial. Trabalho e descanso para todos, seria a solução ideal, mas isto só poderá ser alcançado de forma gradual. Aliás, os brasileiros detestam particularmente as soluções violentas. É preciso lembrar que a pena capital e o duelo foram abolidos no país há muito tempo por serem considerados bárbaros: não puderam ser tolerados por um povo tão humano como o brasileiro. As revoluções, seja a da Independência de Portugal, ou a da República, em 1889, foram “brancas”, e não sanguinolentas. A abolição da escravidão foi feita sem violência. Por outro lado, o Brasil sempre procurou resolver suas questões de fronteira com as vizinhas repúblicas de língua espanhola pela arbitragem, em lugar de recorrer à guerra.

É verdade que recentemente o Brasil surpreendeu o mundo com a morte violenta — pelo suicídio — de seu Presidente. O suicídio de Getúlio Vargas pode ser considerado como atitude não-brasileira da parte de um político. Uma explicação para drama tão surpreendente talvez esteja no fato de ter Vargas nascido e crescido muito perto da América Espanhola. Apesar de profundamente brasileiro em sua maneira de pensar e sentir, pode ter

sido influenciado, até certo ponto, pelos métodos dramáticos de lidar com a política, característica dos homens da América espanhola — tais métodos incluíam o duelo, o suicídio e o assassinato, de forma quase desconhecida no Brasil, isto é, entre os líderes políticos de nosso país. Nisto, como em outros aspectos, a monarquia parece ter preservado o Brasil do excessivo romantismo da América espanhola, inclusive da mística, da violência, que parece ser um método mais romântico do que clássico, usado pelos estadistas ou pelos povos, para lidar com problemas críticos, apesar de haver situações que o homem tem que enfrentar trágicamente, sejam suas inclinações clássicas ou românticas. Afinal de contas, a tragédia grega é clássica, e não romântica, e o fim de Vargas parece ter sido marcado mais por um toque de tragédia do que inteiramente causado pelo romantismo latente, oculto em homem tão sóbrio, silencioso e aparentemente frio. Anti-romântico, até realista, muita gente pensa que êle teria sido levado ao suicídio não tanto pelos seus oponentes políticos, como pelos amigos e parentes que, gozando de sua irrestrita e completa confiança, teriam agido deslealmente em relação ao chefe ainda semipatriarcal.

Seja como fôr, a reação dos brasileiros a um acontecimento tão inesperado e tão pouco brasileiro como o suicídio de Vargas foi mais clássica do que romântica. O Exército, a Fôrça Aérea e a Marinha, agiram de uma maneira inesperada, tratando-se de um país da América Latina, mas que foi quase normal quando examinada em relação a um passado, a uma tradição, a uma psicologia ou a um “ethos” — como dizem os sociólogos — brasileiros. Nenhum líder militar, mostrou qualquer vaga tendência para se aproveitar da situação, que permitisse uma aventura napoleônica, ou seja, a imediata tomada do poder por um “homem forte”. As três fôrças militares — Exército, Fôrça Aérea e Marinha — agiram como um bloco único, sem se julgarem um elemento messiânico e pensando sòmente em sua responsabilidade perante a nação.

Há muitos anos um famoso publicista, estadista e diplomata brasileiro, Joaquim Nabuco, escreveu que, no Brasil, o Exército, depois de ter assumido o contròle do país em 1889, quando foi estabelecida a República, transformou-se numa espécie de herdeiro do papel constitucional que, durante muitos anos, tinha sido representado pela Coroa, ou pelo Imperador, no sistema político brasileiro: o papel, em dias críticos, de um poder que agia acima dos partidos políticos e dos grupos de interesses particulares, e a favor da nação como um todo. A crise brasileira, após o suicídio de Vargas, parece ter confirmado a teoria de Nabuco: o Exército,

a Fôrça Aérea e a Marinha agiram como se sua missão fôsse representar o papel que um monarca constitucional — mas não ausente ou fraco — teria representado face a qualquer crise dramática para a vida da nação. O Vice-presidente Café Filho assumiu a presidência e tudo continuou normalmente até que foram realizadas eleições para a escolha de um nôvo presidente. Novamente, alguns dos mais preeminentes líderes militares consideraram de seu dever agir de forma a garantir o acesso ao poder de Juscelino Kubitschek, médico e político de Minas Gerais que fôra eleito por pequena diferença de votos contra seu oponente, um general do Exército.

Parece que o Exército e as outras fôrças militares continuam prontas a agir no Brasil, como elementos suprapartidários sempre que tal ação se torne necessária a fim de garantir a paz e a ordem nacionais contra interesses particulares, sectários — políticos ou econômicos — apesar de alguns brasileiros civis temerem os elementos estritamente “nacionalistas” que estão se tornando, segundo êsses civis, por demais poderosos dentro do Exército Brasileiro.

O Brasil realmente difere de outras nações de sua idade e tamanho não sòmente na América do Sul, mas em qualquer outra parte por várias das constantes de seu comportamento, quer em dias comuns, quer nos dias de crise. Não deixa, por isso, de ser membro de um grupo de nações — as nações americanas com as quais possui, decerto, grandes semelhanças. Grandes, mas não totais. O Brasil é latino, americano, católico-romano e uma república, mas também é Brasil. O Brasil pode ser chamado Rússia americana, ou denominado China tropical. E existem, com efeito, grandes semelhanças entre o Brasil e a Rússia e entre o Brasil e a China. Mas não tão grandes a ponto de desfigurar a personalidade do Brasil como nação única, singular, diferente das vizinhas. Tem uma contribuição muito sua a fazer à Civilização. E essa contribuição torna-se cada dia mais evidente aos olhos dos outros povos, com o crescimento em importância dos trópicos para a Europa, os Estados Unidos, o Canadá e o Japão, a Rússia, o mundo eslavo, as nações escandinavas.

Pois é como um moderno estilo de civilização nos trópicos que o Brasil se torna mais significativo, sob o aspecto de um tipo de civilização predominantemente européia, mas não subeuropéia. Uma civilização nascida e desenvolvida nos trópicos por uma população em cuja composição étnica o número de não-europeus é considerável e a quantidade de mistura racial é ainda mais considerável. E é como uma moderna civilização tropical que sua

originalidade criadora se torna mais conspícua, na arquitetura como na música, e na culinária, assim como na paisagem de seus jardins.

Outro trabalho pioneiro de alto interesse, não só científico como prático, que vem sendo feito pelos brasileiros em benefício de seu país, e também do desenvolvimento da civilização moderna nos trópicos — outros países tropicais como a Venezuela, o Paraguai, a África Portuguesa se têm beneficiado da experiência brasileira — é o nôvo tipo de gado especialmente adaptado aos trópicos que os brasileiros já obtiveram, graças ao cruzamento do zebu, importado da Índia, com animais descendentes daqueles que vieram de Portugal nos tempos de Colônia. Quando os fazendeiros anglo-americanos começaram a mostrar interesse no Brasil, sob o ponto de vista das grandes indústrias frigoríficas dos Estados Unidos, julgaram que o nosso país necessitava introduzir em suas pastagens o gado *Hereford* puro-sangue, que seria cruzado com o gado nativo ou “gado crioulo”. Mas de acôrdo com um observador britânico que estêve no Brasil durante a Primeira Grande Guerra, e estudou minuciosamente o problema — o Sr. J. O. P. Bland — apesar dos resultados obtidos em fazendas experimentais com o gado importado justificar a experiência, brasileiros mais práticos argumentaram que o gado puro-sangue nativo renderia muito mais, dada sua maior imunidade a insetos nocivos, peculiares ao clima tropical, o que não aconteceria com os animais importados e não adaptados ao clima, e que sucumbiriam fãcilmente. E o observador britânico concordou com os brasileiros práticos nesse ponto: que o clima e os insetos do Brasil são fatôres a ser considerados, tratando-se de problema que não poderia ser resolvido com a aplicação da experiência adquirida no Texas ou na Argentina.

Este é o ponto sempre importante: o Brasil é um país tão essencialmente tropical em sua situação física — na sua situação física quase total — que sua agricultura, pecuária, arquitetura, hábitos alimentares, maneira de trajar e hábitos recreativos têm que corresponder a essa situação, tão diferente da européia. Aquilo que faz o Brasil moderno particularmente interessante como experiência social de civilização moderna em um ambiente não-europeu é o fato de que os brasileiros, conseguiram, vencendo grandes dificuldades, desenvolver certo número de valôres essencialmente europeus num ambiente essencialmente não-europeu. Para conseguir êsse fim, adotaram a política de desenvolver novos meios existenciais que fizessem tal desenvolvimento possível, em lugar de macaquear a maneira européia de viver e vestir, os hábitos alimentares, a arquitetura, os métodos de agricultura e de criação

de gado dos europeus. Nações sul-americanas, como a Argentina, o Uruguai e, talvez, o Chile podem imitar a Europa, mas o Brasil tem que encontrar sua própria maneira de combinar a civilização moderna com um ambiente tropical. Não é tarefa fácil. Mas proporciona asas à criatividade. E exige dos brasileiros aquilo que alguns dêles gostariam de evitar: um esforço constante em busca de novas soluções, de soluções originais ou mistas, para problemas de relações de homens civilizados com a natureza; e também para problemas de relações de homens civilizados com outros homens, ainda numerosos no Brasil, portadores de culturas não-civilizadas e cujos costumes, valores e experiência cultural, em lugar de serem radicalmente repudiados, precisam de ser analisados e examinados cuidadosamente, e cuidadosamente utilizados para uma possível nova síntese de cultura a qual será, por sua vez, ao mesmo tempo européia e tropical.

Seguindo essa política os brasileiros empregam na América tropical velho método usado pelos portugueses ao lidar com povos e culturas não-européias em áreas tropicais da Ásia e África. Às vêzes essa política social difere — ou tem diferido — totalmente dos métodos usados por outras potências européias nos trópicos. De acôrdo com Guy Wint, autor britânico que se especializou no estudo de assuntos tropicais do Oriente, mesmo a Inglaterra, apesar de adotar, em relação aos problemas políticos, uma atitude “respeitável no seu conjunto (...) muitas vêzes não alcançou os objetivos a que se propunha, pelo fato de encarar com indiferença a cultura dos povos orientais”. E isto — acrescenta o referido autor — “transformou-se em motivos de queixa dos povos orientais”. Indiferença — a britânica — às culturas não-européias no Oriente tropical. As culturas indígenas dos trópicos, que se tornaram parte da moderna civilização brasileira, jamais foram desprezadas pelos líderes políticos do Brasil ou pela sua “elite”, apesar dêsses líderes poderem ser considerados nórdicos, quanto à raça ou ao sangue, como qualquer líder britânico.

O Brasil tornou-se nação americana independente, mantendo não só a forma de govêrno monárquico e europeu que os brasileiros coloniais conheceram, mas também a família real européia que conheciam de longa data como família regente. Ao mesmo tempo, desenvolveram uma nobreza cujos títulos foram tomados, não da língua portuguesa, ou de qualquer outro idioma europeu, mas do linguajar ameríndio dominante entre os verdadeiros nativos do país. Nomes tupis de rios, montanhas, árvores. Nomes telúricos. Nomes tropicais. E nunca houve a menor hesitação, desde os começos do Brasil como nação independente, em estender os títulos de

nobreza a descendentes de ameríndios e até de africanos. Ao contrário: quando êsses descendiam de chefes ameríndios, ou caciques, eram considerados essencialmente nobres. Mesmo durante os dias da Colônia os portugueses já pensavam assim. E isto explica por que o Marquês de Pombal, homem que tinha em suas veias sangue ameríndio, tornou-se o político mais poderoso do mundo português de seu tempo — o século XVIII — sem sofrer a menor restrição à sua posição de nobre, apesar de seu sangue ameríndio. Isto também explica o fato de que a escolha, que fez o Papa, do homem que seria o primeiro cardeal da América Latina, em antiga e aristocrática família do Brasil — velha família com sangue nobre ameríndio — tenha sido tão bem recebida pelos brasileiros. Foi como se a Igreja Católica Romana, através dessa escolha — feita há cerca de meio século — aprovasse públicamente a política brasileira de tentar desenvolver nos trópicos uma civilização ao mesmo tempo européia e ameríndia, e conseqüentemente de fato universal em sua finalidade e em suas técnicas.

Em suas técnicas, sim, porque aquilo que vem acontecendo com a criação de gado e a agricultura, acontece no Brasil em relação a outras atividades humanas que são parte integrante de uma civilização ou de uma cultura: a atividade como a arte da jardinagem, por exemplo. Através do uso dos mesmos métodos ou técnicas resultantes da combinação da experiência tropical com a ciência européia, o Brasil vem também desenvolvendo seu estilo próprio de jardins ornamentais complementadores de seus estilos próprios em parte extra-europeus, na arquitetura. Aqui, como em outros assuntos, os brasileiros concordam com os modernos cientistas europeus, que descobriram ter os homens europeus, apesar de sua capacidade e poder de domar a natureza, aprendido apenas a cultivar solo europeu em climas europeus.

Eis por que alguns estudiosos atualizados dêsses e de outros problemas relativos à expansão da civilização européia em áreas não-européias acham que precisa ser criada nova ciência para lidar com tais problemas, sob um ponto de vista complementar ao ponto de vista europeu ou boreal, que dominou, até agora, na ciência e na tecnologia. Por que não uma ciência especial a fim de lidar com a adaptação da ciência e da tecnologia européia à situação tropical, chegando mesmo à invenção de novas técnicas para resolver problemas peculiares aos trópicos? Problemas não só da criação de gado, agricultura, arquitetura, urbanização, e planejamento regional, mas também da psicologia ligada à educação, de organização política, de higiene mental, pois tudo indica que o comportamento do homem nos trópicos tem que ser considerado,

em alguns de seus aspectos, em relação a situações e condições peculiares ao ambiente que o cerca; ao fato, por exemplo, de que o clima tropical favorece o contato informal, nas praças públicas, das multidões com seus líderes políticos, sem a necessidade de reuniões no interior de prédios, de atmosfera favorável a exclusivos partidários ou ideológicos. A música, a representação teatral, a dança como bailado artístico, o drama, os ritos religiosos, podem ser afetados da mesma forma pelas condições climáticas tropicais; e poderão ser desenvolvidas, nesses setores, novas formas através de uma relação psicológica e social imediata entre os artistas, ou os líderes religiosos, e as grandes multidões, e não através do rádio ou da televisão, cuja importância provavelmente será bem maior em ambientes boreais do que nos tropicais.

O fitopatologista alemão que esteve no Brasil na segunda década do século atual, Professor Konrad Guenther, da Universidade de Freiburg, escreveu fascinante livro sobre suas experiências, intitulado na edição inglesa: *A Naturalist in Brazil*. Diz aí o Professor Guenther que durante todo o tempo em que esteve no Brasil tropical sentiu-se impressionado pelo esplendor da floração, “um esplendor de floração como jamais vi outro igual”, para usar suas próprias palavras. E existe sempre, acrescenta o autor, o sol, e o céu azul e o povo nas ruas, que aumenta o encanto do quadro “não somente por suas roupas brancas ou multicoloridas, mas também pela alternância de rostos brancos, pardos e negros”. Tal atmosfera, uma combinação constante de natureza com cultura, sob os efeitos do brilho do sol ou da lua tropical, tem que afetar os homens no seu comportamento, no seu caráter, na sua arte, sua filosofia de vida.

O mesmo cientista alemão escreve: “O fato importante, em relação aos trópicos, na minha opinião, é que o indivíduo está permanentemente, dia e noite, em contato com a natureza, assim como o corpo levemente vestido está em contato direto com o ar, de maneira que o indivíduo sente-se livre e confortável; nos trópicos não existem aposentos fechados”. O Professor Guenther, cita uma senhora, aparentemente originária do Norte da Europa, que lhe contou certa feita que jamais poderia voltar a viver no velho continente por que “lá os aposentos são tão opressivos que ela chegava ao ponto de ter a impressão de não poder respirar”. Conheci eu próprio vários europeus setentrionais que, depois de alguns anos de residência no Brasil, não conseguiam se readaptar ao continente de origem, pela mesma razão: desenvolveram uma espécie de claustrofobia, conhecida pelos psicólogos e psiquiatras como a exageração mórbida de uma atitude que muitos homens

e mulheres sentem em relação a aposentos ou a situações opressivas. Talvez chegue o dia em que existam sanatórios em países tropicais, como o Brasil, para o tratamento, e possível cura, de europeus ou americanos boreais que não consigam mais viver saudavelmente, nos seus países de origem — devo declarar que a palavra “boreal” é aqui usada no seu sentido lato — devido a vários fatores, inclusive climáticos, que fazem os aposentos e a vida em seus países tão opressivos para alguns homens, mulheres e mesmo crianças a ponto de os levarem a estados mórbidos.

As crianças brasileiras das classes mais elevadas foram, durante muitos séculos, vítimas e mesmo mártires da idéia de que a civilização européia devia ser preservada no Brasil tal como era mantida ou preservada — nos trópicos, como se fôsse congelada — na Europa boreal. Eram vestidas como se fôsem européias e vivessem em pleno inverno europeu. Em certo período do século XIX os vestidinhos de tecido em padrão escocês foram o máximo, da moda, tanto para meninas como para meninos, e é possível imaginar o que isto significa para uma criança que queria sentir-se livre e confortável e como isto desenvolveu, em algumas delas, aquilo que os modernos psicólogos chamam de complexo — um complexo antiescocês — que em muitos homens foi mais tarde curado pelo fato de terem desenvolvido alta estima por outros valôres escoceses, como o uísque. E, a propósito, devo acrescentar a êsse respeito que os brasileiros adotaram uma combinação de civilização européia e natureza tropical que parece ser completamente desconhecida em áreas tropicais da Ásia e África que visitei: refiro-me à combinação do mesmo uísque escocês com água de côco.

Cientistas europeus e anglo-americanos, tais como o alemão Guenther, e o anglo-americano Marston-Bates, têm oferecido valiosa contribuição para o estabelecimento, que hoje é um esforço sistemático de brasileiros de uma possível ciência especial para o estudo intenso do homem, da natureza e da cultura tropical, em lugares onde os mesmos se estabilizaram, ou estão se estabilizando, em situações totais e complexas, através do íntimo contato, e mesmo da fusão, da cultura com o meio ambiente. Os cientistas não-europeus estão acrescentando suas observações aos estudos das mesmas situações feitos por cientistas ou analistas nascidos nos trópicos, apesar de educados na Europa e nos Estados Unidos. Alguns estão comparando como outrora Bates e Wallace e mais recentemente Guenther suas experiências nos trópicos, com suas experiências européias e também suas experiências — no Brasil, por exemplo — com suas experiências na Índia ou na África



tropical. E é no Brasil que essa possível nova ciência — a Tropicologia — está alcançando seu mais alto e sistemático desenvolvimento. Não faz muito tempo a Sorbonne ratificou oficialmente o valor científico da “antropologia tropical” brasileira reconhecida também por outros eruditos e estudiosos europeus e americanos, sendo que alguns dêles, inclusive o Professor Edmonds, incluem já aquilo que chamam Antropologia ou Sociologia brasileira “telúrica” entre as sete ou oito mais importantes interpretações antropológicas contemporâneas do Homem, como ser situado.

“Ninguém pode sair de sua pele” (ecológica e não étnicamente falando), declara o professor Guenther, acrescentando: “mesmo em pleno equador o europeu não deixa senão lentamente de ser europeu”, pois “inicialmente êle se sente um estranho nos trópicos, desligado da natureza tropical”. Falando como europeu, êle generaliza: “Sòmente graças a um esforço extremo e exaustivo é que se consegue entender a natureza estranha dos trópicos e compreender seu caráter essencial”. E, como se estivesse ansioso por contribuir com sua experiência e com sua ciência para a criação dessa ciência especial, para a qual sugeri eu próprio e venho sugerindo o nome mais ou menos pedante de “tropicologia”, o Professor Guenther sumariza seus conhecimentos da situação tropical nestas palavras altamente significativas: “Viajar por dois países tropicais diferentes evitará que se tire conclusões genéricas, extraídas da observação feita em apenas um, e também fará com que se verifique que existe um caráter tropical definitivamente comum a todos os países situados no Equador, os quais diferem fundamentalmente das características daqueles de latitudes mais temperadas”.

Incluindo-se entre aquêles que considerem sua tarefa “determinar esta diferença e explicá-la de maneira científica”, o fitopatologista alemão pode ser considerado, juntamente com Wallace, Gourou, com os dois Bates — o inglês e o anglo-americano — pioneiros de uma possível nova ciência, exigida pelos problemas modernos e seu impacto nas relações da Europa atual com as culturas e os povos não-europeus. Ciência esta que poderá vir a ser conhecida como Tropicologia.

Já sugeri a conveniência, como subciência dessa ciência especial, de desenvolver-se um estudo, igualmente intensivo e sistemático, das várias expressões das formas européias — formas mais do que substâncias, apesar das duas dificilmente poderem ser separadas — de civilização, em áreas tropicais, da que foram portadores os homens e as mulheres vindos da Espanha e de Portugal, particularmente de Portugal — para os trópicos asiáticos, afri-

canos e americanos. Pois parece que os hispano-portuguêses e espanhóis tiveram capacidade de se identificar com o ambiente tropical e de assimilarem valores da natureza e de cultura tropicais, assim como de se mesclar com raças e populações tropicais de uma maneira que lhes é característica. Característica mais dos portuguêses, do que de qualquer outro povo europeu, cujas atividades, nos trópicos, sempre foram políticas, comerciais, industriais, militares e jamais étnica e culturalmente simbiótica, tal como o foram as relações dos portuguêses e, até certo ponto, dos espanhóis com os ameríndios, os africanos e os orientais de áreas tropicais.

Estou entre aquêles que julgam que a capacidade manifestada pelos hispanos mais que por outros povos europeus, para desenvolver tais relações simbióticas com a natureza — relações entre o homem europeu e a natureza e as culturas tropicais — deve-se ao fato de que, desde seus começos como sociedades nacionais, ou quase nacionais, a Espanha e Portugal foram sempre apenas parcialmente europeus: seu clima e sua situação permitiram-lhes adotar numerosos valores e técnicas de civilizações não-européias, cujas origens eram — ou são — tropicais. Isto explica por que, durante os primeiros dias do Brasil, os portuguêses começaram logo a construir, não somente de acôrdo com sua ciência européia, mas, também, de acôrdo com o que tinham aprendido de árabes, de mouros, do Oriente. Quando os holandeses conquistaram o Nordeste do Brasil e estabeleceram o Recife como sua capital, introduziram nessa cidade e naquela região do Brasil um tipo de arquitetura que provou ser apenas uma importação contra-indicada, com pouca ou nenhuma concessão ao clima tropical. A mesma arquitetura notabilizava-se — característica que parece ter afetado a arquitetura do Recife até relativamente há pouco tempo — por aquilo que os especialistas em técnica arquitetônica chamam de “um protótipo projetado para manter a neve de fora da casa e deixar entrar o sol”, com cornijas altas e estreitas demais para serem suficientemente “protetoras” em uma habitação humana nos trópicos. Um estudioso atual da “habitação para os trópicos úmidos”, o Professor Douglas H. K. Lee, cujo artigo sôbre a habitação para os trópicos úmidos, com fotografias do Professor Robert L. Pendleton, apareceu no número de janeiro de 1951 da *Geographical Review* de Nova York, indica também como tipos de casa igualmente inadequados aos trópicos certas moradias que não passam de adaptação aparente das “vilas” européias a situações tropicais e que são encontradas no Congo Belga.

Enquanto os holandeses e os belgas assim se comportam, ou têm se comportado, os portugueses vêm assumindo, há séculos, atitude completamente diferente. As varandas orientais foram adotadas e se transformaram em característica da arquitetura do Brasil, sendo usadas mesmo em torno de igrejas e capelas, tal como acontece na Índia. Aliás a palavra “varanda” parece ter sido introduzida nos idiomas europeus pelos portugueses.

Mais do que qualquer outra, a arquitetura brasileira foi afetada pelo íntimo contato dos portugueses com o Oriente: não só os jardins se encheram de pavilhões e pagodes chineses, como também a forma oriental de telhado tornou-se característico de casas de residência no Brasil. Essas influências enfatizaram mais os traços “mouriscos” do que os “romanos” na arquitetura doméstica brasileira: uma influência dupla, e por vêzes antagônica, sempre presente no desenvolvimento da arquitetura no Brasil, como tentarei mostrar em capítulo especial dedicado, neste livro, à interpretação sociológica dêsse desenvolvimento em dois sentidos quase sempre complementados.

Os traços romanos começaram a ter relêvo na arquitetura brasileira, assim como na aristocrática dos Estados Unidos, quando uma nova ordem política e econômica começou a desenvolver-se na América portuguesa com a transformação da monarquia, de real para imperial. Os antigos senhores de engenho transformaram-se em barões, viscondes, comendadores: em uma nobreza imperial que acabara por expandir-se da agrária feudal para a aristocraticamente industrial e comercial. Conseqüentemente, tal como aconteceu nos Estados Unidos com o início da fase que Lewis Mumford caracteriza muito bem em sua obra *Sticks and Stones*, fase em que o nome “milionário” transformou-se na “patente da nobreza americana”, surgiu, no Brasil, uma escala de vida e uma moda arquitetônica que tinham em si algo de imperial; que enfatizavam o elemento romano em contraposição aos seus elementos orientais e trópico-orientais. O maior empenho dos arquitetos das residências patricias dessa fase, no Brasil, em lugares como o Rio, o Recife e Salvador, foi criar fachadas de “casas-grandes” — então chamadas de “palacetes” e mesmo “palácios”, como o Palácio do Catete, no Rio, o qual foi construído por um barão do café, nos dias do Império, tendo passado a ser durante largos anos a residência oficial do Presidente da República — dando-lhes o efeito de “dignidade” e “permanência”, que Mumford aponta como características do período “imperial” ou “romano”, na história da arquitetura dos Estados Unidos.

O fenômeno ocorreu não somente na arquitetura doméstica mas, também, na de edifícios levantados com outros objetivos, pois uma das características desse período, talvez mais nos Estados Unidos do que no Brasil, foi a unidade. “No governo, na indústria, na arquitetura, a era imperial foi época glorificada da unidade”, escreve Mumford em referência aos Estados Unidos. E vai além na análise dessa unidade: o impulso imperial, ou “romano”, nos Estados Unidos, expressou-se também em sepulturas e templos monumentais, arquitetura de mausoléus profundamente característica do período. No Brasil, até mesmo as sepulturas deixaram de ser predominantemente “mouras” — escondidas em capelas particulares nas patriarcais casas-grandes de engenho ou de fazendas, ou nas igrejas urbanas — para se tornarem quase que públicas — tão “romanas” e imperiais como as fachadas das novas residências aristocráticas ou plutocráticas em cidades como o Rio, como Recife, como Salvador.

Seria absurdo enterrar um barão, um visconde, um marquês ou um comendador do Império num lugar quase que secreto, quando sua condição imperial, ou sua dignidade quase que romana e mesmo consular, tornava imperativo que seus restos mortais fôssem guardados numa espécie de templo ou de mausoléu. Durante esse período da história da arquitetura brasileira, seus elementos “mouriscos”, particulares e íntimos, perderam grande parte de sua importância sob o impacto do elemento público “romano”, “imperial”. Alguns dos aspectos desta época da história social e arquitetônica brasileira são estudados em meu livro *Sobrados e Mucambos*. Aproveito a oportunidade para destacar o fato de que, em anos recentes, uma das características do desenvolvimento brasileiro tem sido no sentido de maior integração entre seus elementos romanos e mouros, o que também significa uma maior integração de seus elementos europeus e tropicais. Essa tendência é fácil de ser surpreendida em edifícios: a arquitetura é quase sempre uma significativa expressão de tendências integrativas ou desintegrativas em outros aspectos de um tipo de civilização ou de sociedade.

Apesar da arquitetura brasileira como sistema de arquitetura geral — religiosa, militar, oficial, doméstica — ser principalmente do Norte ao Sul do Brasil, uma adaptação da arquitetura portuguesa ou ibérica a espaços tropicais e quase tropicais, ela vem recebendo, em diferentes fases e regiões, influências não-portuguesas, algumas delas contrárias à ecologia tropical. A influência do chalé suíço, entretanto, foi neutralizada graças à influência do bangalô indiano, devido a ingleses, construtores de ferrovias e

portadores de alguma experiência na Índia Britânica, que introduziram no Brasil êsse tipo de residência oriental, considerado, por alguns, ideal para os trópicos. A influência do estilo normando, violentamente antitropical, fêz-se sentir na arquitetura doméstica mais arrivista do Rio de Janeiro, quando essa cidade começou a ser “cidade moderna” na primeira parte do século vinte. A influência alemã e italiana, na construção de casas de campo e mesmo de residências urbanas — em Blumenau, por exemplo — foi devida à presença de considerável número de colonos germanos em algumas áreas do sul do Brasil fenômeno do século XIX. Fletcher e Kidder chegam até a citar, em seu livro *Brazil and the Brazilians*, “uma casa perfeitamente yankee” existente no Brasil por volta do ano de 1870: a casa de certo anglo-americano dono de uma fábrica de algodão em Santo Aleixo. Fletcher e Kidder informaram-nos que “ambas (casa e fábrica) tinham sido projetadas nos Estados Unidos, transportadas em peças separadas e montadas no Brasil, sendo que o pinho usado na casa, “apesar das predições em contrário, provou ter durabilidade superior à do pinho norueguês”.

Um grande número de observadores estrangeiros e brasileiros concordam em que “a influência holandesa deu ao Recife, capital do Estado de Pernambuco (ocupado durante parte do século XVII pelos holandeses) “características que lhe são peculiares”. Essas palavras pertencem a Peter Fuss, autor alemão de um livro intitulado *Brasil* e publicado em Berlim no ano de 1937. Como vários outros observadores estrangeiros, Fuss baseou suas afirmativas no fato de que, no Recife, em pleno ano de 1937, êle encontrara sobrevivência de formas de arquitetura que “continuavam a lembrar a presença dos colonizadores holandeses”. Êsses velhos sobrados, altos e estreitos, não eram, então, os mesmos originalmente construídos pelos próprios holandeses. Sua estrutura muito alta mostrava, porém, que no Recife vinha sendo, em arquitetura, uma tradição que Fuss, e outros observadores estrangeiros da arquitetura do Recife, vêm identificando como mais norte-européia do que pròpriamente português.

Fletcher e Kidder, sem especificarem tal influência “holandesa” — como o fizeram êsses outros observadores — escreveram em seu famoso livro que “muitas das casas de Pernambuco (por Pernambuco êles queriam dizer, o Recife) são construídas em estilo desconhecido em outras partes do Brasil”. Como exemplar dêsse estilo descreveram certa casa de seis andares (visitada em primeiro lugar por Kidder), a qual, sendo puramente luso-brasileira em suas funções, parecia resultar, em suas formas, de influência

norte-européia ou “holandesa”, em contraste com os costumes arquitetônicos predominantes no Brasil. Os mesmos autores, Kidder e Fletcher, sendo o primeiro o pioneiro dos dois quanto à descoberta do Brasil por olhos anglo-americanos, declaram que quando Kidder viu pela primeira vez o bairro mais antigo do Recife, em 1833, os prédios ainda exibiam “aquêlê velho estilo de arquitetura holandesa” ao qual os portugueses, depois de terem conquistado a região aos invasores batavos, tinham acrescentado suas “sacadas e gelosias artisticamente trabalhadas”, de acôrdo com o velho estilo mouro. O que houve, nesse caso, foi a absorção da arquitetura “holandesa” pela luso-tropical. Isto era de esperar em regiões como Pernambuco, onde a arquitetura “holandesa” revelou-se artificial, trazida de fora — tijolos e tudo o mais — da Europa, tal como aconteceria com a “casa yankee” de Santo Aleixo, também trazida aos pedaços dos Estados Unidos. Enquanto a arquitetura luso-tropical era — e é — um sistema ecológico de construção que se especializou de início em usar menos pedra e azulejos que materiais locais — pedra, madeira, etc. — e adaptando-se assim às condições tropicais.

No Brasil, tal como acontecia em Nova Amsterdã, tudo indica que os holandeses copiaram os estilos da velha Amsterdã; e como o excesso de população da velha cidade forçara a edificação de sobrados altos e estreitos, os pouco imaginosos burgueses holandeses reproduziram seus prédios assim esguios na ampla Nova Amsterdã. Segundo o historiador norte-americano, professor Max Savelle, em seu livro *Seeds of Liberty* (Nova York, 1948), foi assim que os holandeses agiram na área que atualmente é a cidade de Nova York.

Seu comportamento no Brasil tropical foi caracterizado por uma atitude ainda menos engenhosa em relação à arquitetura, em particular, e à arte de adaptar valôres e técnicas européias aos trópicos, em geral. Isto explica porque foram tão rapidamente absorvidos pela China tropical que o Brasil é, ou foi, em relação aos valôres europeus ou anglo-americanos não adaptados a sua condição de país, em grande parte, tropical. O êxito dos portugueses no Brasil tem que ser principalmente explicado em têrmos de uma quase constante disposição, da parte dos lusos e dos seus continuadores brasileiros, em adaptar valôres e técnicas européias às condições tropicais, indo ao extremo de repudiar alguns valôres e técnicas européias e adotando, em seu lugar, técnicas tropicais. E isto êles o fizeram não sòmente no setor da arquitetura doméstica como também quanto à alimentação. É o que

indica a substituição do trigo pela mandioca na maior parte das áreas tropicais do Brasil.

Só recentemente foi assinalado, na Conferência sôbre a Arquitetura Tropical realizada em Londres, no ano de 1953, que os brasileiros modernos teriam redescoberto valôres na arte, na higiene e no planejamento urbano que podem ser considerados tropicais. Valôres que, apesar de conhecidos pelos povos antigos, não haviam sido reconhecidos pelos europeus, ou anglo-americanos, em suas tentativas de desenvolver civilizações modernas em áreas tropicais. Assim sendo, O. H. Koenigsberger observou, em seu ensaio *Tropical Planning Problems* (publicado durante a Conferência de Arquitetura Tropical, Londres, 1954), que “já se tornou evidente que a virtude das ruas muito largas não é tão incontestável e axiomática como os engenheiros sanitaristas das primeiras décadas dêste século acreditavam. Os trópicos áridos por exemplo, possuem uma tradição de ruas estreitas e de arcadas, ruas às vêzes totalmente cobertas, proporcionando sombra e alívio contra o calor e a claridade”.

Tal tradição, trazida para o Brasil pelos portugueses, afetou a arquitetura brasileira em suas mais genuínas expressões, sejam “coloniais” sejam “modernas”. Alguns dos mais recentes edifícios no Brasil estão voltando ao velho estilo oriental-ibérico. Ruas com arcadas, graças a uma espécie de cooperação entre a arquitetura e o urbanismo, estão voltando a ser moda no Brasil. Esta é, aliás, uma das idéias pioneiras dos “Regionalistas” do Recife: um grupo cuja combinação de modernismo, regionalismo e tradicionalismo foi há pouco indicada por um dos maiores arquitetos modernos do Brasil, Henrique Mindlin, como tendo aberto caminho para as soluções mais adequadas aos problemas da arquitetura entre os brasileiros.

O arquiteto, O. Jaiyesimi, da Nigéria, falando na citada Conferência sôbre arquitetura tropical, disse que “o uso de novos materiais para a construção no estilo ocidental proporcionará a expansão da civilização moderna nos trópicos, mas o idioma arquitetônico do lugar jamais evoluirá se os arquitetos locais não tiverem a iniciativa de usar o material e a mão-de-obra locais”. Na mesma ocasião outro arquiteto, R. S. Colquhoun, da Grã-Bretanha, lembrou que “os brasileiros tinham redescoberto o painel perfurado da arquitetura Mogul como elemento atenuante do sol...” É interessante assinalar que o moderno movimento para descobrir êste ou aquêle valor oriental na arquitetura, alguns dêles trazidos para o Brasil pelos portugueses durante o período colonial, teve início com a Conferência sôbre Regionalismo realizada no

Recife, em fevereiro de 1962, e organizada pelo Centro Regionalista do Nordeste para defesa tanto na arquitetura como em outras artes de valores regionais e tradições suscetíveis de serem modernizados: literatura, recreação, cozinha, planejamento, urbanização, educação, etc. Esse Centro foi fundado no Recife no ano de 1924, tendo o Professor Odilon Nestor como seu presidente. A importância do movimento regionalista repita-se foi reconhecida recentemente por um dos maiores arquitetos modernos do Brasil, Henrique Mindlin, naquele que é, talvez, o melhor livro até hoje publicado sobre a arquitetura brasileira: *A arquitetura moderna no Brasil* (Rio de Janeiro, Amsterdã, 1956), o qual contém um prefácio do Professor S. Giedion. Declara Mindlin que o Manifesto Regionalista do Recife (1926), é um documento de “positiva significação” quanto ao desenvolvimento da arquitetura nacional do Brasil, como arquitetura tanto moderna como regional. Para Mindlin, as idéias dos regionalistas vêm encontrando plena expressão em “recentes tentativas (da parte de arquitetos) de integrar elementos contemporâneos com aqueles regionais e tradicionais”. O mesmo fato, em relação ao pioneirismo dos Regionalistas do Recife, foi assinalado pelo professor de arquitetura da Escola de Arquitetura da Universidade do Rio de Janeiro, o arquiteto Paulo Soares.

Antecipação também dos Regionalistas do Recife, porém relativa à pintura mural e seus temas desenvolvidos pelo falecido Cândido Portinari e outros por pintores modernos brasileiros, foi assinalada pelo Professor Robert S. Smith. Outras antecipações dos Regionalistas do Recife vêm sendo reconhecidas na literatura, e nos estudos sociais no Brasil. O Movimento Regionalista parece marcar um início definitivo dos estudos de moderna antropologia e sociologia, no Brasil, em bases ecológicas ou regionais e atendo-se à importância de constantes ou de tradições na vida de uma sociedade.

Outro “brasileirismo” na arte e na ciência da construção foi reconhecido pelos arquitetos que se encontraram em Londres em 1953, quando um deles chamou a atenção dos seus colegas para o fato de que as dimensões dos espaços interiores podem ser menores nos trópicos do que na Europa. Tal assunto foi estudado de maneira muito inteligente na conferência londrina. Um dos arquitetos presentes, G. Anthony Atkinsons, em relato sobre *Arquitetura Tropical e Padrões de Construção* observou que as exigências médicas, da saúde pública, geralmente adotadas nos trópicos foram copiadas em leis européias e — nos casos de



territórios tropicais sob contrôle ou influência britânica — “parecem ter pouca validade científica, por se basearem em regulamentos de territórios da Inglaterra ou Escócia ao tempo em que foram adotados”. Além disso, nos trópicos “muitas atividades podem ser realizadas ao ar livre. Um simples teto pode ser o bastante para dar proteção contra o sol, a chuva e o orvalho em noites frescas mas sem nuvens. (...) Seria bem mais interessante reconsiderar a base dos padrões relativos a espaços e pensar nos mesmos em termos de exigências sociais, muito mais do que de salubridade”, acrescentou, reconhecendo assim a importância social ou sociológica de esforços modernos no sentido de um tratamento científico dos problemas tropicais relativos à habitação, assim como aquêles atinentes ao planejamento de cidades e da agricultura, de acôrdo com as condições tropicais já, há anos, ponto de vista sustentado por ecologistas brasileiros.

A. Adedokum Adeyemi, da Nigéria, observou seguindo a mesma linha de raciocínio: “o planejamento moderno na África erra freqüentemente quando procura satisfazer os africanos sofisticados, que insistem em levar uma vida baseada em falsa concepção de padrões ocidentais. Nossa necessidade imperiosa é planejar a fim de elevar o padrão de vida geral das massas populares e isto poderá ser fãcilmente conseguido aceitando-se aquilo que é bom na maneira tradicional de viver”. Tradicional ou regional, poderia ter acrescentado.

É isto exatamente o que vem sendo feito em relação ao planejamento urbanístico, à música, à agricultura, à escultura, à literatura, à sociologia assim como à criação de gado por brasileiros que se tornaram profundamente “tópico-conscientes” e que tiveram seu interesse despertado para o assunto, desde 1924, pela insistência dos Regionalistas do Recife, que afirmavam a necessidade do Brasil desenvolver sua civilização com base numa ecologia tropical e em sua tradição lusotropical ou hispanotropical.

Mesmo em relação ao vestuário, os brasileiros mostram atualmente certa tendência para romper com a passividade por demais submissa aos modelos europeus, dêles e de outros tropicais, desenvolvendo estilos que correspondam mais de perto, tanto do ponto de vista higiênico como estético, às condições tropicais. Em relação a êsse ponto de vista uma tentativa realizada há poucos anos pelo pintor Flávio de Carvalho, de São Paulo, deve ser considerada arrôjo de pioneirismo, no sentido de encontrar-se uma solução científica do problema, não sòmente para o Brasil, mas também para outras civilizações modernas situadas em áreas tropicais.

Sua idéia baseia-se numa ousada modernização de sugestões oferecidas pelos habitantes da Índia, da África e por outros povos tropicais.

Os especialistas em nutrição no Brasil estão fazendo o mesmo em relação aos pratos tradicionalmente tropicais, que deixaram de ser considerados elegantes: suas virtudes alimentares adequadas ao clima tropical estão sendo agora redescobertas, graças ainda aos Regionalistas do Recife. Chapéus e sapatos, pelo menos para um considerável número de brasileiros, há muito deixaram de ser os de modelos europeus ortodoxos. Há brasileiros ilustres que não usam sapatos ou chapéus, andando pelas ruas de cabeça descoberta e com sandálias. O uso de calças muito leves, e mesmo do pijama, vai se tornando possível fora dos círculos estritamente domésticos ou íntimos.

Há mais de meio século um viajante escreveu que “em sua ambição de copiar os europeus e norte-americanos, os cavalheiros elegantes do Rio desprezam inteiramente a propriedade essencial das coisas, preferindo roupas de pesada casimira preta e cartolas de pele de castor, peças que em hipótese alguma deveriam ser usadas em seu tórrido clima”. E observava com certa audácia que “roupas de linho e levíssimos chapéus de palha são a roupa e o chapéu adequados para os trópicos”. Esse viajante não poderia imaginar como a situação mudaria em apenas algumas décadas.

Seria igualmente difícil para europeus e anglo-americanos que visitaram o Brasil no final do século XIX antecipar a absorção de imigrantes não-ibéricos pelo Brasil tropical: realidade que faz parecer ridículas as profecias sobre a italianização de São Paulo e a germanização de Santa Catarina. O Clima Tropical que é o Brasil não se deixa absorver: absorve.

É verdade que esses imigrantes não-ibéricos vêm introduzindo numerosos e valiosos italianismos e germanismos no português falado no Brasil, assim como nos hábitos alimentares e nos costumes brasileiros em geral. O mesmo se aplica a outros imigrantes não-ibéricos estabelecidos no Brasil, inclusive japoneses. Mas a maioria vem sendo abrasileirada à medida que se adapta ao meio. Os trópicos parecem ter uma aliança secreta com a civilização brasileira contra todos os seus possíveis inimigos.

Escrevendo a respeito dos imigrantes europeus que se instalaram no Brasil moderno, o Professor Arthur Ramos disse, no capítulo “Pioneirismo Social”, em *Brazil* — livro excelente organizado pelo Professor Lawrence F. Hill e publicado em 1947 — que, “do ponto de vista dos contatos raciais o colono italiano mostrou-se o mais adaptável depois do português”. A partir da

primeira geração êle estaria “completamente aculturado”, no Brasil. Em relação ao colono alemão, o Professor Ramos assinala que, “nas regiões do planalto do Sul do país êles estabeleceram pequenas fazendas, “em opposição às vastas propriedades do sistema luso-brasileiro”. Falando sôbre os colonos não-portuguêses, ou não-iberos europeus em geral (italianos, alemães, eslavos), Ramos diz que êles vêm mudando “o caráter” ou a “estrutura social” de algumas das sub-regiões do sul do Brasil, onde se estabeleceram, de preferência, em “pequenas propriedades”: elementos básicos da sua atividade agrícola. Admite, juntamente com o Professor Emílio Willems, o marginalismo de alguns colonos alemães em relação à cultura nacional tradicional. Mas também concorda com o Professor Roquette Pinto, o maior antropologista moderno de nosso país, em que os imigrantes alemães desejam ser assimilados pela cultura brasileira, como se pode constatar pelos “inúmeros cavaleiros teuto-brasileiros, montados à maneira típica dos gaúchos, com esporas de prata, chapelão de abas largas, bombachas com botões de prata e laços”, comuns no Sul do Brasil. No ensaio intitulado *O Mundo que o Português criou* — resumo de várias conferências feitas em universidades européas, em 1937 — indiquei sinais menos evidentes do desejo de colonos europeus de origem não-ibérica em ser assimilados pela cultura nacional tradicional, de origem ibérica ou portuguêsã: uma cultura que muitos dêsses adventícios sentem expressar íntima e profunda harmonização do sistema de vida europeu com as condições do espaço tropical ou quase tropical. Assim pensando, reconhecem o fato de que os brasileiros resolveram muitos problemas ligados à vida civilizada em áreas tropicais, a um ponto que coloca a civilização brasileira entre as mais criadoras que o homem já desenvolveu nos trópicos.

Se os brasileiros têm sido criadores de estilos de vida e não apenas imitadores de estilos europeus, isto se deve a uma qualidade sua, que não é geralmente relacionada aos trópicos: Lafcadio Jearn, apesar de ter sido um entusiasta da vida e dos povos tropicais, achava que os trópicos não serviam para os homens de idéias. Dizia êle que o homem deve evitar pensar, quando nos trópicos. O clima quente não lhe parecia favorável à vida intelectual criadora de alta qualidade.

O Brasil tropical não parece favorável de todo a essa e outras generalizações sôbre os trópicos. A vida intelectual brasileira está sendo uma surpresa para os europeus e anglo-americanos, mais desdenhosos da inteligência das gentes tropicais. Teixeira de Freitas — jurista cuja influência chegou à Argentina e ao Chile —

foi um pensador nascido e criado no Brasil tropical. Brasileiro também foi Santos Dumont, um inventor aceito pelos mais abalizados historiadores europeus — ingleses e franceses — como predecessor dos próprios irmãos Wright na invenção do avião moderno. Brasileiro é o pesquisador e físico César Lattes, que chegou a ser considerado nos Estados Unidos como um dos mais promissores cientistas jovens de nosso tempo. Brasileiros foram Oswaldo Cruz, os irmãos Almeida, Vital Brasil, famosos por suas pesquisas no campo dos problemas tropicais de medicina: pesquisas iluminadas por idéias ou hipóteses completamente novas. A do metabolismo do Homem Tropical, por exemplo.

A literatura brasileira, a arquitetura brasileira, e a ciência social brasileira, tôdas estão revelando sinais evidentes de criatividade da parte de brasileiros. De intelectuais ou de pensadores brasileiros.

Foi durante um longo período de permanência no Brasil tropical que Alfred Russell Wallace desenvolveu suas idéias sobre a biologia, que o fizeram rival de Darwin. Outros europeus e anglo-americanos viveram no Brasil vida de pensamento intenso e produtivo como cientistas de diferentes ramos da ciência nacional ou cultural. Lund, geólogo escandinavo; Grivet, filólogo nascido na Suíça; Hartt, dos Estados Unidos, também geólogo; Signaud, francês, pioneiro na medicina tropical, que estudou no Brasil; Patterson, inglês, pioneiro no mesmo campo; Müller, alemão, naturalista. A literatura judia no continente americano nasceu no Brasil tropical com um poema escrito pelo Rabino Aboab da Fonseca, que durante anos residiu no Recife. Parece que também os estudos teológicos e sociais dos protestantes, motivados pelos problemas de contato de europeus cristãos com os nativos dos trópicos, começaram no Brasil através dos protestantes franceses e suíços que se estabeleceram no Rio de Janeiro, no princípio do século xvi.

O Brasil talvez seja uma China tropical pelo seu poder de absorção de elementos exóticos. Mas encarado em relação a certos aspectos de sua civilização é uma contradição positiva à idéia clássica, seja de "China" seja de "trópico": espaços onde a vida humana se caracterizava pela inércia na sua forma mais passiva. Mitos que o Brasil vem desmentindo, sendo, entretanto, quase todo, situado em espaço tropical e assemelhando-se sob vários aspectos — a imensidão de territórios — por exemplo — à China.



# I

## ANTECEDENTES EUROPEUS DA HISTÓRIA BRASILEIRA

Ao Brasil, país descoberto e colonizado pelos portugueses, dá-se às vêzes o nome de América Portuguesa. E com êsse nome de América Portuguesa é geralmente considerado extensão da Europa, tão português permanece êle nas suas principais características, português ou hispânico, para não dizer ibérico. Também católico, e como tal um ramo ou variante da forma latina de Cristianismo ou de civilização.

Mas a verdade é que nem essas origens nitidamente portuguesas ou hispânicas, nem as suas raízes católico-latinas, fazem do Brasil simples e pura extensão da Europa como a Nova Inglaterra, da velha Inglaterra, e ainda, como a Nova Inglaterra, do Cristianismo evangélico ou protestante que veio a predominar na América do Norte. E isto pelo fato universalmente conhecido de que a Espanha e Portugal, embora convencionalmente Estados europeus, não foram nunca ortodoxos em tôdas as suas qualidades, experiências e condições de vida européias ou cristãs, antes, por muitos e importantes aspectos, parecendo um misto de Europa e África, de Cristianismo e Maometanismo.

Daí concordarem os geógrafos em que a península hispânica é uma zona de transição entre dois continentes; e daí ainda o dito popular, de que os nórdicos algumas vêzes fazem uso tão sarcástico: “a África começa nos Pireneus”.

Durante oito séculos a península hispânica ou ibérica, foi dominada por africanos. Árabes e mouros deixaram ali fortes traços de si próprios. Ainda que alguns autores modernos, espa-

nhóis e portugueses, como Unamuno, por exemplo, desejem a completa europeização da Espanha e Portugal, outros, como Gannivet, sustentam que é procurando o Sul — e o Sul é a África — que Portugal e Espanha encontram a chave do seu futuro e a explicação do seu *ethos*.

Este conflito de opinião vamos encontrá-lo entre autores estrangeiros que se dão ao estudo da história social tanto quanto dos problemas culturais dos povos hispânicos. Enquanto uns, como por exemplo, o alemão Schulten, acham que uma das tarefas da Europa seria anexar definitivamente a Espanha ao sistema de civilização européia, outros, à maneira de Maurice Legendre, vão ao ponto de dizer que o elemento africano é um dos melhores e mais originais ingredientes da Espanha, e menos para ser repudiado com vergonha do que para ser reclamado com orgulho.

Legendre é um dos autores que destacam a semelhança entre a península hispânica e a Rússia como zona de transição, que representam, entre dois continentes: "Elle (Espanha ou Ibéria) est à la rencontre de deux continents comme la Russie" (1). E não somente, poderíamos acrescentar, entre dois continentes; entre dois climas, dois tipos de solo e de vegetação, duas raças, duas culturas, duas concepções de vida, dois complexos ecológicos.

E, como na Rússia, as concepções e condições antagônicas de vida dos hispanos — espanhóis e portugueses — não chegam nunca a um ponto de equilíbrio sem muito conflito. Mas sempre o processo de fusão, de acomodação, de assimilação, mostrando-se poder maior que o de oposição. De onde poder-se dizer que os portugueses e os espanhóis, da mesma maneira que os russos, por mais de um aspecto da sua vida social e cultural, revelam-se com a dupla personalidade do *Dr. Jekyll-Mr. Hyde*, que muito psicólogo tem estudado em certos indivíduos e muito sociólogo tem observado em certos grupos.

Isto não impede que, sob outros aspectos, russos e hispanos sejam não somente mais dramáticos, porém psicologicamente mais ricos e culturalmente mais complexos do que os povos sem aquela duplicidade de alma, que lhes desenvolve especial capacidade não apenas para suportar contradições mas para harmo-

---

(1) Maurice LEGENDRE, *Portrait de l'Espagne*, Paris, 1923, p. 49. A situação da península hispânica como zona de transição entre a Europa e a África é certamente, sob muitos e importantes aspectos, igual à da Rússia, descrita pelo Prof. Hans KOHN como "área em que o Oriente e o Ocidente se encontram pela sua história e pela sua natureza." *Orient and Occident*, Nova York, 1934, p. 76.

nizá-las. E esta capacidade é que os russos agora nos revelam de uma maneira impressionante e que é a mesma, diga-se, já revelada pelos portugueses e espanhóis nas fases mais criadoras da sua história; e entre os primeiros, como entre os últimos, revelada sempre através dos mesmos e clássicos métodos pelos quais indivíduos e grupos acabam resolvendo os seus problemas mais íntimos de personalidade.

De acôrdo com os modernos sociólogos e psicólogos sociais americanos, são fundamentalmente três as soluções conhecidas para êsses conflitos: 1) rejeição, usualmente por repressão, de um elemento ou interesse, e a seleção de outro que lhe seja oposto; 2) cisão da personalidade em duas ou mais divisões, cada uma voltada para um interesse ou objeto particularmente seu; 3) integração, ou equilíbrio, de elementos antagônicos.

Ou muito me engano ou cada uma dessas três soluções clássicas é fácil de encontrar em uma ou outra das diversas fases do desenvolvimento social e cultural dos espanhóis e dos portugueses. A fase, porém, entre tôdas, que mais nos interessa é a que imediatamente precede a descoberta do continente americano e a sua colonização pela gente ibérica. É verdade que a preparação social e psicológica — preparação inconsciente — daqueles dois povos para tão enorme tarefa veio a custar-lhes oito séculos: os oito séculos de contato dos cristãos de Portugal e de Espanha com os árabes e os mouros que dominavam a península. Se houve, então, como diz Fernando de los Rios, épocas de luta e de intolerância, houve também “maravilhosos períodos de compreensão e de cooperação”. “Basta recordar”, escreve Rios, — “que os três cultos do século XIII — o cristão, o mourisco e o mosaico — eram celebrados num mesmo templo: o da mesquita de Santa Maria la Blanca de Toledo”(2).

Por outro lado, os períodos da dominação ortodoxamente Católica de Castela sôbre a chamada “totalidade hispânica” parecem ilustrar a solução — ou tentativa de solução — de coexistência de antagonismos étnicos e culturais pela rejeição ou repressão de vários elementos e seleção de um grupo étnico, ou de uma religião ou de uma cultura, tida como a perfeita ou ortodoxa: a Inquisição teria sido o instrumento mais poderoso usado pela Espanha para chegar a êsse resultado. Apenas nem a centralização castelhana nem a Inquisição puderam reprimir certas di-

---

(2) Fernando de Los Rios, “Span in the Epoch of American Civilization”, em *Concerning Latin American Culture*, Nova York, 1940, p. 24.



ferenças ou neutralizar completamente o processo de acomodação, no campo cultural, ou o amalgamamento, no biológico e étnico. Os *Mozárabes* (cristãos que viviam sob o domínio muçulmano), os *mudéjares* (mouros que viviam sob o domínio cristão) e os *cristãos-novos* (judeus completa ou superficialmente convertidos ao Cristianismo) tornaram-se na Espanha, tanto como em Portugal, poderosos demais, e demasiado penetrantes, plásticos e fluidos, para deixarem que a vida social e cultural dos espanhóis e dos portugueses fôsse dominada por um grupo único, nitidamente definido e que se considerasse a si próprio biologicamente puro (*sangre limpia*) ou culturalmente perfeito, segundo o padrão europeu ou o africano de pureza ou perfeição.

Bem dramáticas foram as lutas entre os que tinham o Cristianismo latino como o seu ideal de perfeição e os adeptos fanáticos de Maomé ou de Moisés. Mas o resultado geral do longo contato dos espanhóis e dos portugueses com os árabes, os mouros e os judeus resultou antes em integração, ou equilíbrio, de elementos antagônicos do que em segregação ou diferenciação ostensiva de qualquer dêles; ou em choques violentos entre êles. Os árabes juntaram à língua portuguêsã e à espanhola rico vocabulário de arabismos, fato êste que leva a conclusões sociológicas nada desprezíveis. Uma delas é que, em ambos os idiomas, os arabismos parecem dominar o vocabulário latino quando se trata de têrmos científicos e técnicos de importância, relacionados com a agricultura ou com a indústria extrativa. E certas expressões populares, como “trabalhar como um mouro”, parecem explicar por que esta ou aquela parte da península considerada de “solo fértil” pelos autores árabes é considerada árida pelos cristãos. Um detalhe significativo é que na língua portuguêsã a palavra para a árvore que dá a azeitona, *oliveira*, é de origem latina, enquanto a palavra *azeite*, de uso corriqueiro, e que serve para designar o produto comercial extraído daquela planta, é de origem árabe.

Outros exemplos poderíamos destacar de como árabes e latinos, cristãos e judeus, católicos e maometanos fizeram da cultura espanhola e da portuguêsã ou, antes da cultura hispânica (porque se trata realmente de subculturas), das línguas e dos tipos étnicos da Espanha e de Portugal, produtos mais ou menos harmônicos, mais ou menos contraditórios, de uma espécie de cooperação paradoxalmente competidora entre diferentes capacidades humanas, e talvez étnicas, e ainda, entre talentos diversos, culturalmente especializados; e até entre disposições antagônicas.

A diversidade regional proveniente das condições peninsulares do solo, da situação geográfica e do clima deve igualmente ser tomada em consideração por quantos se interessam pelos antecedentes do Brasil. Antecedentes europeus que não foram puramente europeus mas também africanos infiltrados na Europa hispânica; que não foram puramente cristãos mas também judaicos e maometanos; que não foram somente agrários (como poderia parecer pela importância dos senhores de terra nos primeiros dias de Portugal) mas também militares; que não foram somente industriais (como poderia sugerir o esforço técnico dos árabes e dos mouros) mas marítimos e comerciais, pelo lado dos nórdicos e dos judeus. Antecedentes notáveis não apenas pela capacidade para o trabalho duro, contínuo e monótono de uns, e pela sua inclinação, para a vida sedentária de campo, como pelo espírito de aventura e de cavalaria romântica de outros.

Na história dos espanhóis e dos portugueses, a diversidade das condições físicas apenas cede em importância à dramática diversidade dos elementos culturais e étnicos; e por ela é que se explica que forças enormes postas no sentido de uma absoluta uniformidade de cultura, de caráter e de vida — como a violenta centralização do poder político em Lisboa, ou em Madri, a Inquisição, a Companhia de Jesus, e, já muito depois da descoberta do Brasil, a ditadura, a um tempo eficiente e brutal, do Marquês de Pombal — não pudessem destruir entre os portugueses as diferenças, a variedade, o espontâneo vigor popular e regional.

Decerto que essas forças uniformizadoras foram necessárias ao desenvolvimento da Espanha e de Portugal como potências colonizadoras, tanto mais que havia bastante vitalidade social em cada uma delas para não se tornarem estritamente ortodoxas ou católicas no sentido religioso ou social que queriam os jesuítas ou que pretendeu a Inquisição; e para não perderem, tampouco, sob a pressão de governos fortemente centralizados, a sua diversidade regional de vida e de cultura. E foi ainda boa coisa que nem sempre essas forças uniformizadoras agissem de acordo, mas às vezes se mostrassem antagônicas e entrassem em choque ou competição. Bom para a conservação de certas e sadias diferenças ou antagonismos que a Coroa estivesse contra a Igreja, por exemplo; e que a Companhia de Jesus estivesse às vezes contra a Inquisição. Porque houve um período em que os próprios judeus tiveram os jesuítas como protetores contra a poderosa Inquisição. E o fato é que embora nominalmente expulsos, os judeus não desapareceram nunca da vida portuguesa.

Aubrey F. G. Bell, que tão profundamente estudou a história cultural dos portugueses, é quem nos cita de um viajante polaco, Sobieski, estas palavras, escritas em 1611: “Há em Portugal muitos judeus, em tão grande número que várias são as famílias portuguesas de origem judaica. Embora tantos dêles fôssem queimados ou expulsos, muitos vivem ocultos entre os portugueses”<sup>(3)</sup>.

Quando nos séculos XVII e XVIII se tornou moda entre os homens da melhor sociedade usar óculos para se darem assim ares de sábios e de cultos, muito judeu astuto, dos sefárdicos, procurou disfarçar o seu nariz semítico debaixo de tais óculos. E tanto cristão como judeus não parecem ter usado em Portugal anéis com pedras preciosas senão para mostrar o seu desprezo pelo trabalho manual. Este costume ainda sobrevive no Brasil. A ostentação de nobreza pelos aristocratas portugueses, fôssem cristãos ou judeus — porque os judeus de Portugal e de Espanha constituíram antes uma aristocracia do que uma plutocracia — algumas vêzes exagerou-se em formas grotescas, como, por exemplo, a de se associarem três aristocratas pobres para o uso de uma mesma e única roupa de sêda, tendo dois dêles que ficar em casa sempre que o terceiro saía com a indumentária de luxo.

Certo viajante refere-se a médicos judeus que para se disfarçarem melhor em cristãos, e melhor esconderem a condição judaica, prescreviam, na América Portuguesa do século XVII, o uso da carne de porco aos seus clientes. E todos êsses judeus se faziam notar pelos seus cuidados com o vestuário, mesmo os que trabalhavam de carreiros, ou faziam outros serviços humildes, como os vendedores sefárdicos de “pan de España”, em Esmirna.

Não raro era o próprio rei de Portugal quem protegia os judeus do seu reino contra a rigorosa observância das leis em vigor, leis inspiradas mais num ideal de pureza religiosa do que de pureza racial. Êsse ideal de pureza religiosa veio a ter considerável importância política na fundação e no desenvolvimento do Brasil como Colônia politicamente católica de Portugal.

Assim é que houve tempo no Brasil em que, à chegada de navios, iam frades ao encontro dos passageiros vindos de fora, não para saber da sua nacionalidade, nem para verificar a ordem dos seus papéis ou examinar a sua saúde física, mas para indagar da sua saúde religiosa. Eram cristãos? De pais cristãos? E até

---

(3) Aubrey F. G. BELL, *Portugal of the Portuguese*, Londres, 1915, p. 4.

que ponto ortodoxos? Como se fôsem autoridades de imigração ao serviço, ao mesmo tempo, do Estado e da Igreja, tais frades defendiam o país, não de doenças contagiosas ou de criminosos, mas de infieis e de hereges. O herege era considerado inimigo político da América Portuguêsa: se fôsse judeu teria que se disfarçar em cristão-nôvo, embora secretamente continuasse judeu; se protestante teria que se disfarçar em católico. Parece, entretanto, que, quando eram ricos os judeus, verificava-se considerável contemporização ou acomodação no ajustamento dessas diferenças religiosas. Foram os judeus elemento de notável influência na vida cultural e social de Portugal, não sòmente pela sua atividade comercial e pela sua capacidade para alargar os contatos cosmopolitas dos aventureiros cristãos lusitanos no comêço dos seus empreendimentos marítimos, mas por outros motivos ou razões. Não devemos, contudo, esquecer que, para tais empreendimentos, os portugueses foram particularmente favorecidos pela sua situação geográfica, e que desde os primeiros tempos grandemente influiu sôbre eles o mar. Alguns autores, referindo-se à porção do Oceano Atlântico que fica entre a costa ocidental de Portugal e a linha que vai dos Açôres à Madeira, dão-lhe o nome de “mar lusitano”; e diz Dalgado, especialista em geografia climática, que, tomado como um todo, o “mar lusitano” tem mais correntes do que qualquer outro mar da Europa — fato êste, acrescenta, que explicaria “a quantidade e a variedade de peixes que aí se encontram”(4). Kohl, outro especialista no assunto, há mais de meio século chamava Portugal “a Holanda da península ibérica”, que também foi a comparação feita por Fischer, autor de um mapa que fixa a configuração da península hispânica.

Dalgado descreve Portugal como “o plano inclinado ocidental da península ibérica, pois que é a larga porção da sua superficie exposta aos ventos oceânicos, do lado ocidental, que lhe dá o clima diferente que tem”(5). Diferente não apenas do ponto de vista da geografia física, mas do ponto de vista cultural e histórico. Porque a história étnica e cultural de Portugal, a composição profundamente heterogênea da sua população, o seu cosmopolitismo comercial e urbano em opposição ao seu conservantismo agrário ou rural, tudo condiz com o Portugal “plano inclinado ocidental da península ibérica”, de que fala Dalgado.

(4) D. G. DALGADO, *The Climate of Portugal*, Lisboa, 1914, p. 33.

(5) D. G. DALGADO, *The Climate of Portugal*, Lisboa, 1914, p. 42.

Para certos antropologistas, os iberos teriam sido os primitivos habitantes da península ibérica, havendo quem os descreva como mongolóides. Mas a verdade é que tantos foram os grupos invasores que se estabeleceram em Portugal — os ligúrios, os celtas e os gauleses, os fenícios, os cartagineses, os romanos, os suevos e os gôdos, os judeus, os mouros, os alemães, os franceses, os inglêses — que seria difícil achar um povo moderno de remoto ou próximo passado étnico e cultural mais heterogêneo. E deve-se acrescentar que antes mesmo da descoberta e colonização do Brasil já a população de Portugal se havia também mestiçado ao contato de numerosos negros<sup>(6)</sup> que ali penetraram como escravos domésticos, e ainda ao contato de índios orientais, que tanto se fizeram notar pela sua habilidade como entalhadores e ebanistas.

Não surpreende, pois, a diversidade de tipos antropológicos e culturais que se vê entre os portugueses. Alguns estudiosos do *ethos* português dão os fenícios, os cartagineses e os judeus como os primeiros animadores do espírito de iniciativa marítima que floresceu em Portugal, do século XIV ao século XVII. E admitem que os romanos tenham dado aos portugueses a estrutura fundamental da sua linguagem e de algumas das suas instituições sociais; e, por outro lado, que os mouros tenham deixado muito traço da sua influência, não somente nas instituições sociais, na linguagem, na música e nas danças de Portugal, mas também na sua cultura material — na arquitetura, na técnica industrial, na cozinha, na vestimenta popular.

A presença e a influência em Portugal dos cruzados franceses e inglêses, com o seu espírito de aventura e o seu desprezo pelo trabalho agrícola; a presença e a influência dos judeus, com o seu espírito comercial, e, como todos os judeus esfárdicos, com o seu desdém por qualquer espécie de trabalho manual, que compensavam com o seu excessivo entusiasmo pelas profissões intelectuais e burocráticas; as vitórias portuguesas sobre os mouros; as conquistas dos portugueses na Ásia e na África e a oportunidade, para a gente senhoril ou simplesmente cristã, de empregar no serviço da terra ou nas artes manuais a negros, a índios orientais e a mouros — todos êsses fatores juntos parecem ter desen-

---

(6) L. A. Rebelo da SILVA, *Memória sobre a População e a Agricultura de Portugal desde a fundação da monarquia até 1865*, Lisboa, 1865, p. 60.

volvido em grande parte da população portugueza o espírito de aventura e os preconceitos aristocráticos que se descobrem nos primeiros portuguezes que emigraram para a América.

Na América Portuguesa êsses preconceitos manifestaram-se em gôsto pela ação militar, em amor ao fausto, à ostentação e também às occupações burocráticas ou ao parasitismo, em atividades de escravocratas, dirigidas no comêço contra os índios, mas logo depois concentradas na importação de negros para as plantações quase feudais que alguns dos primeiros colonos portuguezes chegaram a fundar no Brasil. Felizmente para Portugal e para o Brasil, a aquisição dêsses novos hábitos não destruiu inteiramente nos portuguezes de boa e antiga linhagem rural — nos chamados *portuguezes velhos*, que haviam de ser o elemento humano básico da colonização agrária do Brasil — o seu tradicional amor da agricultura. Homens como Duarte Coelho e os Albuquerque trouxeram de Portugal para o Brasil, além do espírito de aventura, um lúcido sentimento de continuidade social e o gôsto pelo trabalho longo, paciente e difícil.

Tinham êles o amor das árvores e da vida rural. Eram, por tradição, senhores rurais ou plantadores. Duarte Coelho descendia da nobreza agrária do norte de Portugal. O mesmo sucedia com sua mulher, D. Brites, que veio a ser a primeira mulher chefe de govêrno, na América. Da mesma região vieram para o Brasil numerosas famílias que acompanharam Duarte e D. Brites, algumas de parentes próximos do donatário ou de sua mulher. Vieram, homens de prole e vieram lavradores. Os camponeses daquela região — região norte-atlântica — são em geral considerados pouco inteligentes; mas religiosos, com gôsto pela música, com rompantes de alegria, pacientes e pés-de-boi no trabalho.

Os portuguezes do velho tronco rural que vieram para o Brasil no século XVI, ficariam, entretanto, incompletos ou unilaterais sem os chamados “inimigos da agricultura”, cujos traços predominantes foram o espírito de aventura, o amor das novidades, a clarividência, o espírito comercial e urbano, o gênio prático. Os plantadores portuguezes, com o seu profundo amor à terra e o seu conhecimento da agricultura, foram mais de uma vez enganados ou explorados no Brasil por aquêles compatriotas que se davam antes à aventura comercial e tinham a paixão da vida urbana — muitos dêles, provávelmente, judeus. De certo ponto de vista, porém, êsse antagonismo foi benéfico para a América Portuguesa. Com o seu espírito de comércio os judeus urbanos tornaram possível a industrialização da agricultura da cana doce no Brasil e o êxito da comercialização do açúcar bra-

sileiro. Por isto mesmo, êsse antagonismo não deve ser olhado, pelos que estudam a história colonial do Brasil, unicamente como um mal — admitido que fôsse um mal — mas como um estímulo à diferenciação e ao progresso.

Um dos melhores intérpretes da história econômica de Portugal, Antônio Sérgio, deixa claro, num dos seus ensaios, que a classe dos comerciantes portugueses, estabelecida no litoral, teve, com a cooperação do rei, papel mais importante do que os proprietários aristocráticos do interior na formação de uma política nacional, ou antes, internacional, de animação à aventura marítima, com sacrifício das necessidades ou interesses do interior do país. Êste fenômeno foi também cuidadosamente estudado por J. Lúcio de Azevedo, talvez a maior autoridade no que diz respeito à história econômica de Portugal<sup>(7)</sup>. E não faço senão resumir o que sugere Sérgio e o que explica Azevedo quando destaco a importância da precoce ascendência das classes comerciais na economia ou na vida de Portugal. Não é essa precoce ascendência fato para ser desdenhado nunca pelo estudioso dos antecedentes europeus da história social do Brasil.

Como lembra Antônio Sérgio, Lisboa acabou por ser o pôrto marítimo onde se fazia a junção do comércio do norte da Europa com o comércio do sul; e devido àquela tendência para o comércio marítimo e à importância dada pelos portugueses aos portos de mar é que o problema de povoar a parte sul de Portugal, onde a agricultura sempre dependera de difícil e custoso serviço de irrigação, foi cedo abandonado. Desde que o principal comércio da Europa, a êsse tempo, era, como bem sabemos, de produtos orientais, os comerciantes portugueses de Lisboa, alguns dêles judeus ou descendentes de judeus, logo tiraram vantagem da situação geográfica da cidade, e também do fato de não ser o feudalismo em Portugal tão poderoso como em outros países da Europa, para se tornarem senhores da política nacional. Transformaram essa política em corajosa aventura. Aventura cosmopolita, comercial e, ao mesmo tempo, imperial. Aventura realizada através de esforços científicos, ou quase científicos, para descobrir novas rotas de comércio, novas terras e novos mercados para serem explorados. Aventura animada pelo ideal de Portugal cristão — oficialmente cristão — de converter populações pagãs ao Cristianismo. Essas populações seriam, ao mesmo tempo,

---

(7) J. Lúcio de AZEVEDO, *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, 1929.

submetidas à condição de súditos, quando não de escravos, portugueses. O próprio rei de Portugal fêz-se o “mercador dos mercadores”; e os funcionários do Estado outros tantos comerciantes<sup>(8)</sup>.

Como é sabido, nos séculos XIV e XV, com a irrupção dos turcos nos portos orientais do Mediterrâneo, para não falar em outras dificuldades, é que mais agudamente se fêz sentir a necessidade de uma rota marítima para a Índia. Ora nenhuma nação européia estava em posição mais vantajosa para resolver tão grave problema do que o Portugal semi-europeu — nação tão precocemente marítima e comercial no seu programa político que já no século XIV o rei D. Fernando promulgava leis de especial proteção ao comércio marítimo e de encorajamento à construção naval. O que viera servir mais à causa dos comerciantes do que aos nobres proprietários de latifúndios, especialmente os de terras ganhas aos mouros — terras necessitadas de irrigação, que, por exceder a capacidade econômica dos que não fôsem muito ricos, não podia ser feita sem a ajuda real. Essa ajuda, parece que nunca se verificou. É que, negando assistência aos nobres, proprietários de latifúndios os reis de Portugal talvez tivessem em vista o eficiente e definitivo desenvolvimento do poder real: a sua centralização. E êsse desenvolvimento não seria possível ao lado de uma forte aristocracia rural.

Semelhante política, de indiferença, senão hostil, aos interesses do interior de Portugal, foi a política seguida por alguns dos seus reis de maior influência como D. Fernando. Ela explica por que tantos nobres começaram a vir para Lisboa como candidatos a empregos públicos ou na Côrte. E que, uma vez funcionários da Coroa, se convertessem em partidários entusiastas da aventura marítima, do comércio, das construções navais, chegando alguns a ser cooperadores, e de modo algum inimigos, de príncipes não de sangue, mas do comércio, quando foi aberta a rota marítima para a Índia, e quando, no Oriente, se criaram as colônias ou semicolônias de Portugal.

Alguns desses aristocratas, nomeados pela Coroa portuguesa para funções públicas nas colônias, vieram para o Brasil a fim de ocupar altas posições burocráticas ou altos postos militares. Outros chegaram à América Portuguesa em missões especiais e que exigiam deles o melhor da sua experiência militar e da sua

---

(8) Antônio SÉRGIO, *A Sketch of the History of Portugal*, tradução portuguesa por Constantino José dos Santos, Lisboa, 1928, p. 88.



capacidade como chefes. No Brasil, êles viram-se entre fôrças mütuamente antagonicas, mas também cooperadoras, como o Rei, a Igreja, os judeus, o homem do povo, os hereges e os criminosos, políticos ou comuns, degredados por Portugal para a sua colônia americana.

Parece-me que alguns historiadores — entre êles, Sombart — exageram a importância dos judeus nos empreendimentos marítimos e coloniais dos portuguezes, inclusive no desenvolvimento do Brasil como colônia produtora de açúcar. Não devemos, porém, cair no extremo oposto: o de desdenhar o papel dos israelitas no desenvolvimento cultural de Portugal e na forma francamente cosmopolita que tomou a sua política econômica desde o tempo de D. Fernando.

Porque os reis portuguezes e os príncipes judeus das finanças entendiam-se tão bem que, desde os primeiros dias da monarquia portuguezã, houve judeus arrecadadores reais de impostos; e sob alguns dos melhores reis, judeus sefárdicos foram ministros da Fazenda, médicos e astrólogos da Casa Real. Sob a real proteção portuguezã diz-se que muito comerciante judeu se encheu de orgulho e de vaidade, pondo borlas de sêda nos seus cavalos, e em tudo o mais deixando-se dominar pelo gôsto de exhibição de luxo.

E fácil é imaginar que rivais poderosos não haviam de ser dos capelães, dos confessores, dos conselheiros e dos educadores católicos do Rei e dos nobres êsses judeus feitos médicos, astrólogos ou arrecadadores da Casa Real. Tanto mais que nessa época o corpo do homem ia adquirindo de nôvo quase tanta importância como a sua alma; e astrólogos astutos mostravam-se hábeis em guiar um rei ou uma rainha, um príncipe ou um capitão por misteriosas regiões dêste mundo e não apenas do outro — regiões algumas delas inteiramente desconhecidas dos mestres católicos de teologia.

Para os que estudam a história de Portugal do ponto de vista brasileiro é importante acompanhar as atividades dos judeus que vieram a relacionar-se com aquelas emprêsas marítimas e comerciais que encontrariam no açúcar do Brasil o seu principal objetivo de exploração. Desde o tempo do rei Sancho II, que tanto se interessara pelo desenvolvimento da marinha portuguezã, que os judeus — obrigados a pagar uma taxa, que tanto podia consistir em “uma âncora e um cabo de âncora com sessenta anas de comprimento, ou em dinheiro, isto é, sessenta libras”, para cada navio que pelo rei fôsse lançado ao mar — vinha concorrendo para o desenvolvimento de Portugal como nação marítima e comercial.

Os judeus controlavam, entre outros ramos de comércio, a provisão de alimentos, e mais de uma vez, segundo confessam os que melhor estudaram as atividades dos judeus em Portugal, inclusive J. Lúcio de Azevedo, foram os israelitas acusados — não se sabe se com ou sem fundamento — de reterem essas provisões para valorizá-las em preço. Prática que não pode ser considerada peculiar aos portugueses dos século XIV e XV.

Segundo alguns autores, pela mistura da gente de Portugal com o povo semítico é que se há de explicar a capacidade que parecem ter os portugueses, mais do que qualquer povo da Europa, de se aclimatarem nas mais diversas regiões do mundo; e ao lado dos judeus, os mouros, que igualmente teriam contribuído para essa plasticidade do colonizador português.

Mas, contra esta generalização, pode-se citar um fato de considerável importância: é que a Nova Lusitânia — o nordeste do Brasil — foi colonizada muito mais por homens e mulheres vindos do norte de Portugal, quer dizer, vindos de uma população que se faz ainda hoje notar pelo seu sangue visigodo-romano e as suas características nórdicas. Tais homens e mulheres, alguns deles pertencentes à pequena nobreza agrária, adaptaram-se perfeitamente ao clima tropical da região brasileira onde a cana-de-açúcar veio servir de base para uma revivência de organização social quase feudal, com os escravos africanos a fazerem o papel de servos.

Talvez o clima português — um clima mais africano do que europeu — explique por que os portugueses, mais do que outros europeus, se adaptam facilmente às regiões tropicais. E também não nos devemos esquecer de que, durante as primeiras gerações de colonizadores das zonas tropicais do Brasil, essa adaptação fêz-se sobre a fase do trabalho escravo: os portugueses não realizaram eles próprios os trabalhos mais duros de campo, deixados sempre, primeiro aos índios, e depois aos negros escravos.

Deve-se, contudo, dizer que não foi o Brasil que fêz os portugueses mestres na arte de viver e, muitas vezes, de enriquecer à sombra da escravatura: quando começou a colonização do Brasil já Portugal estava cheio de escravos africanos — embora mesmo assim fôsse tão-só uma miniatura do que sobre uma larga, monumental escala, viria depois a desenvolver-se no Brasil. Mas o fato é que, quando chegaram os portugueses ao Brasil, muitos deles já se mostravam uns voluptuosos, com uma aversão ao trabalho manual que, em grande parte, se explica somente pelo seguinte: terem tido eles, durante quase um século, o seu

trabalho doméstico feito por escravos; e a parte mais difícil do seu trabalho agrícola feita, durante não um, mas vários séculos, pelos mouros.

Para os portugueses os mouros foram, não sòmente trabalhadores agrícolas eficientes, sabendo transformar como por encanto terras áridas em verdadeiros jardins, mas um povo de côr escura, conhecido pelos cristãos e brancos nem sempre como servo, às vêzes como senhor de larga parte da península ibérica. Portugueses do mais puro sangue nórdico encontraram em mulheres mouras, de côr parda, algumas delas princesas, a suprema revelação da beleza feminina. Mais de um historiador — e particularmente Roy Nash, cujo livro *The Conquest of Brazil* é um dos melhores que já se escreveram sòbre o Brasil, do ponto de vista histórico-social — apresenta o primeiro contato dos portugueses ou dos espanhóis com os mouros como “tendo sido o contato de um povo vencido com conquistadores de pele escura”. E “o homem mais escuro era o mais culto e de gôsto mais artístico. Vivia em castelos e ocupava cidades. Era o rico; e daí os portugueses viverem como servos nas terras dèsses mouros. Em tais condições, devia ser uma honra para o branco casar ou misturar-se com a classe dominante, que era de gente parda”(9).

Pela interpretação além de sociológica, antropológica da famosa lenda portuguesa da “moura encantada”, chegaria eu à mesma conclusão a que chegara Roy Nash: que a idealização, pelo povo português, da mulher morena, ou de môça ou mulher moura — feita o tipo supremo de beleza humana — deve ter tido grande efeito sòbre as relações do colonizador lusitano com as índias, ou ameríndias, do Brasil.

Místicos e poéticos, cheios de idealizações em tórno do seu passado, gostando das belas plantas tanto quanto das plantas comerciais e úteis, os portugueses romantizaram alguns dos seus bosques e das suas fontes, envolvendo-os em fascinantes lendas de princesas mouras. Assim o jovem que tem a sorte de descobrir e tratar bem o animal ou a planta em que se disfarça alguma bela princesa mourisca do passado, com ela se casará para ser rico e feliz a vida inteira. E em tôdas essas histórias e lendas sempre a môça morena, moura ou mourisca, é olhada como o supremo tipo de beleza e de atração sexual e os mouros considerados superiores e não inferiores aos portugueses puramente brancos.

---

(9) Roy NASH, *The Conquest of Brazil*, Nova York, 1926, p. 37.

Tais lendas ainda subsistem entre a gente rústica de Portugal que, em sua maioria, não sabe ler. As crianças portuguesas de tôdas as classes em geral crescem sob a fascinação dessas lendas e dêsses mitos não-europeus ou não-arianos. Daí poder-se bem imaginar a influência que haviam de ter as lendas mouras sôbre os portugueses do século XVI: os que entraram em contato com os índios da América, outra gente de pele escura. A sua experiência histórica, o seu folclore, a sua literatura popular em prosa e verso — tôdas as vozes do seu passado já falavam aos portugueses de povos pardos ou morenos como nem sempre inferiores aos brancos.

As lendas significam uma fôrça viva entre camponeses sem instrução como os de Portugal. São elas capazes de exprimir verdades mais efetivas e duradouras do que algumas das precárias e inconstantes meias-verdades com que se regalam os pedantes quando fazem de sábios. Entre camponeses com um rico folclore ou uma rica herança popular, à maneira do que acontece com a Espanha e Portugal, a falta de instrução não quer necessariamente dizer ignorância: há, para compensá-la, um fundo de natural sabedoria, de imaginação e de humor que não deve ser desdenhado nunca.

Pelas suas lendas, a maioria dos portugueses que descobriram e colonizaram o Brasil sabia que um povo de côr pode ser superior ao branco, como tinham sido os mouros em Portugal e na Espanha; e no seu longo contato com os mouros, considerados naquela parte da Europa, não raça inferior, mas gente superior em civilização ou em arte e ciência, muito haviam os portugueses assimilado dos usos e idéias do povo africano.

É possível que, através dos mouros, chegasse aos portugueses o gôsto pela concubinação ou poligamia, assim como a preferência pela mulher não só morena como gorda, eleita como o tipo ideal de beleza feminina. E mais: a tolerância e a consideração pelos mestiços. E ainda: a tendência para tratarem, os senhores, os escravos domésticos mais como se fôsem agregados ou pessoas da família do que escravos. Enfim, os portugueses do Brasil conservaram muitos traços da influência moura na sua conduta ou no seu comportamento, que nunca foi estritamente europeu nem estritamente cristão. Influência fácil de notar, sobretudo no homem do povo, mas que, de modo geral, se observa nos portugueses de tôdas as classes.

Resta-me ainda alguma coisa a dizer quanto ao que deve o Brasil aos homens do campo, rústicos ou analfabetos, de Portugal. Desde os primeiros dias do século XVI foram êles o ele-

mento básico para o desenvolvimento, na América Portuguesa, de uma nova e vigorosa cultura, não meramente subeuropéia ou colonial, porém, brasileira. Daí vários observadores estrangeiros da vida de Portugal encontrarem-se de acôrdo com a opinião de James Murphy<sup>(10)</sup> que há dezenas de anos já considerava os camponeses analfabetos a flor ou a nata da nação portugueza. E êsses rústicos — poderíamos salientar — e não os nobres, os burgueses, os finamente educados, é que, através de séculos, vêm sendo a flor ou a nata da colonização portugueza do Brasil.

Existe um grande número de anedotas e gracejos brasileiros a propósito dos portuguezes do campo — do ar simplório ou rústico que êles têm, do seu atraso no que diz respeito ao progresso técnico, da lentidão e estupidez de muitos dêles em contraste com outros europeus ou com os indígenas e os mestiços do Brasil — o *carioca*, o *caboclo*, o *amarelinho*. Nessas anedotas, o camponês não é necessariamente o vilão. Ou antes: nunca é êle realmente o vilão de nenhuma anedota tipicamente brasileira. Em regra, à fôrça de representar o portuguez do campo sob a forma de homem ingênuo, senão infantil, e também potentemente sexual (como a imaginação popular supõe serem os rústicos ou os primitivos em contraste com os indivíduos verdadeiramente civilizados), a lenda brasileira acabou fazendo dêle uma espécie de ridículo mas amável Falstaff. A caricatura simplesmente exagera a sua ignorância em face do progresso urbano e técnico a que, de fato, são naturalmente estranhos homens que sempre viveram em um país quase todo pastoril e agrícola como Portugal.

Desde o século XVI que os camponeses de Portugal vêm trazendo para o Brasil uma riqueza de lendas, de encantações, de cantigas, de literatura popular em verso e prosa, de artes populares; e através dêles — dêsses camponeses e trabalhadores rústicos — mais do que através dos eruditos ou dos homens de educação muito fina, é que os valôres míticos ou populares dos índios e dos negros foram assimilados pelos portuguezes da América e se tornaram, afinal, fonte de uma nova cultura: a cultura brasileira, de origem principalmente lusitana, com fortes elementos ameríndios e africanos.

Certos autores, dos que se ocupam superficialmente dos problemas de cultura, mostram especial tendência para exagerar a importância da alfabetização, como sinal de superioridade absoluta dos povos considerados civilizados sôbre os rústicos.

---

(10) *Travels in Portugal*, Londres, 1795.

Na verdade, ler e escrever são meios de comunicação muito úteis para as civilizações industriais e para formas políticas de organização democrática. Mesmo nesses planos, porém, estão esses meios de comunicação, ao que parece, sendo substituídos pelo telefone, pela rádio e pela televisão. Em países como a China, a Índia, o México e o Brasil, as massas não têm hoje, provavelmente, a mesma necessidade de saber ler e escrever, como meios de se modernizarem, que tiveram as massas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, durante o século XIX, e mesmo as da Rússia soviética no comêço deste século.

Aubrey Bell, que conhece intimamente Portugal, escreve que “três vêzes afortunados” são os que “se podem misturar e conversar com os camponeses de Portugal durante alguma romaria ou por ocasião de alguma festa de aldeia, ou sentar-se com êles, no tempo de inverno, em redor da lareira, ou quando se juntam para alguma grande tarefa comum, como seja uma tosquia ou uma *esfolhada* (separar a palha do milho da espiga), porque, com tôda a certeza, hão de recolher uma bem rica provisão de folclore, provérbios e filologia”. E mais adiante acrescenta: “pode-se dizer sem exagêro que o povo português, com tôda a sua colossal ignorância e ausência de instrução, é um dos mais civilizados e inteligentes da Europa”<sup>(11)</sup>. Com estas palavras rende aquêle historiador o maior tributo que o filho de uma civilização altamente mecânica e industrial como a da Inglaterra poderia render a um povo tantas vêzes ridicularizado pelo seu atraso técnico e industrial como o português. Que êste atraso porém não é sinal de curta inteligência nem de raça inferior prova-se com a opinião dos que longamente estudaram o que é mais íntimo na vida e na história do povo português.

Nobres, reis, príncipes mercadores, doutôres em Filosofia, advogados, médicos, padres, judeus sefárdicos, cientistas, todos contribuíram, cada um a seu modo, para a colonização portuguesa do Brasil. Mas, tornamos a dizer: nesta colonização a força criadora mais constante parece vir sendo a formada pelos camponeses analfabetos, alguns dêles com sangue africano do norte: árabe, mouro e mesmo negro. E o resultado da sua obra, na América tropical, pode-se apresentar hoje ao mundo como um dos mais felizes esforços de colonização realizada, não tanto por europeus como por semi-europeus.

---

(11) *Op. cit.*, p. 15.

Logo no início da colonização portugueza do Brasil fêz-se sentir a presença do português de classe humilde nesse grande esforço colonizador. Documentos desse período, que já foram cuidadosamente estudados por pesquisadores idôneos, revelam que um bom número de portugueses fundadores de famílias paulistas — famílias que acabaram famosas pela sua obra de pioneiros nas regiões do nordeste, do centro e das partes extremas do sul do Brasil — eram artesãos e camponeses. Artesãos portugueses parecem ter vindo em número considerável no século XVI, indo estabelecer-se na Bahia, a primeira cidade de importância que surgiu no Brasil. Alguns deles recebiam, nesses dias remotos, altos salários. Logo depois, não só como artesãos mas como pequenos comerciantes, grande foi o número de portugueses do povo que afluiu a Pernambuco, onde se tornou rival da segunda e terceira geração dos descendentes dos nobres da terra, descendentes dos lavradores vindos do norte de Portugal, e a quem se deve — como já foi salientado — a fundação da indústria do açúcar no Brasil, com o apoio e a assistência dos judeus ricos.

Mais tarde, em 1620, duzentas famílias portuguezas chegaram ao Maranhão vindas dos Açôres. Em 1626 outras chegaram ao Pará. E no século XVIII grande número delas é no Rio Grande do Sul que se estabelece. Não eram pessoas nobres, mas camponeses e artesãos, homens de origem humilde cujo êxito mediocre na colonização agrícola se explica pelo fato de ter prevalecido desde o século XVI o sistema feudal de agricultura latifundiária e escravocrata em largas áreas da América Portuguesa, tornando-se impossível para eles, homens do povo que eram, sem capitais, prosperar como pequenos ou médios lavradores.

Mas, se os portugueses agricultores que se estabeleceram em Nossa Senhora do Ó e em outras partes do Pará, e os que ficaram na Bahia — nas plantações de Sinimbu, Engenho Nôvo, Rio Pardo — e ainda os do Rio de Janeiro, não obtiveram nenhum notável resultado na agricultura, também não devemos esquecer que ainda menos êxito tiveram, em zonas semelhantes, imigrantes irlandeses que, da mesma forma, se estabeleceram no interior da Bahia, assim como as famílias alemãs que, no começo do século XIX, vieram fixar-se no interior de Pernambuco. Foram tôdas estas tentativas um imenso fracasso.

A verdade, porém, é que logo que se puderam libertar do sistema feudal do domínio da terra, onde dificilmente havia lugar para um verdadeiro agricultor, ou para um pequeno lavrador independente, muitos daqueles portugueses, tendo fracassado por culpa do sistema econômico dominante em grande parte do Brasil rural,

progrediram como artesãos ou comerciantes nas cidades do litoral. Outros chegaram a completo triunfo através, não só do comércio, mas de novas indústrias que criaram.

No seu interessante *New Viewpoints on the Spanish Colonization of America*, o Prof. Sílvio Zavala diz-nos que Filipe II deu licença a agricultores portugueses para emigrarem para a América Espanhola<sup>(12)</sup>, talvez — pode ser aqui sugerido — pelas condições mais favoráveis à pequena agricultura, em certas regiões da América Espanhola, em comparação com as regiões principais da América Portuguesa. Na opinião do Prof. Zavala, a colonização de carácter militar foi a que se estendeu pela América Espanhola. Mas deve-se notar que parte considerável da América Portuguesa foi dominada do século XVI ao XIX por um tipo de colonização feudal que era mais hostil ao agricultor pequeno de tipo europeu do que o sistema puramente militar dominante em grande parte da América Espanhola. E nas duas Américas hispânicas, a portuguesa e a espanhola, desenvolveu-se outro tipo de colonização exclusivista, cujos interesses não coincidiam com os do colono comum: o dos jesuítas, com a sua política de segregar os índios e mesmo de competir, na agricultura e no comércio, com os demais colonos, utilizando-se para isto, os bons padres, do trabalho servil dos índios que os simples colonos não podiam obter tão fácil ou livremente como êles, jesuítas, ainda que êsses mesmos colonos contribuíssem para a manutenção dos missionários. Nessa situação de privilégio em que estiveram, contando com o apoio da maioria dos reis de Portugal e da Espanha durante a fase mais decisiva da colonização da América, os jesuítas realizaram uma obra valiosíssima no Brasil, como missionários e educadores; mas o seu sistema excessivamente paternalista e mesmo autocrático de educar os índios desenvolveu-se, às vêzes, em oposição às primeiras tendências esboçadas no Brasil, no sentido de uma democracia étnica e social.

Esse fato — a possibilidade de desenvolver-se na América hispânica uma democracia ao mesmo tempo étnica e rural — foi claramente entrevisto por Las Casas, quando pretendeu estimular a colonização por agricultores — “que deviam viver cultivando as ricas terras das Índias, terras que os seus donos índios queriam voluntariamente dar-lhes”, terras onde “os espanhóis se entrelaçariam com os indígenas, tornando-se os dois povos,

---

(12) *New Viewpoints on the Spanish Colonization of America*, Filadélfia, 1943, p. 110.



pela sua união, uma das melhores comunidades do mundo, e talvez uma das mais pacíficas e cristãs" (13). Foi também, o ponto de vista brasileiro, claramente percebido por José Bonifácio, líder do movimento que resultou na independência política da América Portuguesa. Notou Bonifácio o perigo de uma política indígena isolacionista como durante certo tempo tinha sido a dos jesuítas no Brasil — perigo para o desenvolvimento dos brasileiros numa comunidade democrática — aconselhando, por isso, a prática do cruzamento ou do mestiçamento e do que hoje poderia ser denominado interpenetração cultural. Sob a inspiração dessas idéias de José Bonifácio é que um plano compreensivo de tratamento dos índios pelo governo brasileiro foi adotado pelo imperador do Brasil em 1845.

Seguindo remota tradição que mergulhava raízes em idéias sustentadas por alguns reis e por vários estadistas portugueses, algumas vêzes em oposição aos jesuítas, aquêlo plano não somente estimulava o casamento entre portugueses e índios, mas previa, ainda, as necessidades de instrução e de assistência: fornecimento de casa, instrumentos, roupas, remédios. Incluía também o direito do indígena adquirir terras fora das reservas.

Se os tipos privilegiados de colonização impediram a maioria dos portugueses, homens comuns ou do povo, que haviam emigrado para a América, de se tornarem conquistadores e donos das boas terras agrícolas situadas em áreas virgens, nem por isso ficaram sem meios de afirmar a sua energia criadora ou os seus "instintos" de aquisição. Afirmaram aquela energia e êsses "instintos" através da sua atividade extraordinariamente procriadora de bons machos e bons polígamos, que foram muitos dêles. Alguns tornaram-se famosos pelos muitos filhos que tiveram de mulheres índias, como, no século xvi, João Ramalho. Neste ponto acabaram rivais, e, às vêzes, triunfantes competidores daqueles fidalgos portugueses ou daqueles nobres como Jerônimo de Albuquerque, dos quais o gôsto pela poligamia parece ter feito antes herdeiros das tradições mouras do que das tradições cristãs e européias de moralidade sexual.

Tais excessos, de excelente proveito para o Brasil quando considerados do ponto de vista de uma colonização puramente quantitativa, nem sempre favoreceram o desenvolvimento de uma

---

(13) *New Viewpoints on the Spanish Colonization of America*, Filadélfia, 1943, p. 110-111.

vida de família cristã na América Portuguesa. Contra êles levantaram-se mais de uma vez as vozes não somente dos jesuítas mas ainda das autoridades da Igreja.

Todos os que se dão ao estudo da história social do Brasil sabem que, nesse estudo, como no das origens e do desenvolvimento social das demais nações modernas, muito falta para um completo conhecimento dessa história. Ainda é trabalho a fazer-se o que diz respeito à colheita de informações completas sobre a vida e a atividade da gente do povo e a influência que tem exercido sobre a economia ou a cultura humana. Igualmente incompletos continuam os elementos de informação sobre os grupos humanos que produziram as civilizações modernas.

Como já foi observado por ilustre estudioso de história social, o Prof. Dwight Sanderson, as fontes de que se podem dispor dão quase sempre maior relêvo às estruturas políticas e a quanto historicamente depende da prova documentária, quando não se cai no outro extremo, que é o caso dos que se dão ao estudo da mitologia e do folclore, dêle fazendo a medida única para a avaliação das sobrevivências culturais e das vastas contribuições do povo para o desenvolvimento da cultura ou da civilização moderna. Por isso mesmo é evidente a necessidade de se refazer, sob critério ou ponto de vista sociológico, o estudo de alguns problemas da história, tanto da América como da Europa.

Portugal e a colonização portuguesa do Brasil precisam de um estudo sobre essa base: estudo que parta de nova avaliação da contribuição portuguesa para a civilização moderna. Contribuição esta, na sua maior parte, parece que devida mais ao comerciante, ao missionário, ao homem do povo, ao intelectual, ao cientista, à mulher que acompanhou o marido nas suas aventuras de mar afora, do que mesmo ao conquistador, ao chefe militar, aos estadistas, aos bispos e aos reis, ainda que, não o neguemos, Portugal, na sua fase mais criadora (isto é, durante os séculos xv e xvi), se tenha mostrado notável pela previsão, energia e capacidade de ação dos seus reis, dos seus príncipes e dos seus estadistas.

Durante os séculos xv e xvi, os portugueses — muitos deles empenhados no comércio — enriqueceram a civilização européia não só com um grande número de plantas, mas de valores culturais e técnicos assimilados da Ásia e da África. A América Portuguesa foi também beneficiada por êles. Pois tendo sido portugueses os negociantes que introduziram na Europa — os primeiros europeus que reintroduziram na Europa, depois que o Mediterrâneo perdeu a hegemonia no comércio intercontinental —

o gôsto pelo açúcar, pelo chá, pelo pudim de arroz, pela pimenta, pela canela, e também pela galinha-de-guiné, pela sombrinha, pelo chapéu-de-sol e pelo palanquim, pela porcelana do Oriente e pelo azulejo árabe, pela varanda à moda das Índias Orientais, pelas telhas convexas, pelas cornijas arredondadas, pelas casas de verão em forma de pagodes, pelos jardins e leques chineses, pelos tapêtes e perfumes orientais, desde o comêço do século XVI êsses mesmos comerciantes principiaram a pôr o Brasil em contato com algumas dessas novidades e luxos orientais, e também com sêdas e jóias. Os portugueses foram os pioneiros do comércio internacional moderno entre o Velho e o Nôvo Mundo.

Os europeus do Norte, para quem o banho diário é hoje rito indispensável de higiene pessoal, troçam dos campônios portugueses por não tomarem tanto banho como êles. Mas esquecem-se de que foram os navegadores e os comerciantes portugueses os primeiros europeus a trazerem do Oriente notícia do hábito quase anticristão e antieuropeu do banho diário e que na Europa, a princípio, e de uma certa maneira ainda hoje, tornou-se luxo só reservado, como no Oriente, às damas e aos cavalheiros mais finos.

Ainda que os portugueses sejam ridicularizados por usar palitos de dentes na mesa de jantar, foi entretanto o português que trouxe da China para a Europa a primeira porcelana para o chá elegante dos mundanos. E foram ainda os portugueses, provavelmente, os primeiros europeus a trazerem do Oriente para a Europa os tecidos de algodão das Índias Orientais, especialmente o madapolão, revolucionando dessa maneira os hábitos sociais e o comportamento cultural dos povos cristãos da Europa. Pois, como não ignoram os estudiosos da moderna civilização européia, com a introdução do pano barato de algodão das Índias Orientais propagou-se na Europa o uso das roupas internas, assim “melhorando a saúde e o asseio” das populações européias<sup>(14)</sup>.

---

(14) Shepard Bancroft CLOUGH e Charles Woolsey COLE, *Economic History of Europe*, Boston, 1941, p. 263. Veja-se também Adolphe REISCHWEIN, *China and Europe*, Londres, 1915, p. 61-67; James Edward GILLESPIE, *The Influence of Overseas Expansion on England, 1500-1700*, Nova York, 1920; Ramalho ORTIGÃO, *O culto da arte em Portugal*, Lisboa, 1896; Edgard PRESTAGE, *The Portuguese Pioneers*, Londres, 1934. Em *O mundo que o português criou* (Rio, 1940), o autor estuda a seu modo o assunto e indica novos aspectos da influência portuguesa na vida social e cultural da Europa, em consequência dos contatos portugueses com a África, o Oriente e a América.

Dos portugueses partiu outra revolução social e cultural, esta no próprio Oriente. Foram eles que introduziram no Japão os jesuítas (inclusive o grande santo Francisco Xavier), os mosquetes europeus e possivelmente a sífilis. Também mapas, relógios, pinturas a óleo, lentes, a Bíblia.

Na Europa, os portugueses tornaram conhecida a sua nova colônia americana por meio de belas plantas como a primavera-noturna, e de madeiras úteis como o pau-brasil e o jacarandá; e ainda por frutos deliciosos como o ananás, sem falar no excelente tabaco da Bahia, nas castanhas-do-pará, na borracha do Amazonas, nas rêdes feitas pelos índios e nas plantas de propriedades medicinais como a ipecacuanha.

Logo depois da descoberta do Brasil, os portugueses começaram a estudar as plantas e os animais brasileiros, e especialmente costumes e alimentos ameríndios, com uma exatidão que os cientistas modernos muito têm louvado. E foram eles também que começaram a construir na América tropical casas de um novo tipo e com características extra-européias. Casas cuja arquitetura é uma combinação de modas asiáticas e africanas com estilos europeus. Foram ainda eles que começaram a desenvolver uma cozinha luso-brasileira, baseada em tradições europeias adaptadas às condições e aos recursos americanos e baseada também no conhecimento de plantas e processos culinários da Ásia e da África.

Os portugueses contribuíram também para a introdução ou a vulgarização do açúcar do Brasil na Europa: o açúcar que tomou o nome de *mascavado* ou *muscavado*. Foram grandes disseminadores na Europa do uso do fumo ou do tabaco, que se fez hábito aristocrático entre os europeus. Como resultado do uso do tabaco — do tabaco do Brasil e de outras partes da América — parece que os europeus, em geral, e os portugueses, em particular, começaram a cuspir mais do que faziam antes; e bem significativo é o fato da palavra inglesa *cuspidor* vir do verbo português cuspir. Mas não foi esta a única palavra de origem portuguesa, a propagar-se noutra língua moderna. Através da língua portuguesa, várias palavras sociológica ou culturalmente significativas, vindas da Índia, da África, da Ásia ou colhidas na América, ingressaram no inglês e em outras línguas europeias. Grande número de palavras de origem portuguesa ou asiática, africana ou americana, mas colhidas pelo português antes de qualquer outro europeu, indicam o papel importante que tocou a Portugal nos primeiros tempos de moderno comércio internacional: *bambu*, *varanda*, *caravela*, *tapioca*, *mandioca*, *pagode*,

*craal* ou *curral*, *muscavado* ou *mascavado*, *molasse* ou *melaço*, *cobra*, *cobra-de-capelo*, *jararaca*, *jacarandá*, *casta*, *palanquim*, *caju*, *jaguar*, *samba*, *manga*, *Pôrto* e *Madeira* (tipos de vinho), *canja*, *cruzado* (moeda portugêsa mencionada por Shakespeare) — são algumas dessas palavras de que existem formas inglêsas, ou francesas. São naquelas línguas portuguesismos ou brasileirismos. Este é também o caso de *valorização*. Este recente “portuguesismo” ou “brasileirismo” da língua inglêsa designa, como sabem os estudiosos de economia, uma técnica para a proteção comercial de produto ou artigo. Técnica que foi primeiro usada pelos brasileiros em relação ao café e daí em diante por outros povos em relação a vários produtos.

E quer me parecer que *pickanniny* vem, não do espanhol, como geralmente está nos dicionários e como o menciona H. L. Mencken, no seu *American Language*, mas da palavra portugêsa *pequenino*. *Formosa* (o nome da importante ilha oriental) é também palavra portugêsa e não espanhola. Essas palavras de certo modo demonstram a ubiqüidade portugêsa antes da colonização do Brasil e ao tempo da mesma colonização; outras indicam a influência recente do Brasil no comércio, na economia ou na cultura internacional<sup>(15)</sup>.

Tratando dos antecedentes europeus da história do Brasil sob um ponto de vista sociológico, somos levados a concluir, um tanto paradoxalmente, que êsses antecedentes não foram puramente europeus: foram também asiáticos e africanos. É outro aspecto da história social sugerido por algumas das palavras citadas.

---

(15) Theodore ROOSEVELT introduz também na língua inglêsa muitos nomes “brasileiros” de animais, como “tamanduá-bandeira” e “piranha”. Veja-se o seu *Through the Brazilian Wilderness*, Nova York, 1914, p. 165.

## II

### FRONTEIRAS E PLANTAÇÕES

A história do Brasil, desde o comêço, deixou-se marcar por duas tendências que, aparentemente contraditórias, na verdade, de certo modo se completam. Refiro-me à mobilidade daqueles grupos que estenderam as fronteiras da América Portuguesa para o Norte, o Sul e o Oeste, em contraste com outros tipos sociais, e talvez biológicos, de homens que por gôsto de sedentariedade se estabeleceram próximo à costa do Atlântico, na parte que vai de São Vicente ao Maranhão. Estes já vieram de Portugal com recursos bastantes para se estabelecerem como plantadores de cana e donos de escravos, alguns passando a viver nas fazendas ou engenhos quase à maneira de senhores feudais.

Pode-se dizer que mais do que os exploradores de ouro foram senhores de engenhos e fazendas os fundadores *verticais* do Brasil. Foram os que mais profundamente se arraigaram à terra, construindo para êles mesmos, para suas famílias, e algumas vêzes para os próprios escravos, não cabanas ou casebres de palha, mas sólidas casas de pedra e de tijolo. As mais importantes delas tomaram o nome de *casas-grandes*. E às casas dos escravos deu-se o nome de *senzalas*.

Construíram ainda êsses grandes plantadores, com o mesmo nobre e resistente material das suas próprias casas, as suas igrejas ou capelas e os edifícios dos seus engenhos ou fábricas de açúcar, cercando-os por vêzes de imponentes árvores de vida secular, trazidas da Ásia, da África, da Europa; palmeiras, mangueiras, jaqueiras; e, também, de animais nobres e úteis, importados de civilizações mais antigas: cavalos, vacas, bois, gatos.

Os fundadores *horizontais* eram homens móveis, migratórios. Ainda que heterogêneos, dominava a maioria dêles um espírito de aventura e um amor à liberdade individual fortes demais para que se contentassem em ficar no litoral e viver confortavelmente perto das igrejas e dos edifícios públicos, pagando os impostos que eram logo cobrados dos colonos estáveis e prósperos pelos representantes da Coroa portuguesa. Nem tampouco lhes agradava viver à sombra de escolas mantidas por padres puritanos ou à sombra dos tribunais eclesiásticos — sempre ansiosos por descobrir heresia religiosa ou irregularidade sexual na vida dos colonos; e por puni-las imediatamente.

Penetrando até o extremo Sul ou o extremo Norte, indo até o Oeste, ou pelos sertões, em busca de ouro e de índios para vender aos plantadores como escravos, êsses novos nômade escaparam à influência da organização feudal de economia e de família, tal como foi estabelecida na costa pelos colonos sedentários. Êstes últimos, não sòmente conservaram no Brasil a posição social que desfrutavam em Portugal, mas a tornaram mais elevada ainda, graças à rápida prosperidade da agricultura da cana e da indústria do açúcar nesta parte da América.

Enquanto a maioria dos homens nômade, ou “homens de fronteira”, bandeirantes ou sertanistas, eram simples e até rústicos nos seus gostos e hábitos sociais e não tinham forma estável de arquitetura doméstica — apenas cabanas quase tão primitivas como as dos índios, cuja dieta e métodos de agricultura também copiaram — alguns dos plantadores de cana, ou senhores de engenho, pelo contrário, não sòmente conservaram mas até refinaram no Brasil os seus hábitos senhoriais, com os recursos de que dispunham para manter casas aristocráticas e um regime de alimentação à européia. Porque o fato é que muitos dêsses colonos, durante anos, de Portugal é que importavam os seus vinhos e a maior parte dos seus alimentos, e também as roupas mais elegantes para ambos os sexos.

Embora os outros, os que viviam à maneira de ousados pioneiros, gozassem na selva, ou nos sertões, de uma independência de ação que lhes dava maior liberdade, mesmo a liberdade, pouco cristã de possuir muitas mulheres ou *cunhãs*, os senhores de engenho nada lhes ficavam a dever neste particular, desde que, sem deixar suas próprias terras, podiam ter tantas mulheres de côr quantas desejassem, além das legítimas trazidas de Portugal ou com quem se tivessem legalmente unido no Brasil. É verdade

que os padres ortodoxos, principalmente os jesuítas, denunciavam todos êsses abusos ou irregularidades, e, do púlpito, pregavam contra êles.

Mas não se deve esquecer que uma das características do sistema a seu modo feudal ou aristocrático de plantação, na forma em que se desenvolveu no Brasil, foi o quase absoluto poder dos plantadores de cana-de-açúcar. Com os privilégios concedidos pelo rei, foram êles verdadeiros senhores feudais e dêste modo incumbidos de defender as causas e os interesses de Portugal contra, de um lado, os índios, e de outro, as potências européas rivais dos portugueses. Tôda vez que um plantador agia *pro domo sua* estava agindo também em favor do poderio português na América. É o que explica que as casas-grandes se tornassem, mais mesmo do que os edifícios públicos, símbolos da estabilidade portuguêsã na costa do Brasil. Tornaram-se também a expressão física de um nôvo tipo de poder feudal ou patriarcal, chegando, pela sua situação de isolamento e a sua auto-suficiência, a ostentar um forte espírito de independência e até de rebelião contra a Coroa. Um espírito como que de republicanismo.

Os privilégios concedidos pela Coroa aos senhores de engenho explicam por que as casas-grandes acabaram não só mais importantes do que a maioria dos edifícios públicos, como mais importantes mesmo do que as catedrais, do que as igrejas particulares e do que os mosteiros puramente religiosos. Digo igrejas particulares porque tôda casa-grande ou mansão tinha a sua igreja ou capela como parte do seu complexo arquitetural e social, com um capelão que dependia mais do dono da mansão ou senhor de engenho do que do bispo; e digo “mosteiros puramente religiosos” porque alguns mosteiros dos tempos coloniais rivalizavam, no Brasil, com as casas-grandes, parecendo existir menos para fins religiosos do que para exploração econômica da terra através da cultura da cana-de-açúcar feita por numerosos escravos que os monges ou as ordens religiosas possuíam. Porque a verdade é que algumas das poderosas ordens religiosas, entre as que tiveram parte ativa na colonização do Brasil, em vez de condenarem o regime feudal, ou quase feudal, da agricultura, pelos seus abusos anticristãos, aceitaram-no, vendo nêle a fôrça que haveria de dominar a vida colonial brasileira e a sua estrutura econômica e adaptando-se passivamente a êsse domínio.

Outra prova da adaptação de frades e padres àquele regime, ou mais do que de adaptação, de reconhecimento do seu poder superior — materialmente superior — está no fato de que, ao



contrário da América Espanhola, a América Portuguêsa nunca se fez notar por catedrais que fôsem suntuosas ou dominadoras. Elas teriam simbolizado bispos poderosos, uma poderosa Igreja, um clero forte. E nunca existiu no Brasil colonial uma Igreja realmente poderosa, ou um clero forte; nem houve bispos dominadores, desde que todo o plantador mais importante de cana-de-açúcar, ainda que católico piedoso, era, em relação à Igreja, uma espécie de Filipe II: tinha-se na conta de mais poderoso que os bispos ou os abades.

Dáí o sistema de plantação e o sistema jesuítico quase sempre andarem em conflito. Os jesuítas não admitiram tão facilmente como os outros a supremacia do sistema dos grandes plantadores sôbre o sistema católico ou jesuítico. O grande sonho dos jesuítas no Brasil parece ter sido o de um regime ou sistema rigidamente teocrático, como a "república" que fundaram no Paraguai. E em um tal sistema, a casa-grande, com o seu harém e os seus outros abusos não menos ímpios, seria como uma mancha negra num vale angêlicamente verde.

Desde, porém, que se reconheceram sem fôrça para destruir ou desgastar tão poderoso sistema, como era o dos senhores de engenho, concentraram-se os jesuítas em desenvolver um sistema de educação que trouxesse sob a sua influência os filhos dos colonos ricos e também as crianças indígenas. E o fato é que, nas suas escolas, escolas que logo se fizeram famosas, o latim e a retórica que nelas se ensinavam tanto eram obrigatórios para os filhos de branco como para os filhos de índio.

Negros e mulatos não eram, entretanto, geralmente aceitos nessas escolas, razão por que não se deve contar o jesuíta entre as influências que favoreceram, no Brasil, o amalgamamento das raças e a democratização social e étnica da colônia. Este tipo de democracia foi um produto direto da vida dos bandeirantes nas fronteiras e um resultado indireto do sistema aristocrático de plantação, pela forma em que êle veio favorecer o livre desenvolvimento da miscigenação à sombra das casas-grandes e dos engenhos e, depois, das cidades da região açucareira.

Por tudo o que se conhece hoje do sistema de cultura da cana-de-açúcar no Brasil, tão em contraste com as atividades dos homens de fronteiras, qualquer estudioso da história social anglo-americana pode concluir que o desenvolvimento da América Portuguêsa não se fez por processo muito diferente do que se verificou no desenvolvimento da economia ou da sociedade colonial dos Estados Unidos. E tanto assim que numerosas tendências e não menos numerosas formas de expressão do desenvolvimento da

economia ou da sociedade brasileira nos fazem pensar nos dois mais importantes sistemas em que se desenvolveu a sociedade industrial anglo-americana e aos quais o Prof. Ulrich B. Phillips atribui papel importante ou decisivo na formação ou no passado anglo-americano. Passado de que haveria de resultar o presente, com os seus recursos, a sua economia industrial, a sua organização social, todos os seus problemas, enfim.

O que êsse historiador norte-americano escreve, de modo geral, a respeito do sistema de plantação dos Estados Unidos é como se escrevesse sôbre as condições de economia e de vida no Brasil colonial: “o sistema de plantação — diz êle — desenvolveu-se graças à necessidade específica de satisfazer a procura mundial de certos produtos básicos difíceis de ser supridos sob o regime de trabalho livre. Proporcionando, o sistema de plantação, contrôle e direção eficazes para a mão-de-obra importada dos escravos, logo se fortaleceu, não sòmente das suas necessidades, mas dando forma ao sistema social e comercial, e também ao político, de vasta região do país”(1). No Brasil foi essa região mais vasta que nos Estados Unidos: durante algum tempo, foi quase todo o Brasil econômicamente significativo e politicamente articulado.

Se no Velho Sul dos Estados Unidos foram o algodão e o tabaco que juntamente cresceram ao lado da escravidão negra, no Brasil, com a escravidão negra progrediu a cana-de-açúcar em primeiro lugar, e depois o café: progrediram juntos — o açúcar e o escravo ou o café e o escravo — em tôda a vasta extensão do Brasil onde os plantadores — senhores de engenho ou fazendeiros — se tornaram também senhores políticos. E aqui, da mesma maneira que nos Estados Unidos, o sistema de monocultura não ganhou o Oeste senão para estender-se a novas terras e levar, por onde se foi estendendo, a escravidão e outras instituições até chegar a regiões como a de Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul, onde plantadores e homens de fronteira se encontraram e se confundiram, desenvolvendo-se daí formas híbridas de economia e de organização social.

Ainda como nos Estados Unidos, nas zonas de plantação de cana do Brasil — nas mais ortodoxas em suas características feudais — a monocultura acabaria empobrecendo a terra e privando

---

(1) *Plantation and Frontier, 1649-1863*, Cleveland, 1900; *Documentary History of American Industrial Society*, Cleveland, 1910, I, p. 71-72.

a população de produtos de alimentação. O que haveria de forçá-la a uma dieta terrivelmente deficiente, por mal equilibrada.

Os que viviam pelas fronteiras, ou pelos sertões, eram mais dóceis às leis da natureza tropical do que os plantadores. Não havia, é certo, nas fronteiras ou nos sertões, os refinamentos da zona agrícola, mas ali a vida, nômade que fôsse, parecia mais saudável do que a sedentária dos senhores de engenho. Mesmo quanto à alimentação: entre certos senhores de engenho, por exemplo, era comum alimentarem-se do que importavam de Portugal, mas o alimento que vinha da Europa naquele tempo raramente deixava de chegar deteriorado. Ao contrário das primeiras gerações de plantadores, muitos dos quais trouxeram as suas mulheres de Portugal, e cujos descendentes casavam entre eles mesmos, a maioria dos homens que se tornaram tipos característicos de moradores dos sertões e das fronteiras do Brasil não eram portugueses puros, mas mestiços de português e índio: bandeirantes, paulistas, cearenses, todos descendentes de portugueses, de espanhóis, de franceses que fizeram de mulheres indígenas suas companheiras, tornando-se um tipo de pioneiro como dificilmente se encontra igual na América do Norte, salvo o mestiço do Canadá.

Em virtude da predominância desse tipo na exploração de novas áreas, a colonização do Brasil logo deixou de ser estritamente européia para vir a ser um processo de autocolonização: um processo que haveria de tomar, depois da Independência, caráter nacional. Nas palavras do Prof. Normano, este processo quer dizer "o ajustamento dos territórios existentes à vida econômica da nação, a colonização nacional interna". O que parece certo se considerarmos esta nova fase da colonização brasileira um aspecto do fenômeno descrito por Turner como o de "fronteira móvel" (2).

Julgando-se os paulistas, os bandeirantes e os cearenses pelo que foram capazes de realizar num meio difícil como o tropical, eles surgem como a mais brilhante expressão de vigor híbrido que já se viu em qualquer povo da América. O Prof. Hooton, antropólogo norte-americano, escreveu-me há tempos de Harvard para me dizer que, como estudioso dos problemas de hibridização, muito se interessava pela história dos paulistas. O Prof. Hooton, que é

---

(2) J. F. NORMANO, *Brazil: A Study of Economic Types*, Chapel Hill, 1935, p. 2.

um dos mais notáveis antropólogos do nosso tempo, não acredita que a tese da inferioridade física e constitucional dos mestiços possa ser levada a sério. Ele mostra, nas suas conferências e nos seus ensaios, que os cruzamentos entre raças nitidamente diversas, em alguns casos, produz híbridos semelhantes a um ou a outro dos seus ancestrais, mas, na maioria dos casos, apresentam-se os mestiços com uma combinação de traços derivados das raças envolvidas no cruzamento.

Às vêzes, segundo o Prof. Hooton, acontece saírem da teia dessas combinações tipos novos e aparentemente estáveis. O exemplo dos paulistas parece comprová-lo: os paulistas, considerados como resultado do cruzamento de espanhóis, de portugueses e, em pequena extensão, de negros, com ameríndios. Dão êles a impressão de se terem desenvolvido em um nôvo e estável tipo de homem ou de "raça" notável pelo seu vigor, a sua resistência, a sua capacidade de luta e pelas suas qualidades ou virtudes de pioneiro. O que também se pode estender aos cearenses e a outros tipos regionais do Brasil.

Os paulistas fizeram-se notar primeiramente pelas suas expedições à caça de escravos, conhecidas pelo nome de "entradas", e das quais voltavam trazendo índios puros que iam servir como escravos nas plantações. Chegaram a atravessar o Chaco através do rio Paraguai, indo até à Bolívia. Muitos dêles atingiram mesmo as vizinhanças de Quito, no planalto do Equador, e dizem que uma pequena expedição chegou a cruzar os Andes.

É fácil adivinhar por que os paulistas entraram em luta com os jesuítas, cuja política no Brasil, tanto como no Canadá, era no sentido de segregar os índios por um sistema todo artificial de perpétua tutela paternal; e impedir ou desencorajar o cruzamento de brancos com os nativos, sob o pressuposto de que "a inteligência do índio é incapaz de alto desenvolvimento". Aliás com êsse ponto de vista dos jesuítas alguns antropólogos modernos se acham de acôrdo; mas são raros. Entre êsses raros estão os Whethams, por exemplo (William Cecil Dampier e Catherine Durning). Em *The Family and the Nation*, elogiam êles os jesuítas pela "sua considerável visão científica e pela sua sabedoria", como campeões da política de pureza racial no continente americano.

Outros antropólogos, porém, os que mais profundamente têm estudado o problema do índio americano e do mestiço, à maneira de Boas, Dixon, Hooton, Gamio, Mendieta, Nunez e, entre nós, Roquette-Pinto, se fôssem interrogados a respeito, de certo que não achariam nem de uma grande visão nem de uma grande sabedoria a política dos jesuítas, de rígida segregação dos ame-

ríndios em oposição à co-educação de meninos brancos e indígenas, tal como foi praticada pela Coroa portuguesa no Brasil e pelos próprios jesuítas, nos primeiros anos de vida colonial ou sob a pressão de reis e estadistas portugueses. As primeiras gerações de paulistas, isto é, de mamelucos de São Paulo, não foram o resultado de nenhuma deliberada política mas a consequência da escassez de mulheres brancas ou européias, escassez esta fácil de notar, no século XVI, por tôda a parte do Brasil descoberto ou colonizado pelos portugueses. O velho espírito lusitano exaltado por Camões no seu famoso poema arrastou, como era natural que arrastasse, muito português ambicioso e de coragem às matas e aos sertões da América tropical, onde eram fáceis as mulheres índias. A poligamia acabou por se tornar uma compensação à dura vida que levavam êsses intrépidos pioneiros.

A primeira virtude, já posta, aliás, em relêvo por vários historiadores, do paulista ou do bandeirante típico, foi uma resignação que se poderia dizer quase fatalista. Muitos paulistas ou bandeirantes nunca voltaram do sertão: lá permaneceram, multiplicando-se em filhos mestiços e fundando povoados ou vilas que haviam de acabar cidades importantes das futuras províncias de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Bahia. Santo Amaro, por exemplo, foi fundada por um João Amaro, por muito tempo conhecido como o homem mais valente dessa região baiana.

Os paulistas passaram, depois de algum tempo, da simples captura de índios que escravizavam para uma conquista maior — a dos sertões; para o estabelecimento de colônias e cidades, para a descoberta de minas de ouro e pedras preciosas, e, ainda, para a repressão das investidas dos espanhóis, que ameaçavam invadir pelo Sul e pelo Peru o território tornado brasileiro pela ocupação dos pioneiros. Uma atividade complexa, já estudada por numerosos historiadores e geógrafos brasileiros, preocupados com o fascinante problema de como a América Portuguesa veio a tomar tão largo espaço no continente americano: Teodoro Sampaio, João Ribeiro, Alcântara Machado, Afonso d'E. Taunay, Basílio de Magalhães, Paulo Prado, Cassiano Ricardo.

Um geógrafo estrangeiro, a Sra. L. E. Elliott, escreve que cada bandeira, nas fases por assim dizer heróicas do bandeirismo, foi uma cidade nômade, "uma comuna ligada por interesses comuns"<sup>(3)</sup>; e Cassiano Ricardo, em ensaio sôbre as bandeiras

---

(3) L. E. ELLIOTT, *Brazil: Today and Tomorrow*, Nova York, 1917, p. 28.

— páginas exageradas no seu entusiasmo, mas nem por isso menos interessantes e menos penetrantes, no seu estudo do assunto — observa, com muita razão, que as bandeiras mais do que qualquer outra instituição, é que promoveram a democracia social e étnica tão característica do Brasil. Ao passo que o sistema de cultura da cana foi aristocrático na sua estrutura — ainda que, considerado pelo da descendência mestiça dos senhores ligados a escravos, democrático, pois essa descendência fez as vêzes, no Brasil, de classe média — a bandeira é exaltada por Cassiano Ricardo e outros admiradores dos bandeirantes, como tendo sido movimento de caráter totalmente democrático. O sr. Roy Nash — outro agudo estrangeiro voltado para o estudo do assunto — procura explicar o êxito daquelas democráticas “cidades móveis”, ou “comunas”, dizendo que os bandeirantes, “como os bolchevistas”, formavam uma minoria militante a que não faltava coesão ou solidariedade social para grandes esforços de cooperação<sup>(4)</sup>.

A obra realizada pelos paulistas e por mestiços brasileiros de outras regiões que se destacaram na história da “fronteira móvel” do Brasil permanece impressionante exemplo de capacidade do híbrido, não somente para a ação independente como para a cooperação ou ação interdependente. No Brasil, a “fronteira móvel” quis sempre dizer criação de novos estilos de vida e de novas combinações de cultura, capacidade esta que alguns nórdicos mais entusiastas dos tipos nórdicos e mais eloqüentes na expressão do seu arianismo gostam de associar exclusivamente à história e à personalidade dos seus heróis brancos ou louros.

Mas por mais fascinantes que sejam as figuras desses primeiros “homens de fronteira” no Brasil, isto é, os bandeirantes, não nos devemos esquecer de que enquanto êles aumentavam o território da colônia, não levavam as primeiras gerações dos plantadores de cana vida de todo fácil e melíflua. Os ataques dos ameríndios, dos piratas inglêses e franceses, e especialmente dos holandeses, muito prejudicaram a rotina da vida agrária no Brasil dos primeiros séculos coloniais. E não era tudo: tinham às vêzes, os senhores, de sufocar rebeliões de escravos negros, ainda que estas rebeliões não tenham sido em nenhum tempo tão numerosas ou violentas no Brasil como em outras regiões da

---

(4) *The Conquest of Brazil*, p. 104.

América, talvez porque o tratamento dado pelos portugueses, e, mais tarde, pelos brasileiros, aos escravos provocasse menos o desejo de rebelião da parte dos oprimidos.

Outra não é a conclusão dos historiadores e sociólogos brasileiros que melhor têm estudado a história social da região agrária e escravocrata, pelos meios mais objetivos e imparciais de estudo. É a opinião, também, dos estrangeiros que melhores provas têm dado do seu conhecimento das condições da escravatura nas diversas regiões da América<sup>(5)</sup>. Um dêles, o Rev. Creary, missionário norte-americano, cujas notas sôbre o sistema agrário do Brasil nunca foram totalmente publicadas, continuando em manuscritos na Biblioteca do Congresso, em Washington. Trata-se de opinião particularmente valiosa por ser de alguém conhecido pela sua atitude nada simpática aos costumes do Brasil dos dias patriarcais. Entretanto, não esconde que os escravos brasileiros da parte do sul do Império — a região que conheceu — “eram tratados razoavelmente bem (“*fairly treated*”), e gozavam, em regra, de mais liberdade do que era compatível com um serviço eficiente”<sup>(6)</sup>.

Quanto aos escravos do norte do Império, A. R. Wallace, o famoso cientista e abolicionista inglês do século XIX, achou-os geralmente bem tratados “e tão felizes como crianças”<sup>(7)</sup>. E Mme. Ida Pfeiffer, que visitou o Brasil por volta de 1840, e escreveu páginas notáveis pela sua agudeza de observação, deixou-nos êste depoimento sôbre o Império, em geral: “Estou quase convencida de que, vista em conjunto, a sorte dêsses escravos é menos miserável do que a dos camponeses da Rússia, da Polônia, do Egito, e que não são chamados escravos”<sup>(8)</sup>. Mas é um clérigo inglês, o Rev. Hamlet Clark, que, a êsse respeito, se exprime de modo mais radical. “Não é preciso”, diz êle, “ir-se muito longe para encontrar na livre Inglaterra a verdadeira imagem da escravidão: *London Labour and the London Poor*, de ManigheW,

(5) Gilberto FREYRE, “Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century”, *The Hispanic American Historical Review*, 1922, v. n.º 4, p. 597-628.

(6) R. CREARY, “Brazil Under the Monarchy” e “Crônicas Lageanas”, 1886 (Manuscritos na Biblioteca do Congresso de Washington, D. C.).

(7) *A Narrative of Travels on the Amazon and Rio Negro*, Londres, 1852, p. 120.

(8) *Voyage Autour du Monde*, Paris, 1868, p. 18.

*Oliver Twist*, de Dickens, *Sang of the Shirt*, de Hood, e muitas outras obras, refletem um despotismo sórdido de corações de pedra que em nada dão a lembrar o bem mais humano coração dos proprietários de escravos brasileiros”(9). E outro viajante que conheceu o Brasil durante a maturidade do seu sistema de escravidão, isto é, na primeira metade do século XIX, W. H. Webster, achou os escravos do Brasil mais felizes do que poderia representar a imaginação de muito filantropo europeu(10).

Investigação ou inquérito sobre as condições de trabalho nas plantações do Brasil realizado por uma comissão parlamentar britânica — comissão ansiosa por descobrir abusos — apurou, entre 1847-1848, que as leis que no Brasil regulavam o tratamento de escravos eram benignas: previam férias para os negros — férias que iam até trinta dias no ano; dava-se-lhes também o direito de realizar as suas festas e ganhar dinheiro para se libertarem êles próprios, ou conseguirem a sua alforria (manumissão). Tudo isto contrastava com as condições que reinavam nas plantações das Índias Ocidentais, onde os escravos eram comprados ou arrendados para dêles se extrair rapidamente todo o lucro possível: aí nada lembrava o sentimento dominante entre os legítimos plantadores do Brasil em relação aos escravos, e que era o sentimento de tutela patriarcal. José Cliff, que compareceu perante aquela comissão parlamentar encarregada de estudar a situação dos trabalhadores nas plantações de café e açúcar, disse, no seu depoimento, que no Brasil — região que conhecia bem — a natureza humana rebelava-se contra a separação dos filhos pequeninos das mães escravas(11).

Por outro lado, Koster, negociante inglês que viveu muitos anos no norte do Brasil, no comêço do século XIX, escreveu que o plantador europeu costumava adquirir a crédito os seus escravos, enquanto o brasileiro os herdava, nada o levando portanto a explorá-los para maiores benefícios(12). Também Robert Southey,

(9) *Letters Home from Spain, Algeria and Brazil*, Londres, 1867, p. 160.

(10) *Narrative of a Voyage to the South Atlantic Ocean*, Londres, 1834, p. 43.

(11) *British Foreign and State Papers*, LXII, p. 622, XXXII, p. 126; *Reports from Committees*, House of Commons, Session of 1847-1848, p. 201.

(12) Henry KOSTER, *Travels in Brazil*, Londres, 1817, II, p. 183.



na sua *History of Brazil*, se refere a leis brasileiras que favoreciam a situação dos escravos<sup>(13)</sup>. Que consagravam práticas de tutela ou assistência patriarcal aos negros escravos.

À vista de tôdas essas evidências não há como duvidar de quanto o escravo nos engenhos do Brasil era, de modo geral, bem tratado; e a sua sorte realmente menos miserável do que a dos trabalhadores europeus que, na Europa ocidental da primeira metade do século XIX, não tinham o nome de escravos. Como costumava recordar aos seus alunos o meu velho professor da Universidade de Colúmbia, Carlton Hayes, chorava-se na Inglaterra só com ouvir-se falar da crueldade com que os escravos na Jamaica eram surrados; porém na própria Inglaterra maltravavam-se nas novas fábricas meninos e meninas ingleses de dez anos de idade; até em fábricas que pertenciam a oradores anti-escravistas.

Não ponho em dúvida que alguns dos oradores antiescravistas do Brasil, quando já na velhice, chegaram a ver, em algumas das usinas modernas do país, condições de trabalho piores do que as por êles conhecidas no tempo da mocidade, em engenhos patriarcais de senhores de escravos. E vivessem ainda aquêles oradores e certamente concordariam com os estudiosos da história social do Brasil sôbre êste ponto: que, visto em conjunto, o regime de escravidão nos engenhos e nas fazendas brasileiras no século XIX parece ter sido bem menos despótico do que a escravidão em outras regiões da América; e menos cruel — se se pode admitir grau na crueldade — do que o regime de trabalho na Europa industrial, durante os terríveis cinquenta primeiros anos do *laissez faire* econômico que veio logo depois da chamada Revolução Industrial. Menos cruel também do que o regime de trabalho que hoje se conhece em certas regiões do Brasil, onde as condições do trabalhador do campo constituem ainda problema sem solução.

Naturalmente que há uma como tendência para nos tornarmos sentimentais sempre que nos voltamos para os velhos tempos: esta tendência aparece nitidamente na atitude de alguns brasileiros em relação ao sistema de plantação tanto como ao sistema monárquico de governo que manteve o Brasil como nação independente durante quase um século, sem se afastar da tradição política em que tinha vivido a colônia, do século XVI ao começo do século XIX. No Brasil, da mesma maneira que nos Estados Unidos, não

---

(13) *History of Brazil*, Londres, 1822, p. 674.

querem certos historiadores e até sociólogos pintar a antiga vida rural do país senão idealmente côr-de-rosa; e ainda com essa mesma côr pretendem representar as condições políticas do Brasil durante a Monarquia ou o Império.

Os fatos, porém, mostram que houve muito sofrimento naquele tempo; e que bem longe estavam as condições de vida do tipo ideal que alguns imaginam. O que se chama higiene ou saúde pública, por exemplo, era um mito.

Apesar disto não é fácil ao historiador desfazer tôdas as lendas criadas em tôrno da vida dos antigos engenhos e da antiga monarquia, ainda quando não exprimam senão pura fantasia literária ou devaneio sentimental. É que os dois sistemas — o da plantação e o da monarquia — tornaram possível o desenvolvimento dos valôres culturais e humanos que permanecem característicos do Brasil; e dêsse modo se impuseram ao reconhecimento nacional.

Seria absurdo, nos brasileiros de hoje, o desejo de voltar aos dias em que aquêles valôres se impunham como os mais poderosos ou mesmo exclusivos. Porém igualmente absurdo seria negar que através dêles os brasileiros tenham adquirido qualidades que nobremente os vêm distinguindo. Não constituem êles apenas um complexo feudal — complexo social e psicológico — que parece fazer de alguns brasileiros, descendentes da antiga aristocracia de donos de terras e escravos, uns arrogantes e uns sádicos; e de muitos dos descendentes de escravos, indivíduos desambiciosos e servis, com alguma coisa de infantil e mesmo de mazoquista em sua conduta e em algumas das suas atitudes.

Não se deve esquecer contudo que nem o sistema de plantação nem o sistema monárquico implicaram jamais, no Brasil, rígidas gradações sociais; e sempre foi possível a homem de excepcional talento, por inferior que fôsse a sua origem social, erguer-se às mais altas posições no sistema monárquico e aristocrático brasileiro. Era comum, entre os senhores de engenho, educar filhos mulatos, ou ilegítimos, dando-lhes a mesma instrução que aos legítimos desde que mostrassem talento ou gôsto para as letras. Webster observou que no século XIX alguns dos negros mais inteligentes, pertencentes a senhores bons, recebiam a mesma educação que êstes senhores davam aos próprios filhos, alguns dêles fazendo carreira brilhante, depois de libertos<sup>(14)</sup>. Isto queria dizer

---

(14) *Op. cit.*, p. 43.

que no Brasil nem o sistema de plantação nem o sistema monárquico se fecharam durante ao que hoje chamaríamos democracia social; muito menos à igualdade política. Qualquer tendência antidemocrática na política brasileira significa fato nôvo e contrário não sòmente aos pendores republicanos mas às próprias tradições desenvolvidas à sombra da monarquia e do velho sistema rural do Brasil.

Cada uma dessas tradições, tomada como um todo era antes combinação de tendências democráticas e aristocráticas que pura expressão de tendências ostensivamente despóticas, autocráticas, ditatoriais. Estas foram, talvez, mais características de algumas das repúblicas da América Espanhola, nas suas fases de caudilhismo, do que do Brasil monárquico e aristocrático, onde o sistema de plantação parece ter atuado sempre como poderosa oposição como que republicana a todo o excesso autocrático e centralizador da Coroa e onde a Coroa parece ter sempre servido de freio aos excessos de certo modo autocráticos — feudalmente autocráticos — dos grandes proprietários de terras e de escravos.

O resultado é que se criou para o Brasil com essa rivalidade entre forças que quase se equiparavam em autoridade — cada qual neutralizada, senão respeitada pela outra — um clima político mais saudável do que o das repúblicas das Américas espanhola e francesa, nas quais, sob o nome de presidentes, caudilhos e ditadores, gerais e aventureiros puderam às vêzes exercer durante anos e anos o mando absoluto. Mando por alguns exercido sãdicamente.

Decerto não é minha intenção diminuir as repúblicas da América espanhola que tiveram os seus caudilhos, para exaltar o Brasil, cujo sistema monárquico de govêrno, combinado com o seu sistema aristocráticamente agrário, exclui, ao meu ver, o caudilhismo da América Portuguesa. Mesmo porque teriam algumas daquelas repúblicas espanholas da América direito de rir-se do Brasil republicano — um Brasil que não conheceu caudilhos reais durante o século XIX, mas que viria a conhecer o caudilhismo depois da República de 1889: Pinheiro Machado, por exemplo, foi um caudilho e em tempos bem recentes. Mesmo durante a monarquia do Brasil — é verdade que excepcionalmente — houve um quase caudilho-de-luxo como primeiro ministro. Embora usasse fraque, e não uniforme militar, e não tivesse tentado fechar o Parlamento Imperial, mostrou-se intolerante em divergências políticas e reduziu os partidos a grupos insignificantes. Quero referir-me ao Marquês de Paraná, que foi mais imperial na sua ação do que o próprio Imperador. Mas constituiu exceção. E embora auto-

crata, era um autocrata que tinha a sua elegância; não se extremou nunca em um caudilho vulgar.

Quase sempre os chefes do governo brasileiro durante a monarquia saíram das mais antigas regiões de plantação do Brasil — Bahia, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro — e foram, alguns dêles, verdadeiros estadistas e não simples políticos. Houve até os que se tornaram campeões de grandes reformas democráticas, como Joaquim Nabuco. Pela voz desses estadistas é que muitas vêzes se exprimiu a opinião popular ou o sentimento democrático. De onde ousar eu dizer, embora a muitos venha a parecer um paradoxo, que o regime monárquico e aristocrático do Brasil, tal como se constituiu durante a época áurea dos senhores de engenho, foi mais favorável a um estado de vida pré-democrático do que os regimes ostensivamente liberais de algumas das repúblicas hispano-americanas do século XIX, dominadas por caudilhos e atormentadas por freqüentes revoluções.

Quem quer que estude o sistema social brasileiro baseado na monocultura latifundiária e escravocrata é tentado a compará-lo com sistemas semelhantes de outras regiões da América; e mais particularmente com o do Sul dos Estados Unidos. Este sistema na América anglo-saxônica teve provavelmente estrutura aristocrática mais rígida, do ponto de vista da “superioridade” e “inferioridade” de raça, do que no Brasil, onde tais preconceitos nunca foram tão fortes como entre os anglo-saxões.

Houve preconceitos de raça nas áreas de monocultura latifundiária do Brasil; ou, o que é natural, distância social entre o senhor e o escravo, entre o branco e o prêto. Mas como existe entre o velho e o môço, o homem e a mulher. Poucos aristocratas brasileiros foram jamais tão rigorosos em matéria de pureza racial como a maioria dos aristocratas do Velho Sul dos Estados Unidos.

O orgulho de família foi entre nós mais forte do que o orgulho de raça. E no sistema brasileiro as mulheres foram provavelmente mais oprimidas pelos homens do que no Velho Sul. Houve, contudo, exceções: casos de mulheres que exerceram, em vez dos maridos ou na falta dêles, a direção da casa ou do engenho ou da fazenda. O meu avô paterno, quando rapaz, conheceu uma dessas mulheres extraordinárias. Chamava-se D. Felícia — e os escravos, os filhos, e também o marido eram conhecidos como escravos, filhos e marido de D. Felícia. Ela trazia sempre consigo um chicote para castigar não só os filhos e os escravos, mas até — sussurrava-se — o próprio marido. Casos como êste, porém, devem ser considerados excepcionais.

Os elementos que compuseram o conjunto social nos engenhos ou nas fazendas patriarcais no Brasil foram, praticamente, os mesmos que caracterizaram o conjunto patriarcal e quase feudal nas plantações do Sul dos Estados Unidos. A boa cozinha foi, naturalmente, um dêles.

A “trindade de figuras”, por exemplo, sugerida por Taylor, antigo governador de Tennessee, para um monumento em memória do Velho Sul dos Estados Unidos, poderia um escultor brasileiro utilizá-la para um monumento semelhante dedicado ao Velho Norte patriarcal do Brasil. E poderia ainda esta idéia estender-se mesmo a uma glorificação não simplesmente regional, mas geral, da “Velha Plantação” no continente americano — glorificação que alcançasse não sòmente o Norte do Brasil, mas tôdas as outras zonas ou regiões das Américas hispânica, anglo-sexônica, francesa e holandesa, onde floresceu o sistema a que os europeus chamam “grande plantação”. Porque a “trindade de figuras” como a sugeriu o Governador Taylor — representada pelo “velho e cortês plantador bem nascido e elegante no porte e nas maneiras”; assim como pelo “tio da plantação, a contraparte em ébano do senhor a quem tão lealmente servia”; e pela “mãe-negra de vastos peitos, com o seu turbante de côres vivas, o seu avental limpo e a sua face alegre, amiga de quantos viviam na casa-grande ou nas choupanas” — corresponde a uma tradição comum a tôdas as áreas de plantação aristocráticas da América.

Decerto que ao lado de excessiva idealização do passado nota-se excesso de simplificação na idéia do Governador Taylor para um monumento dêsses, como se o sistema de plantação da América não tivesse sido alguma coisa de mais complexo, com os seus lados agradáveis mas também com outros, bem ásperos. Mas a “trindade de figuras”, essa existiu no Brasil tanto como no Velho Sul dos Estados Unidos.

O Prof. Francis Pendleton Gaines, no seu livro *The Southern Plantation*, publicado em Nova York em 1938 — três anos depois da minha primeira tentativa para caracterizar o regime de plantação do Brasil — refere-se a outros tipos igualmente importantes ligados ao sistema ou ao conjunto no Sul dos Estados Unidos: “a sinhá-môça de Dixie”; “o senhor-môço”; “o protótipo do mestrel negro”(15). O Prof. Thompson menciona o “cocheiro”(16);

---

(15) *Op. cit.*, p. 15.

(16) Edgar T. THOMPSON, “The Plantation: Physical Basis of Traditional Race Relations”, em *Race Relations and the Race Problem*, Durham, 1939, p. 214.

o Prof. Cotteril refere-se ao “feitor, universalmente detestado pelos escravos”(17). Do ponto de vista brasileiro, gostaria de ver incluído, num monumento à plantação, a senhora de engenho, o escravo do campo, o moleque, companheiro paciente e às vêzes mazoquista do senhor-môço; e, ainda, a mulata que, no Brasil, ficou sendo chamada a *mucama*: a companheira da senhora branca. Tal monumento talvez viesse a ficar muito sobrecarregado de figuras para constituir verdadeira glorificação de heróis do passado, embora de acôrdo com alguns arquitetos e filósofos sociais modernos assim devam ser todos os monumentos: a glorificação de grupos heróicos e não de heróis individuais.

Como no Sul dos Estados Unidos, também no Brasil nem todos os senhores de terra eram “cortesês”, “bem nascidos”, ou “elegantes no porte e nas maneiras”. A diferença que o Prof. Gaines, no erudito ensaio já mencionado, faz entre a vida agrária do Sul dos Estados Unidos, vista através da lenda e vista na sua realidade, é igual à que se deve fazer em relação às zonas de plantação do Brasil, onde não faltam, da mesma maneira, apologetas literários para pintarem o passado regional em côres sempre muito róseas. Conforme já uma vez sugeri, em ensaio sôbre a vida rural do Brasil, nem tôdas as casas dos donos de fazendas, mas sòmente uma minoria delas, foram, do ponto de vista arquitetônico, verdadeiras mansões ou casas verdadeiramente grandes, onde o alimento abundante e do melhor era a regra, em vez de exceção.

Por outro lado, nem todos os plantadores de cana-de-açúcar eram honestos e nobres. Alguns misturavam terra ao açúcar. Outros eram grandes bebedores, e não de finos e velhos vinhos, mas de rum ordinário ou de cachaça. Havia os que eram jogadores, como também os que viviam sempre endividados, quase tudo ignorando dos seus negócios, das suas rendas exatas, do seu número de escravos — tudo à semelhança do coronel Dangerfield, o herói do *Westward Ho!*, de James K. Paulding. Quanto aos filhos das grandes famílias, nem todos chegaram a estadistas, oradores, bispos, generais ou almirantes; muitos dêles atingiram a velhice sem outro maior interêsse do que a paixão pelos cavalos, pelas negras e pela briga de galos. Na região de engenhos do Brasil, como na do Sul aristocrático dos Estados Unidos, a paixão pelo cavalo, embora não houvesse hipódromo, não era mero

---

(17) R. S. COTTERIL, *The Old South*, Glendale, 1939, p. 268.

desporto: constituía quase instituição sagrada. A caça era outra instituição e não simples divertimento.

E, à maneira dos Estados Unidos, na região do Sul, tal como a descrevem Phillips, Gaines e Thompson, também nas zonas de plantação do Brasil a base econômica da vida social feudal era precária e incerta. Tanto aqui como lá, o estado econômico que prevaleceu, entre os plantadores, no Brasil, de cana-de-açúcar, depois entre os de café, nos Estados Unidos, de tabaco e algodão, caracterizou-se sempre, nos tempos da escravidão, por extrema prodigalidade, grande desaproveitamento da fertilidade do solo e ignorância de métodos agrícolas científicos, ao lado de trabalho em geral pouco eficiente. Estado econômico que tanto aqui como no Velho Sul culminou freqüentemente no que o Prof. Gaines chama "bancarrotas, com o fracionamento das fazendas e, algumas vezes, emigrações para o Oeste". No Brasil, quando o plantador perdia as suas safras, empobrecendo-se, ordinariamente emigrava para uma das cidades do litoral, onde passava a ter vida anônima numa qualquer função pública secundária. Os filhos daqueles plantadores ou senhores de engenho que empobreciam mais lentamente, foram-se tornando advogados, juizes e médicos em cidades remotas.

Nos engenhos muitas eram as festas que davam motivo à reunião de numerosas famílias rurais. O dia de S. João era certamente o maior dia do ano entre os brasileiros da zona de açúcar, pelo menos para os mais antigos e os mais típicos de entre eles. Havia danças à moda européia no interior das casas-grandes, e o que existia de prata — que era luxo comum — e de cristais aparecia então em todo o seu brilho ou esplendor; enquanto, fora, corriam animadas as danças dos negros, principalmente o samba, que se faziam à roda de vastas fogueiras — as fogueiras que se queimavam em honra de São João e para afugentar Satanás da casa. Eram festas em que muito se notava a fartura de alimentos, especialmente de bolos, sobretudo os de milho. A noite de S. João era para os engenhos brasileiros como a noite de Natal para as plantações do Sul dos Estados Unidos.

Uma das tradições portuguesas da noite de S. João, como ela se celebrava antigamente no Brasil, era a da pessoa banhar-se e lavar-se. Havia um banho especial: o banho de S. João. Especial porque os brasileiros sempre foram amigos do banho; às vezes de mais de um banho por dia, coisa que os viajantes estrangeiros do século XIX logo vieram a notar nas zonas de engenho. Warren, norte-americano que esteve no Brasil pelo meado do último século, confessa que, ao desembarcar, o primeiro espe-

táculo que lhe chamou a atenção foi o do grande número de pessoas de ambos os sexos e de tôdas as idades — gente do povo — que viu tomando banho de rio. E refere ter visto “várias índias bem feitas de corpo e de notável beleza que mergulhavam na água como um banho de nercides felizes”<sup>(18)</sup>. Os aristocratas não se mostravam assim pagãos: tinham os seus banheiros reservados, cobertos de palha, em rios que eram quase como rios seus, espécie de rios particulares das suas plantações. E aí sòmente é que as sinhás e sinhás-môças se banhavam diàriamente e nadavam, parecendo também outras nercides felizes. Porque a natação foi outro desporto característico das zonas de plantação.

Ainda entre as grandes festas da vida de engenho do Brasil estavam as de casamento, como no Velho Sul dos Estados Unidos. Poderiam ser acrescentadas às festas de casamento e às de batizado as do dia em que o engenho começava a moer: a botada.

O dia da botada celebrava-se sempre com uma cerimônia religiosa. Depois festa, dança, comida, bebida, saúdes cantadas. O capelão do engenho ou mesmo um padre de fora ou um frade ungia com água benta as primeiras canas a serem moídas.

Notável ainda, como característica da vida dèsses engenhos, era a hospitalidade que nêles comumente se via. É provável que no Brasil, como no Sul dos Estados Unidos, o orgulho dos grandes plantadores — isto é, dos mais ricos — em manter mesa bem provida onde os hóspedes fôsem fartamente servidos, não significasse simplesmente “dissipação ostensiva” do tipo tão bem descrito pelo Prof. Veblen, mas também manifestação do chamado instinto gregário, intensificado nêles pelo isolamento. Visitantes de tôdas as categorias podiam sentar-se à mesa de um senhor de engenho, barão que fôsse, e ter uma cama num dos seus quartos de hóspedes.

Aliás, à sombra de tão generoso acolhimento é que veio a desenvolver-se no Brasil um tipo particular de parasita — o *papa-pirão* — isto é, gente que andava de um a outro engenho, regalando-se com o que lhe ofereciam. Gente que não fazia nada senão conversar, fumar e jogar cartas. Houve parasitas dêste tipo que acabaram não sendo de todo parasitas: os que faziam, em ponto pequeno, o papel de bobos de côrte ou os que se tornavam famosos pelo seu humor, pelos seus ditos, pelas suas anedotas.

---

(18) John Esaias WARREN, *Pará; or Scenes and Adventures on the Banks of the Amazon*, Nova York, 1851, p. 9. Veja-se também Gilberto FREYRE, “Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century”, p. 626.



Porque alguns plantadores brasileiros é como se imitassem os reis de outro tempo: tinham os seus bufões particulares e os seus jograis; às vêzes mantinham mesmo palhaços e acrobatas, além de uma banda de música do engenho composta de negros.

Uma instituição do sistema brasileiro de grande plantação, a meu ver sem equivalente no Sul dos Estados Unidos, foi a do capelão particular. O capelão do engenho era como um membro da família patriarcal, na mesma posição de um tio solteirão ou de um velho avô viúvo. Ou era mais isso que um padre rigidamente sob o contrôle de seu bispo. Estava antes sob o contrôle do senhor de engenho que, algumas vêzes, pagava generosamente o capelão pelos seus bons serviços. Não cuidava êste sòmente das atividades religiosas ou devotas de brancos e escravos, mas era também o mestre particular dos meninos da casa-grande, quem lhes ensinava a gramática, o latim, a história sagrada, quem os instruía para a escola militar ou naval, para o estudo do direito, para o seminário ou para a escola de medicina.

Sob o sistema patriarcal brasileiro estas eram as carreiras nobres: o exército ou a marinha, o govêrno, a diplomacia, a administração pública ou a advocacia, a Igreja ou o sacerdócio; e, para os mais progressistas, a medicina. Graças aos estímulos do Imperador, a Imperial Academia de Medicina chegou a dar aos que se titulavam por ela tanto prestígio social como as duas tradicionais escolas de Direito do Recife e de São Paulo.

Tôda a família em cada geração tinha que dar um padre; a falta de um padre na família era, do ponto de vista social, quase uma desgraça. As famílias eram então numerosas — dez, doze e até quinze filhos, às vêzes de uma só mãe; ou doze, quinze e vinte, senão até mais, quando os senhores aristocratas se casavam mais de uma vez, o que não era raro. Daí não ser difícil haver pelo menos um entre tantos filhos com real inclinação para padre ou para frade. Mas quando acontecia não existir essa inclinação, o caçula era às vêzes destinado a ser padre ou monge, mesmo contra a sua vontade. Isto explica o grande número de padres e frades do Brasil patriarcal, sem que na realidade mostrassem todos êles vocação para essa carreira. Trata-se de uma situação pela qual não seria justo responsabilizar principalmente a Igreja, que talvez aceitasse tais sacerdotes involuntários para conservar um clero formado de filhos da aristocracia territorial ou escravocrata. O sistema de monocultura latifundiária e patriarcal que dominou o Brasil até quase aos nossos dias é que parece ter sido o responsável principal por essa aliança entre as grandes famílias patriarcais e o altar.

Embora as famílias descendentes da velha aristocracia rural do Brasil não sejam hoje tão numerosas como no tempo da escravidão, continuam, entretanto, nas áreas de maior apêgo à tradição, grandes famílias. Um sociólogo norte-americano, em recente estudo, baseado em pesquisa estatística, chega à seguinte conclusão: que a tendência quanto ao tamanho da família brasileira é “inteiramente diversa da que em regra, neste particular, se nota, quanto aos Estados Unidos e à Europa Ocidental. As famílias em situação de bem-estar e de melhor educação são substancialmente mais numerosas quanto ao número de filhos, do que as classes baixas”<sup>(19)</sup>. Segundo o mesmo investigador, não só o número de filhos vivos do agricultor típico do Estado de Minas Gerais é quase o dôbro do que tem o trabalhador comum (a principal causa dessa superioridade estando na maior mortalidade infantil das classes pobres), mas o coeficiente de fecundidade das mães brasileiras é ordinariamente muito alto.

Por outro lado, deve-se deixar bem claro que se foi grande o número de padres e frades brasileiros procedentes de famílias opulentas ou remediadas das áreas de plantação, tal fato nem sempre significa que êsses padres e frades não tivessem filhos. Alguns os tiveram. E mais de um brasileiro notável nas letras, na política, na medicina, nas artes, tem sido filho ou neto de padre ou de monge — em geral dos tais sacerdotes involuntários.

Só no fim do século XIX é que houve diminuição no sacrifício da juventude ao sacerdócio — sacrifício, repita-se, que menos se deve à religião organizada do que ao regime patriarcal na forma em que êle predominou até então no Brasil, tendo a mocidade e a Igreja sob o seu domínio. Só a partir daí é que começou a haver relativa liberdade na escolha de profissões pelos brasileiros bem nascidos. Ainda hoje, porém, a inclinação dos brasileiros por aquelas carreiras, durante tanto tempo consideradas as únicas dignas da gente bem nascida — a política, a diplomacia, a advocacia, a administração pública, a medicina, o sacerdócio, o exército, a marinha — explica-se como uma sobrevivência do sistema de plantação ou de monocultura latifundiária, escravocrata e patriarcal. Não sòmente aristocratas decadentes ou descendentes de aristocratas, da mesma maneira decadentes, mas adventícios ou arrivistas ávidos de imitar essa aristocracia arruinada, deram para

---

(19) John B. GRIFFING, “A Comparison of the Effects of Certain Socioeconomic Factors upon Size of Family in China, Southern California, and Brazil” (tese); “Natural Eugenics in Brazil”, *Journal of Heredity*, xxxi, 1940, p. 13-16.

cultivar, e cultivaram até há pouco tempo, se é que não cultivam ainda, a mesma tradição. E a reação contra semelhante tendência, forte como possa parecer nos nossos dias, não quer dizer ainda completa vitória contra tão profundos preconceitos.

Não há dúvida nenhuma de que o sistema de plantação do Brasil, com a sua estrutura baseada no trabalho escravo, criou em muita gente do Brasil certa reserva aristocrática em relação não apenas ao trabalho manual, mas também em relação a outras atividades mecânicas e industriais. É fato que até certo ponto explica, a quem estuda a formação social brasileira na fase de transição marcada pela mania das profissões intelectuais, porque o camponio português, chegado menino de Portugal, tem alcançado rapidamente, no Brasil patriarcal e semipatriarcal e até no dos nossos dias, situação próspera como negociante; o francês, aos primeiros lugares no comércio de artigos de moda; e o inglês, seguido pelo alemão e pelo norte-americano, as melhores situações, como grande importador, engenheiro, técnico em obras industriais e mecânicas, em construção de estradas de ferro e de rodagem; e o italiano, o alemão, outros europeus e os próprios japoneses, a homens ricos como fundadores de granjas e indústrias. Isto enquanto brasileiros de velha linhagem e os que, sem serem de velha linhagem, foram achando elegante ou conveniente imitá-los, se têm conservado bacharéis ou doutôres em direito, em medicina ou em filosofia: uma espécie de casta burocrática ou intelectual cujas mãos, de dedos alongados em unhas de mandarins chineses e cheios de anéis, fôsem delicadas demais para trabalhos grosseiros e, ao mesmo tempo, fizessem dos homens entes superiores demais para competir com estrangeiros materiais. Tais têm sido os brasileiros da fase em que os filhos dos grandes senhores de terras e de negros se tornaram uma como aristocracia burocrática baseada no horror ao trabalho manual, ao comércio e às atividades mecânicas e técnicas.

Esse complexo — para abusar de palavras hoje tão abusada — de refinamento é tido por vários observadores como uma das mais perniciosas sobrevivências do antigo regime de plantação. Sentindo-se acima de tôdas as canseiras da vida, muitos são os brasileiros que, ainda hoje, procuram na loteria, no jôgo do bicho, no jôgo de cartas ou em outras aventuras dêsse gênero, meios de não trabalhar. O jôgo de cartas estêve intimamente ligado ao sistema antigo da vida rural do Brasil — e, através de leituras a respeito do sistema de plantação dos Estados Unidos, pude concluir que aí se verificou o mesmo. Não há muito tempo encontrei num dos arquivos do Brasil curioso documento: parece

êsse documento indicar que a primeira coisa impressa no nosso país, nos seus dias coloniais, não foi nem jornal, nem livro, nem mesmo oração ou estampa devota, mas um baralho de cartas de jogar.

Houve no Brasil colonial corridas de cavalos e touradas mas nunca com a importância que chegaram a alcançar no México ou no Equador. Provavelmente pelo muito que os plantadores cuidavam dos seus cavalos ou do seu gado para deixá-los morrer em divertimentos dessa espécie. Porque os grandes plantadores ou senhores de terra brasileiros, da mesma forma que os plantadores do Sul dos Estados Unidos, gostavam particularmente dos seus cavalos. A bem dizer eram quase tão orgulhosos do número de finos cavalos que possuíam como do número de filhos, legítimos ou não, e do número de escravos — escravos do eito ou domésticos — que podiam ostentar. Alguns dêles gostavam tanto de montar a cavalo que chegavam a exercitar-se em acrobacias. Outros não: eram demasiado indolentes ou delicados para êsses exercícios; e quando viajavam eram levados pelos seus negros em rédes ou palanquins, como se fôsem príncipes hindus.

Há, ainda, outro ponto de semelhança entre o regime agrário-patriarcal do Brasil e o do Velho Sul dos Estados Unidos: o hábito de blasfemar que tinham os senhores, e o seu excessivo individualismo. O que o coronel Allston disse dos plantadores do Sul do seu país — que “êles não eram nada dados a esforços em combinações” — pode-se dizer dos senhores de engenho do Brasil e mesmo dos plantadores de café, ainda que êstes últimos eventualmente viessem a dar notável esforço de cooperação em tôrno do famoso plano de “valorização” ou “defesa do café” brasileiro ou, antes, paulista. Mas um café paulista que era então valor nacional e não apenas regional.

Quanto ao efeito da plantaçoão sôbre a vida intelectual, parece que o sistema brasileiro, talvez porque mais poderoso, levasse vantagem sôbre o do Velho Sul dos Estados Unidos na produção de escritores, professôres e intelectuais de talento, como também de estadistas, oradores e diplomatas. O melhor dicionário que se escreveu no Brasil deve-se a um senhor de engenho. E antes, no remoto século XVI, outro senhor de engenho escrevera excelente livro sôbre a região do açúcar: sôbre a natureza, a vida, os indígenas. A mãe de Thomas Mann, que era brasileira, foi de onde veio: do velho Brasil agrário-patriarcal. E ainda a êsse Brasil pertence grande número de poetas, ensaístas e artistas brasileiros. Como no Velho Sul dos Estados Unidos, não faltavam

em muita casa-grande de senhor de engenho bibliotecas importantes. E vários dêles mandaram os filhos estudar na Europa.

Não faltam críticos que procuram dar relêvo aos maus efeitos de contato, nos antigos engenhos patriarcais do Brasil, de brancos com negros, achando que a escravidão deve ter estimulado, nos brancos que mais diretamente se aproveitaram dela, um individualismo despótico; e também indolência e aversão ao trabalho manual. Até certo ponto, é uma crítica justa.

Mas o que não se pode negar é que a cultura brasileira muito se enriqueceu com a vida em comum dos meninos brancos com negros e com pretas velhas, de quem ouviam histórias cheias de uma humanidade e uma doçura superior a tudo o que se poderia encontrar nas histórias dos livros escolares à européia, quase sempre convencionais. A escravidão facilitou, por outro lado, às classes dirigentes um ócio que os de mais talento aproveitavam para melhor estudar os métodos de destruir o próprio feudalismo, a cuja sombra haviam nascido, e desenvolver a democracia no Brasil: uma democracia baseada sôbre um tal conhecimento e uma tão profunda experiência das chamadas superioridades e inferioridades biológicas de raça ou de classe que estas passaram a ser tidas pelo que realmente são: artifícios, preconceitos, invenções.

Vários dos homens que se tornaram expressões de força democrática, na vida brasileira — homens como foram Joaquim Nabuco e Sílvio Romero, no século passado, ou como hoje José Lins do Rêgo e Cícero Dias — foram produtos do velho sistema agrário-patriarcal do Brasil. É como se confirmassem as observações de Phillips sôbre o sistema de plantação que estudou na América inglêsa: sistema no qual “nota-se menos dêsse egoísmo e dessa indiferença que hoje em dia ordinariamente prevalece nas fábricas, onde as máquinas poderosas marcam o compasso à vida; onde os empregadores não têm relações com os empregados a não ser nas horas de trabalho”<sup>(20)</sup>.

Estranho como pareça, muitos dos quase caudilhos que até hoje apareceram no Brasil não foram homens das velhas zonas de plantação. Surgiram de outras áreas, como Pinheiro Machado, da área gaúcha.

---

(20) U. B. PHILLIPS, *American Negro Slavery*, Nova York, Londres, 1918, p. 307.

# III

## UNIDADE E DIVERSIDADE, NAÇÃO E REGIÃO

O Prof. Glenn R. Morrow, da Universidade de Pensilvânia, salientou há pouco, com voz imparcial, que o primeiro Congresso de Regionalismo no Brasil — talvez o primeiro reunido na América — reuniu-se no Recife em 1926. Últimamente, na Universidade de Yale, por ocasião da Conferência Interamericana de Filosofia, foi discutido êste problema do regionalismo brasileiro, mas receio que não tivesse sido bem compreendido por alguns dos membros do erudito Congresso, embora todos os comentários fôsse simpáticos ao movimento e até generosos.

O regionalismo, na forma em que o compreendem e descrevem regionalistas brasileiros, é uma filosofia social; mas uma das objeções ouvidas na conferência foi que a filosofia, sendo “a work of reason”, não poderia “admitir fatos regionais, formas de pensamento e de sentimento de conteúdo local, a menos que se destruísse a si mesma”. E um dos críticos do regionalismo brasileiro chegou a adiantar que os meus amigos regionalistas do Brasil e eu tratamos com excessiva ênfase o aspecto regional da cultura brasileira<sup>(1)</sup>.

Antes de tentar discutir os dois antagonismos da vida e da cultura brasileira — unidade e diversidade regional, ou unitarismo e regionalismo — vale a pena esclarecer o mais possível a idéia de regionalismo tal como a concebem os modernos regionalistas

---

(1) Afrânio COUTINHO, “Some Considerations on the Problem of Philosophy in Brazil”, *Philosophy and Phenomenological Research*, 1943, IV, p. 191.

brasileiros. Eles distinguem regionalismo de nacionalismo e também do mero seccionalismo — para usar a palavra com que o Prof. Turner designa o regionalismo estéril ou auto-suficiente. Uma região pode ser politicamente menos do que uma nação. Mas vital e culturalmente é quase sempre mais do que uma nação; é mais fundamental que a nação como condição de vida e como meio de expressão ou de criação humana. Idéia já de Mistral, a que os regionalistas deram sentido sociológico mais nítido; e com o sentido sociológico, um sentido filosófico que marca uma espécie de humanização do conceito de regionalismo.

Um filósofo, no legítimo sentido, tem que ser super ou supranacional; mas dificilmente êle pode ser supra-regional no sentido de ignorar as condições regionais da vida, da experiência, da cultura, da arte e do pensamento que lhe cabe julgar ou analisar. Como Joseph E. Baker escreve, tratando de regionalismo: “O regionalismo que ignore o universal comete um êrro, naturalmente; a vida da região é para êle o seu meio de expressão, não a sua mensagem, e não deve voltar o seu espírito meramente para o curioso, o singular, o pitoresco — que é onde está o êrro dos coloristas locais. Mas os internacionalistas (os que se deixam marcar pelos mesmos exclusivismos do nosso atual nacionalismo) recomendam-nos uma literatura que nem dá o melhor do ideal universal de humanidade, nem a essência sutil de uma cultura local: tudo o que exprime são aquêles elementares interêsses físicos e econômicos comuns ao homem de um tipo material de vida, seja de Atlanta, Manchester ou Hamburgo — o mais baixo denominador comum do homem, e não o que se entende com as suas melhores virtualidades. Chegamos muito mais facilmente a uma concepção do homem verdadeiramente humano considerando as suas realizações como elas se mostram em diferentes regiões da América e da Europa”<sup>(2)</sup>.

O ponto de vista regional, considerado como preliminar para o estudo de história ou de sociologia, parece-nos, aos que somos regionalistas brasileiros dentro da orientação neo-regionalista esboçada no Congresso do Recife de 1926 — que não só amplia como supera o regionalismo de Sílvia Romero — tão filosófico como qualquer outro. Esta é igualmente a conclusão a que chegou um estudioso do regionalismo na África do Sul, o Prof. Bews. Êle define regionalismo — sob o nome de “ecologia humana” —

---

(2) “Regionalism; Pro and Con. Four Arguments for Regionalism”, *Saturday Review of Literature*, xv, 1936, p. 14.

como “um meio especial de considerar a realidade última da vida”; como “uma filosofia da vida”<sup>(3)</sup>; e não simplesmente como uma ciência ou uma técnica, à maneira da ecologia apenas sociológica ou geográfica da Escola de Chicago ou da de Ratzel ou Le Play, aplicada ao Brasil por Sílvio Romero e por Arthur Orlando.

Poderá alguém objetar ao regionalismo filosófico de Bews, dizendo que uma “filosofia da vida” estritamente regional tende a não se completar nunca. Mas ainda assim não permanecerá menos uma atitude filosófica ou um ponto de vista. Atitude incompleta, talvez, sem o seu ponto de vista antagonico: universalismo ou cosmopolitismo. Estou antes de acôrdo com os que pensam que essas duas correntes de pensamento — por alguns chamadas localismo e internacionalismo — se enriquecem mütuamente. Concordo com os que estendem até a esfera cultural a bem conhecida idéia do Prof. Bonn relativa à vida econômica: a idéia de que existe um processo de contracolônização oposto constantemente ao de colonização.

E é como uma contracolônização que o regionalismo me parece tendência sadia na vida brasileira tanto como na vida continental americana. Uma tendência que se opõe às que levam homens ou grupos ao excessivo nacionalismo ou ao exagerado internacionalismo ou cosmopolitismo.

Mas os três tipos de influência cultural — o indígena ou regional, o nacional (êste provavelmente o mais transitório e artificial de todos) e o supranacional ou cosmopolita — enriquecem-se uns aos outros. E o ideal parece que está em assegurar-se, por uma combinação dos três, a constante e estimuladora interação de todos êsses antagonismos.

Escreveu há pouco um jurista ilústre: “A tarefa principal de quem estuda a organização internacional não é gastar tempo em discutir regionalismo *versus* universalismo, mas, sôbre casos concretos, estudar os vários meios por que aquêles dois elementos podem ser utilizados em combinação e os padrões que se devem aplicar na parte que de cada um se aceita”<sup>(4)</sup>.

Alguns estudiosos da situação internacional como ela se tem desenvolvido no mundo desde a Revolução Industrial da Europa — a conquista industrial do mundo baseada em ideais de estan-

(3) J. W. BEWS, *Human Ecology*, Londres, 1935, p. 284.

(4) Pitman B. POTTER, “Universalism versus Regionalism in International Reorganization”, *The American Political Science Review*, xxxvi, 1943, p. 862.



ardização de todos os países, de acôrdo com os padrões dos Estados capitalistas mais poderosos — reconhecem a necessidade de um regionalismo criador em oposição aos muitos excessos da centralização e da unificação política e da cultura humana, estimuladas não só política mas economicamente por fôrças e interesses imperialistas. Os que assim pensam têm como fundamental que um crescente número de unidades culturais diversas contribuiria para a estabilidade do mundo, prevenindo a formação e a expansão de imperialismos e de impérios<sup>(5)</sup>.

O movimento regionalista que um grupo de escritores, artistas e cientistas iniciaram há mais de quarenta anos no Brasil e que representa, talvez, o primeiro movimento sistemático dessa espécie na América, e talvez no mundo, foi, e continua a ser, um esforço para encorajar no Brasil uma vida cultural mais espontânea através de mais livre expressão de cultura por parte da gente das suas várias regiões. O Nordeste, de onde partiu o movimento, é dessas regiões com uma história particularmente rica, e notável pelo seu potencial humano. Esta região vai perdendo a consciência dos valores da sua história, tanto quanto das suas possibilidades; perda esta que se está produzindo não somente, de modo geral, por causa das influências gerais de uniformização oriundas das conquistas industriais do mundo, mas também, de modo particular, pelo efeito de influências semelhantes dentro do continente americano e dentro do próprio Brasil.

O perigo da monotonia cultural ou da excessiva unificação de cultura no continente americano provém da influência do industrialismo capitalista norte-americano, largamente dominado pela idéia de que o que é bom para o norte-americano deve ser bom para todos os outros povos da América. Alguns dos industriais norte-americanos, cujo ideal se inclina para a uniformização do mundo, parecem querer repetir, naturalmente com as melhores intenções, os mesmos excessos praticados há mais de um século pelos industriais ingleses, que foram os primeiros a ter o domínio do mercado colonial ou semicolonial brasileiro, no começo do século XIX.

Já foi dito, e por um inglês<sup>(6)</sup>, que tão ávida era naquele tempo a exploração pela Inglaterra dos mercados sul-americanos que tudo mandavam para o Brasil, pouco importando fôssem ou

---

(5) Quincy WRIGHT, *A Study of War*, Chicago, 1942, II, p. 1.334-5.

(6) R. WALSH, *Notices of Brazil in 1828 and 1829*, Boston, 1831, I, p. 245-6.

não produtos adaptáveis ao clima ou próprios para as necessidades da gente brasileira. Coisas úteis somente para os europeus, utilidades e confortos bons somente para os ingleses, escandinavos, russos, alemães e para os habitantes dos Alpes, eram mandados em abundância para o Brasil tropical: agasalhos de inverno, aquecedores, patins para gelo. É verdade que muitos desses artigos de inverno foram adaptados pelos brasileiros para a lavagem do ouro nos rios de Minas Gerais, muitos dos aquecedores aproveitados nos engenhos de açúcar do Nordeste, e mesmo para os patins se encontrava no Brasil uma aplicação nova: sendo então escasso o ferro para ferraduras de mulas e cavalos, os brasileiros mais inteligentes modificaram os patins ingleses e com eles guarneceram as patas dos seus cavalos.

É provável, porém, que alguns brasileiros de espírito mais colonial procurassem usar as baetas, os aquecedores, os patins vindos da Inglaterra para bem parecerem europeus, nórdicos ou civilizados. Houve tempo em que elegantes senhoras brasileiras deram-se ao luxo incômodo de usar no Brasil as mesmas peles que eram moda nos dias de inverno em Paris, Londres e Nova York; e não são poucos os brasileiros ricos que ainda hoje constroem as suas casas adaptando-as menos às condições tropicais, ou quase tropicais do país, do que ao mais rígido estilo escandinavo, holandês ou normando. É o que se dá com as suas constituições políticas: mais de uma vez o Brasil tem feito as suas constituições tão sobre o modelo de constituições européias — e uma vez da dos Estados Unidos — que não admira apresentar a situação política brasileira aspectos tão ridículos e absurdos como teria sido o uso, por um povo tropical, de patins de gelo, a fim de se dar ares de tão civilizados como o suíço, o escandinavo ou o inglês. Puro furor imitativo levando um povo tropical a exageros grotescos de artificialismo.

A remessa de patins de gelo ou de peles grossas para o Brasil, feita por fabricantes europeus ou norte-americanos — para quem o mundo ideal seria aquele em que todo o povo tivesse um inverno polar, senão quase polar, com bastante gelo para o uso universal de patins, baetas e peles grossas, em benefício da produção industrial em larga escala desses artigos — ilustra o ideal dos fabricantes quer de coisas, quer de idéias, que pensam em termos imperialistas. Para eles o mundo divide-se em duas partes: uma, a imperial, onde tais artigos e idéias são fabricados de acordo com os padrões regionais de cultura e as necessidades dos fabricantes; outra, a colonial, cujos habitantes devem viver,

não de acôrdo com as suas condições regionais e com as suas necessidades particulares, mas de acôrdo com os padrões que lhes sejam impostos por aquêles fabricantes.

Contra êste tipo de standardização cosmopolita baseada sôbre um direito quase divino de colonização de áreas técnica-mente menos avançadas por povos que, do ponto de vista técnico e militar, se apresentem mais poderosos, é que um movimento no sentido da contracolônização se tem desenvolvido entre nações, regiões ou populações de culturas as mais diversas — entre mexicanos, árabes, indianos e brasileiros, para mencionar apenas alguns — mas cuja “consciência de espécie” (para usar a expressão de Giddings) é a mesma. Pois todos êles sentem que o seu estado colonial ou semicolonial prejudica a sua capacidade criadora e a sua potencialidade humana. Imitadores puros é o que necessariamente vêm a ser sob aquela forma de opressão econômica ou cultural; e não criadores de cultura. Mas a verdade está com o velho pensador John Dewey quando diz: “Desde que não podemos aceitar de esmola nem tomar emprestado uma cultura sem trair ao mesmo tempo a essa cultura e a nós mesmos, nada resta a um povo senão produzir a cultura que lhe convém”.

O problema do Brasil, como nação, culturalmente criadora, não tem sido apenas o de resistir às tendências imperialistas exteriores para reduzir ao estado de colônias culturais regiões como as da América Latina — isto sob vários pretextos, entre êles as tão faladas razões ou necessidades de estrita unidade ou unificação continental ou étnico-cultural: a unidade, por exemplo, pan-americana, usada algumas vêzes no benefício exclusivo dos Estados Unidos, ou a unidade hispânica, que significaria, na realidade, um instrumento de dominação pela Espanha das suas antigas colônias da América. Em oposição a êsse ideal de falsa unidade, o problema continua a ser o de combinar diversidade sub-regional com unidade nacional e esta com a continental ou a étnico-cultural.

Ecológicamente, o Brasil é uma região; em grande parte uma região natural — e tão claramente assim que alguns geógrafos a têm considerado “ilha continental”. É também, dentro da técnica e da terminologia sociológicas, uma área cultural: uma população cujos valôres e padrões de vida predominantes são os de origem portuguesa, em contraste com os valôres e padrões espanhóis, holandeses, inglêses, e franceses dos seus vizinhos americanos.

Mas o Brasil não é simplesmente uma região cultural e uma área cultural; dentro da imensidade quase continental, e ao mesmo tempo insular, desta parte da América, natureza e cultura têm as

suas próprias subdivisões em regiões ou sub-regiões. Por isso mesmo precisa o Brasil de defender-se permanentemente dos próprios inimigos internos do seu regionalismo orgânico — o regionalismo que lhe convém ou é essencial ao seu desenvolvimento ou à sua criatividade.

Mais de uma vez, na sua história contou o Brasil, com *leaders* cujo ideal ou cuja concepção mística de poder ou império ou nação brasileira não foi diferente do que teve Filipe II em relação à Espanha: a absoluta supremacia de alguma Castela — uso aqui o nome Castela como um símbolo da tendência para exagerar a unidade em detrimento da diversidade — sobre as demais regiões do país. Ou áreas, se considerarmos o todo uma vasta região de cultura dividida em sub-regiões ou áreas.

Castelhanismo no Brasil, como eu o vejo, não significaria somente uma região ou sub-região, lutando, através de algum Filipe II, para dominar outras regiões ou sub-regiões. Não significaria somente um Estado — teoricamente um Estado Federal com direitos iguais aos de qualquer outro, mas praticamente um poder imperial — querendo dominar todos os demais Estados. Isto aconteceu durante o primeiro período republicano do Brasil: mais de uma vez um Estado — um Estado político quase inteiramente artificial e não propriamente uma região ou sub-região — dominou os outros Estados da União brasileira por meio de superioridades puramente mecânicas ou quantitativas, como as que dizem respeito à maior população, ao maior número de eleitores, e também, ao grande número de bancos, fábricas e manufaturas existentes no mesmo Estado.

Castelhanismo no Brasil — repito — pode significar e tem significado mais do que isso: mais do que esse estadualismo. Tem significado outras formas de dominação por maiorias brutalmente poderosas sobre minorias, cujos direitos deveriam ser respeitados dentro de um regime de diversidade cultural realmente criadora. E pode significar e tem significado outras formas de dominação por minorias tecnicamente poderosas sobre maiorias que elas enganam ou exploram. Um exemplo do primeiro tipo seria o excessivo zelo de certos membros da vasta maioria portuguesa ou luso-brasileira pela uniformidade cultural ou pela unidade do Brasil em tudo o que diz respeito aos valores portugueses ou luso-brasileiros: consideram tais místicos do lusismo ou do luso-brasileirismo uma ameaça para a unidade brasileira qualquer oportunidade de expressão criadora que se dê a grupos europeus de outra origem que não seja a portuguesa ou a população mestiça cuja cultura não seja exclusiva ou predominantemente lusitana.

Naturalmente, o que aqui nos interessa não são os antagonismos inter-regionais que se agitam dentro de uma configuração estritamente geográfica, mas os antagonismos ou os conflitos inter-regionais que se verificam mais no espaço social e cultural do que no espaço físico. Muitas das sub-regiões culturais do Brasil têm, entretanto, sub-regiões naturais ou físicas como sua base ou condição ou motivo de vida: a minoria puramente branca do Brasil, por exemplo, é localizada mais no Sul do que no Norte. O que também acontece com os brasileiros de outra origem européia que não a portuguesa: as suas sub-regiões ficam mais no extremo Sul do Brasil do que em qualquer parte do Norte ou do Centro.

Evidentemente é necessário um mínimo saudável de uniformidade cultural básica para que o Brasil permaneça uma confederação em vez de se tornar uma vasta hospedaria ou casa de pensão: a “hospedaria” ou “casa de pensão poliglota” da famosa expressão de Theodore Roosevelt em relação aos Estados Unidos. E este mínimo, no Brasil, é tradicionalmente composto de valores básicos lusitanos ou hispânicos e de meios culturais de comunicação inter-regional e inter-humana igualmente hispânicos ou lusitanos. O mais importante desses meios de comunicação é a língua portuguesa. Isto para não falarmos de outros valores de ordem técnica, predominantemente hispânicos ou lusitanos, quando europeus; e até agora predominantemente europeus, e não ameríndios ou africanos. Predominantemente europeus. Predominantemente hispânicos ou lusitanos, mas não exclusivamente hispânicos ou lusitanos.

A inteira subordinação de diferenças históricas e geográficas a um rígido ideal de uniformidade levaria a uma forma de unidade estreita demais para um “continente” ou “arquipélago” cultural tão complexo como o Brasil. A excessiva simplificação do problema da complexidade brasileira feita através da sua subordinação a conveniências puramente políticas foi uma das fraquezas do Império, no Brasil, notável e lamentável, algumas vezes, pelo seu excesso de centralização. Alguns estudiosos de problemas brasileiros acham ter sido este um dos defeitos do regime político chamado “Estado Forte”, pôsto em vigor no país de 1937 a 1945: regime que parece ter ido longe demais na sua reação contra o excesso, não do regionalismo criador, mas dos “direitos do Estado” como eles se desenvolveram na América Portuguesa durante a chamada “primeira República”. Os “direitos do Estado” foram uma das teorias políticas anglo-americanas importadas pelos republicanos brasileiros sem prévio e cuidadoso estudo das condições históricas e geográficas do Brasil. O resultado foi que

os partidos nacionais quase deixaram de existir no Brasil republicano: Estados rivais e poderosos como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul desenvolveram-se em alguma coisa semelhante a partidos políticos, com prejuízo para a unidade e para o desenvolvimento harmônico do Brasil.

Cada um desses Estados tinha como seu mais legítimo programa político não tanto a solução dos problemas nacionais, ou brasileiros, de interesse social e humano, como o desenvolvimento de interesses industriais, comerciais e agrícolas estritamente estaduais ou seccionais. Construiu-se certo caminho de ferro em um desses Estados poderosos com dinheiro nacional, que foi empresa quase de luxo — a maior parte do traçado, com linha dupla — enquanto existiam outras regiões em que as necessidades de transporte eram inteiramente esquecidas.

Também a descendentes de alemães deram-se em alguns Estados do Sul liberdades ou privilégios de todo incompatíveis com a unidade básica cultural brasileira: mesmo o privilégio de ter escolas sem que nelas se ensinasse o Português. Essas facilidades constituíam um meio de os políticos estaduais obterem os votos dos alemães e poderem assim dominar ou controlar o seu respectivo Estado. Outros políticos foram mais longe: procuraram fazer do seu Estado a Castela econômica ou a Prússia política, senão militar, do Brasil, isto é, desenvolver política da força estadual dentro do âmbito nacional. Houve tempo em que a força da polícia de São Paulo foi quase tão poderosa como a do Exército Nacional. Tinha os seus próprios instrutores militares franceses e outras modalidades características de um verdadeiro exército nacional. A mesma, ou quase a mesma coisa aconteceu no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. De certa vez que estive em Minas Gerais voltei com a impressão de ter estado numa Prússia brasileira. Uma vasta soma devia sair portanto dos cofres do Estado que não era aplicada em serviços públicos ou para permanente benefício do povo, mas para manter uma força policial quase tão numerosa e poderosa como um exército: como o Exército Nacional. Com que fim? Aparentemente para a defesa dos “direitos do Estado”. Realmente, porém, para a defesa do grupo político que estivesse no poder estadual. Quase sempre este foi o verdadeiro fim; e aquela mística apenas uma justificativa ou o que alguns psicólogos chamariam uma “racionalização”.

Qualquer, porém, que tenha sido o motivo desse estadualismo prussiano, trata-se de um fato que não exprime nenhum regionalismo sadio ou criador, mas uma horrível caricatura de regionalismo. Os norte-americanos que estudam os problemas do

regionalismo têm razão quando estabelecem, com Turner, distinção fundamental entre *regionalismo* e *seccionalismo*. E algumas das páginas escritas por Turner sobre seccionalismo, nos Estados Unidos, poderiam ter sido escritas a propósito do Brasil.

De 1937 a 1945, sob um regime que alguns caracterizaram como “democracia autoritária”, a mística que dominou no Brasil — isto é, a mística que a propaganda oficial defendeu pelos seus rádios e pelos seus jornais como a única base de patriotismo ortodoxo — foi o extremo oposto ao da doutrina dos “direitos do Estado”, como esta doutrina foi conhecida entre nós, brasileiros, de 1891 a 1930. Foi a perigosa mística da unidade castelhana ou da uniformidade castelhana. “Castelhanismo”, neste caso, não quis dizer, como na velha Espanha, a supremacia de uma região brasileira sobre as outras. Quis dizer centralização: centralização política. Quis dizer a excessiva subordinação de um país vasto como o Brasil à sua simples capital política: ao Rio de Janeiro.

Ninguém pode negar que Getúlio Vargas e outros “unionistas” ou “centralistas” de 1937 acabaram com os excessos ou abusos dos “direitos do Estado” no Brasil. Pois o fato é que a República de 1889 se assinalou por uma verdadeira guerra de tarifas entre os Estados e “entre eles e a União”(7). Mas alguns unionistas atingiram um tal extremo no seu ideal ou na sua política de centralização e de uniformidade nacional, que a cura poderia ter feito maior mal à nação politicamente enfêrma do que a própria enfermidade. A enfermidade foi o excesso de “direitos do Estado” ou de autonomismo: o autonomismo que tanto prejudicou o Brasil de antes de 1930. A tentativa de cura foi o excesso de uniformidade, com poder central dirigindo tudo no Brasil, de 1937 a 1945. Tudo, não digo bem, porque houve exceções: Estados como Pernambuco, de 1937 a 1945, tornaram-se quase independentes do Rio, com as características semifascistas ou parafascistas que lhe foram próprias e não comuns ao Brasil inteiro. Tais exceções mostram que o regime que dominou o Brasil de 1937 a 1945 precisava de modificações profundas, não somente no sentido de permitir uma vida local mais criadoramente livre, mas não contrária aos interesses gerais, como no de uma mais eficiente fiscalização dos negócios públicos por uma opinião pública e uma Imprensa vigilantes, independentes e críticas que não permitissem sobrevivências do mais pernicioso autonomismo estadual ao lado de abusos de centralismo nacional.

---

(7) J. F. NORMANO, *op. cit.*, p. 123.

“Unionismo” ou “centralismo” não é inovação no Brasil. O Império brasileiro, como já recordei, assinalou-se pela centralização excessiva, que foi um dos seus defeitos. Mas provavelmente terá feito menos mal à diversidade cultural e regional brasileira do que o “estadofortismo”, com os seus abusos de poder. Porque no Império o poder centralizado estava nas mãos, não somente de um imperador constitucional, cujos abusos ou tentativas de abusos eram agudamente criticados pelo Parlamento e pela Imprensa livre, mas nas mãos também daqueles homens públicos do Brasil mais preeminentes do ponto de vista intelectual e moral. Bem diferente do “Estado Forte”, que permitiu a ascensão ao poder, em mais de um Estado, de politiquieiros fracassados no regime constitucional.

Muitos daqueles estadistas do tempo do Império chegaram ao supremo poder depois de terem dado, nas suas próprias Províncias, provas públicas de capacidade e honestidade, e não como aconteceu comumente, durante o chamado “Estado Forte”, por escolha tôda pessoal ou arbitrária do “chefe nacional”. Alguns dêles chegaram ao poder puramente pelo esforço ou valor próprio, sendo homens de origem humilde e obscura.

Pelo menos dois dêles — Rebouças e Saldanha Marinho — foram quase prêtos, descendentes de africanos, de escravos; e vários foram mulatos e, como aquêles, também descendentes de escravos. Porque o Império, no Brasil — acentue-se mais uma vez — foi notável por uma combinação muito sua de métodos politicamente aristocráticos com maneiras e costumes tão democráticos como os de qualquer república adiantada que tivesse então o continente. Foi notável o Império Brasileiro pela sua tendência para uma verdadeira democracia social e étnica: não somente remota tradição brasileira mas também portuguesa. E essa tradição nunca será excessivo dizer-se que tem sido uma das características principais do desenvolvimento social brasileiro. Social e cultural.

Os homens que fundaram a República, que em 1889 substituiu o Império, tinham-se deixado impressionar pelos excessos do poder centralizado como êle existia no Brasil monárquico. Foi quando adotaram uma constituição que refletia a dos Estados Unidos. Imitada da dos Estados Unidos. Em vez de procurar combinar unidade com diversidade regional, tomaram emprestado dos Estados Unidos o princípio dos “direitos” ou de “autonomia de Estado”, e deram tal ênfase a essa autonomia política de Estado, derivada de condições meramente materiais e quantitativas



e de vantagens puramente técnicas que um Estado pudesse ter sobre outros, que muitos abusos tornaram-se possíveis sob esse mal entendido federalismo ou estadualismo.

O problema de combinar diversidade com unidade — talvez o mais fundamental na organização política em “comunidade” compreendida sociologicamente — parece ter sofrido tanto com os métodos políticos adotados pela República de 1889, como já havia sofrido com os métodos de centralização seguidos pelo Império. É que a solução do problema não pode ser, ao que parece, estreitamente política, mas social, por onde os “Estados autônomos” sejam reduzidos em sua importância e as regiões ou sub-regiões, ou áreas naturais e culturais, tratadas como realidades orgânicas, cada uma com as suas características mas todas vitalmente interdependentes nos seus interesses econômicos e nas suas necessidades; todas vitalmente interdependentes para a solução dos seus problemas e das suas aspirações sociais e culturais. A diversidade será então mais criadora do que nunca; e a unidade será uma unidade assegurada por um sistema de regiões ou áreas coordenadas por um organismo inter-regional, porém não oprimidas ou exploradas pela sub-região ou pelo grupo seccional que seja, por isto ou por aquilo, tecnicamente o dominante no momento.

Parece-me que países com o passado regional do Brasil não devem perder de memória o exemplo da Espanha, onde séculos de sistemática castelhanização não conseguiram impor a cultura regional de Castela a todas as outras regiões hispânicas, como a única e sagrada cultura do conjunto hispânico. É uma experiência que não deve ser esquecida nunca por países dentro dos quais exista a mística do castelhanismo sob este ou aquêlê aspecto.

Do ponto de vista da unidade foi um bem para os brasileiros terem uma só língua: a portugûesa. As diferenças de pronúncia foram sempre sem importância na América de colonização ou formação portugûesa. Recentemente, houve um Congresso em São Paulo — Congresso de iniciativa paulista e não do governo central — e a êle estiveram presentes alguns dos melhores filólogos, escritores, compositores, músicos, historiadores e sociólogos do Brasil, para estudar o problema da língua portugûesa no Brasil. Nesse Congresso ficou decidido que o Português falado no Rio pelo carioca é o mais agradável para se ouvir e o que se adapta melhor à música, ao canto, ao teatro, ao cinema e à oratória. E a decisão unânime do Congresso, aliás bem recebida no Brasil inteiro, foi adotar o Português carioca como aquêlê que deve ser usado por compositores, dramaturgos e oradores oficiais em qualquer área, região ou sub-região brasileira.

Daí não se vá concluir, é claro, que certas peculiaridades lingüísticas devam ser evitadas por escritores, no teatro, no canto e no drama em que surjam caracteres regionais. De modo nenhum. Significa tão-sòmente a escolha, por um grupo representativo de brasileiros, de um dos seus modos regionais de pronunciar a língua portugüesa — o modo carioca — como o que deve ser oficial no teatro, no canto e no cinema do Brasil, quando nêles não aparecerem caracteres pròpriamente regionais ou sub-regionais.

Aliás tão sensata medida constitui exemplo apreciável das possibilidades de se combinar unidade com diversidade em um país quase continental pela sua extensão como o Brasil. E bem significativo ainda é que essa providência partisse de São Paulo — uma espécie de Catalunha do Brasil. Pois São Paulo é uma região ou sub-região ou área fabril como não existe outra na América Latina, a sua capital parecendo, ao mesmo tempo, a mais européia e a mais *yankee* das cidades brasileiras. Notam-se ainda no seu povo um entusiasmo e um gôsto pelo trabalho que fazem vivo contraste com a indiferença quase chinesa e a resignação quase muçulmana à miséria, de certos grupos brasileiros de outras regiões ou áreas. Como os castelães da Espanha, alguns paulistas acham que a sua indústria sustenta a ociosidade de outros. Um entusiasta do progresso paulista já chegou a comparar São Paulo a uma locomotiva que puxasse o resto do Brasil, que seriam apenas vinte e um carros ou vagões. Possivelmente carros ou vagões dormitórios e restaurantes. Também como os catalões os paulistas tendem a tornar-se orgulhosos, arrogantes, a exagerarem o contraste entre as brilhantes realizações técnicas e econômicas e as dos andaluses brasileiros da Bahia, de Pernambuco e mesmo do Rio Grande do Sul, que seriam todos, segundo os críticos paulistas, uns exuberantes na conversa; e antes poetas e oradores do que homens de trabalho.

A despeito dessa atitude paulista, não só o Brasil, em geral, mas São Paulo, em particular, devem muito aos filhos dessas outras sub-regiões ou regiões: regiões famosas mais pelas suas laranjas de umbigo, pelos seus charutos finos, pelos seus poetas, pelos seus diplomatas e escritores do que pelas suas fábricas, suas indústrias modernas e os seus arranha-céus. Alguns dos capitães de indústria de São Paulo têm sido, porém, brasileiros do Norte ou do Rio Grande do Sul que ali se estabeleceram por acharem sonolenta demais ou por demais rotineira a vida na terra ou província natal.

Os filhos do Ceará — região ou sub-região árida — destacam-se especialmente pela sua tendência para procurar cidades

mais populosas ou para colonizar regiões ou áreas longínquas do Brasil, prosperando vários dêles em zonas que se caracterizam sempre por um dos dois extremos: superpopulação ou quase deserto. Muitos cearenses — de origem portuguesa com sangue índio, e talvez também com a tradição nômade dos índios — têm sido bem sucedidos em São Paulo e no Rio como inovadores ou renovadores industriais e comerciais, enquanto muitos outros foram pioneiros da colonização brasileira na vasta área da Amazônia. Por mais de um aspecto do seu *ethos* e da sua atividade, são êles os modernos bandeirantes do Brasil, sucessores dos velhos paulistas dos dias heróicos das bandeiras.

Se aceitarmos a generalização de Waldo Frank, os paulistas são hoje burgueses, sob “um industrialismo sem plano”; burgueses “no momento, sem espírito, e também sem direção”. Apesar de algum exagêro, há certa verdade nestas palavras. Os cearenses caem também nesse “industrialismo ou comercialismo ou economismo sem plano” quando se fazem burgueses e prosperam nas grandes cidades do Brasil. Mas muitos dêles tomam o caminho do Oeste. Brasileiros de outras áreas ou regiões áridas e semi-áridas do Brasil — regiões conhecidas pelos seus vaqueiros, os seus cangaceiros ou jagunços, os seus místicos, os seus trovadores — ganham o Oeste ou vão para o Amazonas, quando não se decidem pelo Exército ou pela Marinha, ou pela Aeronáutica. São homens ávidos de aventura. Com o mesmo espírito guerreiro dos velhos paulistas, os quais, em contraste com os de hoje (cuja presença no Exército, na Marinha e na Aeronáutica ou na arriscada colonização do Amazonas e do Oeste é relativamente insignificante), combateram, nos dias coloniais, os índios mais bravos do sul da América, os jesuítas e os espanhóis. Sem os paulistas, o Brasil não seria o quase continente que é hoje.

Os brasileiros do Nordeste — das zonas áridas e semi-áridas dessa região ou sub-região — são, como os primeiros paulistas, tipicamente caboclos, ou indígenas, e mais telúricamente e tradicionalmente brasileiros pelo espírito e pela conduta do que qualquer outro tipo regional. Muitos dêles são — ou imaginam ser, o que às vezes tem o mesmo efeito sociopsicológico — descendentes de algum próximo ou remoto índio selvagem, ainda que algumas vezes essa espécie de “etnocentrismo”, para usar a expressão de Sumner, esteja em contradição com o cabelo louro, quase escandinavo, e os olhos azuis do suposto caboclo, ou com os fortes sinais de sangue africano no corpo.

Mas tão telúricos e, ao mesmo tempo, tão tradicionais como os brasileiros do Nordeste ou do Norte — da Bahia inclusive —

são os velhos paulistas de São Paulo. Um deles foi bem o intérprete de todo um grupo quando exprimiu o seu orgulho por ser paulista ou brasileiro há mais de quatrocentos anos. Mas os velhos paulistas de São Paulo tornam-se cada vez mais raros, profundamente afetados como têm sido na sua antropologia e na sua psicologia pelo intenso contato com numerosos europeus de origem recente e com brasileiros de outras regiões ou áreas que vão para São Paulo atraídos pela prosperidade industrial do grande e rico Estado. Quase tão telúricos e tradicionais como os brasileiros da região ou sub-região do Nordeste são, também, os do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de certas zonas mais antigas do Rio Grande do Sul, do Pará e outros Estados do Brasil. São vários os brasileiros que, em regiões ou sub-regiões diversas, têm o direito de considerar-se “velhos caboclos”.

Notem-se, ainda, outros aspectos do Brasil, quanto à sua diversidade regional, que o tornam comparável à Espanha. Porque a Espanha é o exemplo clássico, e o mais dramático, de um país onde uma estúpida política de centralização e de extrema unificação resultou em revigorar o invencível poder de regiões e de culturas regionais.

Desenvolvendo a sugestão do escritor Ribeiro Couto, pode-se hoje considerar Minas Gerais como sendo, de algum modo, a Castela do Brasil; e Ouro Preto a sua Toledo. Como o castelhano da Espanha, o mineiro caracteriza-se pela sua austeridade e pela tendência à introspecção, ainda que não tenha o intenso misticismo e o individualismo do verdadeiro castelhano. Embora aparentemente simples, o mineiro é complexo, sutil, e isto bem transparece no senso de humor que o leva a rir-se de si mesmo quando necessário; e não apenas dos outros.

É verdade que a generalização vale como generalização: não se aplica a todos os mineiros. Tenho conhecido homens de Minas sem nenhum senso de humor, que estão sempre a tomar-se demasiadamente a sério. Mas, em geral, o que se conhece de mais profundo ou de mais deliciosamente imprevisto e agudo no humor do Brasil vem de Minas Gerais. Nunca vi o poeta Carlos Drummond de Andrade rir. Quando muito, sorri. Mas temos nêle um brasileiro de humor agudíssimo, o que o torna caracteristicamente mineiro ou supremamente típico de Minas Gerais.

A mesma coisa poderia dizer de certo típico mineiro que conheci quando êle estava em Lisboa, como emigrado político, em 1930, depois de ter sido um dos homens políticos mais influentes do Brasil. Emigrado embora, conservou sempre o seu magnífico senso de humor. De todo o grupo de emigrados com que

estive quase diàriamente em contato durante meses, o grande realista era êle; e nesse grupo notavam-se figuras que haviam ocupado as posições de maior relêvo no govêrno do Brasil. Vários dêles alimentavam idéias fantásticas sôbre o que deveria acontecer no Brasil com o desenvolvimento da revolução de 1930, mas o velho mineiro, fumando o seu cigarro de palha, não tinha ilusões. Êle sabia que um político astuto e de nôvo tipo ou espécie se tinha pôsto à frente do Brasil para governá-lo por muitos anos e não apenas por alguns meses. Chegou mesmo a esboçar algumas das tendências contraditórias mas politicamente hábeis que havia de tomar o nôvo regime até estabilizar-se para um longo domínio. A alguns dos seus companheiros de exílio disse um dia: "Politicamente estamos mortos". Era clarividente. A sua intuição, espantosa. Era profético sem tomar o ar de profeta. Muito tímido para falar com voz de profeta ou de orador, tinha, ao mesmo tempo, um tal espírito que a sua atitude era principalmente a de um crítico que conhecesse bem os homens do seu país.

Igual conhecimento psicológico dos brasileiros foi revelado, quando no poder, por Getúlio Vargas. Motivo por que alguns observadores acham ser êle do Rio Grande do Sul apenas por acidente: na realidade, mineiro. Um engano, penso eu, dêsses observadores. Ê como se não conhecessem bem o Rio Grande do Sul. Getúlio Vargas é produto psicológico, senão lógico, da área obscura, mas interessantíssima, do Rio Grande do Sul, onde nasceu: a área *missionera*. Ê verdade que existe uma antítese entre essa área e a forma de espírito que se costuma associar ao gaúcho, ou ao homem do Rio Grande do Sul. Os homens da região ou área *missionera* não são gaúchos típicos; e tendo mais sangue índio do que os gaúchos típicos e, também, sendo descendentes daqueles índios educados e às vêzes oprimidos pelos jesuítas espanhóis, conservam alguma coisa dos seus mestres jesuítas: são silenciosos, introspectivos, sutis, realistas, distantes, frios. Têm também alguma coisa dos seus bravos ancestrais, os índios das Missões, que os jesuítas nunca puderam dominar de todo. São telúricos, instintivos, fatalistas, orgulhosos, dramáticos, quase trágicos nas suas reações diante de crises.

Getúlio Vargas é como se fôsse uma espécie de "Dr. Jekyll e Mr. Hyde": tendo em si próprio alguma coisa do jesuíta, parece ter também alguma coisa do índio. Ávido de poder e de mando, estêve, no entanto, várias vêzes, ao lado do povo: contra convenções estêreis e contra grupos plutocráticos poderosos. Não deixa de ter a sua significação o fato de ter êle dado ao primeiro filho o nome de Lutero. E o seu primeiro artigo de jornal, quando ainda

rapaz, foi uma defesa de Zola. Por outro lado, o “Dr. Jekyll” em Getúlio Vargas, consentiu em perseguições políticas, da parte de auxiliares seus contra brasileiros ilustres: perseguições a que assistiu com indiferença.

Há alguns anos, sugeri uma caracterização psicológica de tipos regionais, ou sub-regionais, brasileiros que poderia ser baseada sobre os vários estilos de danças carnavalescas que existem no Brasil. O carnaval é uma festa de que o povo do Brasil participa com grande entusiasmo. Dura três dias seguidos, durante os quais se dança nos clubes, nos teatros, nas praças e nas ruas. Em certas regiões, classes, raças, sexos e idade misturam-se de tal forma, com uma tão livre exuberância democrática e uma tal alegria de confraternização, que ninguém percebe até onde isto é ainda pagão ou até onde começa a ser líricamente cristão. O fato é que embora largamente pagão o carnaval brasileiro, parece haver alguma coisa de cristão nessa sua exuberância e nessa sua alegria fraternal.

Mas as danças de carnaval apenas superficialmente é que parecem iguais em todo o Brasil. Em algumas regiões ou áreas, elas são “dionisíacas”, para usar a velha palavra revivida por um antropologista norte-americano para designar bem conhecido tipo de conduta humana; em outras regiões ou áreas são “apolíneas”; ou, ainda, de um tipo intermediário. Partindo de que o carnaval para o brasileiro seja só exagêro — algumas vêzes concordo, mórbido exagêro — da sua conduta característica e comum, ou cotidiana, sugeri que através de cuidadoso estudo das danças de carnaval seria possível classificar diferenças regionais ou sub-regionais de temperamento, *ethos* ou personalidade; e, igualmente, verificar a unidade típica de conduta em harmonia com o que há de universal na personalidade humana do brasileiro. O primeiro resultado de tal estudo parece que será indicar considerável diferença no temperamento ou personalidade mesmo entre vizinhos próximos como os gaúchos e os *missioneros* do Rio Grande do Sul. Ou entre baianos e pernambucanos. Ao lado dêsse estudo sugeri outro em tôrno da maneira brasileira mais característica de jogar o *foot-ball*. O jôgo brasileiro de *foot-ball* é como se fôsse dança. Isto pela influência, certamente, dos brasileiros de sangue africano, ou que são marcadamente africanos na sua cultura: êles são os que tendem a reduzir tudo a dança — trabalho ou jôgo — tendência esta que parece se faz cada vez mais geral no Brasil, em vez de ficar somente característica de um grupo étnico ou regional.

Depois que publiquei as minhas primeiras notas sobre êsses dois assuntos — as maneiras regionais de dançar e de jogar

*foot-ball*, o *foot-ball* ainda como uma dança com alguma coisa de africano — li excelente página de Waldo Frank, onde êle acha que o tango é “uma dança-música escultural”; e ao mesmo tempo diz que, observando um grupo de brasileiros a jogar *foot-ball*, notou que jogavam procurando levar a bola para o *goal* como se executassem “a linha melódica de um samba”<sup>(8)</sup>. Reproduz quase a mesma observação por mim feita em artigo escrito em 1938, que, estou certo, nunca foi lido por Waldo Frank, assim como outro que publiquei em 1940, sôbre as diversas maneiras de dançarem os brasileiros das várias áreas — da Bahia à área *missionera* do Rio Grande do Sul — as danças de carnaval. Alegra-me a coincidência das observações de Waldo Frank com as minhas, desde que considero o autor de *South American Fournery* um dos poucos norte-americanos que têm escrito sôbre o Brasil páginas de verdadeira e aguda penetração. Páginas proveitosas tanto para estrangeiros como para os próprios brasileiros.

Bem sei que às vêzes Waldo Frank torna-se bombástico. Mas nas suas melhores páginas revela admirável compreensão do que é ibérico ou latino na cultura americana. Somos-lhe gratos, os brasileiros, por essas páginas, e gratos, também, pela sua intuição da complexidade e da diversidade brasileira e por seu respeito pelo que significam *regiões* e *províncias* em uma cultura complexa como a do Brasil. Não é êle dêsses muitos observadores estrangeiros que tendem a ver sômente no Brasil os dois extremos — o metropolitano ou o pitoresco. O que revela extremo de progresso ou extremo de primitividade e de arcaísmo. São Paulo ou Rio, de um lado, selvagens nus ou o ‘riô Amazonas, do outro. Na realidade, é entre êsses dois extremos aparentemente antagônicos que se vai encontrar o verdadeiro Brasil, com a sua variedade de situações regionais ou sub-regionais.

Como no tempo do Império, houve durante o “Estado Forte” uma como tendência para reprimir tôda a diversidade regional e provincial em favor da centralização e da unificação política. Por outro lado, há atualmente agitadores ou supostos modernistas, que se colocam contra tôda a centralização: defendem o total desaparecimento das diferenças nacionais tanto como das regionais. Mas no Brasil as energias regionais ou sub-regionais são bastante poderosas: não se deixam fâcilmente reprimir por simples coerção política ou mero capricho ideológico de poderosos do dia. Vargas

---

(8) Waldo FRANK, *South American Fournery*, Nova York, 1943, p. 50.

foi um político demasiadamente sagaz para querer ser nôvo Filipe II; e hoje os centralistas que, em países como o Brasil, se enchem de impaciência, não tolerando ouvir falar em diferenças regionais, são em menor número do que anos atrás. Alguns dêles vêem que a própria União Soviética está seguindo inteligente política de combinação do internacionalismo com o regionalismo.

O estudo das condições sociais, ou antes, da formação social brasileira, parece indicar que, no Brasil, como em outras nações não menos vastas e complexas, deve permitir-se a cada um particular lealdade à sua comunidade básica: região, área ou província. Não importa que, nos seus apegos transnacionais, o homem vá tão longe quanto se possa imaginar e se torne verdadeiro cidadão do Mundo. A sua condição de membro de grupo primário — para usar a exata expressão sociológica — parece, ainda assim, necessária para a sua saúde tanto pessoal como social.





# IV

## CONDIÇÕES ÉTNICAS E SOCIAIS DO BRASIL MODERNO

Como procurei mostrar no Capítulo I, os antecedentes europeus da história brasileira, apenas em parte é que foram europeus. Também foram africanos e asiáticos. Foram complexos. A complexidade étnica e cultural portuguesa parece ter sido, desde o mais remoto começo do Brasil, um estímulo para a sua diferenciação da Europa e para sua libertação de um *status* estritamente colonial ou subeuropeu.

Geograficamente, o Brasil está mais estreitamente relacionado com a África do que com a Europa. Segundo alguns ecologistas — um dêles o Prof. Konrad Guenther — a América do Sul é, na realidade, um continente diferente da América do Norte. As características não só de clima, mas botânicas e zoológicas da América do Norte, fazem lembrar antes as da Europa. As da América do Sul, ao contrário, mostram certo grau de independência e individualidade. Referindo-se aos sucessivos períodos geológicos do continente sul-americano, onde se vê rica e diversa fauna, diz o Prof. Guenther “que durante todos êsses longos períodos houve tempo para desenvolver-se com independência”<sup>(1)</sup>. Essa independência e essa diversidade alguns autores explicam com o fato de a América do Sul em tempo ter-se constituído de numerosas ilhas, cada uma delas com sua própria fauna e flora.

---

(1) KONRAD GUENTHER, *A Naturalist in Brazil: The Flora, the Fauna, and the People of Brazil* (traduzido do alemão por Bernard Miall), Londres, 1931, p. 160.

Mas explicação de ordem diferente tem sido sugerida por outros geólogos e ecologistas, que levam em conta, sobretudo, o longo isolamento do continente e a sua divisão em muitos tipos topográficos perfeitamente diferenciados entre si.

Do ponto de vista da ecologia animal, o Prof. Von Ihering — os von Ihering, descendentes do célebre jurista, tornaram-se brasileiros — distingue seis regiões no Brasil: a região do Amazonas; a região do Sul do Pará; o sertão do Nordeste; o interior dos Estados do Sul; a zona costeira do Nordeste, no comêço cheia de florestas; e a zona costeira meridional, com as suas planícies verdes ou frescas. Isto para falar sòmente das regiões, pois as sub-regiões são em muito maior número. Como dizem os ecologistas, a multiplicidade de formas é a característica essencial da natureza, especialmente da natureza tropical, e se um jardineiro europeu quiser projetar um jardim no Brasil deverá “seguir a natureza como a sua mestra”; e nesse caso o seu jardim, conforme palavras de Guenther, há-de apresentar a principal característica da vegetação tropical, isto é a variedade.

A natureza tropical e a complexidade dos antecedentes europeus deveriam ter levado os primeiros colonizadores portugueses que se estabeleceram no Brasil como plantadores de cana-de-açúcar a uma necessária variedade na produção agrícola. Mas a conduta humana não depende de nenhuma lógica e o que se desenvolveu foi a agricultura exclusivista, ou a monocultura. Especialmente a da cana-de-açúcar, que se tornou a característica predominante da paisagem natural e social das regiões que a invasão portuguesa dominou primeiro. Mais tarde o açúcar veio a ser substituído pelo café, mas com as mesmas conseqüências perniciosas para a natureza e para a sociedade humana. Em ambas as esferas, a harmonia essencial nas relações entre as criaturas vivas foi destruída quando, em vez de agricultura variada ou diversificada, se adotou a monocultura.

Essa predominância ou exclusividade de cultura dada, em largas regiões, ou sub-regiões, a uma planta única com desprezo de outras foi uma forma de perverter-se a natureza tropical essencialmente diversificada. E pelo lado humano foi uma forma de fazer o colonizador dominar a sociedade colonial em formação através de um único tipo de organização social: o feudal ou quase feudal.

Felizmente a natureza tropical parece ter-se revoltado contra a uniformidade imposta pela monocultura latifundiária e feudal dos europeus. Pequenas ilhas de culturas secundárias desenvolveram-se no meio dos vastos oceanos de cana-de-açúcar. O

tabaco, o milho e a mandioca repontaram de início entre as formas nativas e quase espontâneas de agricultura que os portugueses adotaram dos ameríndios; ou que os ameríndios nômades cultivavam por iniciativa própria, fugindo ao império da monocultura européia e escravocrata.

E de certo modo a mesma coisa aconteceu na esfera da ecologia humana. Os índios, por exemplo, revoltaram-se, contra a imposição de um sistema de plantação que os reduziria a escravos. Alguns tornaram-se colaboradores unicamente dos colonos um tanto nômades das fronteiras ou dos sertões. A maioria dêles foram indomáveis inimigos dos plantadores que praticavam a monocultura e procuravam os indígenas para escravos de seus engenhos de açúcar. Os índios brasileiros eram de hábitos e gostos nômades. Vida sedentária, rotina agrícola, trabalho monótono da terra significava a morte para êles. Isto explica porque os negros da África foram importados em tão grande número para a América Portuguesa e por que os seus descendentes representam hoje um elemento de tanta importância na composição étnica e na estrutura social do Brasil.

Se o equilíbrio da natureza brasileira foi dramaticamente perturbado quando a cana-de-açúcar se fêz a única base da dominação portuguesa da América, a introdução do negro africano nas sub-regiões do açúcar é considerada por alguns historiadores e sociólogos motivo ainda maior de perturbação da vida americana. É que o negro fôra trazido para regiões que não eram propriamente as suas. Como rival ou competidor econômico do indígena.

Mas Henry Bates, cientista britânico que passou longos anos no Brasil durante o meado do século XIX, chegou à conclusão de que o negro se tornou mais feliz na América tropical do que o próprio índio. Bates notou “a aversão constitucional ao calor” por parte do índio, em contraste com a adaptação perfeita do negro. E o seu bom raciocínio foi que o negro e não o índio é que “é o verdadeiro filho dos climas tropicais”(2); o verdadeiro filho do Brasil tropical tanto como da África tropical.

Do ponto de vista das relações do homem com a natureza, a adaptação do negro ao clima e a outras condições físicas do Brasil parece ter sido perfeita. Do ponto de vista social, o africano surge culturalmente mais bem preparado do que o ameríndio nômade para ajustar-se ao sistema escravagista de vida — agrícola

---

(2) *The Naturalist on the River Amazon*, Humboldt Library of Science, Nova York, s/d, I, p. 725.

e doméstica — existente na América Portuguesa nos primeiros tempos de colonização. A sua adaptação às condições americanas foi tão perfeita como a da cana-de-açúcar, o seu companheiro simbiótico no papel de modificar a paisagem brasileira transformando-a de vasta região de florestas virgens em uma outra dominada pela colonização agrária, pelo latifúndio, pela monocultura.

Alguns dos milhões de negros importados para as plantações do Brasil vieram das regiões mais avançadas da cultura negro-africana. Isto explica por que houve escravos africanos no Brasil — homens de fé maometana e de instrução intelectual — que foram culturalmente superiores a alguns dos senhores, brancos e católicos. Para mais de um estrangeiro dos que visitaram o Brasil no século XIX, foi motivo de surpresa o fato de o principal livreiro francês da capital do Império contar, entre os seus fregueses, negros maometanos da Bahia; e por meio d'elles esses negros extraordinários, alguns aparentemente cristãos mas intimamente maometanos, importavam exemplares caros dos seus livros sagrados, para lê-los em segredo. Outros mantinham escolas. E havia também entre os negros maometanos da Bahia sociedades de auxílio mútuo, que serviram à libertação de grande número de escravos.

Na província de Minas Gerais, entre os escravos, floresceram, da mesma maneira que na Bahia, sociedades de auxílio mútuo. E o norte-americano Ewbank, quando em 1845 a 1846 estêve no Brasil, jantou uma vez com certo plantador e senhor de escravos baiano que lhe disse que os escravos de Salvador conservavam a sua própria língua, assim como organizavam sociedades ou associações e traçavam planos revolucionários — os mesmos planos que os seus irmãos de outras áreas várias vêzes tentaram executar. Contou mais ao norte-americano, o senhor de escravos, que alguns escravos baianos eram capazes de “escrever fluentemente o árabe” e eram “muito superiores aos seus senhores”<sup>(3)</sup>.

Tive a sorte de achar documentos que confirmam as palavras de Ewbank; e provam que, ao lado de fortes escravos, bons sòmente para o trabalho do campo, também veio para o Brasil bom número de negros já de cultura relativamente avançada. Talvez nenhuma outra colônia da América tivesse, entre os seus africanos importados, negros da qualidade dos que vieram para a Bahia. E essa importação de negros de qualidade, culturalmente

---

(3) Thomas EWBANK, *Life in Brazil, or The Land of the Cocoa and the Palm*, Londres, 1856, p. 441.

avançados, vindos das regiões africanas sob a influência civilizadora do poder maometano, explica porque no Brasil, mais comumente do que em qualquer outra colônia da América, negras bonitas e até belas chegaram a tornar-se famosas como amantes de ricos e preeminentes comerciantes portugueses da Bahia, de Ouro Preto, do Rio e do Recife. Algumas delas excederam em prestígio as suas rivais brancas ou ameríndias. Em Minas Gerais, mais de uma tornou-se rica, casando as filhas com jovens socialmente importantes e de côr branca, uns europeus outros já brasileiros. Houve uma tal Jacinta, por exemplo, que encontrei citada em interessante documento genealógico pertencente a um arquivo de família daquela região; muito brasileiro hoje com posição de relêvo na vida política ou profissional traz nas veias o sangue de Jacinta.

Os negros estão agora desaparecendo rapidamente do Brasil, fundindo-se com os brancos e com os ameríndios e constituindo-se numerosa população de "morenos". Em algumas regiões a tendência, ao que parece, é para a estabilização dos mestiços em nôvo tipo étnico, semelhante ao da Polinésia. Embora a tendência para a fusão com mulheres de côr se note mais comumente entre os imigrantes, ou os brancos pobres, outras Jacintas tem havido nas origens ou na história das famílias aristocráticas do Brasil. São raras mas têm existido. Constituem assunto de mexericos, mas de modo nenhum se sente desgraçado o indivíduo que tenha entre seus antepassados remotos uma formosa africana a quem não seja exagêro atribuir a condição de princesa.

Ewbank escreveu, no livro já citado sôbre o Brasil no comêço do reinado de Pedro II: "Tenho passado por senhoras de côr vestidas de sêda e com jóias, acompanhadas de escravos que as seguem de librê. Hoje vi passar uma de carro, acompanhada por um cocheiro e um lacaios uniformizados. Várias delas têm maridos brancos. O primeiro médico da cidade é um homem de côr; e de côr é também o presidente da Província". E descreveu Ewbank e Viscondessa de C... como negróide<sup>(4)</sup>.

Tem existido e ainda existe no Brasil distância social entre os diferentes grupos da população. Essa distância, porém, é — e hoje mais verdadeiramente do que no tempo colonial ou durante o Império (quando a escravidão era o fato central da estrutura ou do drama social) — o resultado de consciência de classe, mais

---

(4) Thomas EWBANK, *Life in Brazil, or The Land of the Cocoa and the Palm*, Londres, 1856, p. 266.

do que de qualquer preconceito de raça ou de côr. De como é de larga tolerância a atitude dos brasileiros em relação a pessoas que, embora com sangue africano, podem passar por brancos, nada mais expressivo do que o dito popular: “Quem escapa de negro, branco é”.

Já Richard Burton havia observado no Brasil Imperial que “aqui, todos os homens, especialmente os que são livres, quando não são negros são brancos; e muitas vêzes um homem é oficialmente branco, mas na verdade quase negro. O que é francamente oposto ao sistema dos Estados Unidos onde brancos e negros não se misturam”(5). Visitando o Brasil meio século depois de Burton, Bryce incluiu-o entre os países onde a distinção entre raças é uma distinção “de posição ou de classe, mais do que de côres”(6).

Mesmo na época colonial, se uma pessoa era politicamente ou socialmente importante, nenhuma significação tinha que o seu passado étnico não fôsse virgem de sangue africano: êle ou ela passava por branco.

Tenho procurado estudar ou examinar êsse processo brasileiro de “arianização” social em mais de um ensaio. Tenho procurado destacar em mais de um estudo, na solução brasileira dos problemas resultantes do contato de raças, o seu contraste com outras soluções. E creio que a solução brasileira, em grande parte, se explica à luz da experiência, quer social, quer cultural, peculiar aos portugueses, como povo de transição entre Europa e África.

Outro povo de transição entre a Europa e outro continente de população de côr é o russo, que revela hoje ao mundo um tipo nôvo, sob certos aspectos já vitorioso, de organização social e que inclui a miscigenação, especialmente a mistura de raças conhecida por euro-asiática entre as suas soluções para os problemas sociais do homem. Em mais de um aspecto da sua situação étnica e social, o Brasil lembra a Rússia(7). A experiência de bicontinentalidade étnica e cultural, começada há séculos em Portugal, tomou nova dimensão no Brasil: três raças e três cul-

---

(5) *The Highlands of Brazil*, Londres, 1867, I, p. 393.

(6) James BRYCE, *South America, Observations and Impressions*, Nova York, 1913, p. 470.

(7) A comparação que faz o autor do Brasil com a Rússia é anterior à mesma comparação, pelo Conde de KEYSERLING. A que se repete aqui é reproduzida do ensaio do autor: “Aspectos de um Século de Transição”, publicado no *Livro do Nordeste*, Recife, 1925.

turas se fundem em condições que, de modo geral, são socialmente democráticas, ainda que até agora tenham permitido a definição de um tipo ainda imperfeito tanto na sua base econômica como nas suas formas políticas de expressão. Mas com tôdas as suas imperfeições, de base econômica e de formas políticas de convivência democrática, o Brasil impõe-se hoje como uma comunidade cuja experiência social pode servir de exemplo ou estímulo a outras comunidades modernas. Decerto não existe nenhuma outra comunidade moderna da complexidade étnica da brasileira, onde os problemas das relações sociais entre os homens de origens étnicas diversas estejam recebendo solução mais democrática ou mais cristã que na América Portuguesa. E a experiência brasileira não indica que a miscigenação conduza à degeneração.

As conclusões do Prof. Charles R. Stockard que “a mestiçagem entre raças humanas muito diferentes provavelmente causa a degradação e até a eliminação de certos grupos”, e que “a extinção de várias raças antigas tem aparentemente seguido de muito perto a absorção em grande escala de escravos estrangeiros”, e que, “se examinarmos a história de alguns dos países do Sul da Europa e da Ásia Menor, de um ponto de vista estritamente biológico e genético, se achará relação muito bem definida entre o amalgamamento dos brancos e dos escravos negróides e a perda da potência intelectual e social”<sup>(8)</sup> — são conclusões que não encontram confirmação na experiência do povo luso-brasileiro. É verdade que Portugal não tem hoje o prestígio bélico e político que teve quatro séculos atrás. Mas isto é também verdade dos “arianos” da Holanda e dos “arianos” da Dinamarca ou da Suécia.

De acôrdo com a teoria do Prof. Stockard, o Brasil onde a miscigenação se vem fazendo mais livremente do que em Portugal e na Espanha, deveria ser bem mais inferior em poder intelectual e social não somente a Portugal, mas a nações quase brancas da América do Sul, como a Argentina e o Chile. Os estudos objetivos sôbre as realizações nacionais ou regionais da América Latina, e sôbre o seu desenvolvimento cultural, não parecem confirmar a inferioridade do mestiço do Brasil, comparado com seus vizinhos mais “arianos”. No Brasil e não nos países mais “arianos” da América Latina é onde hoje se encontra o grupo mais fortemente

---

(8) *The Genetic and Endocrine Basis for Differences in Form and Behavior*, Filadélfia, 1941, p. 37-38.



criador de jovens arquitetos, de jovens pintores e de jovens compositores da América do Sul, senão de todo o continente americano; e ainda no Brasil mestiço é que se encontra o grupo mais criador de médicos e de cientistas dados ao estudo das doenças chamadas tropicais e dos problemas de saúde e de higiene peculiares às zonas tropicais. O Brasil é universalmente conhecido pela obra de cientistas como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Cardoso Fontes, Roquette-Pinto, os irmãos Almeida, Silva Melo, Vital Brasil, Manuel de Abreu, Josué de Castro, Afrânio do Amaral e Sinval Lins. São famosas as felizes experiências científicas de investigadores brasileiros, alguns dêles mestiços, com os sôros antivenenosos para anular os efeitos do veneno das cobras, que todos os anos salvam centenas de vidas em vários países.

Outro fato que parece desmentir os que enfaticamente generalizam sôbre os efeitos intelectuais e sociais do que chamam “mongrelização” é que, durante anos, as zonas brasileiras donde sai o maior número de líderes políticos, ou de homens de letras ou de cientistas, ou de homens de talento artístico, têm sido as zonas notáveis precisamente pela extensão e intensidade do amalgamamento étnico e da interpenetração cultural: o extremo Nordeste, Bahia e Sergipe, o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Durante o Império, a Bahia foi conhecida como a “Virgínia Brasileira”, porque a maioria dos presidentes de gabinete vinham dessa província de vasta população mestiça. Alguns dos presidentes de gabinete do Império, ainda que oficialmente se comportassem com o mesmo solene rigor dos membros do Parlamento britânico, eram homens com sangue negro. E embora as qualidades dos estadistas brasileiros durante o período do Império fôsem imitativas mais do que criadoras, alguns dêles tornaram-se notáveis pelo seu talento político e, ainda, pelo seu tato e habilidade como diplomatas.

Como Império o Brasil foi um país cuja estabilidade e paz contrastavam com a vida política turbulenta da maioria das repúblicas latino-americanas. E já então êle era governado por uma aristocracia bastante democrática desde que homens com sangue negro se podiam associar a ela, se bem que, em sua mais larga composição, se formasse de brancos ou de quase brancos ou de mestiços apenas de sangue indígena. No período republicano é que se intensificou a ascensão ao poder político e aos postos de direção intelectual, industrial e eclesiásticos, de brasileiros de origem africana.

Considerada como sistema político, a República estabelecida no Brasil em 1889 não foi diferente do Império: conservou-se mais

imitativa do que criadora. Diminuiu a honestidade entre os homens públicos; perdeu-se também um pouco o sentido daquela elegância e dignidade que eram bem características do Parlamento brasileiro, no tempo de D. Pedro II. Mas, por outro lado, aumentou a eficiência na maneira de tratar os problemas práticos. Não foram raros os novos líderes políticos que se fizeram notáveis pela sua habilidade ou capacidade no trato de problemas econômicos e sanitários, de algum modo negligenciados pelos estadistas e políticos do Império.

Com a República é que surgiram audaciosos projetos para a construção de portos e de grandes edifícios, obras hidráulicas, planos de saneamento, pavimentação, drenagem e embelezamento da cidade, e, ainda, planos para uma organização comercial mais eficiente da produção do café. O Brasil republicano apaixonou-se pelo progresso material. E em muitas dessas obras pode-se adivinhar a dinâmica impaciência dos brasileiros que ingressaram na vida pública com a República de 1889: a sua ânsia por fazer do Brasil um país moderno, progressista, diferente de Portugal e diferente da estrutura colonial ou monárquica do próprio Brasil.

Dos novos chefes republicanos grande número eram mestiços, homens de origem humilde e de modo nenhum aristocrática. Parecem êles ter feito do regime republicano uma expressão das suas próprias aspirações a nôvo e melhor estado social de vida.

Isto deve explicar a importância política que teve o Exército no nôvo regime. Em contraste com a Marinha, que ostentou sempre no Brasil com especial orgulho o fato de ter como oficiais sômente brancos caucásicos ou indo-caucásicos e filhos de famílias aristocráticas ou de burgueses ricos; e em contraste, também, com o Clero, que durante o Império foi principalmente branco e aristocrático ou burguês — o Exército brasileiro cedo começou a desenvolver-se em organização social e ètnicamente democrática, com grande número de oficiais de origem social modesta e alguns com sangue índio e até negro nas veias.

Alguns dêsses homens tiveram parte ativa e dinâmica na vida política da nação. Quando o sistema agrário-patriarcal do Brasil começou a desintegrar-se — desintegração esta que se processou rapidamente depois da abolição dos escravos — o Exército e a Igreja permaneceram os dois únicos grupos organizados do país. E dos dois foi o Exército o mais liberal, progressista e democrático, e a Igreja o mais conservador, ainda que raramente anti-liberal ou violentamente oposto a reformas sociais.

Não poucos dos mais jovens oficiais do Exército caíram sob a influência do Positivismo de Comte; e os mais entusiastas dêles,

convencidos de que no Positivismo tinham não *uma* mas *a* solução de todos os problemas brasileiros, agiram sob êsse critério. Outros republicanos idealistas — êstes, civis — convenceram-se, lendo mestres inglêses e norte-americanos de política, de direito ou de finanças, de que uma constituição federal e democrática copiada da dos Estados Unidos resolveria tôdas as dificuldades do Brasil.

Entre êsses dois grupos de ideólogos extremos havia os líderes republicanos cujo método era o britânico de tratar cada problema como êste se apresentava; e não de acôrdo com algum rígido sistema filosófico ou alguma ideologia inflexivelmente lógica. Neste terceiro grupo de líderes jovens mas realistas, objetivos, plásticos, havia, como nos dois outros, brasileiros negróides notáveis pela ambição de alcançar o poder pelo valor intelectual e pelas qualidades pessoais de sedução — homens como Francisco Glicério e Nilo Peçanha; como havia também descendentes de imigrantes europeus de outra origem que não a portuguesa, filhos e netos de camponeses ou artesãos, de franceses, alemães, inglêses, italianos, homens dos quais poderiam ser destacados Lauro Müller, filho de colono alemão, e Paulo Frontin, filho de imigrante francês. Psicológica e sociològicamente eram todos — filhos de imigrantes e descendentes mais ou menos remotos de africanos — como peregrinos da mesma romaria: impacientes por se erguerem socialmente realizando triunfante carreira política como líderes do nôvo regime. E os mais sagazes parecem ter compreendido que a atitude mais inteligente era a de não se comprometerem com nenhum bem definido sistema filosófico nem com nenhuma ideologia política inflexível, cujo prestígio pudesse desaparecer ràpidamente, mas darem-se êles mesmos à causa que por muito tempo seria cara a quase todos os brasileiros: a causa do progresso material. Daí os planos para melhoramentos gerais terem sido a mais característica expressão da atividade republicana no Brasil: da atividade de grande parte dos novos líderes políticos depois de 1889.

Foi nesta ocasião que o Brasil contraiu dívidas em grande escala, tomando emprestado a banqueiros europeus quanto necessitava em ouro para construir portos, edifícios, obras hidráulicas, instalações sanitárias, avenidas, caminhos de ferro, navios de guerra. Embora muito dêsse dinheiro fôsse gasto extravagantemente, não se pode negar que os dirigentes da chamada “primeira república” enriqueceram o Brasil com obras públicas notáveis, muitas delas de engenharia sanitária; e essenciais não sòmente ao desenvolvimento econômico, mas ao social, da nação brasileira.

Tais obras materiais, tais realizações concretas não podem nem devem ser subestimadas. Algumas foram valiosíssimas. Foram a primeira grande contribuição do sistema de governo republicano para o progresso do Brasil.

Os antigos senhores de terra, os homens da velha aristocracia escravocrata, foram substituídos, como líderes políticos, por nôvo e inquieto elemento da população. Um elemento diferente dos seus predecessores quanto à origem social e também quanto à composição étnica e aos interesses econômicos e intelectuais que representavam. Essa substituição deve ser considerada fato importante. A maioria daqueles predecessores não tinha dos problemas sociais brasileiros senão a visão patriarcal, feudal ou aristocrática que lhes convinha. Olhavam o açúcar (e depois o café) como o grande problema do Brasil; consideravam-se patriarcalmente os chefes naturais de vastas famílias de escravos e semi-escravos produtores de açúcar ou de café — vastas famílias cuja constelação constituía o Brasil. Os novos dirigentes, alguns deles remotos descendentes ou descendentes em segunda e terceira geração de escravos ou de camponeses ou de modestos imigrantes da Europa, surgiram com uma experiência e uma visão mais democráticas da vida, embora não tanto como seria necessário para se tornarem líderes efetivos da reconstrução social do Brasil. A maioria deles preocupava-se mais em chegar a altas situações políticas e sociais do que com qualquer problema largamente humano ou social, salvo os de melhoramento sanitário das grandes cidades: aspecto estritamente burguês do grupo de problemas sociais com que se defrontava então o povo brasileiro. E em relação aos problemas econômicos os novos líderes foram sempre antes conservadores que inovadores do ponto de vista social. Apenas em vez de conservadores feudais, a sua maneira de ser conservadores passou a ter alguma coisa de grande-burguês. Não nos esqueçamos de que a mestiçagem — a meia raça — fêz no Brasil as vezes de classe média.

Do contato de alguns dos novos líderes republicanos com o poder — que era, agora, mais sombra de poder que poder de fato — da velha aristocracia do açúcar e do café que se desintegrava com rapidez, surgiu um plano para a defesa da produção do café no Brasil — plano que ficou como uma das contribuições mais originais da América Portuguesa depois de tornada republicana (intensamente mestiça e mesmo negróide na composição da sua elite política e intelectual) para a ciência econômica e para a técnica, até então ainda vaga, de contrôlo oficial dos mercados.

Para o que hoje chamaríamos economia dirigida; e essa economia dirigida mais favorável a interesses grande-burgueses que arcaicamente aristocráticos.

Segundo um economista norte-americano especialista no assunto, o plano brasileiro de “valorização do café” (1905) foi seguido pelo Equador em relação ao cacau, pelo México para controlar o seu *henequén*, pela Malásia Britânica e Ceilão para o controle da borracha, por Cuba em relação ao açúcar, pelo Egito para o algodão e pela Itália para o citrato de cálcio. Acrescenta o mesmo especialista que a valorização pelo processo brasileiro se tem aplicado a muitos outros artigos e em mercados puramente domésticos, como, por exemplo, seriam os esforços da *Federal Farm Board* para levantar o preço do trigo nos Estados Unidos. Charles R. Whittlesey diz-nos em artigo que sôbre o assunto escreveu para a *Encyclopedia of the Social Sciences* que o termo “valorização” “foi introduzido nos países em que se fala o inglês desde 1906 procedente do Brasil, onde tinha sido aplicado a medidas para regular o mercado de café”<sup>(9)</sup>.

Bem sucedidos na valorização do seu café, os primeiros líderes republicanos do Brasil não cuidaram dos problemas humanos. Não desenvolveram nenhum plano para a “valorização” do homem brasileiro. Valorizar o humano pareceu-lhes menos que valorizar o subumano.

Por muito perspicazes que tenham sido no que respeita aos assuntos financeiros e aos problemas relacionados com o progresso material, fracassaram quase sempre no trato dos problemas humanos, à falta de contato mais íntimo com a chamada realidade brasileira: a realidade humana, social e cultural. Assim é que se descuidaram de problemas muitíssimo importantes como o de dirigir a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Parece mesmo que os mais realistas dêles não consideraram tal problema digno de estadistas mas assunto para devaneios de filantropos, missionários e poetas líricos.

Além disso, alguns dêles — os que tinham sangue negro de escravo nas veias — não queriam aparecer como campeões de uma causa cuja defesa talvez fizesse nas suas pessoas ressaltar um elemento hereditário que estavam doidos por esquecer ou esconder; e ansiosos também por que fôsse esquecido por tôda a gente. Daí se concentrarem na mística do progresso material: numa polí-

---

(9) “Valorization”, *Encyclopedia of the Social Sciences*, xv, p. 211-212.

tica de empréstimos e de construções, com ela atraindo não só o capital como também o trabalho estrangeiro.

A atração do capital e da mão-de-obra estrangeira foi de certo modo bem típica da política estreitamente econômica adotada pelos líderes republicanos para a europeização do Brasil, especialmente nas cidades do litoral. Pouca importância se dispensou ao lado humano, superiormente social e cultural, do problema da colonização européia. Só o aspecto mecânico ou material parece ter preocupado aquêles líderes republicanos e mesmo alguns dos seus predecessores que se preocuparam, ainda no Império, com o problema chamado caracteristicamente de “braços”.

Logo no século XIX começara a deliberada importação de imigrantes europeus para o Brasil. Aumentou poucos anos mais tarde, quando os ingleses tomaram tais e tão severas medidas contra o tráfico de escravos que difíceis se tornaram os contrabandos de prêtos, pelos navios capazes de abastecer ilegalmente de africanos as plantações do Brasil. Os estadistas dos últimos anos do Império compreenderam que, em face da escassez do trabalho escravo, as perspectivas da agricultura brasileira não eram de encher os olhos de ninguém.

O problema porém não era para ser olhado somente do lado econômico; mas também do lado social. Como podia um país dominado pelo sistema agrário-patriarcal, dominado por uma monocultura latifundiária e com uma organização feudal, ou quase feudal, atrair europeus ansiosos por encontrar na América melhores e mais livres condições de vida do que nos seus próprios países? Como podia um país quase morbidamente devotado à plantação do café ou da cana-de-açúcar, em propriedades imensas, que estavam nas mãos de pequeno número de latifundiários, transformar-se em país de pequena lavoura, de pequena propriedade, de plantação de café por camponeses, de agricultura variada? Como poderia ocorrer tal transformação sem ser por meio de violenta revolução?

Um grande fazendeiro de café dos últimos anos do Império, Monteiro de Barros, quando ocupou o Ministério das Relações Exteriores, mostrou-se homem de espírito realista, ao observar que os imigrantes europeus deviam “somente trabalhar por suas próprias mãos e nas suas próprias terras”. Mas o que os grandes plantadores de café ou de açúcar queriam, em matéria de imigrantes, era um tipo de trabalhadores que se conformassem em ser meramente os sucessores passivos dos escravos. Braços brancos ou amarelos que substituíssem os prêtos e pardos. E a isto é que os imigrantes europeus não se sujeitavam.

Para se ver quanto o aspecto humano do problema era desprezado em favor do estreitamento econômico basta citar as tentativas de estadistas do Império a fim de trazer *coolies* chineses para as plantações, onde ocupariam o lugar dos escravos negros. A nova forma de escravidão teria sido introduzida na América Portuguesa se, em 1883, quando um tal Tong King Sing veio ao Brasil para discutir o projeto que sobre esta matéria estava sendo seriamente examinado pelo govêrno do Brasil, não tivesse o fato provocado no Rio e em outras cidades forte reação do sentimento público contra os grandes fazendeiros ou senhores de terras, partidários da substituição do braço prêto pelo amarelo. Fechados nos seus estreitos hábitos feudais e nos seus interesses puramente econômicos, nada viam tais fazendeiros, nesse ou noutros problemas, de maior amplitude nacional, que a conservação das suas fazendas. O ano de 1883 deve ser considerado ano histórico na luta pela democratização econômica do Brasil, porque foi então que os interesses estreitamente da classe dos plantadores de café perderam importante batalha, vencendo os interesses nacionais ou gerais. Batalha para preservar um sistema que embora *criador*, nos começos da agricultura e da sociedade brasileira, tornara-se totalmente *parasitário* e oposto ao desenvolvimento de novas condições de vida no país. Felizmente o sistema arcaico não logrou o seu intento: o de substituir o escravo africano pelo quase escravo asiático.

O fato de a opinião pública se ter mostrado tão enérgica contra a introdução dos *coolies* chineses é prova de que, pelo menos nos últimos anos do Império, havia já opinião ou sentimento público no Brasil. Quando intérpretes superficiais da vida brasileira sustentam que o único govêrno para o Brasil é alguma forma de ditadura ou império paternalista, sob o fundamento de que “não existe opinião pública no país”, é porque se esquecem de episódios como o dessa vigorosa reação popular de 1883. É verdade que o Brasil possuía então como imperador um homem bom e liberal mas que, fraco como era diante não de qualquer classe ou grupo, mas de problemas cuja solução pudesse ser retardada, provavelmente teria agido como queriam que agisse os grandes plantadores de café e açúcar, se a opinião pública não se tivesse manifestado tão eloqüentemente contra o prolongamento do sistema de escravidão sob nova e perigosíssima forma.

Nessa época o povo do Brasil podia exprimir os seus sentimentos em reuniões públicas e na Imprensa. Era um direito seu. E tão livre era a Imprensa que os abolicionistas e os republicanos

chegavam a referir-se algumas vêzes a D. Pedro II como a “Pedro Banana”, para melhor o acusarem de fraco instrumento de poderosos interesses privados: e tal qual uma banana de mole. Rei mais banana do que homem. O que não era de todo exato, muito menos justo. Mais de uma vez soube D. Pedro II encarnar o interesse nacional contra os privados, sabendo impor a sua vontade a poderosos.

Outros líderes de govêrno, do mesmo tipo paternalista que D. Pedro II, têm recebido, no Brasil, seus apelidos, porque embora homens bons, honestos, bem intencionados, colocaram às vêzes poderosos interesses privados acima do interesse público e das necessidades nacionais: “Tio Pitá”, por exemplo. Epitácio Pessoa, presidente da República dos mais ilustres, recebeu tal apelido dos homens da opposição, devido às suas tendências para o que se poderia chamar talvez benevolência nepotista ou, mais pedantemente falando, benevolência “avuncular”.

O govêrno de tipo paternalista não parece dar bom resultado quando as condições sociais deixam de ser favoráveis ao puro paternalismo e exigem direção forte porém responsável da coisa pública: tão diretamente responsável quanto possível, perante os elementos mais vigorosos e instruídos da comunidade. O paternalismo parece tornar-se prejudicial quando não se contenta em ser simples regime de transição, interessado em incorporar o povo comum à vida cívica da nação. Quando em vez de fecundamente transitório, pretende eternizar-se em govêrno para quem a nação não passa nunca de criança inerme.

Mas a reação do sentimento público não foi a única fôrça que serviu para frustrar o projeto de importação de *coolies*. Outra intervenção houve, talvez não inspirada inteiramente em motivos humanitários, e sim na esperança de possível competição de seus produtores de açúcar e de café com os do Brasil: a intervenção do Império britânico. Carta significativa sôbre o assunto é a que foi publicada em dezembro de 1883, no *Anti-Slavery Reporter* de Londres, assinada por Charles H. Allen e dirigida ao mui nobre Conde de Granville, Secretário Principal de Estado de Sua Magestade para Assuntos Estrangeiros. Diz o autor da carta que os abolicionistas britânicos falaram francamente a Tong King Sing do extremo perigo de se transformarem virtualmente em escravos os *coolies* chineses que, sob contrato, fôssem importados para o Brasil, e concluía com o seguinte: “O Comité pede-me para agradecer a Vossa Excelência as prontas medidas que adotou, chamando a atenção dos representantes de sua Magestade no Rio e



Pequim para a questão da imigração chinesa no Brasil, e para exprimir a esperança de que Vossa Excelência peça a êsses representantes que não se descuidem, e bem considerem êste assunto, já que poderiam apresentar-se no futuro planos semelhantes ao atual e em que os plantadores poderiam ter que tratar com cavaleiros menos astutos e não tão generosos como o Senhor Tong King Sing”.

Mais de uma vez grandes potências, que têm ultrapassado o regime de escravidão ou de semi-escravidão em seu desenvolvimento econômico, têm favorecido reformas liberais e democráticas nos países mais fracos ou mais atrasados; porque tais países, continuando a ter escravos ou servos, podem tornar-se competidores perigosos, na produção agrícola, daquelas grandes e adiantadas potências. Isto deve explicar o fato de que, em épocas diversas, os liberais do Brasil têm contado com o apoio de políticos europeus conhecidos antes pelo realismo cru que pelos sentimentos humanitários da sua política estrangeira. Deve explicar também o fato ainda mais fácil de ser observado: que mesmo os governos ditatoriais do Brasil e de outros países da América Latina têm contado, para surprêsa de muita gente, com o apoio dos liberais e democráticos de grandes potências interessadas menos na democratização das nações mais fracas do que em aumentar o poder aquisitivo das mesmas nações em relação com os produtores daquelas potências.

Logo que os plantadores de café do Brasil sentiram que não havia mais possibilidades de importar escravos para as suas fazendas, os mais empreendedores dentre êles procuraram atrair camponeses europeus, alguns adotando um sistema chamado de *parceria*, não muito diferente do sistema de servidão. É verdade, como têm observado críticos objetivos dêsse sistema de parceria, que, com a qualidade de *parceiro*, ficava ao colono a satisfação de considerar-se trabalhador independente; mas, como êle começava contraindo empréstimos, sem possuir terra, a sua sorte era sempre a de um pobre diabo, desde que falhasse a colheita ou que o fazendeiro não fôsse homem de boa fé. Mal chegava o colono e já era devedor: devedor da passagem dêle e da família. Recebia casa para morar e certa quantidade de alimento, é certo. Mas era obrigado a cultivar certo número de pés de café, ou um lote de cana-de-açúcar, e a levar a sua produção ao moinho do dono da terra, tendo então direito a metade do resultado<sup>(10)</sup>, em geral

---

(10) ELLIOTT, *op. cit.*, p. 61.

já absorvida pelas despesas. Sob êste sistema êle ficava inteiramente na dependência da boa ou má fé do plantador ou senhor de terra.

Alguns apologistas do sistema de *parceria*, costumam citar com ênfase o fato de alemães, pés-de-boi nô trabalho, que, tendo-se estabelecido em São Paulo, vindos da Baviera e de Hols-tein, conseguiram pagar regularmente as suas dívidas em quatro anos, sobrando-lhes dinheiro depois. Mas é um fato que apenas diz bem da honestidade de alguns plantadores de café nos seus negócios com camponeses ou imigrantes europeus, desde que os podia conservar indefinidamente como semi-escravos, sempre endividados e sempre dependentes. Deve-se contudo acrescentar que não foram os alemães, mas os italianos do norte da Itália, que provaram ser os melhores sucessores dos escravos negros nas plantações de café do Sul do Brasil.

A despeito dos muitos atritos entre plantadores brasileiros e colonos europeus durante a fase de transição da escravatura para o trabalho livre, chegou-se eventualmente a um acôrdo quando nova instituição oficial, denominada Patronato Agrícola, passou de certo modo a regular as relações entre fazendeiros e trabalhadores brancos ou imigrantes europeus, que, daí em diante, ao menos assistência médica passaram a receber. Onde êsse acôrdo realmente surtiu melhor efeito foi em São Paulo, e com a colonização italiana: tal foi o êxito dessa colonização naquele Estado que um têrço, aproximadamente, da sua população atual é de sangue italiano e muito se distingue na vida comercial e industrial tanto como na vida social da comunidade paulista.

As regiões, ou áreas, do Brasil onde a colonização européia tem sido mais bem sucedida são aquelas quase sem herança do sistema agrário-patriarcal: Rio Gande do Sul, Santa Catarina, Paraná, parte de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e de São Paulo. Tôdas as tentativas para estabelecer os colonos europeus nas vizinhanças das velhas regiões feudais de latifúndio escravocrata — Bahia, a parte antiga do Rio de Janeiro e Pernambuco, principalmente — têm dado em maior ou menor fracasso.

Por outro lado, fracassou também a tentativa da maioria dos colonos anglo-americanos que vieram no século XIX do Sul dos Estados Unidos para o Brasil, porque era êste país ainda de escravos e estavam êles, homens do Sul dos Estados Unidos, habituados a ser senhores de negros e a dominá-los. De dezenas de norte-americanos do Sul, que, depois da Guerra Civil dos Estados Unidos, desapontados com a derrota sofrida pelos Estados es-cra-

vocratas, vieram para o Brasil, poucos foram os que se saíram bem ou prosperaram em terra brasileira. O que parece é que a maioria dêles teria vindo com pouco dinheiro, não podendo estabelecer-se como plantadores e donos de escravos, e assim viver a vida a que estavam acostumados no Velho Sul dos Estados Unidos. Começar a vida como pequenos agricultores independentes em regiões quase virgens do Brasil como camponeses europeus haviam feito no Rio Grande do Sul e noutras áreas do Brasil meridional — não era tarefa suave para homens que se haviam criado rodeados de negros que faziam por êles todo o trabalho pesado de lavoura ou de campo. Alguns experimentaram a cultura do algodão mas em condições bem pouco favoráveis. E estas condições como outros fatores é que explicam os seus muitos fracassos num Brasil que, ainda escravocrata, era, entretanto, país de escravos difíceis e caros.

Cêrca de trinta anos depois da vinda daqueles homens do Sul dos Estados Unidos para o Brasil, um geógrafo, a Sr.<sup>a</sup> L. E. Elliott, procurando informar-se sôbre a sorte daqueles patrícios que tinham vindo para o Brasil depois da Guerra de Secessão, ouviu histórias a êsse respeito que lhe pareceram mais “cômicas do que trágicas”. Uma delas é a respeito do grupo de norte-americanos que se foi estabelecer em Santa Bárbara e aí plantar, em larga escala, melancia. Depois de um ano, justamente quando a melancia ia amadurecendo, rebentou — é o que diz a história — o cólera em São Paulo. Foi então proibida a venda de melancias e os seus cultivadores arruinaram-se. E como um nôvo cônsul dos Estados Unidos tinha sido designado para Santos pelo nôvo presidente daquele país, Cleveland, que era do Partido Democrata, supuseram os sulistas que o nôvo cônsul devia também ser particularmente amigo dos correligionários. Assim é que à sua chegada logo lhe enviaram uma carta de congratulações, onde, ao mesmo tempo, contavam a situação econômica difícil em que se achavam. O cônsul, ao que parece, respondeu cordialmente, sugerindo que, na qualidade de cônsul, iria visitá-los. Pelos colonos foi logo preparada entusiástica recepção. Então, diz Elliott: “Na tarde da sua chegada à colônia achava-se tôda a gente alinhada na plataforma da estação e um coronel sulista à frente da comissão de recepção. Chegou o trem, abre-se a porta de um dos carros de primeira classe e desce um cavalheiro com maleta de mão que marcha para o coronel com a mão estendida. Era o cônsul, mas um cônsul prêto como um ás de espadas. Conta-se que o coronel se portou nobremente: apertou a mão do cônsul, dando-lhe,

como os outros sulistas, o melhor acolhimento, mas logo que êle partiu, protestaram nunca mais confiar em govêrno chefiado por homem do Partido Democrata”<sup>(11)</sup>.

A maioria dêsses sulistas norte-americanos que permaneceram no Brasil acabaram esquecendo os seus preconceitos de raça contra os negros e os mestiços. Isto em virtude do contato a que eram obrigados com profissionais ou chefes de indústrias de importância ou com senadores e deputados brasileiros, nem todos homens puramente brancos, antes gente de sangue misturado, branco e negro, e não de branco e ameríndio sômente, embora a mistura mais comum em São Paulo tenha sido a do branco e ameríndio. Esta é a mistura dominante que está na base da velha e orgulhosa aristocracia daquele Estado, como de outras sub-regiões do Brasil, onde é ainda motivo de orgulho para uma família antiga ter entre os seus ancestrais algum ameríndio, geralmente idealizado como herói de alguma das guerras coloniais: contra os franceses ou contra os holandeses. Ou admirado pela sua atitude de resistência aos portugueses. Quando mulher, o antepassado ameríndio era idealizado em princesa: a bela filha de algum poderoso cacique.

O primeiro cardeal da América Latina, o Cardeal Arcoverde, era descendente de uma princesa índia de Pernambuco: a Nova Lusitânia do século xvi. Uma Pocahontas brasileira. Orgulhava-se aquêlê “príncipe da Igreja” do seu sangue ameríndio e insistentemente falava da necessidade de um clero brasileiro para o Brasil, isto é, um clero composto de homens nascidos no Brasil ou integrados na vida brasileira, em vez de um clero inteiramente constituído de padres e frades estrangeiros. Sem ser estreitamente nacionalista, soube ver o perigo para os países latino-americanos de se conservarem colônias intelectuais e econômicas da Europa com a ajuda indireta de padres que, sendo europeus, teriam naturalmente uma atitude de autocrático paternalismo em relação aos sul-americanos quando não de absoluta superioridade, diante das populações ameríndias, indo-hispânicas ou afro-hispânicas.

Tal foi a extensão do indianismo no Brasil, não sômente na literatura mas na vida diária, que, quando o Brasil se separou de Portugal e se manifestou forte sentimento contra qualquer tentativa portuguêsã de reconquista, não foram poucas as famílias brasileiras que trocaram o seu nome de batismo ou o seu nome de família, portugueses ou europeus, por nome ameríndio. Eram

---

(11) ELLIOTT, *op. cit.*, p. 65-66.

nomes, os adotados por êsses nativistas, na sua maioria poéticos, de rios e plantas. Alguns dêles, porém, nos soam hoje prosaicos, ainda que expressivos: nomes de peixes, ou que até cheiravam a mercado ou a cozinha, como Carapeba.

Os índios ou ameríndios, do Brasil, segundo a observação de cientistas modernos, eram notáveis pelo seu minucioso conhecimento da flora e da fauna do país; e até hoje muitos rios, plantas, animais, montanhas, cidades e medicamentos têm no Brasil nomes, não europeus ou portugêses, mas ameríndios. Conforme o já mencionado cientista alemão, Konrad Guenther, no Brasil, como na América Espanhola, não só são muitas as famílias que aludem com orgulho à existência de caciques indígenas entre os seus antepassados — fato a que já me referi — mas muitos são os descendentes dessas famílias que, em algumas áreas ou regiões, fazem lembrar, pelo tipo físico, uma volta aos caracteres do ameríndio.

No que toca ao africano pode-se dizer que vai sendo gradual e pacificamente absorvido pela população branco-índia, desde que há largos anos não vêm novos negros da África para o Brasil<sup>(12)</sup>. O ecólogo alemão Guenther — homem da época pré-nazista — depois de conhecer o Brasil, manifestou-se partidário da mistura de raças e do indianismo no Brasil, como meio, a ser desenvolvido entre os brasileiros, de criação de uma civilização caracteristicamente brasileira que crescesse como que orgânicamente, das suas próprias forças nativas, com as suas várias formas de expressão sempre ligadas à sua fonte suprema: a natureza tropical, americana, brasileira. E a propósito sugeriu que os muitos nomes ameríndios de objetos naturais estariam em harmonia com a origem indígena da cultura brasileira. Pelo que recomendou que mais ainda se deveria fazer nesse sentido, popularizando-se entre as crianças brasileiras contos ameríndios de animais. Novelas como as de José de Alencar — o Cooper brasileiro — e uma mais larga utilização de motivos índios na arte moderna do Brasil poderiam aumentar no brasileiro o orgulho das suas origens ameríndias e dos fundamentos naturais da sua cultura.

Não nos devemos esquecer de que os indígenas do Brasil foram gente agreste, com uma cultura das que são tècnicamente denominadas de floresta ou de selva. Os ameríndios remanescentes e as sobrevivências das culturas indígenas são elementos de importância na vida brasileira. Não podem, assim, deixar de ser levados na devida conta em qualquer política cultural brasileira que

---

(12) Konrad GUENTHER, *op. cit.*, p. 371-372.

visse a uma mais profunda harmonia dos brasileiros com o seu meio natural. Política de harmonia, aliás, que teve sólida base na atitude dos colonos portugueses que se entrelaçaram pelo casamento com a população ameríndia: uma atitude de tolerância e algumas vezes de entusiasmo daqueles europeus pelas diferenças físicas e culturais apresentadas pelas populações ameríndias.

O fato dos ameríndios, dentro do seu feitio de nômades, terem-se revelado tão maus escravos nas primeiras plantações de cana-de-açúcar estabelecidas no Brasil e terem combatido com extraordinário vigor os portugueses que procuravam escravizá-los, fêz surgir a lenda da sua “independência”, “bravura” e “nobreza”. Esta lenda é responsável ainda hoje pela tendência, entre os brasileiros, de considerarem o ameríndio superior ao negro, embora um estudo rigorosamente científico das contribuições de cada um para o desenvolvimento cultural do Brasil nos conduza a conclusão diversa. Mas o próprio entusiasmo da maioria dos brasileiros pelos missionários jesuítas do século XVI e da primeira parte do século XVII — padres que fizeram o possível para que se respeitasse a liberdade dos ameríndios proclamada pelos papas e pelos reis de Portugal — é baseada nessa lenda.

A obra dos jesuítas foi continuada, no Brasil já República, cuja ação à frente do Serviço Federal ou Nacional de Proteção aos Índios excedeu a de qualquer missionário de batina dos seus dias. Quero referir-me ao General Cândido Mariano da Silva Rondon, êle próprio descendente de ameríndios. Rondon começou sua obra indianista, quando ainda simples tenente, em 1890. Participou então da expedição oficial que, sob as ordens do major Gomes Carneiro, foi enviada para a “região dos Bororos”, no Brasil Central. Pretendia-se a ligação telegráfica daquela parte remota da então jovem república brasileira com as áreas mais civilizadas. Por essa época uma política inteligente de relações amistosas com as tribos indígenas foi inaugurada pelo Exército Brasileiro.

Trata-se nada menos da política de assimilação dos ameríndios, cujo plano já havia sido esboçado, no começo do século XIX, por José Bonifácio, líder do movimento de independência do Brasil e o maior estadista que teve até hoje a América Portuguesa. Bonifácio, que também era cientista — e cientista com reputação européia — tem sido por mais de um crítico ou historiador retratado como homem essencialmente idealista e prático, ao mesmo tempo. Conforme têm observado êsses críticos e historiadores da vida e das idéias do maior dos brasileiros, a principal preocupação de José Bonifácio foi um Brasil que se desenvol-

vesse em nação caracteristicamente americana, livre dos preconceitos europeus de raça ou de casta. Assim uma idéia básica do seu programa de organização social foi a assimilação do indígena, tanto como do negro, pelo europeu. Ele não temia o mestiço ou a mistura de raças. Pelo contrário: opôs-se à política de segregação pelos jesuítas em várias regiões do Brasil. Pouco lhe interessava a vaga e fictícia igualdade dos ameríndios diante da lei. O que defendia era a sua assimilação por uma cultura brasileira que enriquecesse a ambos os elementos: o europeu e o indígena. Ou o civilizado e o primitivo, incluído no grupo primitivo o africano.

O Brasil tem que encarar ainda o problema de assimilação de certas tribos ameríndias — aliás poucas — e também daqueles pequenos grupos de descendentes de negros cuja cultura se conserva ainda predominantemente africana. Embora existam, no Brasil, indivíduos com preconceitos europeus de raça, que consideram desgraça afastarmo-nos de qualquer modo dos padrões de moral, de costumes e jurídicos, consagrados pela Europa ou pela Igreja, a tendência geral entre os brasileiros mais esclarecidos é no “sentido de manterem, em relação a tais africanos, tanto como em relação aos ameríndios, uma política de lenta e inteligente assimilação, de maneira que o grupo assimilador possa incorporar à sua cultura valores de interesse geral ou de importância artística que se encontrem vivos entre subgrupos ou subculturas profundamente diferenciados da européia. Mais integrativo, portanto, do que propriamente assimilação.

Uma política semelhante vem sendo praticada em relação aos alemães e a outros colonos europeus, e também com os japoneses nas sub-regiões do Brasil onde tais elementos têm vivido por mais de uma geração em estado de isolamento ou segregação. Alguns estudiosos desse problema acham que os valores culturais luso-brasileiros, tidos por básicos para o desenvolvimento do Brasil como nação e como comunidade largamente cristã — incluídos o idioma português e a liberdade de preconceitos de raça caracteristicamente portuguesa — devem ser considerados valores gerais, fundamentais, irredutíveis.

Contudo não deve existir nenhuma subordinação de subgrupos ou subculturas de origem não-portuguesa a uma cultura ou a uma raça luso-brasileira rigidamente uniforme. Com uma política amplamente democrática — étnicamente e socialmente democrática — o Brasil viria a ser país ideal para aqueles europeus cansados tanto de estreitos preconceitos de raça como de arcaicos nacionalismos intransigentes e de duros sectarismos religiosos.

Não sòmente operários ou artesãos haviam de encontrar num Brasil assim condições favoráveis para exprimir o seu poder criador, mas também o bom agricultor, o bom horticultor, o bom comerciante. Pois, como percebeu o geógrafo Elliott, ao pioneiro audacioso e decidido não falta oportunidade de vitória no Brasil de hoje. Apenas não lhe será possível continuar individualista como o homem de há um século ou de há menos de meio século, quando não existia nenhum serviço público eficaz para proteger os ameríndios ou para conservar as florestas e os recursos minerais das invasões de indivíduos ou de grupos desprovidos de escrúpulos humanitários ou de sentido social de colonização.

São valôres, todos êstes, agora protegidos por leis inspiradas no necessário respeito aos interêsses da comunidade brasileira mais do que em qualquer tendência para favorecer a exploração puramente individual da natureza ou da economia. Os programas recentes de imigração e colonização do Brasil, que têm tido entre seus orientadores, oficiais do Exército de espírito público, incluem a colonização dirigida e a criação de “núcleos de colonização” mistos para brasileiros (trinta por cento) e estrangeiros (setenta por cento). O que representa velha e boa idéia de José Bonifácio, atualizada ou adaptada a novas condições brasileiras de vida.

O Brasil é famoso por suas revoluções “brancas” ou pacíficas. Revoluções quase sem sangue, em contraste com as de outros povos, menos felizes na solução dos seus desajustamentos sociais. A da Independência foi uma delas: quase sem sangue em comparação com as revoluções autonomistas ou nacionalistas da América e da Ásia. Também por uma revolução pacífica é que êle se transformou de Império — porque o Brasil, ao contrário dos outros países republicanos da América Latina, conservou-se até 1889 Império no meio de numerosas repúblicas — em República. E a revolução que o transformou de nação escravagista em outra onde todo mundo devia nascer livre, também foi pacífica. Tão pacífica como a que separou, depois, a Igreja do Estado, resolvendo assim suavemente um problema que tem sido fonte de muita discórdia em outros países latinos. Ainda quase pacífica foi a Revolução de 1930 que favoreceu grande número de operários brasileiros das cidades com uma legislação social que, em teoria, se não sempre na prática, é uma das mais avançadas dos nossos dias. O Brasil, portanto, poderá revolucionar o problema da sua política de imigração sem que daí resulte nenhum constrangimento para os imigrantes nem para os brasileiros antigos. Há muito por fazer com relação à colonização de terras não ocupadas quer por brasileiros quer por imigrantes. A valorização



do caboclo impõe-se como uma necessidade urgente. A do caboclo e a de todo o homem rural pobre, descendente de branco, de ameríndio ou de negro.

A falta de saúde causada especialmente pela malária, a anquilostomiase, a tuberculose, a sífilis e a doença de Manson-Pirajá explica, em grande parte, a preguiça do homem do campo, isto é, do caboclo brasileiro. A preguiça de que êsse caboclo tem sido tão acusado por críticos estrangeiros superficiais.

Aliás tudo no homem do Brasil que desagrada aos olhos dêsses críticos logo representa para êles prova ou evidência dos maus efeitos da mistura de raça ou do clima tropical. Há mais de cinqüenta anos um intelectual brasileiro que, embora contraditório, sustentou algumas das idéias de José Bonifácio — Sílvio Romero — escreveu que os indivíduos de vários e misturados sangues formavam a massa da população brasileira, acentuando, entretanto, que ameríndios e negros eram em alguns casos, peças ainda desarticuladas na cultura e na sociedade do Brasil. É que havia então a moda entre brasileiros sofisticados de tudo esconder que fôsse de origem africana: sangue, alimento, costumes, palavras e tôda outra influência ou elemento possível de ocultar.

Um bom traço do Brasil atual é que essa quase freudiana censura à influência do indígena ou do africano ou do mestiço na vida ou na cultura nacional já deixou de ser fôrça dominante na psicologia ou na vida cultural e social dos brasileiros. E a consequência dessa espécie de cura psicanalítica do que já era complexo nacional é que a música, a cozinha, a literatura e a arte brasileiras tornam-se cada vez mais expressão da vida, das necessidades e dos valôres populares, na sua maioria valôres mestiços.

Julgados em conjunto, os brasileiros têm o que os psiquiatras chamam um passado traumático. A escravidão foi o seu grande trauma. Para muitos a côr menos branca foi, em certo tempo, lembrança desagradável de situação social infeliz de pais ou avós ou de episódio vergonhoso do passado pessoal ou de família.

Certos oficiais do Exército Brasileiro — tradicionalmente democrático — procuraram há anos impedir o seu desenvolvimento em instituições étnica e socialmente democráticas, introduzindo restrições de caráter étnico pelas quais os negros e os negróides evidentes não poderiam vir a ser oficiais. Tal tentativa deve ser considerada retardada expressão neurótica daquele complexo. Mas foi caso a bem dizer isolado. A tentativa geral no Brasil dos nossos dias é para considerarmos a escravidão episódio já encerrado, embora ainda com reflexo, na história da personalidade do brasileiro, mestiço ou não. Mesmo os brasileiros com

um passado de família ou individual que nada tenha a ver, biológica ou etnicamente, com a África, juntam-se aos brasileiros negróides, no sentimento, agora geral ainda que não universal, de que nada é honestamente ou sinceramente brasileiro que negue ou esconda a influência, direta ou indireta, próxima ou remota, do ameríndio e do negro na formação ou na cultura nacional.



# V

## O BRASIL COMO CIVILIZAÇÃO EUROPÉIA NOS TRÓPICOS

Desde o século XVI os europeus viam com certa suspeita as terras da América e do Brasil tropicais: imaginavam a América do Sul, o trópico americano, o trópico brasileiro, ora como um paraíso, ora como um inferno.

Homens do norte da Europa, por exemplo, tentaram conquistar as terras amazônicas e ali estabelecer colonização. Mas falharam em seu intento. Somente os hispano-portuguêses e seus descendentes lograram conquistar aquelas terras onde se dizia que água e floresta corriam lado a lado mesclando-se de tal forma que tornavam a presença humana na região difícilíssima para uns e impossível para outros.

H. W. Bates foi o homem que mais fez, no século XIX, para destruir algumas das superstições européias acerca do clima amazônico, tendo vivido durante onze anos na selva, onde tomou contato com os rústicos estabelecimentos de pioneiros portugueses ou brasileiros na floresta amazônica. Quando chegou a hora de voltar à Inglaterra, hesitou em abandonar o trópico. Escreveu, então, que a idéia de tornar a viver em países frios, europeus, fazia surgir em seu pensamento “quadros espantosamente nítidos, que lhe recordavam sombrios invernos, longas e cinzentas tardes, sombras alongadas, primaveras frias, verões lamacentos; chaminés de fábricas (...), quartos confinados, vida artificial (...)”, enquanto que, deixando o Brasil tropical “abandonava um país de verão eterno (...)”. Mas também é verdade que ao reencontrar-se com a Europa, escrevera: “depois de três

anos de renovada experiência na Inglaterra é que percebo o quanto a vida civilizada é incomparavelmente superior” à vida não de todo civilizada como ele conhecera na Amazônia brasileira<sup>(1)</sup>.

A mudança de opinião de Bates sugere a pergunta: é ou não possível combinar as vantagens da vida civilizada com as do clima tropical? A experiência ou tentativa brasileira parece dar resposta a essa interrogação. E a resposta parece ser um “sim”. O Brasil é um dos maiores espaços nacionais do mundo. É como uma Rússia americana ou uma China tropical. Neste vasto espaço nacional dos trópicos vive um povo cuja cultura européia é principalmente hispânica — ou ibérica — e católica, e cuja composição étnica também é consideravelmente hispânica ou ibérica: principalmente de origem português. E hoje a sua é talvez a maior, ou, pelo menos, a mais avançada, civilização moderna criada e em processo de desenvolvimento em região tropical.

É verdade que a vasta área amazônica pertencente ao Brasil, continua a ser um desafio à capacidade brasileira de lidar com as dificuldades tropicais que ali são tão acentuadas. Mas já se apresentam sinais encorajadores do esforço brasileiro para sobrepujá-las, criando ali a mesma civilização que os pioneiros portugueses e seus descendentes, geralmente homens de sangue mestiço, branco e ameríndio, conhecidos como “bandeirantes”, conseguiram criar em outras regiões do Brasil. A realização destes “bandeirantes” foram notáveis, o bastante pelo menos para podermos aceitar a mistura de brancos e ameríndios como combinação étnica saudável. Os “bandeirantes” enfrentaram, com rara energia, toda sorte de oposição humana — a oposição das ferozes tribos ameríndias, a dos espanhóis, a dos jesuítas. E houve ainda, contra eles, outros obstáculos: o perigo dos insetos, o dos animais bravios, as altas montanhas, os desertos, os pântanos, as chuvas tropicais. Ilustre historiador disse desses homens que não só tornaram possível o vasto Brasil de nossos dias como, também, lançaram milhões de libras de ouro na economia mundial nos anos cruciais em que a Inglaterra se transformava no maior poder bancário e industrial dos séculos XVIII e XIX. Esse historiador, o Professor Paul Shaw, continua sua apreciação sobre as “bandeiras” brasileiras<sup>(2)</sup>, lembrando-nos as palavras de Werner Sombart, o

---

(1) Henry Walter BATES: *A Naturalist on the River Amazon*, Londres, edição de 1915, p. 388.

(2) Ensaio não-publicado escrito quando o professor SHAW ensinava História das Américas na Universidade de São Paulo.

conhecido sociólogo alemão: “Sem o ouro brasileiro não teríamos o homem econômico atual”, e a declaração igualmente significativa de outro historiador, êste inglês, Wingfield Stratford, de que o influxo do ouro brasileiro, desde o século XVII, na Inglaterra, contribuiu para a criação da economia moderna que desabrochou de modo vigoroso no século XVIII. Se isto é verdade, temos que concluir que grupos de mestiços brancos e ameríndios — gente enérgica e brava — não sòmente lançaram as bases de nôvo tipo de civilização na América tropical, o Brasil moderno, como ainda contribuíram para a base da moderna economia européia. Foram personagens de um drama americano e de outro, mundial.

Também aqui o negro africano e seus descendentes brasileiros representaram importante papel nesses dois dramas. Ameríndios e africanos, assim como europeus e seus descendentes mestiços, contribuíram de forma ativa para o desenvolvimento do Brasil.

Isto parece explicar porque na América portugêsa se encontra, atualmente, uma civilização de tão vivas características sendo descrita por alguns autores como uma democracia étnica, senão perfeita — bastante imperfeita, ainda — avançada.

Muitas das características da moderna civilização brasileira se originam no fato de que o negro, devido ao tratamento comparativamente benigno que recebeu em nosso país, pôde expressar-se, desde os começos nacionais do Brasil, como brasileiro, sem nunca ter sido sistematicamente obrigado a agir como um intruso étnico e cultural nesse nôvo e socialmente flexível sistema nacional de convivência. Daí êle vir se comportando como brasileiro de origem africana e não como “negro brasileiro” — diferindo assim fundamentalmente do “negro americano”, dos Estados Unidos. Claro que a mesma coisa aconteceu, de maneira ainda mais vívida, com o ameríndio; o mesmo está acontecendo com os imigrantes japoneses; o mesmo vem sucedendo com os alemães, italianos, poloneses, sírios, libaneses hoje brasileiros. Alguns dêles logo na segunda geração têm-se tornado preeminentes na vida política brasileira, não como teuto-brasileiros, ítalo-brasileiros, polônês-brasileiros, nipo-brasileiros, sírio-brasileiros, mas como brasileiros; e por outro lado êles também vêm assumindo — êles e judeus e descendentes de judeus — seu lugar na arte e na literatura brasileira (escrita, é claro, em língua portugêsa: uma língua portugêsa crescentemente enriquecida com palavras de outros idiomas sem perder sua estrutura portugêsa). A nova literatura bra-

sileira começa a atrair tanta atenção dos europeus e norte-americanos como sua moderna arquitetura, sua música e sua cozinha.

Pode-se dizer que a civilização que o Brasil está desenvolvendo nos trópicos não é puramente ocidental ou européia. É, sob vários aspectos, extra-européia. Ou mais-que-européia. Este aspecto foi já devidamente considerado por um cientista anglo-americano, Marston Bates. Marston Bates escreve em livro famoso sobre os trópicos que “a América Latina talvez pudesse ser citada em apoio à tese de que a civilização ocidental, em sua forma mais pura, não se adapta rapidamente às condições tropicais”. Mas acrescenta: “Esta teoria dificilmente será aceita a não ser por aqueles que consideram a variante ocidental como a única forma possível de civilização”<sup>(3)</sup>. Assinala, em relação à arte mexicana — uma das maiores expressões da cultura moderna nos trópicos — que seu interesse reside exatamente em não ser tipicamente ocidental, em virtude do enriquecimento alcançado e do aproveitamento realizado pelos mexicanos de elementos locais, ou sejam, os tropicais.

A mesma coisa pode ser dita quanto à civilização que os brasileiros estão desenvolvendo na América tropical. Não se trata apenas de uma civilização subeuropéia. Ela é predominantemente européia, mas não inteiramente européia. Em alguns aspectos, repita-se que, sem se ter tornado antieuropéia chega a ser extra-européia. Procura adaptar-se a condições que não são européias e sim tropicais: clima tropical, vegetação tropical, paisagem tropical, luz tropical, cores tropicais.

São Paulo, tendo-se transformado no que é geralmente descrito como o maior centro industrial da América Latina, não desmente tal tendência. São Paulo pode ser a antecipação de um desenvolvimento técnico ou tecnológico, que parece preceder outros tipos de desenvolvimento em outras áreas do Brasil — inclusive o Nordeste e o extremo Norte, a parte equatorial do país — sem que esse desenvolvimento ou essa modernização de formas tecnológicas de produção ou de transporte venha a importar em desclassificação de país tropical que assim se moderniza.

O que vem acontecendo na indústria, na criação de gado e na agricultura do Brasil — sua modernização sem prejuízo de sua tropicalidade — também ocorre em relação a outras atividades humanas que fazem parte de uma civilização ou de uma cultura.

---

(3) MARSTON BATES: *Where Winter Never Comes*, Nova York, 1952, p. 83.

A arte da jardinagem, por exemplo. Através do uso dos mesmos métodos ou das mesmas técnicas, combinando a experiência tropical com a ciência européia, o Brasil tem desenvolvido seu estilo próprio de jardins ornamentais complementares ao seu estilo já diferente dos europeus tanto quanto dos anglo-americanos. Nisto, como em outros aspectos, os brasileiros concordam com G. V. Jacks e R. O. Whyte, quando os autores de *The Rape of Earth* afirmam com a aprovação de R. J. Harrison Church, em seu livro *Modern Colonization* (Londres, 1951), que os europeus, a despeito de sua capacidade de dominar a natureza aprenderam somente a cultivar o solo europeu em seu clima próprio: o temperado. Não sabem lidar com solos tropicais.

Daí alguns estudiosos atuais, dêsse e de outros problemas relacionados com a expansão de civilização em áreas não-européias, acham que uma nova ciência tem que ser criada — ou sustentada — a fim de lidar com problemas assim complexos sob um ponto de vista tropicológico, que seria complementar ao europeu, ou boreal, que até agora tem dominado ciências e tecnologias. Ou que talvez viesse a substituí-lo totalmente a êsse exclusivismo europeu — no trato de certos problemas ecológicamente tropicais. Por que não uma ciência especial — a tropicologia — que lidaria com a adaptação da ciência e da tecnologia européias a situações tropicais, chegando mesmo à invenção de novas técnicas que venham a ser criadas para resolver problemas peculiares aos trópicos? Problemas não apenas relativos à criação de gado, à agricultura, à arquitetura, à urbanização e ao planejamento regional, mas também à psicologia, à educação, à organização política e à higiene mental, sobretudo nos trópicos. Pois o comportamento do homem nos trópicos tem que ser encarado, sob alguns aspectos, em relação a situações e condições peculiares ao ambiente tropical; ao fato, por exemplo, de que um clima tropical favorece o contato íntimo e informal entre multidões e seus líderes políticos, nas praças públicas, sem a necessidade de reuniões feitas a portas fechadas as quais tenderiam a favorecer exclusivismos ideológicos ou fanáticos de seita ou de partido. A música, o drama, as representações teatrais, os ritos religiosos podem ser análogamente afetadas pelo clima tropical, de maneira a desenvolverem novas formas através de novas relações sociais e psicológicas entre os artistas, os líderes religiosos, e as grandes multidões: uma relação que não será alcançada pelo rádio ou pela televisão, cuja importância, provavelmente, permanecerá muito maior nos países boreais do que nos tropicais.



Uma coisa, pelo menos, é certa: o desenvolvimento de uma civilização moderna no Brasil está plasmando o desenvolvimento de nôvo tipo de civilização. O que poderá fazer dos brasileiros, já pioneiros históricos, pioneiros de um nôvo e fascinante futuro: o de homens civilizados situados nos trópicos. Mais do que qualquer outro povo êles estão desenvolvendo, nos trópicos, novas formas de civilização cujos traços fundamentais são europeus, mas cujas perspectivas — é preciso insistir neste ponto — são extra-européias. Mais-que-européias.

Os portugueses encontraram na América tropical espaço ideal para a expansão e o desenvolvimento de sua civilização étnicamente democrática — apesar dessa civilização ter sido, em alguns aspectos, aristocrática e mesmo feudal a Civilização que começou a florescer nos trópicos africanos e asiáticos.

Seguindo métodos que parecem ter aprendido dos mouros, os portugueses conseguiram êxito maior do que o de qualquer outro povo europeu pelo fato de terem assimilado a instituições de formas sociais e estilos de cultura de Portugal, ou da Europa cristã e latina, populações tropicais que, mesmo hoje em dia, apesar de predominantemente amarelas, no seu aspecto étnico, como acontece em Macau, ou predominantemente pardas, como na Índia, ou mesmo negras, como entre os negros assimilados, na África, se consideram, acima de tudo, portuguesas. O Professor H. Morse Stephens, de Cambridge, cujos estudos sôbre a presença de Portugal no Oriente tornaram-no autoridade no assunto, refere-se, numa de suas páginas mais lúcidas, a essa política dos portugueses como “única na história dos europeus na Índia” e “de longo alcance quanto a seus resultados...”. Na verdade, foi mesmo única na história da expansão européia nos trópicos: produziu fartos e compensadores resultados, e teve influência sôbre as atuais condições dos europeus nas regiões tropicais, apesar de têrmos que admitir que os espanhóis, em algumas dessas regiões, agiram de modo semelhante ao dos portugueses.

O Brasil é uma área tropical muito mais vasta do que a Índia Portuguesa e no entanto aqui, em 450 anos de presença étnica e, especialmente, cultural, os portugueses conseguiram assimilar não sômente considerável número dos não muitos ameríndios encontrados na parte da América que é atualmente o Brasil, mas também os escravos africanos importados de várias regiões do continente negro para trabalhar na agricultura e, mais recentemente, além de espanhóis — por algum tempo senhores absolutos do Brasil — italianos, alemães, poloneses, sírios, japoneses e outros imigrantes. Hoje em dia o Brasil é notável pela sua uni-

dade, apesar de alguns grupos de imigrantes, quando ainda no primeiro estágio do processo de assimilação, aparentemente virem contradizendo esta afirmativa. Mas o provável é que também êstes sigam os passos dos grupos mais antigos e se tornem ecoldógicamente brasileiros através do modo de vida já telúrico, português, ou luso-brasileiro. O que não significa que para assim procederem tenham que renunciar suas características não-portuguêsas que se harmonizem com sua condição de brasileiros. O Brasil foi, e parece continuar a ser, exemplo de diversidade ou de pluralidade étnica e cultural, dentro da unidade, embora a diversidade possivelmente esteja se tornando menos evidente do que a unidade<sup>(4)</sup>.

Cabe indagar se, dentro dêste processo de integração os grupos étnicos e culturais de origem não-portuguêsa, não tenham a desempenhar, cada um dêles, um papel característico e peculiar na moderna sociedade e na cultura, crescentemente complexa, do

---

(4) Referindo-se à cidade de São Paulo, como êle a viu durante a primeira década do século atual, o observador britânico Charles DOMVILLE-FIFE escreveu: "O elemento cosmopolita, tal como os italianos, que formam quase metade da população da cidade, os portugueses e os espanhóis, apesar de, em muitos casos, nascidos sob céus europeus, e devendo lealdade a Suas Majestades os reis da Itália, Espanha e Portugal, esquecem logo suas terras de origem e se tornam brasileiros de coração". (*The United States of Brazil*, Londres, 1910, p. 209.) De acôrdo com o mesmo observador, na cidade de São Paulo "a multidão de nacionalidades variadas" era "confusa", apesar da alegria predominante "na maior parte dos setores", com "trabalho e espaço para todos". Contudo êle achou que o trabalhador, num lugar como São Paulo, não gozava de "tanta liberdade e segurança, como sob a monarquia constitucional da Grã-Bretanha".

É interessante assinalar-se que, meio século antes de DOMVILLE-FIFE outro inglês, William HADFIELD, não se mostrara assim tão otimista quanto às possibilidades da imigração européia para o Brasil. HADFIELD escreveu em seu livro *Brazil and the River Plate* (Londres, 1869), "que o trabalho escravo constituía estôrvo a um afluxo maior de europeus" (p. 15). Achava que "os grandes latifundiários, cujas terras, atualmente, são utilizadas apenas em parte, poderiam reservar uma parcela das mesmas aos recém-chegados (...)" (p. 155). Quanto às províncias do Nordeste do Império, sua impressão era de que a "natureza" de seu "clima" adaptava-se mais "a povo como o chinês do que aos europeus". Achava ainda que "a introdução futura de africanos como trabalhadores livres poderia ser muito vantajosa" (p. 156).

Bem mais otimista foi Charles DENT, em 1886. No seu livro *A Year in Brazil*, DENT, descrevendo o que vira no vale do "Rio Camapuão", observou que havia espaço bastante para "uma imigração européia em larga escala para um dos climas mais saudáveis que existem, como ficou demonstrado pela colonização alemã em Petrópolis" (p. 134). DENT foi precedido em seu otimismo por SCULLY.

Brasil. Na sociedade brasileira — em seu desenvolvimento como complexa sociedade nacional — sim: êsses grupos já deram, e continuam a dar, notáveis contribuições para um desenvolvimento total, compreensivo e pan-humano, e não estreitamente português, ou sômente luso-brasileiro de valôres e de estilos nacionais de vida. Na política não tem sido assim, pois não existe, no Brasil, um “voto alemão” ou um “voto italiano”, e, muito menos, um “voto negro”, como acontece nos Estados Unidos.

A ausência dessas expressões especificamente políticas, de exclusividade nacional étnico-cultural, de certo modo subnacional, na política brasileira, parece indicar que, em nosso país, a tendência dos grupos étnicos nacionais, ou subnacionais, em permanecer afastados como grupos monolíticos na cultura e, mesmo, na sociedade nacional, mostra-se muito menos vigorosa do que nos Estados Unidos. A tendência para o fusionismo étnico e cultural tem sido no Brasil muito mais decisiva como base para atitudes de significação e de expressão nacional, de ordem política, ou mesmo cultural, do que nos Estados Unidos. Ou — se tomarmos o caso dos índios, ou dos ameríndios, em particular — em algumas outras repúblicas americanas, nas quais o chamado “problema índio” tem assumido, por vêzes, a configuração de revoltas — étnico-culturais ou, pelo menos, de revolta etnocêntrica — cultural ou socialmente etnocêntricas — contra os grupos brancos ou quase brancos que vêm, nessas repúblicas, detendo o poder. Grupos — os dêsses dominadores brancos ou caucasóides — considerados por alguns observadores “oligárquicos” e até com algumas características de “castas”, em sua composição e em seu comportamento.

Isto não quer dizer que o Brasil seja, ou tenha sido, um paraíso comparado com as repúblicas irmãs do continente ou com as nações não-americanas de estrutura nacional semelhante à sua, isto é, formadas por elementos étnica e culturalmente heterogêneos, dos quais um venha sendo exclusivamente predominante, se não como oligarquia étnica, pelo menos cultural, econômica, ou política. O que acontece, ou vem acontecendo, é que no Brasil os mais importantes desajustes e as crises mais agudas atravessadas pela nação, têm sido os causados muito menos por conflitos entre grupos étnicos subnacionais — ansiosos pelo controle da situação nacional, ou agastados por serem tratados como “inferiores”, devido à sua côr ou à sua raça — do que por conflitos entre culturas regionais, em consequência do isolamento, a desarticulação econômica e, por conseguinte, da diferenciação

regional, de alguns desses grupos culturais em relação àqueles técnica e intelectualmente dominantes.

Mesmo os antagonismos de classe — mais poderosos no Brasil do que os conflitos raciais — sempre estiveram tão interligados com outros tipos de desajustamentos — desajustamentos inter-regionais causados pelo isolamento que tem feito com que certos grupos se tenham tornado intensamente “arcaicos” em relação aos “progressistas” — que os sociólogos discriminadores vêm concordando que tais desajustamentos inter-regionais foram, e ainda são, os mais críticos e dramáticos, na moderna organização, ou melhor, desorganização social, cultural, econômica e política do conjunto brasileiro. Falta ao Brasil, geograficamente imenso e surpreendentemente firme como se tem revelado em sua unidade cultural — inclusive a política — um equilíbrio inter-regional dinâmico, baseado em um planejamento econômico no qual a indústria e a agricultura sejam melhor inter-relacionadas, e melhor interligados o litoral e os sertões.

O fato é que a situação mais próxima da guerra civil que o Brasil já conheceu — de vez que o país jamais atravessou uma guerra civil em larga escala como a dos Estados Unidos, ou a chamada Revolução Mexicana, ambas fortemente matizadas por conflitos entre raças, ou travadas a fim de manter ou alterar o *status* de um grupo étnico particular, ou para modificar o tratamento que este deveria receber de uma nação ou “república”, como um todo nacional — foram mais conflitos entre subgrupos, regionalmente diferenciados em sua cultura ou em sua atividade econômica, do que entre subgrupos “nacionais” ou “étnicos” desajustados em relação à comunidade nacional. Exemplo característico de desajustamento do primeiro tipo foi a chamada “Guerra de Canudos”: assunto do famoso livro de Euclides da Cunha, *Os Sertões*.

Os “sertanejos” de Canudos — viril e enérgico subgrupo liderado por Antônio Conselheiro, um místico — não formavam um conjunto étnico claramente diferenciado: eram, neste particular, uma população heterogênea. Sua unidade baseava-se na sua situação regional — no espaço — e no retardamento histórico — tempo — como população isolada daqueles elementos política e culturalmente dominantes devidos tanto a sua localização física, em distante região do interior do Brasil, como pelo fato de que, assim isolados, mantinham, no século XIX, costumes e padrões culturais que haviam prevalecido nos séculos XVI e XVII.

Conflitos anteriores, que agitaram a vida brasileira em sua fase colonial e mais tarde, na imperial e, finalmente, na republi-

cana, foram do mesmo caráter, com uma ou duas significativas exceções. Uma dessas exceções, a chamada Revolução Malê, na Bahia, foi uma revolta de escravos contra um grupo, política, econômica e culturalmente dominante; a revolução de um subgrupo que podia ser considerado como vaga minoria nacional ou étnico-cultural, lutando pelos seus direitos minoritários. Foi essa uma revolta principalmente de escravos africanos (categoria étnica) que seguiam a fé maometana (categoria mais cultural do que nacional) e que, como subgrupo afromaometano, se sentia oprimido pelos católicos brancos e quase brancos. Mas, mesmo em casos assim, pode-se dizer que a categoria nacional ou étnica era secundária, apesar de presente, e que a verdadeira base da ação violenta desses dominados contra grupos dominantes era a revolta contra o *status* econômico e social que os malês, como subgrupo consciente de sua superioridade cultural em relação a outros subgrupos de escravos africanos consideravam injusto. Mas seria ir longe demais afirmar que os malês, ou outros subgrupos no Brasil, agiram, em qualquer época — a revolta de Palmares, no século XVI, pode aqui ser recordada — de maneira sistemática e contínua como grupo, ou subgrupo étnicos, conscientes de direitos “nacionais” africanos, ou ameríndios, face a uma população como a brasileira. População que sempre foi, desde os dias coloniais, predominantemente europeia e cristã nos aspectos decisivos e característicos de sua cultura, quer pré-nacional, quer nacional; e nas expressões decisivas e características de seu comportamento político como pré-nação, ou como nação brasileira.

A ausência de atitude de sistemática e contínua oposição africana ou ameríndia à dominação europeia no Brasil parece ligar-se ao fato de que o domínio europeu na América portuguesa nunca chegou a ser agudamente exclusivo, como o anglo-americano nas áreas de colonização anglo-saxônica e, mesmo o espanhol, em certas partes da América espanhola. Que esta predominância tenha existido na América portuguesa explica que o Brasil, a despeito de suas grandes populações não-europeias, continue a ser uma área característica pela presença de uma civilização predominantemente europeia e cristã — preservada, mantida e desenvolvida, com mutações inevitáveis e até desejáveis — não só por descendentes de europeus mas também por descendentes de não-europeus; em sua composição étnica e em suas origens culturais.

O Professor Eric Fischer parece ter toda a razão quando, em seu *The Passing of the European Age — a Study of the Transfer*

of *Western Civilization and Its Renewal in the Continents*<sup>(5)</sup>, declara que, além da mudança de centros de poder político de áreas européias para não-européias, vem ocorrendo tôda uma transferência gradual de centros culturais predominantemente europeus da Europa para países não-europeus: em particular, para os países americanos. O Brasil é um desses países: o centro da literatura portuguesa, por exemplo, atualmente está no Brasil e não mais em Portugal. E o caso brasileiro parece ser uma firme negação da teoria — mantida por certos brancos da África do Sul — para justificar sua política de *apartheid* — de que, onde uma população se mescla etnicamente, não resta nenhuma possibilidade para a sobrevivência de uma civilização eminentemente caucasóide, como aquela desenvolvida pela Europa cristã.

O Brasil é uma área onde se desenvolveu uma civilização nacional cujas características decisivas são européias e são, também — com tôdas as suas deficiências — cristãs — culturalmente européias e sociologicamente cristãs. Isto apesar de os não-europeus, em relação aos europeus, virem sendo numerosos desde o século XVI, na população brasileira, na qual também não-cristãos vêm sendo admitidos em número considerável, nas últimas décadas, através de uma política de tolerância religiosa que põe à prova a vitalidade cultural do cristianismo face a imigrantes maometanos, japoneses e judeus.

Isto não implica que os brasileiros, pelo fato de serem portadores, no sentido sociológico, de uma civilização que deve ser considerada, em seus traços decisivos, rebento de uma civilização cristã de origem européia, sejam apenas, e passivamente, a expressão de uma civilização subeuropéia. Ao contrário: êles são, cada vez mais, ultra-europeus; e têm desenvolvido mais e mais formas novas, ou modificadas, de civilização ocidental no continente americano como preservação. Formas e substâncias: valores culturais europeus que em áreas tropicais americanas vêm adquirindo novos aspectos. As condições físicas dessas áreas têm sido as primeiras a exigir a adaptação de vários desses valores e de formas e estilos de cultura de origem européia a nôvo ambiente. O próprio fato de a maior parte do Brasil ser tropical, e todo êle tropical, quase tropical e paratropical em sua cultura nacional, constitui estímulo à diferenciação social e cultural dos brasileiros em relação à Europa e à adoção, por brasileiros de várias origens étnicas e culturais — italianos, alemães, poloneses, japoneses,

---

(5) Cambridge, Massachusetts, 1948. É a tese mantida neste livro.

etc. — de maneiras de viver e vestir, de culinária, de estilos arquitetônicos, de formas de recreação e de tendências musicais que representem uma adaptação pioneiramente iniciada por portugueses de valores europeus e situações tropicais. Adaptações baseadas em experiências portuguesas na África tropical e no Oriente tropical, anteriores à colonização lusitana do Brasil.

Talvez isto explique por que imigrantes não-portuguêses, embora capazes de introduzir na variante brasileira da civilização européia e cristã, valores próprios de suas culturas — germanismos, italicismos, anglicismos, galicismos, etc. — venham revelando a tendência para se conformar com uma estrutura luso-brasileira dessa variante de correlações: uma civilização luso-tropical de base lusitana. Essa estrutura lusitana no Brasil é um fenômeno nacional e não regional. Diversos acréscimos étnicos e culturais vêm enriquecendo essa estrutura sem destruí-la: alemães, em Santa Catarina e em parte do Rio Grande do Sul; italianos, no Rio Grande do Sul e em São Paulo; poloneses no Paraná; japoneses, em São Paulo e agora em parte da região amazônica e no Nordeste; sírios, também em São Paulo — todos êsses neo-brasileiros vêm concorrendo para enriquecer a civilização brasileira. Houve, na região Sul, temperada, do Brasil pequenas tentativas da parte de um ou dois desses grupos étnicos não-portuguêses para se manterem separados da comunidade luso-brasileira, ou luso-afro-ameríndia, ou seja, da maior parte da comunidade ou civilização luso-tropical. Mas pequenas e inócuas tentativas.

“Civilização luso-tropical” é uma expressão que venho sugerindo para caracterizar aquilo que me parece uma forma particular de comportamento, e também uma forma particular do português vir-se realizando no mundo: sua tendência para preferir os trópicos para sua expansão extra-européia, a sua capacidade para permanecer com êxito em espaços e ambientes tropicais e a crescer e multiplicar-se. Êxito tanto do ponto de vista cultural como biológico, intermediários que têm sido, mais que qualquer outro europeu, entre a cultura européia e as culturas tropicais, como aquelas que encontraram na África, Índia, Malásia e na parte da América que se transformou no Brasil. Esta sugestão não pode ser considerada extravagante, pois harmoniza-se com a tendência existente entre alguns historiadores e sociólogos modernos em dar “nomes intercontinentais” — tal como faz Oscar Halecki em recente artigo “The Place of Christendom”, na *History of Mankind*, publicado no *Journal of Word History*(<sup>6</sup>), a

(6) Vol. 1, n.º 4, Paris, abril de 1954, 927-50.

regiões étnica e culturalmente intermediárias como a do tipo eurasiático, por exemplo. Como no caso de uma concepção eurasiática de história, a concepção luso-tropical de história e sociologia, parece abrir um campo de estudo inteiramente novo baseado, como é, naquilo que o Professor Arnold Toynbee chama de “campos inteligíveis do estudo”, criados não pelas nações individualmente, mas sim por grandes comunidades ou culturas transnacionais.

Com o Brasil líder em potencial dessa grande comunidade — a comunidade luso-tropical — percebe-se, o que tal concepção sugere de vitalidade cultural não só portuguesa como também brasileira, a aptidão e a capacidade que portugueses e brasileiros vêm demonstrando para resistir a tentativas de grupos étnicos subnacionais, como em certa época os alemães em Santa Catarina, para se constituírem em minorias étnico-culturais opostas ao todo nacional. Seria como se estivessem numa sociedade anárquicamente plural, onde vários grupos não somente falassem línguas diferentes, comessem diferentes alimentos, usassem roupas diferentes, habitassem tipos diversos de casas e reverenciassem deuses diferentes mas, também — o que os tornaria de todo indesejáveis de um ponto de vista nacional — tendência para contrariarem uma “vontade nacional comum”. Conforme assinala o Professor Eric Walker em seu livro *Colonies*, sem essa “vontade comum” não há comunidades ou culturas propriamente nacionais<sup>(7)</sup>. Tais tentativas da parte de subgrupos alemães, japoneses ou poloneses, em levarem no Brasil uma vida separada, como subgrupos que se acreditavam supergrupos — baseados na mística de serem não somente *diferentes*, mas *superiores* à comunidade luso-brasileira — têm falhado completamente; e já agora seriam absurdas. Seria difícil para um sociólogo encontrar na América uma sociedade nacional que, a despeito do vasto território que ocupa, na verdade um subcontinente — seja tão psicológica e culturalmente unificada como a do Brasil de fala portuguesa, em relação não só a todos os sentimentos e estilos culturais que formam seu complexo nacional como também quanto às formas decisivas que o caracterizam como sociedade e não apenas como cultura. Sociedade e cultura que podem servir de “campo claramente compreensível” para o estudo histórico, sociológico e sociopsicológico do conjunto que formam e que é um conjunto, além de nacional, transnacional.

---

(7) Cambridge, Inglaterra, 1944, p. 73.



O Brasil não está isolado como complexo sócio-histórico e ecológico. É parte, e parte vital, da grande comunidade luso-tropical, e, como tal, um exemplo da aplicação que pode ser feita, à maneira de Oscar Halecki, da teoria do Professor Toynbee a análises históricas e sociologicamente concretas de situações regionais. Para Halecki, enquanto os poucos historiadores procuram unidades menores do que os continentes, ou pelo menos independentes de seus limites físicos, que possam servir como campo claramente compreensível de estudo, e constituam aproximações ou antecipações à tremenda tarefa de uma síntese mundial, os estudiosos das civilizações devem estudar antes regiões do que nações, de modo a melhor compreenderem a “relação concreta entre o homem e a terra”. Esta última e recente afirmativa de tão lúcido sociólogo harmoniza-se perfeitamente com minha já antiga sugestão de que, para compreender a civilização brasileira, é preciso considerá-la o analista como civilização regional nos trópicos, intimamente relacionada com outras civilizações estabelecidas e mantidas pelos portugueses em terras tropicais. Por conseguinte, como parte de um conjunto vastamente transregional de sociedades dinamicamente tendentes a homogêneas. O contrário, portanto, de dependências coloniais, sob a forma de sociedades plurais estratificadas, que vêm resultando dos métodos que holandeses e ingleses têm empregado nas áreas tropicais sob seus domínios: os de pluralismo rigidamente paralelo em vez de, como se vem verificando entre portugueses, com tendências a convergente. Paralelismo sociológico que, ao contrário do outro, tende a deixar de ser paralelismo, encontrando-se as linhas através da interpenetração de etnias e de culturas.

Só poderemos compreender o estado atual dos subgrupos não-portuguêses por suas origens e nas suas culturas, presentes na comunidade brasileira — estruturalmente uma comunidade luso-brasileira e parte de uma totalidade luso-tropical transnacional — como contrastes transitórios em face do conjunto. O conjunto formado pela realidade luso-tropical, que durante mais de cinco séculos vem se desenvolvendo através de um processo gradual, em nôvo tipo de civilização nos trópicos. Uma civilização que, sendo decisivamente européia e cristã em suas características principais, não tem procurado permanecer, nem permanece, exclusivamente européia e cristã em seus estilos de vida.

Por outro lado, essa ausência de exclusividade jamais significou aquêlo pluralismo social ou cultural que, baseado em motivos e anseios estreitamente econômicos ou estratégicos ou étnicos de europeus dominadores de áreas tropicais, permitiu o fenômeno que

perspicaz analista inglês dos problemas coloniais nos trópicos asiáticos, J. S. Furnivall, descreve como uma “sociedade plural”: a sociedade plural na qual diferentes comunidades viviam lado a lado, mas separadamente, não tendo interesses comuns, a não ser o de todos ganharem dinheiro, uns mais, outros menos<sup>(8)</sup>. O germen do *apartheid*.

Tendências a um relativo pluralismo não têm estado de todo ausentes dos esforços da colonização portuguesa nos trópicos. Mesmo hoje em dia, são visíveis em certas subáreas do conjunto luso-tropical que inclui territórios tropicais em tão diferentes partes do mundo. Mas a verdade é que tais tendências nunca chegaram nem chegam hoje ao ponto de obscurecer, em qualquer dessas subáreas, uma característica comum a tôdas elas: a tendência para convergirem numa unidade fundamental — tanto social como psicológica — a despeito daquilo que os etnógrafos poderiam considerar, comparando as diferenças de composição étnica e mesmo configurações de cultura nessas várias subáreas luso-tropicais, como sendo “mosaicos multicores de diversidade”. No próprio Brasil não há convergência absoluta de etnias e de culturas em tôdas as suas subáreas. Persiste numa ou noutra algum pluralismo ou algum paralelismo. Mas são exceções à tendência geral que se inclina à convergência, através da interpenetração de etnias e de culturas, atingindo-se, por êsse meio, um como padrão comum.

Êste padrão comum deriva do fato de que tais sociedades luso-tropicais (e o Brasil é a mais avançada de tôdas, econômica ou culturalmente falando, assim como a mais amadurecida politicamente) correspondem já, embora imperfeitamente, àquela condição quase ideal para o desenvolvimento humano e social nos trópicos — desenvolvimento, é claro, do ponto de vista europeu e baseado numa concepção européia de progresso — descrita pelo Professor Eric A. Walker, em seu excelente ensaio sobre *Colonies*, já mencionado. Essa condição quase ideal se estaria tornando possível pela existência — conforme admite o citado autor e como vem sendo confirmado pela realidade da civilização luso-tropical de nossos dias — de “sociedades mistas” que sejam bastante homogêneas porque seus vários grupos raciais pertencem à mesma civilização e têm as mesmas idéias fundamentais, independentemente de sua pigmentação ou do feitio de seu nariz. Essa “feliz situação”, acrescenta, “ainda é muito rara”. Ela se

---

(8) J. S. FURNIVALL, *Colonial Policy and Practice. A Comparative Study of Burma and Netherlands India*, Cambridge, Inglaterra, 1948.

contrapõe à situação daquelas sociedades tropicais sob influência européia, que consistem “em grupos mais ou menos auto-conscientes, comumente diferenciados entre si por côres distintas, que tentam viver vidas separadas dentro de um único arcabouço político”. Parece-me que o Professor Walker tem razão quando generaliza que “a côr da pele é o problema mundial de minorias transladado em têrmos tropicais, com esta diferença: que em muitas colônias as classes oprimidas constituem a maioria”(9).

A posição de minorias étnicas em têrmos de côr ou de raça nunca foi problema grave no Brasil, nos dias pré-nacionais ou nos nacionais; e sim problema de menor importância. Problema social e politicamente insignificante, embora se tenha por vêzes feito sentir entre nós. Nas sociedades há pouco mencionadas, estabelecidas e aí desenvolvidas através de coexistências paralelas pelos europeus nos trópicos e em algumas repúblicas latino-americanas irmãs do Brasil, o “problema índio” — o problema dos ameríndios face ao desenvolvimento nacional de países como o Peru, a Bolívia, o Equador — tem por vêzes assumido formas dramáticas, sendo que as relações entre grupos étnicos se têm transformado até, senão em motivos, em combustível para guerras civis e para revoluções sangrentas. No Brasil, a assimilação incompleta, mas considerável não somente dos ameríndios, mas também de negros africanos, em uma sociedade nacional cujos traços decisivos vêm sendo os cultural e psicologicamente portugueses e cristãos, tem-se processado, quase sempre, de modo relativamente suave e pacífico, embora não tenham sido de todo raros exemplos de conflitos culturais e lutas de classes, nos quais o antagonismo racial se tenha feito sentir; e de abusos de índigenas por “civilizados”. Na política brasileira, porém, nunca um problema predominantemente étnico se apresentou como questão importante, à semelhança do “problema índio” no Peru, no México, na Bolívia e outras repúblicas latino-americanas. A própria maneira pacífica com que se fez a abolição da escravidão no Brasil é bastante conhecida por todos os estudiosos da história social da América Latina.

Quanto ao problema das “minorias” alemã, polonesa e japonesa, durante a Segunda Grande Guerra, o que houve foi mais uma série de tentativas deliberada, da parte dos poderes nazista e para-fascista, de aplicar, no nosso país, teses nazistas, porventura politicamente válidas em outras áreas onde as minorias étnicas já se tivessem constituído grupos separados, do que problema criado

---

(9) *Idem*, p. 72.

por condições brasileiras. É verdade que em algumas sub-regiões do Sul do país, partidos políticos, ou elementos desses partidos, antes de 1937 vinham tratando eleitores de origem alemã ou de procedência italiana como “eleitores alemães” ou “eleitores italianos”. Através de intermediários da mesma origem, tais eleitores votavam com o Governo, não sem reclamarem mais para seu grupo, cultural mais do que étnico, certos privilégios que normalmente, e de acordo com as mais genuínas tradições brasileiras não lhes deveriam ser concedidos: o direito, por exemplo, de terem suas próprias escolas, onde o ensino fôsse ministrado exclusivamente em seu idioma nacional. Paralelismo do pior. Mas circunscrito a subáreas tão pequenas que não se tornou problema nacional grave.

Quando um regime, senão parafascista, conforme alguns de seus críticos, pelo menos, autoritário, se estabeleceu em 1937, sob a chefia de Getúlio Vargas, independente de eleitores de qualquer espécie, executou no Sul do Brasil — com a colaboração do Exército — uma política nacionalista que talvez apresentasse alguns excessos, mas que foi benéfica para o desenvolvimento do país como comunidade intransigentemente nacional. Inspirou-se essa política na velha tendência luso-tropical para populações ou culturas predominantemente, ainda que não exclusivamente, de origem portuguesa, estabelecidas nos trópicos, tendo a língua portuguesa como língua geral, quer pré-nacional, quer nacional, firmarem sua unidade cultural à base da adoção de um conjunto de valores e de estilos de vida comuns, aos quais se adaptassem adventícios ou elementos de outras origens, quer étnicas, quer culturais. É como o Brasil vem se desenvolvendo em nação espalhada sobre vasto espaço quase todo tropical.

A política nacionalista evitou que alemães, poloneses, japoneses e italianos tivessem escolas nas quais o ensino fôsse todo ministrado em suas próprias línguas como se estivessem não no Brasil, mas sim cada um desses subgrupos, em território não-brasileiro. Outras medidas foram tomadas sendo algumas delas por demais severas ou rígidas em sua execução rígida. Tinham por finalidade a tentativa de desenraizar completa e violentamente brasileiros de origem não-portuguesa de suas culturas maternas. Evidente exagero. Pois eram e são culturas capazes de contribuir, dentro dos limites razoáveis, para o enriquecimento — através de culturas sub-regionais, temperadas por esta ou aquela cultura não-portuguesa — da cultura nacional, pan-brasileira, do Brasil. Analistas e intérpretes dessa cultura geral, pan-brasileira, e que a consideram combinação particularmente feliz de um tipo plástico

da civilização européia e cristã com culturas tropicais, como as ameríndias e as africanas, sem pretenderem que a mesma deva ser exclusivamente ou quase exclusivamente portuguesa e cristã, não deixam de reconhecer como a nação brasileira pode beneficiar-se de uma participação mais livre, no seu desenvolvimento cultural, de brasileiros de origens não-lusitanas e, mesmo de brasileiros não-cristãos, isto é, budistas, maometanos, judeus. A única restrição seria contra os não-portuguêses, e não-cristãos que exigissem o direito de viver desligados da comunidade luso-tropical que o Brasil vem sendo há mais de quatro séculos com um idioma nacional e através de processos básicos de adaptação de europeus aos trópicos, que o tempo já mostrou serem idioma e processos sociologicamente válidos para a organização dos brasileiros em vasto sistema nacional.

De modo geral, essa acomodação já foi alcançada de forma bastante satisfatória. Os primeiros grupos de europeus não-portuguêses a se estabelecerem no Brasil cedo revelaram a tendência ou atitude — as exceções não invalidam a regra geral — para adotarem valôres dos luso-tropicais, assim como seus métodos de viver e de lidar com a natureza tropical, com populações tropicais e com culturas humanas tropicais. E assim agindo, alguns dêles vêm conseguindo introduzir italicismos, germanismos, anglicismos, galicismos, na cultura brasileira, de modo que se vêm mostrando colaboradores valiosos para o enriquecimento dessa mesma cultura, sem levarem a sociedade brasileira ao perigoso excesso do “pluralismo paralelo” — germen do *apartheid*; e sem introduzirem na política brasileira hábito igualmente perigoso, de grupos étnico-culturais votarem sòlidamente, de um modo ou de outro, como grupos “nacionais” ou estritamente etnocêntricos.

Aliás, é interessante assinalar-se que brasileiros de origem italiana, por exemplo, tão numerosos no Estado de São Paulo e em partes do Rio Grande do Sul, em lugar de se concentrarem em um só partido político, ou em votar como um grupo monolítico, têm-se espalhado em vários partidos a ponto de parecer totalmente impossível ligar o “voto italiano”, no Brasil moderno, a qualquer tendência a qualquer ideologia política particular. Alguns brasileiros de origem italiana são conservadores e tiveram, por algum tempo, como seu representante durante anos, deputado, e no fim da vida Embaixador do Brasil na Bélgica, Cirilo Júnior, brilhante advogado e eloqüente orador, que presidiu durante algum tempo a Câmara dos Deputados com o tato e a *finesse* de um cardeal italiano intimamente familiarizado com as mais características sutilezas lingüísticas luso-tropicais assim como

com as variantes psicológicas do comportamento dos brasileiros nas várias regiões do país. Neste ponto êle teve Lauro Müller — brasileiro de origem alemã — como predecessor nos primeiros dias da república. Filho de modestos colonos alemães, natural de Santa Catarina, Lauro Müller rapidamente se transformou num político tão astuto e tão brasileiro nas suas manhas como se tivesse nascido na Bahia. Durante anos, foi uma “possibilidade presidencial”, assim como David Campista — brasileiro filho de judeu alemão e, por algum tempo, membro competentíssimo do Congresso Nacional, que revelou, também, seu talento político no cargo de Ministro da Fazenda. Ambos andaram muito perto de ser candidatos à Presidência da República e de se tornarem Presidentes de um Brasil que souberam compreender, amar e servir. E, em ambos os casos, a condição de filhos de colonos não-portuguêses, em nada influiu para que deixassem de chegar a postos eminentes na vida pública do país.

É verdade que brasileiros filhos de colonos não-portuguêses e que atuam na política, ou mesmo na vida industrial e comercial da nação, têm em alguns casos, revelado falta de maiores escrúpulos morais: o que lhes vem dando a reputação de serem moral ou etnicamente inferiores. Isto foi verdade com relação a alguns dos mais preeminentes líderes de grupos políticos da República de 1930: brasileiros com sobrenomes não-portuguêses, que se fizeram pelo reverso de espírito público ou da mais elementar ética política: e citados, por critérios levianos, como exemplos de que os filhos de “imigrantes” são sempre moralmente inferiores aos filhos das velhas famílias em atividades de não só líderes políticos como de negociantes ou de pioneiros industriais. É claro que os filhos de imigrantes que seguem tais carreiras são mais livres do que os filhos das velhas e conhecidas famílias quanto a certas restrições morais que atuam sobre os homens profundamente enraizados em suas cidades, países ou regiões. Alguns neobrasileiros tendo deixado de sofrer a saudável influência dos padrões morais do seu grupo nacional de origem, sem terem adquirido a ética ou a moral da nova pátria tornam-se homens de transição. Sucumbem facilmente às tentações que cercam os líderes políticos, industriais e comerciais na fase — também fase de transição — de rápida industrialização como a que o Brasil vem atravessando nas últimas décadas.

Seria, contudo, injusto aceitar-se a generalização de que os filhos de imigrantes, quando empenhados em tais atividades, agem sempre dentro de padrões morais etnicamente inferiores. Inúmeros exemplos em contrário podem ser avocados. O de homens

como o Dr. Raul Pilla, filho de colonos italianos que, durante muitos anos, foi grande líder político, um brasileiro notável pela sua integridade moral, quer como cidadão particular, quer como político e membro do Congresso Nacional. Exemplos dessa espécie são tão numerosos como aquêles de homens do “tipo de transição” que para conseguir fortuna nos negócios, na indústria ou na política, não hesitam em praticar velhacarias ou patifarias. Em relação a êsse assunto é preciso não esquecer que homens do tipo patológico de transição têm surgido também entre brasileiros de antiga origem portugueza, oriundos das províncias agrárias ou pastoris do Nordeste ou do Brasil central: e que, vindos para os centros industriais do Sul do país, resvalam nos mesmos desmandos dos filhos de imigrantes europeus. São todos vítimas do mesmo ambiente para êles estranho, da mesma ausência dos contrôles morais a que estavam habituadas suas famílias provincianas. Contrôles muito mais poderosos num ambiente ancestral do que em outro nôvo estranho.

Aqui nos defrontamos com um problema que não é peculiar ao Brasil, mas comum a tôdas as comunidades em que a maioria dos filhos de imigrantes atravessam período de transição que seja, ao mesmo tempo, de assimilação incompleta do adventício pelo meio. Assim sendo, em lugar de serem positivos no papel que representam na sociedade e na política do país, para êles, nôvo, alguns se tornam famosos pelas suas atividades negativas: negativas sob o ponto de vista ético.

Ao lidar com problemas semelhantes — aquêles dos imigrantes incompletamente assimilados que se têm tornado *gangsters* nos Estados Unidos, o Professor Max Ascoli assinala em inteligente página sôbre o assunto, que alguns dêles “se tornaram americanos antes mesmo de serem italianos, sendo assim largamente inconscientes da civilização de sua terra de origem pelo fato de não terem, na Itália, passado de rústicos camponeses”, e sugere que, “para êles, Milão seria uma cidade tão estrangeira como Nova York”. Quanto à “segunda geração”, — isto é, a primeira geração de americanos nascidos de pais italianos — os especialistas no assunto vêm observando que uma carreira política regular, sendo para êles, extremamente difícil, porque teriam de agir “dentro de máquinas nitidamente judaica ou irlandesa”, explica-se que indivíduos com essa vocação têm recorrido a processos irregulares de se tornarem líderes parapolíticos. Daí suas tentativas de obter êxito por meios irregularíssimos. Felizmente, no Brasil, nunca tivemos, na política eleitoral, “máquinas” judaicas ou irlandesas; e os filhos de imigrantes não-portuguezes têm, atualmente, amplas

oportunidades de alcançar altas posições de liderança, não somente na carreira política, mas também nas carreiras eclesiástica, militar, técnica e comercial.

Isto explica o número sempre maior de famílias não-portuguêsas nas “colunas sociais” dos jornais; e também o número crescente de tais nomes entre os membros do Congresso Nacional e no serviço diplomático brasileiro; e, ainda, no Exército, na Aeronáutica e na Marinha — em cuja oficialidade, durante algum tempo, só tinham ingresso os nomes estrangeiros aristocráticos como os Von Hoonholtz, ao lado de velhos nomes portugueses como Saldanha da Gama. Isto explica, igualmente, o grande número de bispos da Igreja Católica Romana brasileira que são filhos e netos de imigrantes não-portuguêses e alguns de humilde origem pastoril, que vêm conseguindo ultrapassar, nesta e em outras posições de liderança e de autoridade os descendentes da velha aristocracia agrária ou urbana de origem ibérica, às vêzes — como no caso do primeiro cardeal da América Latina, que era um brasileiro de velha família pernambucana — com um índio ou ameríndio, princesa, cacique ou capitão, entre seus ancestrais.

Filhos e netos de imigrantes modestos têm chegado e chegam rapidamente, no Brasil de hoje, à liderança no comércio, na indústria<sup>(10)</sup>, na política, na religião, na imprensa; na medicina, homens como Lutz; na ciência, como César Lattes; na arte, como Cândido Portinari; na arquitetura, como Henrique Mindlin; na música, como Mignone. E também alcançam preeminência na literatura, uma

(10) No capítulo “Indústria, Comércio e Finanças” do seu livro *Brazil* (obra coletiva organizada por Lawrence F. HILL, Berkeley e Los Angeles, 1947), o prof. Frederic William GANZERT escreve quanto à relação entre a imigração e a industrialização no Brasil moderno: “O ímpeto industrial do século XX resultou da superprodução do café, a qual liberou grande número de trabalhadores que se voltaram para a indústria (...)” À medida que a onda imigratória proveniente da Europa trazia mais trabalhadores, e à medida, também, que as ferrovias e estradas eram construídas e abundantes fontes de força elétrica eram utilizadas, as indústrias se multiplicaram e novos e importantes mercados se desenvolveram” (p. 254-5).

Visitando o Brasil na última década do século XIX, Maturin M. BALLOU teve a impressão que os imigrantes italianos não eram do tipo mais desejável, sendo que muitos dêles “davam muito trabalho à polícia” (*Equatorial America*, Boston e Nova York, 1892, p. 163). Uma generalização precipitada mas característica da atitude de alguns anglo-saxões que, naquela altura, eram hostis à imigração italiana. A verdade é que os imigrantes italianos se constituíram elemento valiosíssimo para a vida brasileira, mostrando uma plasticidade de adaptação às condições tropicais que perdia somente para aquela dos portugueses.



atividade na qual alguns dêles vêm sobrepujando os descendentes de velhas famílias lusitanas, como mestres das sutilezas do idioma português, muitos como filólogos, outros como artistas literários. Quase no mesmo nível de um Machado de Assis — o maior ficcionista que o Brasil produziu, que era de ascendência portuguesa, mas também africano em sua condição étnica, e plebeu em sua origem social — há agora, na literatura brasileira, muitos autores de origem não-portuguesa que estão contribuindo grandemente para a transformação da língua portuguesa num dos maiores idiomas literários do mundo moderno: Augusto Meyer, erudito e entusiástico analista dos clássicos portugueses; Viana Moog, novelista e ensaísta; Menotti del Picchia, poeta, e como poeta, nacionalista; Augusto Frederico Schmidt, outro poeta de alcance tanto nacional como universal; Sérgio Milliet, crítico literário; Marcos Konder, jovem poeta; Gastão Cruls, novelista que se especializou tanto em assuntos da região amazônica como na análise da sociedade burguesa do Rio, na primeira metade do século xx; Raul Bopp, outro especialista em assuntos da Amazônia que enalteceu em bons versos modernistas: tão bons quanto os do brasileiríssimo paulista e mulato — Mário de Andrade sobre Belo Horizonte.

Quando a assimilação vai ao ponto de incluir a literatura da espécie mais lírica e íntima, isto significa que brasileiros de origem europeia não-portuguesa de fato se estão transformando em nova força na vida e na cultura de nosso país, ao lado dos descendentes de portugueses, ameríndios e negros; e empregando instrumentos de expressão para êles novos, como a língua e a tradição lírica portuguesa com um domínio, sobre essa língua e uma sensibilidade a essa tradição, iguais aos dos brasileiros de origem lusitana e não só netos como tetranetos de brasileiros enraizados há séculos no Brasil.

## VI

### A POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL E OS FATORES SOCIAIS E ÉTNICOS QUE A CONDICIONAM

O *status* nacional do Brasil não é expressão de consciência de raça, pois que nenhuma raça única, pura ou quase pura, formou a gente brasileira.

Dos povos europeus que se lançaram à colonização da América nenhum menos dominado pelo complexo de superioridade ou de pureza de raça do que o português, uma nação quase não-européia. A sua mística de unidade ou de pureza foi de religião ou de *status* religioso — a religião católico-romana ou o *status* cristão — e não de raça.

O *status* nacional do Brasil é étnicamente negativo. Poucas nações modernas são tão heterogêneas, do ponto de vista étnico, como a única república de fala portuguesa do continente americano. No Brasil, nenhuma minoria ou maioria étnica exerce de fato domínio cultural e social absoluto, sistemático e constante, sôbre os elementos política e econômicamente menos ativos ou menos numerosos da população.

É possível que entre reduzido número de brancos se note o desejo de dominar os muitos homens de côr da comunidade brasileira. Mas êsse reduzido número é muito desarticulado para formar uma aristocracia étnica ou cultural que tenha decidida influência sôbre a política cultural do Brasil na esfera doméstica; ou que valha como fator bastante poderoso para determinar a política externa do Brasil no que um complexo de exclusividade de cultura ou de superioridade de raça pudesse afetá-la.

Creio que o Brasil, como comunidade nacional, tem que ser interpretado em termos de uma comunidade cada vez mais consciente do seu *status* ou do seu destino de democracia social. Social e étnica.

Neste particular só lhe fica acima a Rússia moderna, a União Soviética, única que vem em lugar mais destacado que o Brasil como comunidade quase oficialmente, senão oficialmente, comprometida a desenvolver uma política abertamente igualitária em relação a raças. Mesmo o México parece menos tolerante do que o Brasil com relação aos negros. Dessas comparações, entretanto, não se deve concluir que o Brasil seja uma democracia étnica perfeita. Não atingiu de modo nenhum a perfeição.

O Brasil destaca-se como comunidade inclinada para a democracia étnica sobretudo pelo contraste da sua política democrática de raça com a da maioria das nações modernas. Em muitos países ostensivamente cristãos, interesses estreitos de raça, de nação ou de classe têm de tal modo alterado a prática do cristianismo que somos levados a julgar a atitude de certas ordens religiosas católico-romanas que florescem em tais países — e no próprio Brasil há ordens que não admitem negros nem mulatos no seu seio — como atitude menos cristã do que a de organizações seculares, ou apenas semi-religiosas, que, no Brasil, livremente admitem pessoas de côr.

Quando C. S. Stewart, oficial da marinha norte-americana, visitou o Brasil no meado do século XIX, muito o impressionou “o aspecto terrivelmente mestiço” da maioria da população. Mas impressionou-o, ao mesmo tempo, uma instituição portuguesa que floresce na América desde os primeiros dias da colonização do Brasil: a das “Misericórdias”. As Misericórdias fizeram-no admirar a tolerância reinante no Império brasileiro com relação à gente de côr. Observou Stewart que as portas dos hospitais da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro estavam abertas a tôdas as horas do dia e da noite para doentes de ambos os sexos, de tôdas as religiões e de qualquer nacionalidade ou côr, dispensando-se para a sua entrada qualquer formalidade<sup>(1)</sup>. Quebrando um pouco a fôrça dos elogios de Stewart à tolerância brasileira com relação aos vivos, poderia notar-se que até data relativamente próxima os brasileiros eram conhecidos pela sua intolerância em relação aos mortos ou a cemitérios: não sòmente a negros pagãos ou sem

---

(1) *Brazil and La Plata: The Personal Record of a Cruise*. Nova York, 1856, p. 228-229.

batismo mas a europeus e norte-americanos protestantes negava-se o direito de serem enterrados nos chamados campos-santos ou nos cemitérios oficiais. Mas esta particularíssima intolerância afetava sòmente os mortos.

Alguns dos sociólogos que têm estudado ùltimamente a política internacional ou inter-regional tal como a condicionam motivos ou fatôres étnicos, pensam que o Estado soviético, com a sua teoria de igual oportunidade para homens de tôdas as raças, vai mais longe, na prática, do que a maioria das comunidades ou Estados ostensivamente cristãos, no esforço de efetivamente remover não sòmente as causas psicológicas e emocionais dos conflitos de raça mas também — ou principalmente — as de natureza econômica. Outro não é o ponto de vista de uma das maiores autoridades no assunto, o Prof. Hans Kohn. Para o Prof. Kohn é hoje a União Soviética a única grande região do Mundo que, habitada por muitas raças, não dá sinal, no que respeita pelo menos às relações oficiais, de nenhum preconceito de raça, sob qualquer forma. É o único país “onde a crença racional na completa igualdade de tôdas as raças veio a tornar-se doutrina oficial, e onde se realizam enérgicos esforços de valor educativo no sentido de melhorar as condições sociais e econômicas das classes e raças não-privilegiadas” (2).

Não estive nunca na União Soviética e por isso não posso confirmar com depoimento pessoal o que assevera o Prof. Kohn. Mas sei que o Brasil, embora longe de estar inteiramente livre do preconceito de raça, tem, contudo, instituições oficiais, tanto como semi-oficiais e privadas, mais avançadas do que algumas organizações ostensivamente cristãs, no que se relaciona com os problemas de relações entre as raças, consideradas sob critério democrático e cristão.

Tão geral é no Brasil essa atitude que a própria política externa do país tem sido obrigada a adaptar-se a ela: se nem sempre pela iniciativa de líderes oficiais e de diplomatas às vèzes impregnados de convencionalismo europeu, ao menos pela pressão dos seus líderes intelectuais — líderes mais efetivos do que aquêles, ainda que a sua ação não se revista de caráter oficial — cuja influência não faz senão aumentar, tanto entre os elementos do povo comum que formam a opinião pública fundamentalmente brasileira como entre a juventude intelectual e a *intelligentzia*. No

---

(2) “Race Conflict”, *Encyclopedia of Social Sciences*, XIII, p. 40. Veja-se também Hans KOHN, *Orient and Occident*, Nova York, 1934, e Paul LEWINSON, *Race, Class and Party*, Londres, 1932.

que diz respeito a atitudes em face dos problemas ligados às relações entre as raças, nenhum país se pode encontrar, entre as mais poderosas nações da América, que tenha, como o Brasil, tantos pontos de semelhança ou tantas afinidades com a União Soviética. E tendo em conta, como devemos ter, a crescente importância desses problemas na vida internacional e no campo das relações inter-humanas, é fácil poder antecipar que essa solidariedade tende a ser alguma coisa mais do que vago ou sentimental humanitarismo: é provável que venha a ser a base para uma ação comum ou para iniciativas comuns no campo do direito internacional. À Rússia e ao Brasil caberá talvez o papel de, juntos, sugerirem importantes transformações nas atitudes e no comportamento político ou jurídico dos modernos povos democráticos, com relação a problemas de raça. Essas sugestões basear-se-iam não em teorias vagas ou puramente sentimentais, mas em experiências concretas de cada uma das suas comunidades — a soviética e a brasileira — como regiões quase livres, ou cada vez mais livres, de preconceitos ou conflitos de raça ou de discriminação racial.

A União Soviética e o Brasil, ainda que fundamentalmente diferentes no modo de conceberem ou entenderem o que seja democracia de organização social, se unirão, possivelmente, em futuro próximo, como pioneiros de um movimento no sentido de fazer da igualdade social das raças problema internacional a ser enfrentado quer sob aspecto político ou jurídico, quer sob aspecto econômico. Um movimento semelhante ao que em 1919 uniu comunidades politicamente tão diferentes como a China e o Japão.

Conforme recorda ilustre historiador e internacionalista, “única-mente sobre um problema, dos debatidos em Paris, no ano de 1919, estiveram de acôrdo chineses e japoneses: no de procurarem induzir o pacto da Liga das Nações a reconhecer a igualdade racial. A França e a Itália apoiaram essa sugestão, mas a Inglaterra, a Austrália e a Nova Zelândia levantaram-se intransigentemente contra ela. A proposta foi aprovada por uma votação de onze contra seis, abstendo-se de votar Wilson e o coronel House. Wilson, porém, que era o presidente, decidiu que a votação não seria válida desde que não houvera unanimidade”<sup>(3)</sup>.

Quaisquer que tivessem sido as razões de Wilson para essa decisão, ela não foi menos criticada pelo Japão, que muito se ressentiu com essa atitude dos Estados Unidos. No Brasil, o fato

---

(3) Hallett ABEND, *Treaty Ports*, Nova York, 1944. p. 242.

teve pouca repercussão e mal afetou a enorme popularidade de Woodrow Wilson. Mas o Brasil vai adquirindo cada dia mais consciência dêste fato ou realidade: a sua população mestiça favorece no povo brasileiro sentimentos de solidariedade com as nações asiáticas, africanas e indo-hispânicas também mestiças ou de côr.

Ocupa hoje o Brasil lugar mais importante na vida internacional do que em 1919. É que desde êsse tempo tem sido considerável o seu desenvolvimento intelectual, tanto como o seu desenvolvimento econômico: os seus escritores, artistas e homens de ciência sentem-se agora mais livres para exprimir — algumas vêzes para glorificar — os aspectos não-europeus ou não-caucásicos da cultura brasileira. Essa atitude significa que o Brasil provavelmente tomará papel importante no movimento que se acentua em nossos dias a favor da promulgação do princípio da igualdade de raças.

Existe já, por antecipação, pedido da China nesse sentido: pedido para que a futura organização que tiver por objetivo a segurança mundial reconheça a doutrina da igualdade de raças. E a Rússia vem agitando constantemente o problema. Falando aos mexicanos, por algum tempo o Embaixador soviético no México, Constantin A. Oumansky, observou, num dos seus brilhantes discursos, que tanto na guerra como na paz a União Soviética haveria de pôr sempre em primeiro plano “a abolição da discriminação de raças”; e também que, na conferência das três potências em Moscou, Stalin projetara na política estrangeira russa o princípio, já estabelecido na sua constituição, da abolição da discriminação de raças.

Na mesma época em que o Embaixador Oumansky fazia tais observações sôbre a atitude da Rússia, Carleton Beals, especialista norte-americano em questões latino-americanas, ouvia de alto funcionário mexicano das Relações Exteriores — admirador entusiasta dos Estados Unidos — que, devido à discriminação norte-americana de raças “tão grandemente temida na América Latina, e por causa do nosso (referindo-se aos Estados Unidos) apoio às ditaduras, estávamos em vias de perder a nossa direção moral e política nos países situados ao sul do nosso; que os povos e os governos voltar-se-iam cada vez mais para a União Soviética”(4)

---

(4) Veja-se Carleton BEALS, “The Soviet Wooing of Latin America”, *Harper's Magazine*, agosto de 1944, p. 212. Deve-se notar que em anos recentes têm-se verificado, na União Soviética, explosões de preconceitos de raça quer contra judeus, quer contra prêtos africanos, estudantes da “Universidade da Amizade”.

É precisamente o que vemos acontecer. Latino-americanos de espírito democrático ou liberal, desiludidos diante da política estrangeira dos Estados Unidos, que êles acreditam ser de tão decidido apoio à Espanha de Franco quanto à dos elementos mais conservadores da Grã-Bretanha, e também com a atitude antedemocrática dos Estados Unidos em face do problema da igualdade de raças, se estão inclinando para os socialistas ou trabalhistas britânicos e, particularmente, para a Rússia, agora considerada por muitos dêles — talvez com certa ingenuidade — nação tão messiânica como a França da Revolução para os seus antepassados dos fins do século XVIII e os Estados Unidos de Washington, Jefferson e Woodrow Wilson para os idealistas da América Latina do começo do século passado ou dos dias que se seguiram à vitória de 1918: a das democracias sôbre os impérios centrais.

Norte-americano perito em assuntos internacionais escreveu no *Time*, de 13 de novembro de 1944, que difficilmente existia então um país no mundo em que a influência da Rússia não se fizesse sentir. Segundo êsse observador norte-americano só existe um meio de as nações ocidentais — aquelas para as quais uma vida econômicamente segura mas sem liberdade política pouco vale — fazerem frente a essa influência: libertarem-se elas mesmas da miséria, do mêdo e de quaisquer sofrimentos causados por situações materiais, permanecendo livres politicamente. Essa é que seria a solução ideal para os latino-americanos, que persistem fundamentalmente hispânicos no seu amor à liberdade e à dignidade pessoal e na sua aversão por tudo que é regulamentação dura ou rígida da vida. Mas o desapontamento dêles no que diz respeito ao liberalismo anglo-saxão faz-se cada dia mais profundo. E é o que explica por que, diante da França reduzida a nação de segunda categoria e da Espanha paralisada por um regime tido por semifascista, alguns continuam a olhar para a Rússia como para uma nação messiânica. Até católicos brasileiros têm ousado tomar essa atitude, um dêles — o bispo de Maura — havendo-se extremado de tal modo no seu furor neófilo que foi obrigado a deixar a Igreja e a tornar-se uma lamentável figura de *defroqué*.

Os brasileiros têm uma maneira especial de exprimir as suas inclinações políticas ou ideológicas: através dos nomes com que batizam os filhos. Houve época em que êstes nomes eram os dos santos do calendário católico e da história sagrada. Até que veio o movimento da independência e as crianças tomaram nomes ameríndios. Mais tarde, porém, a preponderância coube aos nomes de heróis revolucionários ou românticos franceses, espanhóis e

hispano-americanos: Danton, Lamartine, Lafayette, Benjamin Constant, Chateaubriand, Cid, Bolívar. Tive um tio-bisavô cujo nome, em vez de ser o de um santo português, foi o de “Voltaire”. Veio ainda outra fase: a de nomes tirados da literatura grega e da história romana. Esta fase corresponde ao reinado de D. Pedro II, homem bom e de bem que levava o seu gosto pelos estudos clássicos a exageros talvez pedantes.

Como viesse depois o movimento republicano, pais antimonárquicos ou extremamente liberais começaram a dar aos filhos nomes tomadas à história da Inglaterra e dos Estados Unidos: Milton, Newton, Washington, Jefferson, Lincoln, Gladstone, Franklin. Alguns mais anticlericais foram ao extremo de dar os temíveis nomes de Lutero e Calvino aos filhos. Juarez foi outro nome dado a muito menino brasileiro. E logo depois da Primeira Grande Guerra não se contam as crianças brasileiras que receberam o nome de Wilson. É significativo que, agora, a tendência entre alguns pais brasileiros seja dar aos filhos nomes que venham de novelas russas, senão da própria história russa.

Parece fora de dúvida que a atitude da Rússia no que toca ao problema das raças vem fascinando brasileiros de espírito democrático ou liberal e talvez ingênuo. Enquanto o preconceito dos Estados Unidos contra a mestiçagem continua sendo um obstáculo para o desenvolvimento de relações realmente amistosas entre os dois povos.

Há já alguns anos, o eminente professor da Universidade de Yale, Hiran Bingham, escreveu que a diferença fundamental de atitude entre um americano anglo-saxão e um latino-americano em face do problema de raças tornava difícil, por parte dos americanos anglo-saxões, tratar “com imparcialidade” os seus vizinhos do Sul. A dificuldade não desapareceu inteiramente com a política de “boa vizinhança”<sup>(5)</sup> e é bem possível que astutos diplomatas russos, assim como europeus, igualmente hábeis, tirem partido da situação, contra os Estados Unidos, se a chamada “política do poder”, com suas rivalidades entre as grandes potências, continuar a dominar nas relações internacionais, com a América Latina feita um dos melhores mercados para as nações imperiais, senão imperialistas, durante os próximos decênios.

Alguns estudiosos de assuntos internacionais acham que, em vez de se mandar a países como o Brasil diplomatas do tipo convencional, que não se ligam senão com os homens do Poder,

---

(5) *The Monroe Doctrine*, New Haven, 1915, p. 24.



com as autoridades eclesiásticas e com o que tenha de mais fino a sociedade elegante, o govêrno dos Estados Unidos faria melhor designando para os seus postos de representação na República brasileira homens que pudessem dar a conhecer aos brasileiros o trabalho já realizado na América do Norte para se chegar a sistema mais democrático de relações entre as raças: homens mais familiarizados com as atividades do Conselho contra a Intolerância na América do Norte, por exemplo; e com o Bureau de Educação Internacional, com a Associação Nacional para o Progresso das Populações de Côr, com o Conselho Federal das Igrejas de Cristo, com a Conferência Nacional de Cristãos e Judeus, com a União Marítima Nacional, com o Comitê de Justiça na Escolha de Empregados e com o Bureau de Assuntos Indígenas. Poucos brasileiros conhecem alguma coisa da esplêndida obra que vem sendo realizada por *líderes* democráticos e cristãos dos Estados Unidos, no sentido de relações mais democráticas entre brancos e índios, entre brancos e orientais, entre brancos e negros. Do que mais freqüentemente ouvem falar é da “democracia étnica” — aliás nem sempre exemplar — da Rússia.

Os resultados de uma política de igualdade de raças tal como é oficialmente — mas nem sempre efetivamente — seguida na Rússia moderna, ou de uma igualdade aproximada entre as raças, como a que há muito tempo se faz ou pratica no Brasil, não parecem confirmar os temores dos que, nos Estados Unidos e noutros países, falam ou escrevem da mestiçagem como de uma catástrofe biológica. Pelo contrário: tôdas as provas parecem antes a favor dos que descrevem os resultados na miscigenação como, mesmo do ponto de vista estético, aceitáveis ou interessantes. Os teóricos da “integridade racial” precisam remoçar os seus argumentos contra a mistura de raças ou inventar novos. Pois os russos, hoje tão em evidência pelas suas realizações e que, em boa parte, são de sangue mestiço, estão longe de ser o povo de “degradados” ou “decadentes” ou “passivos” ou composto de “raças femininas” como, dominados por preconceitos de purismo étnico, costumavam chamá-los certos antropólogos e sociólogos do século XIX ou dos começos do atual. Dêsses sociólogos ou antropólogos, alguns não vacilavam em afirmações como as seguintes: “os russos, com a sua forte infusão de sangue mongolóide, distinguem-se antes pela sua capacidade de sofrimento e de resistência do que pela ação que preserva a liberdade” (Fritz Lents); ou: “o povo russo (. . .) é por temperamento passivo, de natureza antes dócil, pronta a obedecer, mais feminino do que masculino,

em caráter” (F. R. Radosalvlevich); ou: “as raças européias com uma forte infusão de sangue mongolóide são de espírito lento; aferram-se ao tradicional”, e “os métodos técnicos avançados encontram-se muito mais fracos ali do que nas regiões onde predomina a raça nórdica” (Lentz).

Diante das realizações russas, dos métodos técnicos avançados desenvolvidos pelos russos senão em sua agricultura — ainda tão ineficiente — em suas indústrias e em suas pesquisas científicas, da bravura revelada pelos russos na sua guerra com a potente Alemanha nazista, essas afirmações, nos últimos anos, têm sido feitas mais freqüentemente em relação a países como o Brasil do que em relação à Rússia. O desenvolvimento do Brasil, porém, como que já começa a tornar inexata a aplicação de tais generalizações ao caso brasileiro. Igualmente os mexicanos, povo de sangue misturado, já não são julgados o mesmo povo “passivo”, que nêle enxergavam críticos estrangeiros no tempo da ditadura de Diaz.

Nem todos os cientistas alemães, inglêses e norte-americanos que têm estado no Brasil se mostraram, diante “do aspecto terrivelmente mestiço da maioria da população”, tomados do mesmo pessimismo do diplomata e literato francês, Conde de Gobineau, ou do oficial da marinha norte-americana do século passado, C. S. Stewart. Os mais autorizados, do ponto de vista da sua instrução científica e da sua visão sociológica — homens como Von Martius, no comêço do século XIX, Alfred Russell Wallace, Bates e o Prof. Konrad Guenther, para não mencionarmos especialistas em antropologia como os Profs. Ruediger Bilden e Donald Pierson — têm-se manifestado quase entusiasticamente a respeito dos resultados sociais e estéticos da fusão das raças no Brasil. “Mongolóide” ou “negróide”, o Brasil vai-se impondo com um poder criador em mais de um campo de atividade artística e técnica; e é um país que hoje já recebe elogios pela sua tradicional tolerância de diferenças de raça e pela maneira como tratou os seus escravos e lhes deu afinal liberdade.

Um dos viajantes mais inteligentes que visitaram o Brasil durante a primeira metade do século XIX foi um norte-americano, o Rev. Walter Colton. E êle é quem observa, em relação aos escravos africanos, que, em muitos casos, êles tinham, no Brasil, “a liberdade ao alcance da mão, podendo obtê-la, como muitas vêzes a conseguem, com a sua pura aplicação ao trabalho e a sua frugalidade”. Também dêle é esta outra observação: que “uma vez livre, êle (o escravo) vai às urnas e pode ser eleito para ocupar uma cadeira na Assembléia Nacional. Nem ninguém

chegaria a ficar histérico vendo-o casar com uma mulher cuja pele fôsse mais branca do que a sua. Cabe a nós, norte-americanos, fazer a pregação do humanitarismo, da liberdade e da igualdade, mas depois, na prática, se um africano se senta a bordo na mesma mesa que a nossa, logo torcemos o nariz. É pena que quem mais pregue a igualdade seja comumente quem menos a pratica”(6). Dois outros clérigos norte-americanos que visitaram o Brasil no reinado de D. Pedro II reagiram da mesma maneira diante da situação ètnicamente democrática que nêle encontraram; quero referir-me a J. C. Fletcher e D. P. Kidder, autores do livro *Brazil and the Brazilians*. O Rev. Fletcher escreveu: “Alguns dos homens mais inteligentes que conheci no Brasil — homens educados em Paris e em Coimbra — eram de ascendência africana; e os seus antepassados tinham sido escravos. Assim, se alguém tem liberdade, fortuna e mérito, seja embora prêto, por isto não lhe é recusado nenhum lugar na sociedade. Surpreende observar também a ambição e o desejo de progresso de alguns dêsses homens com sangue negro nas veias”.

Ainda que admitisse a existêcia, no Brasil, de certo preconceito, jamais com raiz profunda, em favor dos homens de ascendência branca pura, notou Fletcher que, nas escolas de medicina, direito e teologia, nenhuma distinção se fazia quanto à côr da pena dos alunos(7).

Já em outra parte aludi ao livro sôbre o Brasil escrito há mais de vinte anos por um norte-americano que é homem de formação científica, Roy Nash, como um dos melhores ensaios que já se escreveram sôbre o Brasil. Referindo-se ao processo de miscigenação, diz êsse autor que “no Brasil não se foi ainda tão longe que não se venha encontrar grande número de portugueses, índios e negros sem mistura, e ainda alguma consciêcia de côr e até mesmo de casta; mas, por outro lado, tem-se ido bastante longe para que se possa esperar que tudo isto desapareça talvez antes de cinco ou seis gerações”(8). A pergunta: “Provam os quatrocentos anos de história do Brasil que a mistura de tantas e diferentes raças leva à degeneração?” é enfaticamente respondida pelo autor norte-americano: “De nenhum modo. A acusação que se possa fazer de uma classe dirigente, de um sistema econômico,

---

(6) *Deck and Port*, Nova York, 1850, p. 112-3.

(7) *Brazil and the Brazilians*, Boston, 1879, p. 133.

(8) NASH, *op. cit.*, p. 60.

de uma falsa filosofia, não é acusação contra um povo (...). Muitos são os brasileiros que melhor do que eu sabem quanto o Brasil do futuro tem que ser construído com os tijolos bem cozidos do trabalho e da cooperação, da saúde pública e da educação popular”(9).

Este é também o ponto de vista dos brasileiros mais capazes e conscienciosos que têm estudado, ou ainda estudam, a história social e as condições étnicas e sociais do seu país, como Alberto Tôrres e o Prof. Roquette-Pinto. Em ensaios sociológicos e em obras antropológicas, êles não têm cessado de reclamar a urgente necessidade de uma política brasileira de recuperação social. As regiões em que a escravidão foi, durante séculos, o sistema dominante de organização social, podem comparar-se àquelas que sofreram as devastações de grandes e sucessivas guerras: pedem recuperação social e não a simplista substituição da população mestiça por “arianos”, desejada por alguns ingênuos.

A política exterior do Brasil tende a ser cada vez mais afetada por uma progressiva mudança na base econômica da estrutura social do povo brasileiro, mudança que vai da escravidão e de um regime semifeudal de agricultura ou de monocultura e de latifúndio, a um regime econômico e socialmente democrático, caracterizado pela diversidade das culturas e pela fragmentação das grandes ou imensas propriedades de indivíduos ou famílias economicamente estéreis. Essa mudança permitirá ao Brasil atrair o melhor tipo de imigrantes, livrando-se da necessidade — que experimentou no fim do século passado — de procurar *coolies* chineses para substituir a mão-de-obra escrava. Torna também possível a elevação do nível de vida dos descendentes de índios, negros e também europeus que têm vivido mal alimentados, dentro de uma pobreza quase oriental, e, o que é mais, sem terra para plantar, num país famoso pela enorme extensão de fazendas mal cuidadas e pela muita terra desocupada e até virgem que ainda tem.

Antropólogos e sociólogos dos que melhor parecem conhecer o Brasil acreditam que a parte pobre e miserável da população totalmente branca ou mestiça não necessita senão de melhores oportunidades para provar a sua capacidade e a sua resistência. E tendo convívio com os brasileiros do centro do país, Theodore Roosevelt — estadista arguto e experimentado — escreveu que os homens do povo que êle conheceu no Brasil eram “resistentes e fortes como touros”. E ante a “inteligência” dos oficiais do

---

(9) NASH, *op. cit.*, 356-7.

Exército Brasileiro com quem viajou — tantos dêles mestiços — muito se admirou “diante da ignorância dos que não se dão conta da energia e da fôrça que muitas vêzes possuem os homens dos trópicos e que tão facilmente se podem desenvolver nesses mesmos homens”<sup>(10)</sup>.

Poucos brasileiros conscienciosos, particularmente os das gerações mais novas, revelam quaisquer dúvidas quanto à energia e à capacidade dos seus compatriotas mestiços. O que sucede é que são, muitos dêses mestiços, homens doentes e necessitados de terra e de amparo e a quem não se tem dado nenhuma oportunidade para desenvolver as suas qualidades e tornarem-se aptos a contribuir eficientemente para o crescimento do Brasil. Atualmente muitos são os que consideram a integração dêses homens na comunidade brasileira como elementos ou valôres criadores mais importantes do que atrair imigrantes para o Brasil. Ambos os problemas — o de desenvolver o potencial humano indígena ou mestiço por meio da educação, do saneamento e da democratização da propriedade ou da terra, e o de atrair imigrantes — reclamam do Brasil uma atitude cada vez mais democrática no que diz respeito às relações humanas dentro do país ou a essas mesmas relações com povos estrangeiros.

A política exterior do Brasil está condicionada também pelo fato de que, sendo um país que se encontra no comêço de uma fase de industrialização, de mecanização da sua agricultura e de colonização científica de regiões como a do Amazonas, necessita, até certo ponto, de imigrantes técnicos ou trabalhadores qualificados. Mas tal necessidade não afeta sòmente a sua política exterior: afeta também a sua política interna, desde que não é possível nenhuma colonização do Brasil por homens livres sem uma disposição mais democrática das terras públicas.

Bryce lamentou a ausência, não só no Brasil mas em outros países sul-americanos que conheceu há mais de trinta anos, de pequenos proprietários, em quem o interêsse por uma boa administração fôsse bastante inteligente e forte para despertar nêles o dever cívico<sup>(11)</sup>. Sòmente em certas regiões do Sul do Brasil é que se está verificando hoje o desenvolvimento da propriedade pequena ou média de modo apreciável, ao lado do cooperativismo que pormita emprêsas grandes e até monumentais. E a propósito cabe-me destacar de nôvo êste aspecto do problema: na

---

(10) *Through the Brazilian Wilderness*, Nova York, 1914, p. 254.

(11) BRYCE, *op. cit.*, p. 537.

colonização da maioria das áreas do Norte e do Centro do Brasil será inútil todo o esforço de imigrantes-pioneiros sempre que se fizer por forma puramente individual. Alargando a tradição das *bandeiras*, êles terão que se organizar em grupos de cooperativas protegidas pelo govêrno brasileiro ou por organizações especialmente devotadas a esforços de colonização, senão dirigida, orientada e planificada.

Como indivíduos, os brasileiros do Nordeste, os que se fixaram, ou se vêm fixando, no Amazonas, têm sido simplesmente heróicos. Alguns dêles têm feito maravilhas pela colonização desta zona. Mas pouco é o que se pode conseguir por êsse método puramente individual. A colonização brasileira do Amazonas terá provávelmente que ser esforço de cooperação. Nesse esforço, o Exército Nacional encontrará maior e melhor oportunidade para promover, em grande escala, o saneamento de vasta região tropical, do que teve o Exército dos Estados Unidos no Panamá.

Alguns brasileiros insistem de vez em quando na conveniência de empregar-se o Exército, cuja missão é principalmente a de defesa nacional, em realizações de obras públicas ligadas à mesma defesa; e uma dessas realizações seria a construção de caminhos de ferro, que servissem, ao mesmo tempo, a fins estratégico, econômico e cultural. É esta antiga idéia francesa, nem sempre bem recebida pelos apologistas ortodoxos dos exércitos dedicados a fins exclusivamente militares. Apesar disto, houve um francês bastante audacioso para sugerir, há anos, que se a Nação coopera com o Exército em tempo de guerra não é nada demais que o Exército coopere com a Nação em tempo de paz. Até certo ponto, isto tem sido feito no Brasil. Até no estrangeiro se conhece a obra notável realizada pelo general Rondon e por outros oficiais do Exército Brasileiro entre as tribos selvagens do Centro do Brasil, ao lado da construção de caminhos de ferro e de linhas telegráficas nessa parte do país. O Exército Brasileiro pode realizar obra dessa natureza, em escala ainda maior, na região do Amazonas, cuja colonização constitui empresa pesada demais para caber a simples indivíduos.

A idéia do desenvolvimento social, por processo semimilitar, de uma região selvagem ou quase selvagem, não é nova. Há mais de meio século um brasileiro, Henrique Veloso de Oliveira, apresentou inteligente plano para a colonização por "exércitos industriais" tanto das antigas regiões brasileiras — as dominadas, durante séculos, por proprietários feudais — como das terras virgens. Os membros dos chamados "exércitos industriais", em

vez de agir como pioneiros individuais, teriam que agir sob um plano e em conjunto. O método seria principalmente o da cooperação. Teria que se desenvolver também uma agricultura diversificada e, ao mesmo tempo, seria estimulado nos homens o espírito de pioneiro.

O elemento básico de tais “exércitos industriais” seria formado por jovens brasileiros. E logo que prosperassem viriam a êle reunir-se colonos europeus. Um certo número de raparigas européias teriam que ser importadas para se casarem com os jovens brasileiros dos “exércitos industriais” que, bem sucedidos e prósperos, preferissem, para espôsas mulheres louras. Entre os brasileiros haveria brancos, descendentes de europeus, mas também mestiços. Como os imigrantes portugueses, espanhóis, italianos e mesmo alemães, homens e mulheres, não têm hesitado em casar com brasileiras ou brasileiros de origem índia ou negra, não teria sido difícil o desenvolvimento de uma democracia étnica entre os “exércitos industriais” imaginados por Veloso de Oliveira.

Parece-me coisa para lamentar que o plano de Veloso de Oliveira não tivesse sido pôsto em prática logo depois de sugerido pelo seu autor. Provavelmente teria resolvido alguns dos problemas relacionados com a colonização européia do Brasil, especialmente o da disposição ou redistribuição democrática das terras públicas ou feudais. Como disse antes, o problema da terra é grave e complexo, dêstes que o Brasil tem que enfrentar antes que camponeses e agricultores, europeus ou japoneses, dos bons, dos sólidos, dos desejáveis, venham com entusiasmo ou gôsto estabelecer-se no nosso país, livres do rigoroso contrôle dos agentes dos seus respectivos governos, tal como aconteceu, durante algum tempo, com os japoneses e com alguns grupos europeus. O contrôle dos imigrantes compete ao govêrno brasileiro, ainda que se possam fazer acôrdos entre o Brasil e países de emigração, concedendo-se aos governos europeus ou de outros continentes o direito de ter representantes próprios, como colaboradores do govêrno brasileiro no que se entenda com os problemas de migração que forem de interêsse comum.

Quanto às Fôrças Armadas do Brasil note-se que, nos últimos anos, vêm contribuindo de modo notável para o desenvolvimento nacional na construção de estradas, ampliações de comunicações, alfabetização de jovens do interior, assimilação de filhos de imigrantes.

A política externa do Brasil durante muito tempo será influenciada por essas suas relações com os países cuja tendência é para continuar a enriquecer a América Portuguesa com o seu

sangue, os seus valôres humanos, o trabalho dos seus camponeses, dos seus lavradores, dos seus operários, dos seus artesãos, dos seus técnicos. Pois o Brasil necessita de imigrantes embora só de imigrantes qualificados. Para fazer frente a essa necessidade, espera o Brasil receber de vários países da Europa e do Japão trabalhadores agrícolas e industriais. Alguns observadores do assunto acham que o agricultor italiano adapta-se particularmente bem ao modo de vida brasileiro. Mas quer do ponto de vista político, quer do econômico e cultural, o mais acertado para o Brasil é admitir o maior número possível de imigrantes agrícolas procedentes de Portugal; estes e os espanhóis são o tipo de imigrantes de que o país necessita para base ou lastro — o lastro de cultura tradicional — de uma nova camada de imigração européia.

O rápido desenvolvimento industrial do Brasil afetará muitíssimo — aliás já está afetando — a sua política externa. Diz-se que a América Portuguesa mais dia menos dia estará pronta para produzir todo o aço de que necessita para o seu próprio uso, e, eventualmente, em quantidade bastante para exportar. Isto implica importante mudança na economia do país e também na sua vida política e nas suas relações exteriores. Do ponto de vista político internacional, por exemplo, a diversidade da produção e a industrialização significam que a economia do Brasil deixa de ser passiva ou semicolonial. Como muito bem disse o Prof. Normano no seu *Brazil: A Study of Economic Types*, “o caráter mono-produtivo da economia brasileira submeteu o Brasil ao cativeiro dos preços mundiais” e “a mudança nos principais produtos influi não somente sobre a política nacional como ainda sobre a internacional. (...) O principal mercado para o açúcar, o ouro e o algodão era a Europa. A borracha e o café eram a ponte para os Estados Unidos”(12). Com o desenvolvimento, porém, de indústrias próprias, a economia brasileira está a tornar-se ativa, em vez de passiva; e isto significa maior independência nas suas atitudes políticas. O fim, ou o começo do fim, do seu semicolonialismo econômico.

Com a expansão da sua indústria têxtil o Brasil está se tornando também grande exportador de tecidos de algodão para outras nações da América Latina. Até certo ponto, corresponde isto à adaptação de vestuário ao clima tropical e aos gostos, quase iguais ou comuns, que tornam grande parte da população brasi-

---

(12) P. 55-6.



leira semelhante à parte, igualmente grande, da população da América Espanhola, especialmente da América Indo-espanhola. Muitos, porém, dos produtos brasileiros de algodão e sêda são hoje vendidos nas repúblicas latino-americanas que ficam na zona temperada. E êste fato significa outra transformação na vida e nas relações econômicas brasileiras, pois semelhante aumento de comércio do Brasil com as repúblicas vizinhas tende a estimular o desenvolvimento, na América Latina, do que alguém chamou "mútuo descobrimento".

A conversão dos atuais aeródromos militares do Brasil em aeroportos comerciais provávelmente há de estreitar as relações da República brasileira com as demais repúblicas americanas e também com a África Portuguêsa, as ilhas do Cabo Verde, os Açôres, Madeira e Portugal. O Brasil já conta com uma fábrica de motores para aeroplanos. Graças ao desenvolvimento das suas regiões industriais, a exploração mecânica de alguns dos seus muitos e valiosos recursos, e o seu progresso técnico e intelectual, o Brasil está tomando o papel de país líder, sob muitos aspectos, de todos os povos de língua portuguêsã. É mesmo possível que êsses povos não estejam longe de se organizar numa espécie de federação, em que a cidadania seja comum, ao lado de outros direitos e responsabilidades da mesma forma comuns. Naturalmente que a isto deverão seguir-se deveres recíprocos. E êsses deveres recíprocos exigirão obra cuidadosa de ajustamento de interêsses não só internacionais como inter-regionais.

Não deixa de ser interessante notar a crescente tendência das novas gerações de homens de letras e de ciência da África Portuguêsã, das ilhas do Cabo Verde, e dos Açôres, para seguir inspirações e sugestões procedentes do Brasil. A nova literatura e a nova arte brasileira, assim como os recentes progressos nos estudos sociais e científicos, feitos no Brasil, por cientistas e intelectuais brasileiros e conforme métodos mais ousados e modernos do que os conhecidos em Portugal, parece estar afetando o tradicional sistema de inter-relações no mundo de língua portuguêsã, de modo a fazer do Brasil o seu centro intelectual, artístico e científico, senão sob todos os aspectos, sob vários e dos mais importantes.

Júlio Dantas, notável intelectual português, não fêz senão concordar com a opinião de outros críticos portuguêses, quando disse, em memorável pronunciamento, que os melhores escritores da língua portuguêsã encontram-se hoje no Brasil. E pode observar-se ainda que alguns dos mais eminentes eruditos portuguêses se têm fixado no Brasil, onde ensinam em escolas ou universi-

dades e onde escrevem e publicam os seus livros. Foi o caso do insigne Jaime Cortesão. O que não quer dizer que Portugal não continue o reservatório dos muitos valores ancestrais ou tradicionais que nenhuma das suas colônias atuais ou antigas é capaz de produzir. Nem mesmo o já amadurecido Brasil.

A política externa brasileira acha-se condicionada também pela situação geográfica do país como nação americana. Devemos estar na primeira fase de desenvolvimento de outra federação de que o Brasil parece ser membro tão natural como o é da federação de língua portuguesa: a federação pan-americana ou inter-americana. E essas duas federações, se se desenvolverem, podem vir a ser subfederações em relação a uma outra ainda mais larga: a federação Atlântica, em que o lugar a ser ocupado pelo Brasil será determinado pela sua geografia, pela sua história e pelo seu potencial.

Do ponto de vista da ecologia vegetal ou animal, a América do Sul pode ser um continente, e a América do Norte, outro. Do ponto de vista da ecologia humana, a América Latina pode ser um continente, e a América Anglo-saxônica, outro. Do ponto de vista mais largo, porém, e em que se tomem em consideração todos os aspectos de interdependência entre as nações americanas — interdependência não só quanto a espaço mas quanto a tôdas as relações físicas e sociais — o continente americano adquire cada vez mais características de continente único. E como tal exige uma política continental combinada em que a variedade prevaleça sobre a preocupação de excessiva uniformidade.

As nações americanas parecem ter inimigos comuns. Tôdas as evidências nos levam a acreditar que um imperialismo feudal, japonês ou alemão, seria muito menos tolerante de uma América Latina étnica e culturalmente livre e democrática nas suas aspirações e tendências, do que o é, ou tem sido, o imperialismo burguês, britânico ou anglo-americano. Com tôdas as suas imperfeições, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos vêm constantemente aperfeiçoando, ou procurando aperfeiçoar, os seus sistemas politicamente democráticos, ou antes, os seus métodos de valorizar as relações inter-humanas e igualmente as diferenças humanas dentro de critério democrático.

As nações latino-americanas afirmaram a sua existência por uma rebelião, generalizada entre as várias colônias, contra os sistemas autocráticos europeus de repressão das diferenças humanas e de cultura e de exploração do trabalho humano. Resultou a sua independência política de um movimento de revolta cujo motivo foi em essência o mesmo da Revolução dos norte-ameri-

canos: taxação sem representação. Separaram-se da Espanha e de Portugal porque estavam sendo exploradas e, ao mesmo tempo, reprimidas — reprimidas intelectualmente, econômicamente e politicamente — por estreitos políticos portugueses e espanhóis. Ou por estreita política metropolitana de exploração de colônias.

Desde a sua primeira tentativa para tornar-se nação independente que o Brasil procurou entrar em aliança ofensiva e defensiva com os Estados Unidos, contra as ameaças portuguesas de reconquista. O primeiro *chargé d'affaires* brasileiro nos Estados Unidos foi ao ponto de propor uma aliança entre o Brasil e os Estados Unidos “para resistir à intervenção européia no caso de Portugal pedir auxílio a aliado”<sup>(13)</sup>. Mesmo antes, na tentativa do Brasil para separar-se de Portugal em 1817, através de uma romântica e mal sucedida revolução republicana, os rebeldes de Pernambuco procuraram atrair o auxílio dos Estados Unidos para a sua causa. E anteriormente, no século XVIII, os rebeldes de Minas Gerais procuraram, sem nenhum êxito, através de um estudante chamado Maia, a êsse tempo na França, interessar Thomas Jefferson no primeiro esforço sério dos brasileiros no sentido da independência política. Segundo Oliveira Lima, o apêlo dirigido de Filadélfia ao presidente dos Estados Unidos pelo plenipotenciário *in partibus* dos republicanos brasileiros de 1817 continha os princípios essenciais do Pan-americanismo. Continha em forma empírica o plano ou a “concepção científica” de Bolívar, de união americana.

Talvez o fracasso dos republicanos brasileiros de 1817, em obter a ajuda dos Estados Unidos tenha sido em parte devido ao fato de terem êles enviado um homem de côr como seu emissário. Mas isto é outra história.

Sòmente em 1857 é que a idéia de uma aliança dos Estados Unidos com o Brasil haveria de ser oficialmente considerada pelo govêrno norte-americano. O então ministro dos Estados Unidos no Rio, Richard Kidder Meade, no discurso em que apresentou as suas credenciais ao Imperador D. Pedro II, disse que “tal aliança asseguraria para a defesa mútua uma unidade de ação e de sentimento que se provaria invencível no futuro”.

Logo depois, porém, a idéia dessa aliança política desapareceu sob concepção mais larga das relações interamericanas: a chamada “concepção científica” de Pan-americanismo, que Bolívar foi o primeiro a esboçar. O que, entretanto, não desapareceu foram as

---

(13) Oliveira LIMA, “Brazil's Foreign Policy” (conferência pronunciada em Williamstown, agôsto de 1922, manuscrito).

semelhanças e diferenças que aproximam o Brasil dos Estados Unidos e fazem com que os dois países se completem entre si de uma forma tão particular.

Do ponto de vista puramente social, têm sido tais as mudanças para melhor nas relações entre os dois povos, que hoje um homem de côr, enviado como emissário do Brasil aos Estados Unidos, teria provàvelmente ali recepção, senão calorosa, ao menos polida. Pelo menos da parte dos norte-americanos mais cultos.

Este ponto é importante: a mudança na atitude norte-americana em relação a homens de raças de côr parece, a alguns estudiosos das relações interamericanas, essencial ao desenvolvimento do Pan-americanismo, se Pan-americanismo vier efetivamente a significar reciprocidade e respeito mútuo.

Não devemos nos esquecer de que o êxito comercial dos alemães no Brasil antes de 1914 foi, em grande parte, devido ao fato de serem êles mais socialmente democráticos na América Latina do que os anglo-saxões. Se alguns alemães se têm ligado a antigas e ilustres famílias brancas ou branco-índias, do Brasil, muitos dêles — como muitos portugueses, italianos, espanhóis e franceses — se têm casado com belas mulatas, quarteironas ou octoronas. Não quero dizer com isto que o matrimônio inter-racial seja requisito indispensável para um bom e completo Pan-americanismo. Nem tampouco insinuar que todo o americano, do Norte ou do Sul, deva casar fora da sua classe ou da sua raça para ser um bom pan-americano do ponto de vista democrático. Nada disto. Os casamentos internacionais ou inter-raciais são sempre aventuras da mesma maneira que é aventura, com a atual organização social da civilização do Ocidente, o homem casar-se com mulher de posição acentuadamente inferior à sua. Uma das conseqüências desagradáveis pode ser o conflito doméstico de culturas, em que as sogras desempenham um papel importante. Mas na América democrática, a côr e a raça não devem ser por si mesmas tabu contra aventuras dessa espécie, em que tantos indivíduos têm sido felizes ou bem sucedidos. Ninguém que tivesse espôsa mais devotada e mais compreensiva do que o psiquiatra brasileiro Juliano Moreira, que era negro escuro; e ela, alemã. Claro que outros casos poderiam ser mencionados.

Reciprocidade e mútuo respeito parecem-me a base essencial para o desenvolvimento de relações interamericanas realmente amistosas. Êsse mútuo respeito deve levar em consideração o fato de que a tradição democrática é tradição comum a todos os americanos: latinos e anglo-saxões. Os latinos têm desenvolvido o aspecto étnico da democracia mais do que o político, e os anglo-

saxões o puramente político mais do que o étnico ou o econômico. Desde que se tornem realmente bons vizinhos e cada vez mais democráticos na sua organização — inclusive na sua economia — e na sua cultura, naturalmente que uns e outros se enriquecerão com os resultados dos seus respectivos progressos nesta ou naquela especialidade.

Seria, porém, êrro psicológico trabalhar alguém pela uniformidade no continente americano, em vez de trabalhar pela unidade dentro da variedade. Apenas o respeito pela variedade não deve ir tão longe que possa tolerar no continente americano instituições tão antidemocráticas e tão antiamericanas como o caudilhismo e os linchamentos, o anti-semitismo e o ku-klux-klanismo.

Ainda que a parte, por assim dizer, estática do povo, ou da população brasileira, influenciada por quatro séculos de vida e de trabalho sob o regime da escravidão, se incline a tolerar o paternalismo despótico dos caudilhos, há uma outra parte, viva e dinâmica, cujo desejo de elevar-se social e culturalmente e de melhorar as suas condições de vida material e intelectual, se manifesta na direção oposta. Esta é também a atitude da maioria dos brasileiros que descendem dos velhos senhores: também êstes brasileiros se opõem ao caudilhismo como forma de govêrno que corresponda à cultura do seu país. Pode ser que alguns dêles se inclinem para formas de govêrno antes parecidas com as dos britânicos, na sua combinação do contrôle aristocrático dos negócios públicos com a oportunidade democrática aberta a todos os que sejam capazes de participar dêste contrôle, do que com as dos norte-americanos. Mas também aqui estamos diante de outra história.

Os observadores estrangeiros que generalizam acêrca do Brasil, não levando em conta senão o lado politicamente morto ou desarticulado do seu povo, parecem apressados demais nas suas conclusões de regimes fortemente paternalistas para a América Portuguesa, ou para a América Latina em geral. Vários séculos antes que o fascismo e o nazismo se manifestassem na Europa, já o Brasil havia provado tanto o bom como o mau de um regime quase fascista ou quase nazista, sem se entregar às suas seduções. Refiro-me às missões ou reduções dos jesuítas. É bem sabido que os jesuítas exerceram um contrôle paternalmente benévolo sôbre numerosos grupos de índios do Brasil e do Paraguai. E a sua técnica de domínio era perfeita: faziam grandes imagens de madeira de santos de aspecto terrível, dentro das quais se metia um homem (um jesuíta) para dizer aos índios o que êles deviam fazer.

Tive ocasião de conhecer algumas dessas velhas imagens — ou “santos de pau ôco” — no Rio Grande do Sul; uma criança

não poderia vê-las sem o risco de ser tomada de profundos pavores noturnos. Não se pode, contudo, negar que, no Brasil como no Paraguai, os jesuítas, embora excessivos no seu paternalismo, tenham sido administradores eficientes. Procuraram desenvolver o mais possível a agricultura e a indústria nas reduções; e nelas introduziram plantas úteis. Conservaram sempre, sob a sua rígida disciplina paternalista, cada pormenor da vida diária do índio das missões. O Prof. Walter Goetz, tratando do “Estado” jesuítico do Paraguai — do qual houve um como prolongamento no Sul do Brasil — escreveu que “era uma autocracia virtual, que controlava a população indígena por meio de regulamentos comunistas — econômicos e sociais”<sup>(14)</sup>, acrescentando: “Que os indígenas recebiam bom tratamento dos jesuítas é coisa fora de dúvida”. Mas, no fim, um “bom tratamento” que tendia a conservar homens feitos na eterna situação de crianças. E aqui é que o excesso de paternalismo pode prejudicar os povos ainda em formação ou política ou socialmente imaturos, em vez de beneficiá-los.

Outro estudioso, não menos autorizado, do assunto, José Ots y Capdequi, reconhece a eficiência dos jesuítas das Missões no que diz respeito à prosperidade material. Mas não oculta que “o regime das missões tornava impossível o desenvolvimento de personalidades confiantes em si próprias”<sup>(15)</sup>. O regime das Missões era também imperialista: imperialista pela sua falta de fé no indígena. Os seus organizadores parecem ter tido pouca ou nenhuma confiança na capacidade dos indígenas e dos descendentes dos colonos espanhóis e portugueses da América, tanto crioulos como mestiços, para qualquer espécie de autonomia: autonomia cultural ou autonomia política.

Se visitarmos hoje a parte do Brasil que esteve sob o domínio mais direto dos jesuítas, não encontraremos, entre os descendentes dos índios das Missões, recordações agradáveis desse regime paternalista, e sim ódio à memória dos bem intencionados mas autocráticos missionários. Não sei de nenhum brasileiro, de entre os nativos dessa região, que tenha o mais leve entusiasmo pela memória dos antigos senhores teocráticos das missões do Rio Grande do Sul. Nada que se pareça com o sentimento de tole-

---

(14) Walter GOETZ, “Jesuits”, *Encyclopedia of the Social Sciences*, VIII, p. 388.

(15) “Native Policy”, *Encyclopedia of the Social Sciences*, XI, p. 259.

rância do antigo paternalismo benévolo das casas-grandes, que se nota entre alguns dos descendentes dos escravos de engenho do Norte do Brasil. Pelo contrário: parece que o grito de guerra dos índios do século XVII contra os jesuítas das “reduções” ainda hoje inspira, nos seus descendentes, sentimentos de revolta contra tôda a disciplina autocrática que se queira exercer sôbre as suas vidas. É célebre o seu grito de guerra: “Mata-me mas não me reduzas”.

Com essas tradições ainda vivas no Brasil — vivas entre os grupos mais dinâmicos da sua população, tanto de instruídos como de analfabetos. — é possível concluir que êste país está à vontade, e não à força, entre as nações ou as comunidades modernas que se inclinam para as formas socialmente democráticas de vida; entre os povos que se inclinam para essas formas de convivência não sômente através do processo social e étnicamente democrático de amalgamamento de raças e de interpenetração de culturas — processo sempre ativo entre o povo brasileiro — mas, também, através da tendência de muitos brasileiros para formas de govêrno em que o desenvolvimento da personalidade humana não seja duramente sacrificado a qualquer despotismo totalitário, por mais eficiente.

Parece que o ideal brasileiro de felicidade humana (ideal formado por tradições e tendências vindas tanto da *intelligentzia* como da gente comum) não se reduz à conquista de vantagens ou comodidades puramente materiais. Êsse ideal inclui o desenvolvimento da personalidade humana por processos que parecem ter sido, senão determinados, condicionados através de largo intercâmbio de valores intelectuais e morais que o contato democrático entre várias raças e culturas tornou possível.

Parece que ao Brasil há de caber notável contribuição em relação ao desenvolvimento da personalidade humana no mundo moderno. Essa contribuição virá provávelmente do tipo extra-europeu de civilização que os grupos mais dinâmicos e criadores da população brasileira estão desenvolvendo, a respeito de imensas dificuldades. E se manifestará na política interamericana e exterior do Brasil tanto como na arte e na literatura autênticamente brasileiras. Política, arte e literatura que dão em pura hipocrisia tôda vez que o Brasil procura exprimir-se, intelectual ou politicamente, como nação inteiramente branca ou caucásica; tôda vez que age como se os seus interêsses, os seus problemas e os seus ideais fôsem os de uma nação européia ou subeuropéia. E não os de uma comunidade americana, nova e dinâmica, que em

vez de envergonhar-se dos seus elementos básicos de raça e de cultura — ameríndios, judeus, asiáticos e africanos, e não apenas europeus — se orgulhasse de todos êles.

Em 1941 visitei a Argentina, o Uruguai e o Paraguai e em cada um desses países — especialmente no primeiro — notei que, a despeito de a maioria do povo e de os melhores elementos da Imprensa serem bons amigos da gente brasileira, existia bem articulada campanha ou movimento contra o Brasil que me fêz lembrar as agitações astuciosamente preparadas por agentes secretos alemães nos Balcãs: movimentos caracterizados pela mesma técnica da guerra psicológica. A agitação na Argentina contra o Brasil, devida, talvez, a agentes nazistas, tomou, naquela época, a côr ou o aspecto ideológico ou místico de um movimento “nacionalista” a favor de grande figura argentina do passado — o ditador Rosas — representado no espírito do povo como um poderoso e bravo inimigo dos “judeus” e dos “mulatos brasileiros”. Segundo certa lenda “rosita”, “mulatos brasileiros”, por meio de manhosa diplomacia, teriam feito passar para o Brasil terras que de direito pertenciam ao “povo branco” da Argentina. A nota do ódio de raça mostrava-se de modo característico no movimento pró-fascista, antidemocrático e antibrasileiro, na Argentina: um movimento cujo fim principal seria separar o povo da Argentina do povo do Brasil. Movimento que não foi para diante. As relações entre os dois países são hoje as de compreensão mútua e de identificação dos seus principais destinos como nações americanas.

Observações, de ordem geral, sôbre a existência de mulatos no Brasil, em cargos importantes, assim como as afirmações específicas sôbre casos, também específicos, de mulatos brasileiros que durante o Império e na República têm sido responsáveis pela política nacional e internacional, ainda inquietam alguns brasileiros sensíveis a tais reparos — os homens de idade superior a sessenta ou setenta anos. Mas não chegam a perturbar a maioria dos jovens ou dos homens das novas gerações, praticamente livres de qualquer sensitividade, que se poderia considerar mórbida, ao fato de possuir o Brasil numerosa população mestiça, da qual têm saído homens de Estado e não apenas intelectuais e artistas notáveis.

Tão fortes são as provas de capacidade construtora ou criadora — capacidade para construir nova e original civilização na América — já dadas pelos brasileiros de origens étnicas diversas, que os jovens do Brasil, observando a verdade como lhes vem sendo revelada por historiadores e antropólogos, sociólogos



e pesquisadores que deixaram de ser subeuropeus nas suas opiniões ou nos seus critérios e tornaram-se americanos ou atlânticos, no melhor sentido da palavra, se mostram hoje orgulhosos dos seus heróis mestiços, dos seus compositores mestiços, dos seus estadistas mestiços, dos seus escritores, seus artistas, seus industriais, seus inventores, seus administradores mestiços. E poderiam recordar aos puristas raciais argentinos que um grande estadista argentino do século XIX foi mulato, e que o famoso escritor argentino Manuel Ugarte é também mulato.

Como já antes observei, sob o regime monárquico do século XIX, qualquer brasileiro, sem que importasse a sua origem, raça ou côr, podia vir a ser primeiro ministro e dirigir o país se fôsse homem de talento ou personalidade excepcional. Durante a primeira República foi coisa natural ver-se homem como Nilo Peçanha, mulato de origem humilde, suceder, como Ministro das Relações Exteriores, a Lauro Müller, homem louro e de olhos azuis, puramente "ariano", filho de colonos alemães de Santa Catarina. Há hoje puristas de raça no Brasil: mas constituem grupo muito pequeno e quase ridículo.

Os jovens brasileiros tomam cada vez mais como um dever de inteligência, quando não de sentimento cristão ou americano, opor-se a tôdas as formas do preconceito de raça ou de côr que possam impedir o Brasil e a população daquelas regiões de fala portuguesa de que o Brasil é hoje, sob vários aspectos, o líder intelectual, de levarem para a frente a sua vasta experiência de democratização étnica e social. A êste respeito é interessante observar que, no Brasil, mesmo a organização quase nazista ou quase fascista chamada "integralismo" não levantou nunca, oficialmente, a voz a favor de qualquer preconceito de raça; nem contra os que são a favor da incorporação de todos os elementos étnicos na comunidade brasileira. O que dá bem a sentir o vigor daquela tendência. Daí a observação do Prof. Lewis Hanke de que "as idéias raciais nazistas não podem esperar senão oposição dos fusionistas latino-americanos". Por outro lado — e isto é, talvez, mais importante — acha o Prof. Hanke que "êste grupo" — o fusionista — "é mais nobremente nacionalista do que qualquer outro da América Latina".

Sendo o fusionismo a tendência dominante no Brasil, êste não pode passivamente harmonizar-se com as nações brancas, européias ou subeuropeias, sempre que elas falem ou atuem em função dêsse caráter e olhem de alto as nações não-europeias ou extra-europeias. Também estaria deslocado o Brasil entre as comunidades predominantemente de côr cuja consciência de raça seja mais forte

do que a sua consciência nacional. Devido às oportunidades ou possibilidades de aperfeiçoamento ou ascensão social e de expressão cultural, de que desfrutam todos os homens sem distinção de raça ou de côr, no Brasil, não houve nunca, entre os descendentes brasileiros de africanos, oportunidade para nêles se desenvolver a consciência de “ser negro” que existe nos Estados Unidos; até em indivíduos de distante ou remota ascendência africana e de características físicas que se conformam perfeitamente com os padrões estéticos, greco-romanos ou nórdicos, da figura humana.



## VII

### ESCRavidÃO, MONARQUIA E O BRASIL MODERNO

Há mais de trinta anos publiquei um livro em português — um ensaio — no qual afirmo que a escravidão — escravidão do tipo patriarcal — mais do que qualquer outra instituição ou de qualquer outro processo social marcará o desenvolvimento social do Brasil, o caráter e a cultura da gente brasileira. No ano de 1941 apareceu nos Estados Unidos livro semelhante ao meu. Refiro-me a *The Mind of the South*, de W. J. Cash, no qual se encontra análise penetrante dos efeitos da escravidão sobre a mente e o *ethos* do americano do Sul dos Estados Unidos. Em vários pontos essa análise confirma aquilo que a análise brasileira já evidenciara quanto aos efeitos psicológicos de uma instituição como o trabalho escravo — com a inevitável correlação entre senhor e escravo — sobre descendentes, tanto de senhores como de escravos. Apesar dos efeitos sociológicos nas duas áreas terem sido, sob certo ponto de vista, diferentes, em virtude de fatores históricos e ecológicos, os efeitos psicológicos se revelaram quase os mesmos.

Um dos fatores de diferenciação foi a presença, no Brasil, de uma instituição, nuns pontos complementar da escravidão patriarcal, noutros oposta aos seus abusos: a monarquia patriarcal, de um tipo mais clássico do que romântico. Esse corretivo dos efeitos psicológicos do sistema escravocrata sobre descendentes de senhores e de escravos faltou aos Estados Unidos.

O romantismo foi um dos efeitos psicológicos do sistema brasileiro de agricultura baseado sobre o trabalho escravo que

mais se projetaram sôbre os descendentes de senhores de escravos no Brasil. E justamente com o romantismo nasceu o amor pela retórica, comum aos brasileiros e aos anglo-americanos nas duas áreas do Nôvo Mundo onde a escravidão floresceu com maior vigor: o Sul dos Estados Unidos e as regiões canavieiras e cafeeiras do Brasil. Tal como no Sul dos Estados Unidos, nessas regiões do Brasil a retórica tornou-se “não apenas uma paixão”, mas, conforme é assinalado por Cash em seu famoso livro, “um padrão primário de julgamento, o *sine qua non* exigido para a liderança”. Esse amor pela oratória sempre esteve associado, no Brasil como no Sul escravocrático dos Estados Unidos, com o “amor pela política”.

No Brasil até mesmo a campanha pela abolição da escravidão sofreu de excesso de retórica: concorreu para a queda da monarquia — sistema de govêrno que, sendo mais clássico do que romântico, foi, para os brasileiros, um corretivo de excessos românticos geralmente associados com o republicanismo da América do Sul e do Sul dos Estados Unidos. Excessos românticos que se expressavam no exagêro do individualismo, do paternalismo e familismo.

Por outro lado, a monarquia no Brasil também exerceu saudável influência em favor da unidade, política e da cultura nacional; e mesmo em favor da objetividade em certas práticas políticas e neste ponto ajudada pela observância, na política exterior do Império, de normas diplomáticas ou de métodos de intercâmbio diplomático formais, apolíneos, sóbrios, pouco comuns entre os republicanos latino e anglo-americanos. O que por sua vez prejudicou as relações internacionais dessas republicas: particularmente, as continentais.

Pelo fato de ser uma espécie de superpaternalismo, com o prestígio que lhe era dado pela Família Imperial em benefício do papel nacional que, como sistema, tinha a representar, a monarquia brasileira manteve-se acima dos paternalismos regionais e das rivalidades entre as famílias poderosas que constituíam parte tão importante da sociedade patriarcal. E foi também base para aquela política internacional: uma política — repita-se — em que os métodos e estilos apolíneos deram ao Brasil, neste particular, uma visível superioridade sôbre as jovens repúblicas românticas, cujos diplomatas cometeram não poucos erros por lhes ter faltado a disciplina dessa espécie de diplomacia. A presença no Rio de Janeiro, de uma família primeiro Real, depois Imperial, cercada por estadistas e diplomatas com treinamento europeu,

parece explicar por que, ao lidar, não somente com repúblicas dominadas por “caudillos”, como por algum tempo o Paraguai, mas também com os Estados Unidos, a diplomacia do Brasil monárquico, tenha sido, na maioria dos casos, superior, pela sua objetividade e pela forma clássica, de seus modos de agir e de expressar-se — quase sem verbalismo — à excessivamente romântica retórica e anárquica diplomacia da América Republicana. No seu livro *Diplomatic Relations between The United States and Brazil*, o Professor Laurence F. Hill cita exemplos interessantes de discrepância entre os dois tipos de diplomacia. Creio que êle concordaria comigo em classificar um dos tipos — o republicano — como romântico —, e o outro — o monárquico — como clássico.

O familismo, ligado ao do sistema escravocrático, foi comum ao Brasil e ao Sul dos Estados Unidos; e também a outras áreas da América, como Cuba e o Peru. O Brasil, assim como no Sul dos Estados Unidos, no isolamento proporcionado pela vida nas propriedades rurais, o lar, a família, o pequeno mundo doméstico representado pela casa-grande patriarcal, e o complexo que a cercava, transformou-se num centro de múltiplas atividades. Em ambas as áreas cresceu aquilo que Cash chama de “intensa e desusada afeição e respeito pelas mulheres da família (...) pela espôsa e pela mãe, de cuja atividade dependia grandemente o conforto e o bem-estar de todos”.

No meu ensaio *Casa Grande & Senzala* (1933), tentei analisar situação idêntica ou semelhante, tal como ela se desenvolveu na área dos grandes engenhos e das grandes fazendas patriarcais do Brasil. E, como em outros ensaios que venho desde então publicando sobre o assunto, ou sobre temas correlatos, sugeri que a devoção católica pela Virgem Maria, glorificada como Rainha — *Regina* —, em nenhuma outra região do mundo parece se ter tornado tão forte como no Brasil. Resultado, talvez da extrema idealização da mulher aristocrática e mesmo da mulher negra — através do simbolismo da Mãe Preta — como componentes básicos e vitais do complexo de vida familiar nas plantações. Complexo desenvolvido durante os dias da escravidão.

Nessa devoção particularmente intensa pela Virgem Maria, característica da área de engenhos e de fazendas patriarcais do Brasil, é possível perceber-se a sublimação, ou a idealização, da mulher, através de um culto que encontrou outros meios de expressão nos Estados Unidos; inclusive — entre os anglo-americanos — a identificação do culto da pureza da mulher com o da

pureza da raça. Tal identificação não a encontramos no Brasil, onde o culto pela mulher estêve sempre mais associado ao orgulho de família do que ao orgulho de raça.

No Brasil parece que o culto à Virgem Maria está associado de maneira tão estreita com o complexo patriarcal que, em grande número de mansões, ou de casas-grandes, as respectivas capelas eram batizadas não com o nome de família do proprietário, mas sim com o de sua espôsa, de sua mãe ou de alguma filha, disfarçado em uma das muitas denominações dadas, nos países latinos, à Virgem Maria, respeitosa e precedido pelo tratamento como que matriarcal de “Nossa Senhora”: Nossa Senhora da Anunciação, Nossa Senhora da Boa Viagem, da Boa Esperança, do Bom Parto — denominação particularmente maternal — do Perpétuo Socorro, das Dores, da Solidão. Em muitos casos essa mística Senhora — espécie de deusa que, mais do que o próprio Deus, ou o Cristo, supunha-se guardar tôda a plantação, protegendo-a contra todos os tipos de inimigos — era a madrinha das crianças, fidalgas, plebéias e escravas do sexo feminino, nascidas em engenho ou em fazenda e batizadas na capela pelo capelão dêsse engenho ou dessas fazendas, que geralmente se sentia mais subordinado ao patriarca do que ao bispo, recebendo a criança o nome da Virgem Maria particular da fazenda ou do lugar em que nascia. Nome, êste, que também de ordinário era o da dona da casa e o de sua filha mais velha.

O poder patriarcal no Brasil, durante a escravidão, não foi absoluto. Havia um tão intenso respeito pela mulher, em sua forma romântica e sobretudo mística, que o mesmo se refletia na vida prática: no cotidiano. Os homens eram os verdadeiros senhores no sistema escravocrático brasileiro: os homens brancos. Senhores absolutos das mulheres brancas, dos engenhos ou das fazendas e dos escravos. Mas o seu poder limitava-se psicologicamente pelo respeito romântico ou místico às mulheres: não sòmente às suas mães, às suas espôsas e às suas filhas, mas também à Virgem Maria, que para muitos era um poder místico mais forte — é preciso repeti-lo — do que Deus ou do que Jesus Cristo. Não uma deusa universal, mas uma manifestação particular ou doméstica do poder divino que protegia matriarcalmente uma família ou um lar, contendo, por vêzes, acessos de poder patriarcal.

Em interessantíssimo livro escrito por uma mulher, sôbre a África do Sul — *Color and Culture in South Africa*, de Sheila Patterson — tenta-se comparar o complexo escravocrático da África do Sul com o mesmo sistema no “Old South” dos Estados

Unidos e no Brasil. Uma discriminação muito inteligente é feita na referida obra, quando a Sr.<sup>ta</sup> Patterson fala do culto da “pureza do lar” que prevaleceu no Brasil, durante os dias da escravidão, muito mais do que o culto da “pureza da raça” (ou sangue) como acontecia nos Estados Unidos e na África do Sul. Vai mais além a autora, sugerindo que, no Brasil, o sistema escravocrático derivava daquilo que chama “um protótipo português”, diferente do anglo-saxão, ou do holandês.

Neste particular, alegra-me encontrar num livro inglês, de 1953, conclusões semelhantes às sugestões que esbocei em meu ensaio de 1933, no qual baseei minha análise do sistema escravocrático, no Brasil, sobre a premissa de ter sido o mesmo diferente dos sistemas de escravidão moderna dos anglo-americanos, dos holandeses, e mesmo franceses e até dos espanhóis. O complexo patriarcal escravocrático brasileiro foi uma extensão do português, como este o era do sistema mouro ou árabe, e maometano: um sistema de escravidão mais doméstica do que industrial. Em recentes contatos com a África e com a Ásia encontrei novas e maiores provas para tal teoria, durante prolongada viagem que me proporcionou contatos rápidos porém esclarecedores com países maometanos como a Arábia, o Paquistão, o Egito, a Índia — em parte maometana —, e, mais tarde, a África Negra em suas áreas islamizadas. E não somente nessas regiões da África profundamente afetadas pela cultura maometana, como nas completamente virgens do impacto islâmico, e também em regiões mais ou menos industrializadas da África sob a influência de franceses, ingleses, belgas ou holandeses, como acontece na África do Sul, pude observar o fenômeno quer como presença, quer como ausência sociologicamente significativa.

Em toda parte, fiquei impressionado pelo fato de que o parentesco sociológico entre os sistemas português e maometano de escravidão parece responsável por certas características do sistema brasileiro. Características que não são encontradas em nenhuma outra região da América onde existiu a escravidão.

O fato de que a escravidão, no Brasil, foi, evidentemente, menos cruel do que na América inglesa, e mesmo do que nas Américas francesa e espanhola, já me parece documentado de forma idônea. E por que foi assim? Não pelo fato de os portugueses serem um povo mais cristão do que os ingleses, os holandeses, os franceses ou os espanhóis, a expressão “mais cristãos” significando, aqui, eticamente superiores na moral e no comportamento. A verdade seria outra: a forma menos cruel de escravidão desenvolvida pelos portugueses no Brasil parece ter sido o



resultado de seu contato com os escravocratas maometanos, conhecidos pela maneira familiar como tratavam seus escravos, pelo motivo muito mais concretamente sociológico do que abstratamente étnico de sua concepção doméstica da escravidão, ter sido diversa da industrial. Pré-industrial e até antiindustrial.

Sabemos que os portugueses, apesar de intensamente cristãos — mais do que isto até, campeões da causa do Cristianismo contra a causa do Islã — imitaram os árabes, os mouros e os maometanos em certas técnicas e em certos costumes, assimilando deles inúmeros valores culturais. A concepção maometana da escravidão, como sistema doméstico ligado à organização da família, inclusive às atividades domésticas, sem ser decisivamente dominada por um propósito econômico-industrial, foi um dos valores mouros ou maometanos que os portugueses aplicaram à sua colonização predominantemente, mas não exclusivamente cristã, do Brasil.

Quando, em 1938, falei ao meu velho professor da Universidade Columbia, o grande Franz Boas, sôbre as idéias que tinha a êsse respeito, êle me disse que as mesmas poderiam servir de base a nova compreensão e mesmo interpretação da situação brasileira; e que eu devia continuar minhas pesquisas relativas à conexão existente entre a cultura portuguesa e a moura — ou maometana — particularmente entre seus sistemas de escravidão. Argumentou ainda que os maometanos, árabes e mouros, durante muitos séculos haviam sido superiores aos europeus e cristãos em seus métodos de assimilação de culturas africanas à sua civilização.

Outro antropólogo da mesma geração de Boas, e, como o mestre da Columbia, autoridade no estudo de contatos, raciais e culturais, de europeus e não-europeus, o Professor Fox Pitt-Rivers, da Inglaterra, em um de seus livros relativos ao que êle chama de “choque de culturas”, aponta o fato, geralmente negligenciado pelos europeus, quando êstes apresentam os árabes e maometanos da África como seres terríveis e até mesmo monstruosos, especializados em escravizar os negros, de que seu sistema de escravidão era diferente do europeu. Para citar as próprias palavras do antropólogo britânico: “A escravidão no Oriente foi muito diferente, bem mais nobre e menos degradante do que na Europa e nos Estados Unidos”(1). Mesmo a sua “poligamia” — acha Fox Pitt-Rivers — merece o respeito dos ocidentais.

Daí a forma de escravidão que os portugueses adotaram no Oriente e no Brasil ter se desenvolvido mais à maneira árabe que

---

(1) *The Clash of Culture and the Contact of Races*, Londres, 1927, p. 238.

à maneira européia; e haver incluído, a seu modo, a própria poligamia, a fim de aumentar-se, por êsse meio maometano, a população. Alguns preferem dizer que o fim era tão-sòmente aumentar-se o número de escravos, de trabalhadores, de animais produtores de riqueza. Mas é preciso nos lembrarmos de que, a partir do século xv, os portugueses usaram a escravidão para a seleção eugênica de elementos humanos que, uma vez cristianizados, domesticados no sentido de se tornarem parte do sistema familiar e patriarcal cristão-europeu, eram vários dêles alforriados, tendo então a oportunidade de se tornarem socialmente e culturalmente iguais aos brancos e aos cristãos europeus. Já no século xv jovens africanos tiveram em Portugal a oportunidade, através de uma espécie de seleção não-significativa e exclusivamente racial, de se fazerem sacerdotes, o que significava então ocupar alta posição na sociedade portugêsa. E essa oportunidade de ascensão social estendeu-se por vêzes a jovens que já não eram africanos levados muito crianças de seu continente para a Europa, como escravos, mas sim filhos de portugueses com escravas africanas. Talvez pressionados por um problema que tinham que enfrentar — o da escassez de população para a tremenda tarefa de se expandirem na Ásia, na África e na América —, os portugueses seguiram o exemplo maometano ou árabe. De acôrdo com os maometanos, bastava ao filho da ligação de árabe com mulher escrava adotar a fé, os rituais e os costumes de seu pai, para se tornar igual ao mesmo pai, socialmente falando.

Os portugueses não foram tão longe quando estabeleceram no Brasil um sistema quer escravocrático, quer não, de relações com não-europeus, mais amplo do que aquêles que tinham criado na Índia e na África, seguindo — parece evidente a alguns de nós — sugestões maometanas. Mas assim que se estabeleceram no Brasil começaram a anexar ao seu sistema de organização agrária de economia e de família uma dissimulada imitação de poligamia, permitida pela adoção legal, por pai cristão, quando êste incluía, em seu testamento, os filhos naturais, ou ilegítimos, resultantes de mães índias e também de escravas negras. Filhos que, nesses testamentos, eram socialmente iguais, ou quase iguais, aos filhos legítimos. Aliás, não raras vêzes, os filhos naturais, de côr, foram mesmo instruídos na casa-grande pelos frades ou pelos mesmos capelães que educavam a prole legítima, explicando-se assim a ascensão social de alguns dêsses mestiços.

Devo mencionar aqui que os casamentos de colonos portugueses com môças ameríndias, tornadas cristãs, ocorreram com alguma freqüência no Brasil colonial. Algumas dessas môças, tal

como a índia norte-americana Pocahontas, eram autênticas princesas: descendiam de caciques. Descender de princesa ameríndia e de um português — de preferência português nobre — continua a ser razão de especial orgulho de brasileiros que se ufanam de ser do Brasil há quatro séculos. O primeiro Cardeal, não só do Brasil mas de tôda a América Latina, descendia de um Albuquerque do século XVI que, além de se ter casado com mulher portuguesa de boa origem — uma Mello — enviada ao Brasil pela Rainha de Portugal para com êle contrair matrimônio, adotou e legalizou os filhos que já tivera de uma princesa índia. Assim, o Cardeal era produto dessa suave poligamia tolerada pela Igreja sempre que bons católicos (como acontecia com a maioria dos colonos) adotavam seus filhos ilegítimos ao ditar seus testamentos. Conheço um grande número desses testamentos — do período colonial brasileiro — e sei o quanto essa poligamia suavemente disfarçada contribuiu para o aumento da população de nosso país, seguindo normas que teriam obtido a aprovação de especialistas em eugenia, pois os pais, em muitos casos, eram homens de primeira qualidade, não somente sob o ponto de vista sociológico, mas também — a julgar pelas suas realizações e a de seus filhos e netos ilegítimos, e mais tarde por tôda sua descendência — sob o ponto de vista biológico.

Uma escravidão desse tipo sob vários pontos de vista não só foi útil ao desenvolvimento social do Brasil como também mostrou ser valiosa contribuição para a unidade política e a disciplina social — a disciplina patriarcal — de um país imenso como o nosso, pois era um sistema comum a diferentes províncias e sub-regiões. Nas casas-grandes as crianças cresciam cercadas pelos parentes — avós e avós, alguma tia solteirona, primos, e até mesmo amigos íntimos da família — de maneira que, desde o nascimento, tais crianças viam “muitas variações de idade e de experiência humana dentro ou nas proximidades de seu lar”, conforme assinalou a antropologista Margaret Mead com relação aos filhos das velhas famílias patriarcais anglo-americanas.

Por outro lado, o sistema patriarcal de economia e de família, no Brasil, foi sob alguns aspectos, prejudicial ao desenvolvimento nacional e ao próprio caráter brasileiro em geral, o que contribuiu para que os brasileiros se tornassem por demais dependentes do paternalismo e de governos paternalistas. Também fez com que o trabalho manual fôsse considerado coisa pouco digna de um homem livre. Deu valor exagerado a carreiras como o sacerdócio — mesmo quando não se tinha vocação para essa nobre profissão —, a militar e a acadêmica, desdenhando as atividades

industriais, técnicas e comerciais, deficiência que só atualmente está sendo superada pelos brasileiros. Contribuiu também para que certos brasileiros se mostrassem sádicos no exercício do poder, assim como para a associação da política interna com a retórica — exemplo ilustre: Rui Barbosa —, como aconteceu também no Sul dos Estados Unidos, sendo o excesso verbal o meio mais fácil que os líderes políticos usavam para impressionar a gente impressionável.

Mas, felizmente para o Brasil, a escravidão não foi o único fator que atuou sobre o desenvolvimento social brasileiro e a formação de nosso caráter, ou do nosso *ethos*. Aqui voltamos à afirmativa de que a escravidão, em nosso país, foi corrigida de alguns de seus excessos por outra poderosa instituição que os portugueses trouxeram para o Brasil e que os brasileiros tiveram a inteligência de conservar mesmo após se separarem politicamente de Portugal. Essa instituição, o sistema monárquico de governo, merece dos estudiosos do desenvolvimento brasileiro tanta atenção quanto a escravatura.

Enquanto as casas-grandes mais autocráticas dos engenhos de cana-de-açúcar e, mais tarde das fazendas de café, por vezes manifestaram certa tendência para dividir o país em blocos patriarcais antagônicos e até violentos — cada um deles protegido pela sua Virgem Maria ou por santo particular, de tal forma que os trabalhadores escravos de uma propriedade não raro entravam em luta ao se encontrarem com os de outras propriedades — a monarquia atuava como força por demais nacional para tomar partido ao lado de autocratas locais, ou provinciais, ou mesmo de santos que protegiam determinadas famílias patriarcais excluindo outros de sua proteção mística. E atuava, também, em defesa das leis, da justiça, da moral, contra abusos paternalísticos do poder. Pelo fato de os autocratas das casas-grandes desejarem mostrar seu prestígio participando da vida política local, e sendo distinguidos pela Coroa com títulos — com os barões ou já viscondes querendo ser marqueses e, se possível, duques —, era de seu interesse agir de maneira a agradar o Imperador e seus conselheiros. Afortunadamente, para o Brasil, os quatro monarcas que reinaram desde o dia em que o Rio de Janeiro se tornou a sede, primeiro da monarquia portuguesa, e, mais tarde, da brasileira, foram pessoas que possuíam em alto grau o sentido das responsabilidades nacionais e reais: o Rei, Regente e, depois, Dom João VI, os Imperadores Dom Pedro I, Dom Pedro II, e a Princesa Isabel. Eram grandemente respeitados pelo povo brasileiro, e esse respeito em boa parte resultava da atitude generalizada dos

brasileiros em relação à autoridade suprapaternalística dos mesmos monarcas: sòmente o Rei, Imperador, e a Princesa eram reconhecidos por quase todos, como um poder maior, que se sobrepunha ao dos autocratas locais. Por outro lado, a autoridade monárquica no Brasil estabeleceu durante muito tempo o princípio de que, como autoridade máxima, deveria contar com a cooperação leal dos autocratas locais. Essa interdependência era completa; de tal forma que, ao assumir a Coroa a defesa da abolição da escravidão, exercendo papel importante no movimento que visava a libertar os escravos do Império, êste mesmo Império perdeu imediatamente grande parte da sua vitalidade e conseguiu sobreviver à escravidão — que deixou de existir no Brasil em 1888 — sòmente por um ano. Em 1889 proclamava-se a República.

Uma república fraternalística, inicialmente, que assim permaneceu sòmente durante pouco tempo. Pois acabou tendo de imitar a monarquia que substituíra e passando a ser, até certo ponto, paternalista. Tornou-se predominantemente paternalista; e os seus presidentes tornaram-se fortes e autoritários como chefes de Estado. Deviam proteger o país contra a desordem e a anarquia como se fòssem reis ou majestades.

A nota irônica, no que respeita ao desaparecimento simultâneo das duas instituições — a escravidão e a monarquia — foi que, como homens livres, os antigos escravos viram-se repentinamente tanto sem Imperador ou Princesa, como sem autocratas da casa-grande para protegê-los. E tornaram-se assim, como brasileiros livres, vítimas de um sentimento de insegurança que resultava da sua liberdade de gente desprotegida ou desamparada.

Alguns dêles passaram a sentir nostalgia do Imperador e das casas-grandes ao se considerar por vêzes trágicamente inseguros como trabalhadores livres. Foram necessários longos anos para que os líderes políticos do Brasil republicano compreendessem a situação real, psicológica e social, dêsses antigos escravos disfarçados em trabalhadores livres; e privados da assistência patriarcal que lhes era dada pelas casas-grandes quando ficavam velhos ou doentes. Pelas casas-grandes e, quando estas falhavam, pelo Imperador, pela Imperatriz ou pela Princesa Imperial, sempre paternal e maternalmente interessados no bem-estar dos escravos. Tanto que o Imperador era considerado, e chamado por muitos dêles “Pai Grande” e a Imperatriz, de “Mãe”, num sentido semelhante ao da Virgem Maria, que, como Rainha (*Regina*) também era sua Mãe.

Isto explica — para compreendermos o Brasil contemporâneo — a grande popularidade alcançada por Getúlio Vargas

quando, Presidente durante algum tempo com poderes ditatoriais, decidiu dar aos brasileiros menos privilegiados uma legislação social que significou, para a maior parte da população trabalhadora do Brasil urbano, amparo na velhice e proteção contra doenças em empresas de comércio e de indústria perante as quais o trabalhador, no passado, não tivera êsses direitos. Isto explica porque Vargas tornou-se conhecido como “o Pai dos Pobres” ganhando uma popularidade superior, até, àquela conseguida por Dom Pedro II em quarenta e oito anos de governo bom, honesto e paternal.

Dáí talvez se possa concluir que, no Brasil, a tradição monárquica, corrigindo alguns dos excessos da tradição paternalística que se formara, irradiada das casas-gandes, consequência de um sistema agrário — patriarcal-familiar — se tenha expressado, em nossos dias, em valores positivos e não somente em sinais negativos. Esta parece ser a conclusão de todos os que analisam as relações de administração, e de governo com outros componentes da organização social do Brasil.

Há alguns anos, num ensaio que se tornou clássico, Woodrow Wilson escreveu que em matéria de organização administrativa os Estados Unidos estavam “em desvantagem evidente quando comparados com as nações transatlânticas”. Por quê?

Até certo ponto porque muito do que em tais nações se tornara mais eficiente em seu sistema administrativo se desenvolvera como “iniciativa real”, isto é, de poderes monárquicos. Real, e, é preciso acrescentar-se, paternalista, conforme aconteceu na Prússia, e, em menor escala, na Inglaterra, onde houve uma espécie de antecipação da história política dos Estados Unidos: uma história, segundo a análise de Woodrow Wilson, não tanto de desenvolvimento administrativo como de supervisão legislativa; não de progresso quanto à organização governamental, mas de adiantamento no estabelecimento de leis e na crítica política. Desenvolvimento de resultados menos eficazes, para os elementos desprotegidos das populações nacionais do que aquelas iniciativas monárquicas. O Brasil parece estar em situação única quanto à história política entre as repúblicas das Américas — do Norte, Centro e Sul. A história dessas repúblicas foi influenciada a tal ponto pelos exemplos anglo-americanos e revolucionários franceses com o estabelecimento de leis liberais e, algumas vezes, com uma crítica política excessivamente abstrata em seu modo de ser liberal que a organização de governos do tipo eficientemente paternalístico e real, responsável pela maior parte dos avanços europeus nas medidas de proteção de operários contra grupos privilegiados,

requereu esforços violentos, manifestados em freqüentes revoluções e na freqüente instalação de governos republicanos ditatoriais ou caudilhescos. Esta é uma situação, comum a quase tôda a América que o Brasil, com sua tradição paternalística e monárquica — uma tradição assimilada até mesmo pelo seu sistema republicano quando, nesse sistema a prática suplantou a teoria — jamais conheceu.

Isto parece explicar porque o Brasil — país que acrescentou à tradição paternalista e monárquica, lenta e pacífica imitação de parlamentarismo legislativo, de tipo britânico, e de uma crítica política tão livre como a que vem vigorando nos Estados Unidos, — permanece, hoje em dia, como um caso, extremamente complexo, de nação que, sendo muito americana, muito liberal, muito democrática em alguns dos aspectos mais expressivos da sua organização social e de seu sistema político, é, por outro lado, tão clássicamente européia; mais do que a Argentina, o Uruguai ou o Canadá. Isto por ser sensível a uma tradição paternalista-monárquica que é sua herança peculiar na América. Essa tradição, em lugar de predispor os brasileiros a permanecerem arcaicos, evitando o chamado Progresso com P maiúsculo, vem agindo como estímulo constante, especialmente em dias críticos, para a solução legal, pacífica quase sempre civilista, de problemas que em outras repúblicas da América Latina — mesmo na Argentina e no Chile — têm sido resolvidos somente através de ditaduras abertamente militares e, muitas delas, brutais, embora republicanas na forma, e, às vêzes, na substância. Soluções marcadas por excessos de violência e pelo mais completo desprezo pelas leis escritas reduzidas freqüente e simplesmente a “trapos de papel”, e não desprezadas em dias excepcionalmente críticos, como tem acontecido no Brasil.

É fato incontestável que, no Brasil, a Coroa agiu sempre como fôrça ou influência acima dos partidos e do antagonismo político dos grupos; e também como influência — como já foi referido neste ensaio — a favor de uma política internacional objetiva, executada pelo seu Ministério das Relações Exteriores, cujo conhecimento especializado, dos assuntos com que vem lidando e familiaridade dos seus diplomatas bem treinados com os estilos e as técnicas européas de diplomacia, coloca-o em situação singular na América Latina e até no continente americano, dando à nação brasileira neste particular, evidente superioridade sôbre outros países: mesmo sôbre os Estados Unidos.

Parece também incontestável o fato de o Exército brasileiro, desde o estabelecimento da República, vir considerando uma de

suas maiores responsabilidades, como força nacional, assumir aquela antiga função da Coroa: a de comportar-se como influência superpartidária na vida nacional.

Notável publicista e diplomata, Joaquim Nabuco foi talvez o primeiro a rejubilar-se com o fato de que o Exército, e não qualquer partido republicano, ou seita ideológica, assumisse o controle efetivo da situação brasileira quando caiu a monarquia, como conseqüência — em grande parte — da abolição da escravatura: medida um tanto temerária tomada pela Princesa Isabel durante a ausência de seu pai, Dom Pedro II, que se encontrava na Europa. O Exército desempenhou então função outrora da Coroa: aqui como força suprapartidária em benefício do todo nacional.

É possível generalizar o fato de que, desde o fim do século XIX até nossos dias, o Exército brasileiro — e nas últimas décadas as Forças Armadas em conjunto — Exército, Marinha e Aeronáutica — vêm agindo como substituto do papel representado pela Coroa durante os dias da monarquia, isto é, como influência corretiva de excessos de subgrupos; intervindo, especialmente em momentos de crise, a fim de evitar abusos do poder por parte de um indivíduo — Vargas, por exemplo — ou por qualquer subgrupo político, econômico, ideológico ou religioso, dentro da organização nacional. Isto parece explicar porque tem sido rara, excepcional e até anormal, a presença de líder militar de “caudilho” ou de ditador propriamente militar na vida brasileira — Floriano foi talvez o único; e também porque Vargas quando semiditador do Brasil (pois êle jamais foi ditador absoluto, tendo-se, ao contrário, cercado voluntariamente de controles legais que o transformassem numa espécie de regente ativo, numa monarquia limitada), tenha sido uma exceção à normalidade puramente constitucional; e que foi, como tal, tolerado e supervisionado por um Exército socialmente democrático, na sua composição e nas suas tendências. O paternalismo ditatorial de Vargas não foi o do tipo “caudilhesco” republicano, comum na América Latina, mas sim um esforço — nem sempre bem desenvolvido — em prol de uma organização administrativa que, dentro da tradição monárquica e paternalística do Brasil, inaugura no setor social, uma política a favor de elementos populares das populações urbanas do país, até então desprotegidos.

Uma das grandes realizações de Vargas, foi essa; outra de suas realizações foi a das medidas que tomou a favor de um maior equilíbrio de formas entre os Estados que compõem a Federação brasileira. Muitos dos líderes militares que apoiavam Vargas encararam tais esforços como ajustamentos necessários à



vida brasileira. Ajustamento que os legisladores não conseguiram realizar durante quase meio século de atividades parlamentares dentro de uma república presidencialista do tipo norte-americano, não de todo adaptada à realidade brasileira.

Organizar uma administração “é muito mais difícil para a democracia do que para a monarquia”, escreveu Woodrow Wilson no ensaio a que já me referi. É o exemplo brasileiro favorece sua opinião. Sendo definitivamente uma democracia — uma das mais avançadas do continente e do mundo moderno naquilo que se refere à democracia étnica e à democracia social — o Brasil, no seu desenvolvimento político, sempre foi um país singular no cenário americano por ter começado sua vida política independente como monarquia. Paradoxalmente essa monarquia foi predominantemente democrática e democratizada. Corrige excessos autocráticos regionais e locais, estimulados em larga escala pela predominância de um sistema político, e de uma organização social apoiados num sistema econômico de grandes propriedades — latifúndios, etc. — e de trabalho escravo.

Por isso mesmo é que desde que se transformou em república, o Brasil, nos seus dias de crise política, em lugar de agir como, outrora, várias das repúblicas latino-americanas — isto é, através de revoluções, de caudilhismo, de ditaduras cruamente militares — vem quase sempre agindo de maneira diferente. De maneira, até singularmente brasileira.

É preciso procurar as razões desse comportamento político-social numa sociedade em que os excessos autocráticos de subgrupos particulares vêm sendo moderados no Brasil, não pelo republicanismo racial, que se tornou característica de outras nações do continente mas pela ação e pelo exemplo de uma monarquia democrática. À sombra desse exemplo é que vêm sendo tomadas medidas eficazes a favor dos chamados grupos desprotegidos da sociedade, não tanto por diligência do Congresso, ou de Parla-mentos ou de Assembléias Legislativas, mas, em maior grau, por estadistas de tipo executivo e dentro de uma tradição — a monár-quica — em que essas iniciativas pertencem ao poder executivo. Tradição preservada por uma república presidencialista, na qual o Exército vem quase sempre representando — repita-se — papel semelhante ao desempenhado pela Coroa durante o período prô-priamente monárquico.

## VIII

### A LITERATURA MODERNA DO BRASIL CONSIDERADA EM ALGUNS DOS SEUS ASPECTOS SOCIAIS

A literatura e a arte não pertencem apenas ao domínio da crítica literária ou de arte: incidem também no domínio do sociólogo, do historiador social, do antropólogo e do psicólogo social. Porque através da literatura e da arte é que os homens mais parecem projetar a sua personalidade, e, através da personalidade, o seu *ethos* nacional. Através das artes êles descrevem as condições mais angustiosas do meio em que vivem e refletem os desejos mais revolucionários dos outros homens. E ainda, através das artes, exprimem os aspectos mais particularmente oprimidos, tanto como os mais vigorosamente dinâmicos, da personalidade ou do *ethos* nacional.

Durante muito tempo a arte e a literatura brasileiras permaneceram quase desarticuladas, senão passivamente coloniais ou subeuropéias. O Aleijadinho, o escultor mulato das igrejas coloniais do século XVIII, na região das minas de ouro do Brasil, foi um dos poucos artistas que surgiram com uma mensagem artística socialmente significativa e uma técnica notável pelo ânimo criador ou inovador e pela audácia e pelas características extra-européias, em um tempo em que predominavam, no Brasil, a literatura acadêmica e a arte puramente de imitação ou de cópia.

O Aleijadinho, filho de um artesão português e de uma negra, nasceu à sombra da escravidão; e terrível doença que se não lhe comeu, entortou ou entrou a maior parte dos dedos,

parece ter-lhe aumentado ainda mais a consciência de estar ligado à parte da população angustiada ou proscrita; e aumentado, também, os seus sentimentos de revolta contra o meio social. Trabalhava ajudado por escravos fiéis. Escravos negros. E é fácil ver quão significativas eram as condições materiais e sociais que haviam de favorecer as qualidades tècnicamente extra-européias e, algumas vêzes, psicológica e socialmente antieuropéias, das suas esculturas. Se corretamente interpreto a sua obra, dela pode-se dizer que foi, e continua sendo, expressão de revolta contra o meio social e do desejo do brasileiro, nativo ou mestiço, de se libertar dos senhores brancos ou europeus e dos exploradores reinóis do trabalho escravo ou da energia colonial.

A arte religiosa foi o seu meio de expressão. Às vêzes, considerando a obra do Aleijadinho, cuido descobrir nela a revelação de consciente ou inconsciente identificação, por um lado, do mulato extremamente sensível e potencialmente revolucionário, com Cristo e com os primitivos mártires cristãos (mazoquismo), e, por outro lado, com os mais terríveis profetas do Velho Testamento que pregavam contra os pecados sociais e castigavam os pecadores quase fisicamente, com suas duras e tremendas palavras (sadismo).

A sua maneira satírica ou sarcástica de exagerar brutalmente, nos oficiais e soldados romanos e nos altos sacerdotes judeus que perseguiram Jesus, não só o nariz mas outras características de raça, parece indicar também a sua revolta contra a dominação e a exploração de uma região rica, como era a das minas de ouro do Brasil, por arrogantes oficiais e soldados portugueses, e, segundo alguns historiadores, por padres e frades desbragados, tanto como por comerciantes judeus, que ali chegaram atraídos pelo ouro e pelos diamantes. Em Minas Gerais, por causa dos grandes lucros que davam as minas de ouro, no comêço do século XVIII, surgiu rivalidade particularmente dramática entre portugueses de Portugal (alguns dos quais, no século XVIII, eram oficiais e soldados arrogantes) e os brasileiros nativos ou natos, alguns dêles mestiços de branco e índio, e por último, mulatos. A população escrava, nesta região, ràpidamente se tornara uma das mais numerosas da América Portuguesa.

Deve-se também notar que, na região das minas de ouro, as relações entre senhores e escravos eram, desde o comêço, diferentes das dominantes na região das plantações: menos patriarcais e mais impessoais. E segundo informações de viajantes e de outras fontes, mais cruéis.

O Aleijadinho foi produto natural, senão lógico, da sua região. Uma intenção simbólica parece existir em tôda a sua obra. Provavelmente foi intenção bem conhecida por alguns dos seus contemporâneos, ainda que venha escapando à observação da maioria dos críticos e intérpretes do admirável escultor. É possível que a visão física do Aleijadinho se deformasse com o seu desejo de transmitir aos outros homens uma mensagem política por meio de uma forma então popular de arte: a escultura religiosa. Se não me engano, êle foi, neste particular, um pioneiro: espécie de El Grecco mulato, nas suas audaciosas distorções da forma humana. Antecipou em dois séculos a obra de Rivera e Orozco, de Portinari, Di Cavalcanti e Cícero Dias, artistas latino-americanos de hoje em cuja arte há frequentemente intenção ou sim-bologia política, ao mesmo tempo que tendências ao exagêro, à deformação, à caricatura social. Antecipou-se também à arte literária moderna do Brasil; à arte de romancistas como José Lins do Rêgo, Jorge Amado, Raquel de Queirós, para não mencionar senão três dentre os mais característicos; à arte de poetas como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Jorge de Lima, Cassiano Ricardo, Murilo Mendes, Vinicius de Moraes e Odorico Tavares para citar sete nomes dentre os mais ousados na sua associação de problemas sociais à arte poética e no impulso para procurar fazer da literatura, ou da arte, expressão de um Brasil extra-europeu ou ultra-europeu; e não simples eco colonial de uma filosofia da vida puramente européia e de uma técnica literária ou musical, também exclusivamente européia. Impulso que se encontra também em Heitor Villa-Lobos, o grande compositor brasileiro, e que, em época mais recente, animou a literatura de ficção do extraordinário Guimarães Rosa escrita num português tão brasileiro — a pintura, tão nordestina, de Lula Cardoso Ayres e Francisco Brennand, o teatro, também muito nordestino, de Ariano Suassuna.

Embora os escritores mais jovens do Brasil tenham crescido à sombra de influências literárias européias, e alguns, pelo lado mecânico ou técnico da sua arte, tenham imitado, ou ainda imitem, os europeus, persistem êles fortemente brasileiros em sua maneira de caracterizar, exagerar e interpretar a vida; no frescor e no vigor da sua visão dos homens e das cousas; e também na fidelidade — fidelidade essencial, e não formalista ou convencional — à atualidade viva do Brasil e ao passado colonial ou nacional que conseguem reviver ou ressuscitar. Alguns dêles são também mestres em deformações de estilo à maneira de El Grecco: gostam de deformar a realidade quando sentem a necessidade de fazer a

realidade mais real ou mais brasileira do que aparenta ser. Deformações dessas podem achar-se em algumas das páginas de Jorge Amado, por exemplo, onde a verdade puramente visível é francamente superada pela dramatização poética e algumas vezes místicamente política das situações reais.

A sátira, traduzindo um interesse pelos problemas sociais e a revolta contra os abusos políticos, é velha característica da literatura brasileira. Pois embora nenhum vice-rei, nenhum rei, nenhum imperador, nenhum presidente, nenhum bispo, se conheça em tôda a história do Brasil, que tenha sido assassinado por motivo político, alguns, todavia, se conhecem que sofreram, nas mãos dos satiristas literários e populares, quase o que possa equivaler à morte ou ao assassinio. Já em 1666, a um governador colonial enviado para Pernambuco pelo rei de Portugal, era dado pelos colonos apelido tão ridículo, e êle satirizado tão impiedosamente em verso e prosa por suas trapaças e sua incompetência, que fácil fôra a um grupo de brasileiros assaltá-lo quando um dia andava a passear, acompanhado do seu ajudante-de-ordens. Tomaram-lhe a enorme espada, puseram-no tranqüilamente num navio e mandaram-no embora, para a Metrópole. Isto provavelmente não teria sido possível se os bigodes que êle usava — copiados dos de general alemão do século XVII — não fizessem dêle um tão excelente alvo de ridículo.

Nesse mesmo século viveu na Bahia e Pernambuco um homem de muito talento, Gregório de Matos. Tornou-se principalmente notável pelo seu talento satírico no verso. E mais do que isto, foi crítico social de importância considerável. Alguns dos seus versos, em que descreve tipos locais, são obra de um mestre da caricatura e de um penetrante crítico social, ao mesmo tempo. Também foi êle o primeiro poeta brasileiro a interpretar as tristezas e as alegrias da vida brasileira na sua primeira fase de transição de padrões quase puramente europeus de cultura para os padrões de uma cultura mestiça ou extra-européia. Há pouca piedade ou ternura nos seus retratos de bispos, governadores, senhores de terras, mulheres e padres em evidência, nos quais sempre achava alguma fraqueza humana a destacar como motivo de riso. Alguns dos seus versos fizeram-se populares. Sou dos que pensam que êle deve ser considerado precursor da literatura social, da arte social e da caricatura social ou política do Brasil: literatura, arte e caricatura que têm atestado sua máxima expressão em Néelson Rodrigues tão admirável pelo vigor da sua palavra de escritor e pelas suas audácias de crítico social como pela sua obra de teatrólogo.

Gregório de Matos é tão importante como o Aleijadinho. E se, dos dois, Gregório foi o mais intelectual, o Aleijadinho reuniu mais fôrça emocional na sua arte e mais simbolismo nas suas deformações do corpo ou da figura humana. É provável que a arte popular e o verso popular tenham influído mais no escultor do que em Gregório de Matos, pois que, como já disse, o Aleijadinho era filho de negra. Viveu, portanto, em mais íntimo contato com os camponeses e com os escravos do que Matos, bacharel um tanto sofisticado.

A grande arte popular do Brasil colonial foi a dos ex-votos, a das promessas, a das miniaturas votivas, suspensas pelas paredes das igrejas. A arte de ingênua exageração de milagres, como, por exemplo, salvamentos de náufragos por Nossa Senhora ou por algum santo. Esta arte foi variadíssima: esculturas, em madeira, barro ou cêra, de cabeças, torso, mãos, pés, corações, fígados, olhos e outros membros e órgãos do corpo humano que eram oferecidos aos santos cuja proteção fôra pedida com fervor para a cura desta ou daquela doença.

A queima-dos-judas foi outro aspecto dessa arte popular. Era uma oportunidade, de que se aproveitava a gente do povo, para satirizar a conduta anticristã de algum senhor local, representado pela figura grotesca de um Judas de palha, vestido com roupas velhas. Até da confeitaria indígena, até da confeitaria popular, via-se, no Brasil antigo, repontar um elemento caricaturesco: caricatura de coisas sagradas como rosários, ou de seres respeitáveis como freiras. Os bôlos e os doces tinham — alguns dêles têm ainda — nomes que provavelmente os católicos ortodoxos dos países anglo-saxões considerariam sacrílegos. *Rosários* era o nome de um dêles, um gostoso bolo mencionado pelo norte-americano Ewbank na sua lista dos artigos populares da confeitaria que êle conheceu no Brasil quando aqui estêve no meado do século XIX<sup>(1)</sup>; *Pedaços do céu*, era o nome de outro; *Cabelo de anjo*, o nome de ainda outro; *Barriga de freira*, o nome de mais outro, e êste terrivelmente sacrílego. Tão sacrílego como o *Toucinho do céu*, nome de gostoso pudim composto de pasta de amêndoas, ovos, açúcar, manteiga e uma colherada ou duas de farinha.

Mas o sagrado e o profano misturavam-se de outras muitas maneiras, como se a caricatura fôsse coisa ubíqua na vida bra-

---

(1) Thomas EWBANK, *Life in Brazil, or The Land of the Cocoa and the Palm*, Londres, 1858, p. 136.

sileira. Alguns dêstes bolos e doces com nomes sacrílegos os faziam as próprias freiras, nos conventos. E os vendedores de bolos e doces eram também vendedores de tôscas imagens de santos. Cada uma dessas artes — a de confeitaria e a de escultura de santos — era arte popular que se distinguia pela caricatura. A escultura de santos tendia a exagerar, ampliar, exaltar êste ou aquêlo poder do santo — e assim se parecia com o ex-voto.

Nascidos nesse ambiente, cercados dessas influências, influenciados por essas deformações, era natural que o Aleijadinho e, em grau menor, Gregório de Matos, acabassem mestres da caricatura. Especialmente da caricatura social.

A mesma tendência encontra-se nas canções dos brasileiros analfabetos e nos versos populares escritos por poetas do povo para os trabalhadores e camponeses quase analfabetos que não lêem ou soletram apenas coisas muito simples. Essas canções e êsses poemas contam episódios de mais profunda impressão na imaginação popular; e nada nêles se nota no sentido de ocultar a verdade. O esforço dos poetas populares é antes para fazer claras, violenta e brutalmente claras, as características mais importantes de uma personalidade ou de um fato, do ponto de vista do leitor ou do auditório. Esta, também, é a técnica da caricatura. Daí poder considerar-se também caricaturesca essa espécie de poesia popular, tão generalizada no Brasil; e de que, nos nossos dias, o poeta Ascenso Ferreira se faz expressão pitoresca, embora prejudicada pelo que há nêle de intencional e de deliberadamente histriônico.

Por outro lado, esta técnica marca ainda o que existe de mais caracteristicamente brasileiro no teatro nacional no Brasil: a chamada revista. Um observador estrangeiro que estêve no Brasil há mais de trinta anos, ficou admirado com a liberdade dos autores de revistas nas suas caricaturas de personagens políticas, confessando que supunha haver um limite nas críticas de teatro, tanto como da imprensa brasileira, além do qual entrasse em ação a lei contra a calúnia. Mas êsse limite, êle não podia imaginar até onde ia. O que viu foi a gente dos teatros abrir-se em gargalhadas quando apareciam em cena caricaturas as mais grotescas de personagens políticas bem conhecidas.

Parece conto mas é verdade que alguns políticos brasileiros, e mesmo estadistas, do Império e da primeira República, sentiam-se mal quando não se viam caricaturados nas revistas, nos jornais ou nas anedotas de café. Um dêles, quando nada de irreverente ou cáustico se estava escrevendo ou dizendo a seu propósito, tomava êle mesmo a iniciativa de escrever alguma coisa

de tom bem crítico sôbre as suas idéias políticas ou sôbre a sua personalidade, que enviava sob pseudônimo a algum jornal da oposição. Então, e sômente então, é que se sentia bem; sentia-se vivo, dizia, era *alguém* que se temia.

Os que bem conhecem a sociologia psicológica de Pareto sabem quão inteligente era esta atitude de alguns dos líderes brasileiros do tempo do liberalismo político. Às vêzes uma espécie de fadiga política parece atingir o povo em face dos seus líderes, com os mesmos efeitos da fadiga industrial entre os operários. E segundo um especialista nos problemas humanos das civilizações industriais, o Prof. Elton Mayo (em cujas idéias e obra tive o prazer de ser últimamente iniciado por um dos seus antigos alunos), cuidadosa pesquisa científica sôbre a fadiga industrial parece indicar que o simples fato de se ouvirem as queixas dos operários, mesmo sem nada se decidir sôbre elas, diminui a fadiga entre êles e, por conseguinte, aumenta a sua eficiência no trabalho. É possível que alguma coisa de semelhante se repita entre os povos politicamente conscientes com relação aos seus líderes, os quais — se êste fato é verdadeiro — muito se enganam quando procuram suprimir a crítica jornalística ou popular aos seus atos e às suas pessoas, a sátira e a caricatura que visem não só aos seus atos como às suas pessoas.

No Brasil, o rei D. João VI foi ridicularizado por muitos porque comia como um glutão, às vêzes trazendo nos bolsos pedaços de galinha assada; mas parece ter tolerado bem tanto as anedotas verdadeiras como as falsas que circulavam em tórno dêle. E foi a tradição que seguiu o seu neto, o imperador D. Pedro II, livremente criticado e caricaturado pela imprensa do Brasil por causa do seu entusiasmo pela astronomia e pelo hebraico, entusiasmo que o fazia às vêzes esquecer tantos dos problemas sociais e tantas das necessidades imediatas do seu povo; por causa também da sua quase feminina suavidade frente a problemas prementes para cuja solução, segundo alguns dos seus críticos, era preciso que o chefe de Estado agisse com mão de ferro. Como já disse, D. Pedro era chamado por muitos dos seus súditos “Pedro Banana” — apelido geralmente dado no Brasil às pessoas moles e preguiçosas, mas apelido que pode também exprimir — o que os próprios estrangeiros sabem — insulto pesado e grosseiro. Entre os presidentes da República, um marechal do Exército Brasileiro, Hermes da Fonseca, recebeu o apelido de Dudu, e durante os quatro anos de presidente inúmeros foram os artigos e as caricaturas da imprensa a fazerem troça dêle e do poder que lhe era atribuído de espalhar má sorte. Com o tempo, os três — o rei



D. João VI, o imperador D. Pedro II e o presidente Hermes da Fonseca — tornaram-se, senão heróis nacionais, pelo menos figuras queridas e por todos tratadas com simpatia senão mesmo com afeição. O próprio Sr. Washington Luís, quando presidente da República, apesar de conhecido como “Braço Forte”, não escapou de ser caricaturado em *revistas* de teatro como regalo e boêmio; e foi alvo de muita sátira e de muitos comentários ferinos da imprensa diária.

Outra não foi a atmosfera em que a literatura e a pintura do Brasil vieram a desenvolver-se em expressão de crítica e, às vezes, de revolta social. Tanto José Lins do Rêgo como Jorge Amado são em seus romances mestres na caricatura, em vez de realistas fotográficos. Seus romances lembram as esculturas do Aleijadinho, a poesia satírica de Gregório de Matos e *Os Sertões*(<sup>2</sup>) de Euclides da Cunha no seguinte: embora agudamente sensível à realidade, cada um dos dois romancistas — os mais famosos do Brasil de hoje, ao lado de Êrico Veríssimo — participa a um tempo do artista e do crítico social; cada um dêles é um poeta em prosa; e ainda que deficiente, talvez, nas formas mais finas do humor, cada um dêles é um vigoroso mestre da caricatura e da sátira da espécie que os homens simples compreendem.

Às vezes, José Lins do Rêgo — espécie de William Faulkner brasileiro, embora êsse título já tenha sido atribuído por um crítico norte-americano das letras brasileiras, o admirável Samuel Putnam, ao admirável romancista, há pouco falecido, Lúcio Cardoso — escreve como quem simplesmente copia a vida; e êle tem copiado a vida a tal ponto que algumas das suas páginas são como se fôsem antes de memórias — escritas, é certo, com vivacidade e vigor — do que de puro romancista. Tem êle, porém, a tendência para exagerar ou deformar algumas das figuras que recorda mais do que inventa — como para lhes dar valor simbólico. Uma dessas figuras é “Vitorino Carneiro da Cunha”. Tem sido êsse “Vitorino” proclamado pelos críticos que melhor conhecem o Brasil como uma espécie de “Dom Quixote” dos canaviais do Nordeste. Um símbolo e não simples personagem de romance ou pura evocação de memorialista.

A mesma coisa tem realizado Jorge Amado em alguns dos seus melhores romances, nos quais tem adaptado à literatura parte da técnica do “ABC”, isto é, uma espécie de literatura popular do

---

(2) Êste livro foi traduzido para o inglês por Samuel Putnam, com o título de *Rebellion in the Backlands* (publicado pela Universidade de Chicago, 1944).

Brasil por meio da qual se propagam histórias ou biografias de heróis do povo entre as massas de matutos e quase-matutos analfabetos ou semi-analfabetos do Brasil. O “Balduíno”, de um dos romances de Jorge Amado, é um herói à maneira dos heróis populares: símbolo da vitalidade do negro no Brasil. A propósito, é interessante notar que o nome Balduíno, tal como é usado por grande número de gente mais rústica do Brasil, não pertence ao calendário cristão, onde muitos pais brasileiros vão ainda buscar os nomes que dão aos filhos. Nem significa homenagem ao Balduíno da história européia. A popularidade desse nome no Brasil vem da corruptela de *Baldwin*: da locomotiva Baldwin. Quando os matutos ou caipiras brasileiros falam de alguma máquina poderosa é Balduína que lhe chamam. E o herói negro de Jorge Amado parece ter alguma coisa nêle da locomotiva que os matutos e os meninos brasileiros tanto admiram: a mesma força. Esse “Balduíno” é como o símbolo da vitalidade do povo mais rústico, da vitalidade do mestiço afro-brasileiro, da nova locomotiva humana que há de puxar o comboio social no Brasil.

Dos modernos romancistas brasileiros que se ocupam de problemas sociais — autores como Lins do Rêgo, Jorge Amado, Raquel de Queirós, Amando Fontes, Viana Moog e Érico Veríssimo, cujo *O Tempo e o Vento* é obra notável de evocação do passado regional do Rio Grande do Sul — pode dizer-se que, embora realistas, são também românticos, o seu impulso romântico voltando-se não tanto para um passado imaginário como para um imaginário futuro. Alguns dêles vêm das áreas mais antigas e feudais do Brasil — Pernambuco, o Nordeste. E um, pelo menos, José Lins do Rêgo, descende dos Cavalcanti, velha mas hoje decadente família do Norte do Brasil, com sangue florentino unido ao indígena. Apesar disto, vêm êsses romancistas fazendo mais do que os economistas, mais do que os políticos, mais do que os demagogos para expurgar, não só da literatura brasileira, como do próprio espírito dos brasileiros, os excessos de tradição ou de rotina colonial que perturbam o nosso comportamento, prejudicado, muitas vêzes, pela opressão de complexos coloniais de inferioridade em relação à Europa.

Dentro da literatura, tais excessos compreendem escrever alguém romance ou poesia ou ensaio em linguagem portuguêsã estritamente acadêmica e de acôrdo com as prescrições acadêmicas e a rígida técnica lusitana ou européia da boa composição. O resultado é essa literatura nunca exprimir ou interpretar vigorosamente a realidade brasileira. Sacrificar a espontaneidade à correção requintada em purismo ou falso classicismo.

Mas a obra daqueles romancistas — obra de revolta contra técnicas convencionais — a sua crítica à vida brasileira e, especialmente, a sua franqueza no que diz respeito aos problemas do sexo e às relações entre brancos e prêtos e entre ricos e pobres, não se têm realizado ou afirmado sem dificuldades ou oposições. Eles têm entrado em conflito com alguns latino-americanos e também com alguns anglo-americanos, que procuram dar, não só aos de fora mas a êles próprios, a impressão de que tudo vai bem na jovem América; e que nada se encontra de errado na vida americana. Eles têm entrado em conflito com aquêles patriotas brasileiros que defendem a teoria da literatura feita puramente um instrumento de propaganda ou apologia do que é bom e agradável na vida, evitando-se tôda irreverência, sátira ou crítica que possa dar a impressão de um Brasil cheio de negros e de problemas sérios de desajustamento, de pobreza e de miséria.

A mesma coisa tem acontecido com alguns dos poetas modernos e com vários dos modernos historiadores, ensaístas, críticos literários e pintores do Brasil, que estão libertando a cultura, e, ao lado da cultura, o espírito do Brasil jovem, da tradição passivamente colonial e rigidamente acadêmica dentro da qual não se via espaço para uma literatura ou uma arte que fôsse diferente da literatura e da arte européias. Esta tradição como que deixava os brasileiros tímidos demais para se exprimirem livremente. Com mêdo de revelar quanto fôsse diferente, no Brasil, da Europa: uma Europa considerada social e intelectualmente perfeita por muitos latino-americanos possuídos de um complexo — complexo psicológico e complexo sociológico — colonial, isto é, de inferioridade eterna e absoluta do Brasil em face da Europa.

Há largos anos publicou-se no Rio um romance que, por certos dos seus aspectos, pode-se considerar verdadeira antecipação do moderno romance social do Brasil. Refiro-me a *Canaã*, escrito por Graça Aranha, aristocrata descendente de antiga família do Norte do Brasil. Conhecido historiador e crítico europeu, Guglielmo Ferrero, tratando do enrêdo dêsse romance, destaca como seu verdadeiro assunto “o encontro das raças, a mistura de culturas, a perturbação causada em todos os países americanos pelas massas de homens vindas da superpopulosa Europa”<sup>(3)</sup>. Mas penso que *Canaã* é também o drama dos brasileiros sob a pressão do velho complexo colonial de que sômente agora se

---

(3) Guglielmo FERRERO, prefácio a *Canaã*, de Graça Aranha, na tradução de Mariano Joaquim Lorente, Boston, 1920, p. 7.

estão livrando pela obra dos seus novos pensadores, historiadores, ensaístas, romancistas, poetas e críticos: o complexo da inferioridade em face da Europa.

Uma das personagens mais importantes dêsse romance é “Paulo Maciel”, jovem advogado brasileiro. O modo dessa personagem falar do comêço ao fim é o mesmo usado por muitos advogados, intelectuais e artistas brasileiros de trinta ou quarenta anos passados. Sentiam todos êles que o Brasil não era mais do que “uma colônia da Europa”. Não viam nenhuma esperança de que os brasileiros pudessem vir a superar a sua condição colonial. Naquele tempo, homens como “Paulo Maciel”, embora conscientes da dependência do Brasil em relação à Europa, não reagiam contra essa dependência por nenhum ato ou de nenhuma maneira efetiva. Quando qualquer dêles fazia um discurso ou escrevia um artigo ou uma dissertação, um livro ou um poema, era como se fôsse para submeter a sua gramática, a sua composição, o seu estilo, o seu vocabulário e as suas idéias a algum comitê de professores portugueses de gramática, a algum tribunal de professores franceses de literatura, de direito ou de sociologia, soberanamente instalado em Paris. Quase todos formavam as suas idéias sôbre o Brasil, não por um estudo direto das condições reais de vida ou de composição étnica, da gente brasileira, mas através do que sociólogos franceses distantes e às vêzes ignorantes ou de segunda classe como Le Bon, escreviam sôbre a mistura de raças no nosso país ou na América Latina. Os melhores seguiam teóricos europeus como Spencer e Comte, que ignoravam as condições e os problemas extra-europeus, considerando a sociedade européia a sociedade humana: deficiência também de Karl Marx, seja dito de passagem e sem desrespeito algum pelo esforço extraordinário de sistemática sociológica que é o Marxismo. Natural por isto que a atitude de muitos dêles a respeito do Brasil fôsse de pessimismo. Ou que, por outro lado, poucos tivessem a coragem de se exprimir em público em sentido contrário ao da filosofia oficial brasileira: a filosofia de um enfático e superficial otimismo de homens que, estando no poder ou participando do poder, se sentiam como que obrigados a ver e proclamar o Brasil o mais côr-de-rosa dos países.

As palavras que seguem são ditas por “Paulo Maciel”, a personagem de *Canaã* a que me referi, quando em conversa com alguns colegas brasileiros: “Os senhores falam em independência, mas eu não a vejo. O Brasil é e tem sido sempre colônia. O nosso regime não é livre: somos um povo protegido. (. . .) Diga-me você: onde está a nossa independência financeira? Qual é a verda-

deira moeda que nos domina? Onde o nosso ouro? Para que serve o nosso miserável papel senão para comprar a libra inglêsa? Onde está a nossa fortuna? O pouco que temos, hipotecado. As rendas das alfândegas nas mãos dos inglêses. Vapôres não temos, caminhos de ferro também não, tudo do estrangeiro. É ou não o regime colonial com o nome disfarçado de nação livre?(...) Escute: você não me acredita; eu desejaria poder salvar o nosso patrimônio moral, intelectual, a nossa língua, enfim, mas a continuar esta miséria, esta torpeza a que chegamos, é melhor que viesse de uma vez para cá um caixeiro de Rothschild para governar as fortunas, e um coronel alemão para endireitar isto”(4). E depois, falando não mais a um compatriota mas a um alemão, “Milkau”, para quem o Brasil era Canaã e a Europa o avêso de Canaã, o jovem “Maciel”, com ânimo ainda mais pessimista, diz: “O meu desejo é largar tudo isto, expatriar-me, abandonar o país, e com os meus ir viver tranqüilo num canto da Europa... A Europa... A Europa! Sim, ao menos até passar a crise...”(5)

Tudo isto era típico da atitude psicológica da juventude intelectual brasileira há quarenta e mesmo há trinta e tantos anos atrás. Contrastando com um otimismo estritamente oficial, existia uma espécie de pessimismo russo entre vários dos escritores, dos advogados e dos estudantes mais livres nas suas idéias. Pessimismo — repita-se — que vinha da ação de profundo complexo de colonialismo sôbre o espírito, senão sôbre tôda a personalidade, de brasileiros que nasciam e cresciam desalentados com o Brasil e nostálgicos de uma Europa quase mística. Para a maioria dêles, a Europa — Paris, Londres ou Berlim — era o lugar ideal, de que real ou imaginariamente se valiam para fugir ao ambiente colonialmente brasileiro. Alguns fizeram da Europa seu refúgio — mesmo o velho historiador e sábio crítico João Ribeiro — vivendo intelectualmente da Europa e na Europa. Isto é, estando no Brasil, quase não pertenciam ao Brasil, ligados mentalmente, como se achavam, à Europa, particularmente à França, como coloniais, como exilados, como subeuropeus, subfranceses, subinglêses, subalemães.

É curioso que no romance de Graça Aranha a melhor explicação da situação crítica do Brasil, tal como a sentiam alguns — raros, talvez — dos seus intelectuais, não seja dada por uma das personagens brasileiras, mas pelo alemão “Milkau”, que o

---

(4) GRAÇA ARANHA, *Canaã*, p. 196-197.

(5) *Ibid.*, p. 293.

autor apresenta como europeu de inclinações filosóficas. É este quem diz ao intelectual brasileiro tipicamente pessimista, dos começos do século XIX, que o Brasil, tendo surgido como um conglomerado de raças e de castas, de senhores e de escravos, do contato entre êles criara-se uma raça intermediária de mestiços que fôra o traço de união entre as classes, o elo nacional. O número desses mestiços crescia todos os dias; e vários deles vinham apoderando-se das melhores posições. Quando o Exército (e o Exército é sempre muito importante, não só para um alemão como para um latino-americano) deixasse de ser “uma casta de brancos” e passasse a ser dominado pelos mestiços, uma revolução social começaria: a “desforra dos oprimidos”.

Esta generalização só em parte pode dizer-se verdadeira, pois, como em outra ocasião observei, a maioria dos homens de sangue mestiço que se tornaram preeminentes no comêço do Brasil republicano, pouco mais fizeram do que ocupar os lugares dos líderes monárquicos — alguns dos quais eram já homens tocados de sangue negro — e continuar a sua direção.

Mas, segundo o “Milkau” de Graça Aranha, qualquer que fôsse o choque entre “a direção branca” e “a direção heterogênea” resultante da Revolução Republicana, era absolutamente necessário que houvesse êsse conflito “para se fazer o que se buscava desde séculos por outros meios: a nacionalidade. . .”<sup>(6)</sup>.

Esta também é uma generalização só em parte verdadeira, porque depois de vitoriosa a luta do século XVII contra os holandeses, alguns brasileiros começaram a sentir e mesmo a agir como se já fôsem capazes de constituir uma nacionalidade. E desde esta primeira guerra pela independência tem havido no Brasil “direção heterogênea” no que diz respeito à ação militar. Os quatro grandes heróis da guerra contra os holandeses pertenciam a raças diferentes: um era português, outro, brasileiro branco, o terceiro, índio, o quarto, negro. Foi durante essa guerra contra os holandeses que vários homens de sangue africano e de modesta situação social se distinguiram por atos de bravura ou por valiosos serviços na defesa do Brasil. Êsses serviços foram reconhecidos, e contribuíram para a elevação social de quem os havia prestado, e em alguns casos para introduzi-los pelo casamento no meio da mais alta sociedade brasileira. Foi também durante a guerra contra os holandeses que o Padre Vieira — mestiço nascido fora do Brasil mas educado na América Portuguesa, onde chegou

---

(6) GRAÇA ARANHA, *Canaã*, p. 295.

ainda criança — se fêz notar como líder intelectual cujos sermões e escritos tiveram não sòmente um interêsse religioso e literário mas a profunda significação psicológica e sociológica de um como manifesto — um manifesto ètnicamente democrático — contra a idéia de superioridade de uns homens sòbre outros, baseada na côr da pele. Idéia esta que, se fôsse verdadeira, disse êle uma vez, o holandês teria que ser considerado raça superior, não podendo ser vencida pelos portugêses e pelos brasileiros. Mas não; nenhuma verdade havia nisto, desde que os holandeses eram hereges protestantes e os portugêses e brasileiros, católicos ortodoxos. Vieira fazia dessa forma depender a antropologia da teologia e da ortodoxia católica.

Embora seu pai fôsse elevado à classe dos nobres pelo rei de Portugal, uma mulher mulata é que teria sido a avó de Vieira. Pregando pois a igualdade de raça, êle não deixava de falar *pro domo sua*. Estava em situação lógica para ser o vínculo psicológico e intelectual numa revolução social que começou no Brasil, não com a República de 1889, mas com a guerra contra os holandeses, no século xvii. Uma revolução que antes já havia aberto os lugares de direção no Brasil às pessoas de sangue mestiço e estimulado a formação da nacionalidade brasileira através de uma consciência ou sentimento, a princípio vago e só hoje definido, da diferença tanto ètnica como social do Brasil em relação à Europa. Diferença e não inferioridade.

“Milkau”, como filôsofo da história brasileira, parece esquecido de tudo isto quando diz a “Maciel” que a revolução contra a Europa começou no Brasil com a República: com a vitória em 1889 dos líderes republicanos que eram oficiais do Exército, e alguns, como sabemos, homens com sangue índio e negro. Mas no diálogo entre o brasileiro “Maciel” e o alemão “Milkau” — acentue-se mais uma vez — o brasileiro é que é o “ariano” ou o “racista”, e o alemão o que acredita nas vantagens da mistura de raças. É o alemão (copiado da vida e não invenção puramente literária) quem diz ao intelectual brasileiro pessimista — representante do sentimento e das idéias de alguns dos melhores intelectuais brasileiros da época, inclusive Euclides da Cunha, Sílvio Romero e o próprio Graça Aranha — que “não há raças capazes ou incapazes de civilização” desde que “tôda a trama da história é um processo de fusão”. E, acrescenta “Milkau”: “no Brasil, fique certo, a cultura se fará regularmente sòbre êsse mesmo fundo de população mestiça, porque já houve o toque divino da fusão criadora”. Num “futuro remoto, a época dos mulatos passará, para voltar a idade dos novos brancos vindos da recente invasão, acei-

tando com reconhecimento o patrimônio dos seus predecessores mestiços, que terão edificado alguma coisa, porque nada passa inútilmente na terra...”(7). Quanto à Europa: “Essa Europa, para onde daqui se voltam os vossos longos olhos de sonhadores e moribundos, as vossas cansadas almas, cobiçosas de felicidade, de cultura, de arte, de vida, essa Europa também sofre do mal que desagrega e mata. Não vos deixeis deslumbrar pela exausta pompa da sua civilização, pela fôrça inútil dos seus exércitos, pelo lustre perigoso do seu gênio”(8).

Torno a salientar que essas duas opiniões ou duas filosofias contraditórias da vida e da história do Brasil se refletiram poderosamente na literatura brasileira, predominando ora a européia, ora a indigenista, até que, pouco depois da Primeira Guerra Mundial, começaram a ouvir-se vozes novas, primeiro vindas de São Paulo e logo depois do Nordeste. Das duas opiniões tradicionais, uma exprimia um otimismo quase absoluto no que respeita ao passado, ao presente e ao futuro do Brasil e, em particular, à base ameríndia da “raça” e do *ethos* brasileiro. A expressão extrema dessa opinião encontra-se em um livro intitulado *Porque me ufano do meu país*, escrito por Afonso Celso, brasileiro bom e bem nascido, ainda que ingênuo, a quem a Santa Sé concedeu o título de conde em atenção aos seus serviços à Igreja. A outra filosofia combinava um pessimismo quase suicida no que diz respeito às condições étnicas e sociais do Brasil com um sófrego amor pela Europa, vista com uma espécie de veneração filial, como se Londres e Paris, Lisboa e Berlim, tivesse cada uma um papa a quem os intelectuais brasileiros devessem seguir passivamente nos seus estudos do direito ou de sociologia, na composição dos seus poemas e dos seus romances, no seu modo de escrever ensaios ou de fazer discursos.

Entre estes dois extremos, apareceram uns tantos livros como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *Canaã*, de Graça Aranha, e algumas das melhores páginas de críticos sociais e literários como José Veríssimo, Sílvio Romero e Alberto Tôrres. Foram vanguardeiros dispersos e às vezes contraditórios de uma nova fase da literatura brasileira: a fase moderna.

Em 1919, publicou-se em São Paulo *Urupês*, que apesar de mais pessimista do que otimista nas suas opiniões sobre as condições sociais do Brasil, estava, contudo, muito longe de ser livro

---

(7) GRAÇA ARANHA, *Canaã*, p. 296.

(8) GRAÇA ARANHA, *Canaã*, p. 297.



colonial, acadêmico, subeuropeu; ou ortodoxo *à la française* no seu estilo, na sua forma ou na sua linguagem. Era vigorosamente brasileiro, ouriçado de brasileirismos, fazendo-se notar pelo seu à-vontade em relação às regras gramaticais mais rígidas. O paulista Monteiro Lobato escreveu este livro revolucionário.

*Urupês* é uma coleção de contos sôbre as populações pobres ou decadentes do Brasil rural, comumente desdenhado pelos políticos e pelos literatos convencionais, embora em *Os Seritões*, de Euclides da Cunha, já se encontrasse estudo vigoroso do Brasil central: tema dramático não só para a literatura como também para a sociologia, a antropologia e a geografia humana. Mas a personalidade do autor de *Urupês* — mais, mesmo, do que os seus livros — é que havia de tornar-se o centro de uma revolução intelectual e cultural do Brasil. Dinâmico, sugestivo, estimulante, Lobato veio a ser crítico literário tanto como social; artista criador ao mesmo tempo que editor. Durante anos publicou ensaios, novelas, poemas, estudos sociológicos e históricos escritos por jovens de talento, os melhores dos quais marcados por vigorosa honestidade intelectual e corajoso realismo ao tratar os assuntos brasileiros. Seguiam Lobato no seu uso de brasileirismos e, ainda, no seu desdém da Europa como absoluta soberana, intelectual e cultural, do Brasil.

Em São Paulo e, depois, no Rio, seguiu-se ao movimento de Lobato outra revolução literária de forte significação como tentativa no sentido de exprimir o *ethos* brasileiro e, até certo ponto, refletir as condições sociais e étnicas extra-européias da América Portuguesa. Refiro-me ao movimento que tomou o nome de “Modernismo”, no Brasil. Um dos líderes mais importantes desse movimento, Mário de Andrade, lamentou recentemente que o “Modernismo” brasileiro permanecesse só uma revolução literária ou estreitamente artística; e não tivesse ido mais longe no desenvolvimento das suas conseqüências sociais. Não resta dúvida, porém, que este movimento muito faz para despertar nos brasileiros em geral, e não apenas nos intelectuais e artistas, a consciência do Brasil. Nos seus extremos de reação ao artificialismo acadêmico, é certo que o “Modernismo” tornou-se também, mais de uma vez artificial. Mas abriu o caminho para nova e livre maneira brasileira de escrever, que influa e está ainda influenciando no próprio português que se escreve em Portugal.

Independentemente do “modernismo” do Rio e de São Paulo, houve um movimento também de revolução cultural — e não apenas literária — na mais velha região do Brasil: no Nordeste. Igualmente exprimiou insurreição ou revolta contra o estreito colo-

nialismo, dominante nos meios intelectuais e artísticos, ainda que não repudiasse a experiência brasileira nem a integração dos valores europeus e extra-europeus — integração que se vinha processando desde a época colonial no conjunto da cultura brasileira. Proclamava a necessidade de atitudes e valores extra-europeus, sem deixar de reconhecer a necessidade que tinha o Brasil de íntimo contato com a Europa e com o seu próprio passado europeu. O Brasil devia eleger da sua herança colonial — isto sim — uma série de valores em harmonia com a paisagem ou a situação tropical e com as condições brasileiras de vida. Daí a importância que deram alguns dos líderes do movimento à cozinha tradicional, à confeitaria e à arquitetura tradicionais, aos móveis antigos e à arte popular — não para preservá-los como coisas sagradas sob a forma de relíquias mas para utilizá-los, como bons motivos ou sugestões, no desenvolvimento de uma arte e de uma maneira de viver realmente brasileiras. Não se devia prender o Brasil a uma tradição única e exclusiva — a da Europa ariana — mas a uma combinação de valores tradicionais, vindos dos árabes e mouros, dos judeus, da África, da Ásia. Valores para serem aproveitados tomando-se principalmente como base do desenvolvimento brasileiro a experiência dos portugueses e a herança dos ameríndios.

Opondo-se ao convencionalismo dominante no século XIX e no começo do XX, quando brasileiros sofisticados tanto se envergonhavam dos seus melhores valores e tradições extra-européias, os líderes do movimento do Nordeste sustentavam que o Brasil devia conservar e desenvolver valores e tradições já harmonizados com as condições tropicais e com as condições de vida mestiça do Brasil, em vez de esquecê-los ou abandoná-los para reduzir a América Portuguesa a simples e passiva província cultural da Europa. Da Europa ou dos Estados Unidos.

Por força desta idéia é que se reuniu em 1926, no Recife, capital intelectual do Nordeste, o Congresso Regionalista, com Odilon Nestor, José Lins do Rêgo, Morais Coutinho, Aníbal Fernandes, Luís Cedro, Júlio Belo e outros. Foi êste — recorde-se mais uma vez — o primeiro Congresso Regionalista reunido no Brasil e talvez na América. O seu pronunciamento literário e artístico, não foi menos sociológico e político. A variedade dentro da unidade foi a característica principal do seu programa, não só quanto às suas idéias básicas mas também quanto às pessoas que o Congresso atraiu e reuniu: homens de várias idades e gerações, de temperamentos e de profissões diversas. Pode dizer-se que o grupo de pessoas que se juntaram neste Congresso — algumas

delas ainda estudantes ou formadas recentemente — e aquelas que, desde a reunião do Congresso, ou da definição do Movimento ao mesmo tempo Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista, do Recife, foram por êle direta ou indiretamente influenciadas, produziram algumas das obras de literatura e de crítica social e literária mais interessantes e mais vitalmente significativas do Brasil moderno. Outros, obras de renovação de várias artes e de vários estudos: principalmente os de história e sociologia regionais.

Resistindo à idéia de que o progresso material e técnico deve ser tomado como a medida da grandeza do Brasil, os Regionalistas brasileiros viam no amor à província, à região, ao município, à cidade ou à aldeia nativa, condição básica para obras honestas autênticas, genuinamente criadoras; e não um fim em si mesmo. Não foram nacionalistas estreitos. Reconheceram sempre que a interdependência entre as diversas regiões do mundo é essencial para uma vida intelectual e artística mais humana e, por isto mesmo, mais necessitada de interpenetração de valores nacionais.

Alguns críticos os têm acusado de reacionários; outros lhes têm chamado “comunistas” ou “anarquistas” por não terem reconhecido a necessidade de centralização ou de rígida uniformidade num país como o Brasil. A verdade é que a obra já realizada por muitos dos mais notáveis de entre os que no Brasil de hoje podem ser chamados, de modo lato “Regionalistas” — José Lins do Rêgo, José Américo de Almeida, Manuel Bandeira, Cícero Dias, Luís Jardim, Mário Marroquim, Álvaro Lins, Jorge de Lima, Odorico Tavares, Aurélio Buarque de Holanda, Júlio Belo, Olívio Montenegro, Aníbal Fernandes, Estêvão Pinto, Sílvio Rabelo, Ascenso Ferreira, e, dentre os mais recentes, João Cabral de Melo Neto, Mauro Mota, Carlos Moreira, Carlos Pena, Ariano Suassuna, Renato Campos, Lula Cardoso Ayres, Francisco Brennand, Cavalcante Borges e, ainda, Arthur Reis e Leandro Tocantins, com relação à região amazônica, Luís Viana Filho, o arquiteto Rebouças, o escultor Mário Cravo, o romancista Jorge Amado, Genaro, Caymi, com relação à Bahia, Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, Mário Palmério, com relação a Minas Gerais, Érico Veríssimo, Viana Moog, Moisés Velinho, em relação ao Rio Grande do Sul — é vigorosamente construtiva. Muito tem contribuído não só para desenvolver melhor compreensão inter-regional no Brasil, como para fazer do Brasil parte vital de um mundo nôvo e mais harmônico.

O mesmo poderia dizer-se da revolução cultural realizada com êxito literário e artístico mais imediato pelos “modernistas”

do Rio e de São Paulo — Tarsila do Amaral, Brecheret, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Graça Aranha, Di Cavalcanti, Noêmia, Alcântara Machado, Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Holanda, Prudente de Moraes Neto, Ribeiro Couto, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia, e outros. Pois do chamado “Modernismo” resultou para o desenvolvimento intelectual e artístico do Brasil uma fase ousadamente experimental, em tórno, principalmente, do mesmo desejo de autenticidade que, característico dos esforços regionalistas do Nordeste (Recife), em particular, vem caracterizando, no Brasil, a expressão regionalista, em geral.

Esses dois movimentos ficarão, provàvelmente, entre os mais importantes que têm revolucionado as letras e a vida do Brasil, no sentido não só da autenticidade como da espontaneidade na criação intelectual ou cultural. No sentido, também, da confiança dos brasileiros em si próprios. No sentido da libertação intelectual e artística do Brasil de excessos de subordinação colonial à Europa ou aos Estados Unidos.



# IX

## A MODERNA ARQUITETURA BRASILEIRA: “MOURA” E “ROMANA”

O escritor francês M. Blaise Cendrars, que visitou o Brasil mais de uma vez e que também estava familiarizado com o Oriente, incluiu a cozinha brasileira entre as que considerava as três melhores do mundo, ao lado da francesa e da chinesa. Outros observadores estrangeiros da nossa civilização vêm se mostrando inclinados a conceder lugar igualmente alto à arquitetura brasileira, incluindo-a entre as melhores no mundo moderno. Ainda outros julgam que a mulher brasileira, mesmo hoje, apesar de estar consideravelmente “americanizada”, pelo menos nas cidades mais progressistas, ainda pode ser incluída entre as melhores donas de casa do mundo.

Se tomarmos tais generalizações como verdadeiras, ou, pelo menos, como aproximações da realidade, e se se lhes acrescentar a circunstância de que o Brasil somente agora está começando a ter hotéis toleráveis fora do Rio e de São Paulo — um dêles, muito bom, em Salvador da Bahia, é brilhante exceção — essas três excelências brasileiras parecem expressar algo essencial e caracteristicamente brasileiro. Talvez as suas raízes estejam no passado patriarcal do Brasil.

A civilização brasileira foi nos seus começos mais o esforço de uma organização familiar do que realização do Estado ou da Igreja, de reis ou de líderes militares. Daí seu desenvolvimento como civilização que tem por valores fundamentais ou domésticos, patriarcais e sedentários: 1) os edifícios de residência agrários, associados e uma economia familiar de características permanentes

e não nômades; 2) a cozinha, sempre complementar a uma civilização assim familiar e sedentária, como aconteceu com a chinesa, no Oriente; 3) a dona de casa, como administradora de atividades culinárias e outras tôdas importantes atividades dentro de um sistema doméstico de economia, de assistência social, de religião, de arte.

E, como sempre acontece com civilização dêsse tipo, a hospitalidade foi, no Brasil, através dos três séculos de seu desenvolvimento como sistema principalmente patriarcal, um dever quase sagrado das famílias patriarcais. Isto talvez explique por que, durante largo tempo, as residências particulares foram o lugar adequado no qual os forasteiros se sentiam à vontade ao viajar pelo nosso país. Tinham camas ou rêdes onde dormir, escravos para servi-los, e prato garantido na vasta e bem sortida mesa patriarcal. As hospedarias do Brasil colonial, quando existiam, eram sòmente para estranhos ou estrangeiros tão insignificantes que não podiam ser admitidos como hóspedes nas casas patriarcais. Daí o fato de o Brasil não ter boa tradição hoteleira: alguns novos estabelecimentos do gênero começam, muito avisadamente, a associar certa atmosfera familiar e doméstica a estilos internacionais da organização hoteleira, a fim de manter a velha tradição. Num dêsses novos hotéis os hóspedes são atendidos por empregadas vestidas como “baianas” enquanto que os *boys* trajam à antiga maneira colonial brasileira de pajens; e a comida, em lugar de ser feita sòmente de pratos do cardápio internacional, inclui também os brasileiros, regionais e patriarcais. Chega-se até a ter a impressão de que o gerente, dividido entre as concessões que precisa fazer aos estilos nacional e internacional de hospitalidade, tem uma dupla personalidade, sendo, apesar de homem, meio *ménagère* suíça, meio dona de casa brasileira.

A mesma concessão também acontece com relação à arquitetura no Brasil, a qual emerge do passado patriarcal como um sistema de construção capaz de adaptar-se às modernas condições e estilos de vida, sem perder seus valôres básicos tradicionais, os quais são domésticos, particulares, familísticos — isto é, “mouros”, mas não estreitamente domésticos, porque também são “romanos” em suas raízes patriarcais e, assim, inclinados ao contato com o mundo exterior. Combinados, os dois elementos — o “mouro” e o “romano” — parecem responsáveis pela tendência existente nos modernos edifícios típicos brasileiros, em serem peculiarmente humanos e personalísticos, em lugar de apenas eficientes e funcionais sob o ponto de vista de seu uso, como edifícios coletivos, seja êsse uso oficial, industrial ou comercial.

A expansão da arquitetura no Brasil, do que era como arquitetura para uso mais particular, doméstico, patriarcal, personalístico do que impessoal e coletivista, para uma outra, de tipo moderno, e para condições que são mais coletivistas e públicas do que personalísticas e particulares, tornou-se possível porque o velho tipo de casa colonial brasileira era algo mais do que mera residência. Como já demonstraram os estudiosos da história social, a casa — a casa-grande dos fazendeiros de açúcar e café — além de servir de residência para uma grande família, com seus muitos escravos domésticos, era também hospital, igreja (pois para isto tinha em numerosos casos, suas capelas e capelões particulares), asilo de órfãos, fortaleza em caso de ataque por parte dos índios selvagens, e banco, no qual, graças às suas grossas e sólidas paredes de pedra ou tijolo, fazia-se depósito de jóias, de dinheiro e de outros valores. Em conseqüência, o prédio alcançava grandes dimensões e seus arquitetos tinham que resolver problemas que em outros países seriam enfrentados somente pelos construtores de palácios oficiais, de igrejas, de mosteiros, de fortalezas, e não pelos que construíam apenas residências particulares.

Algumas das velhas casas-grandes dos engenhos e das fazendas brasileiras eram, em sua aparência, dimensão e número de quartos, mais mosteiros do que residências particulares. Uma delas foi até descrita por um escritor brasileiro como um “Escorial rústico”, devido aos seus inúmeros quartos e também às várias sepulturas existentes na ampla capela, sepulturas de diversos membros da família, de acôrdo com um velho costume patriarcal do Brasil. Nessa residência, descrita por Luís Pedro como “Escorial rústico”, é interessante notar que algumas das sepulturas eram de espôsas do último senhor do engenho que ali vivera como verdadeiro *grand-seigneur* e que não somente tivera três espôsas — uma depois da outra, é claro, de vez que, pelo menos oficialmente, como católico ortodoxo, tinha de ser monógamo — como também muitos filhos e netos de suas sucessivas espôsas. O que não era excepcional, porém típico.

Esse aspecto de Escorial era característico das casas-grandes dos engenhos e das fazendas brasileiras dos dias coloniais, cuja arquitetura parece ter sido, no Brasil, quase tão importante como a arquitetura religiosa; e certamente superior à religiosa como tipo ecológico de arquitetura para cujo desenvolvimento os portugueses parecem ter feito o melhor para adaptar às condições brasileiras e tropicais sua maneira européia de construir prédios, mesmo na Europa tocada por certa influência moura ou oriental e logo enri-



quecida, no Oriente, com as lições sôbre construção de residências nos trópicos, que aprenderam na Índia e mesmo com chineses. Daí a estrutura longa e baixa das casas-grandes típicas dos dias coloniais, com sala de visita, sala de jantar, às vêzes vinte quartos, uma vasta e protetora varanda, alpendre ou copiar; e com telhado à maneira chinesa — estilo oriental de telhado introduzido no Brasil pelos portugueses — e que logo se mostrou capaz, quando prolongado em alpendre, de eliminar os excessos da luz e proteger a casa contra as pesadas chuvas tropicais.

A maioria das janelas das casas de residência no Brasil colonial eram de madeira, em estilo mouro; os quartos destinados às môças solteiras — camarinhas — ficavam no interior da casa, sem janelas voltadas para o exterior. De ordinário, um pátio proporcionava às senhoras — sinhás — e môças — sinhazinhas — da família espaço para sua recreação sem a necessidade de entrarem em contato com o mundo exterior: um mundo que, de acôrdo com a ortodoxia social dos patriarcas, era dos homens e só raramente das mulheres. A grande missão das mulheres no sistema patriarcal do Brasil — um sistema que desenvolveu um tipo tão útil de arquitetura — era a de administrar grande variedade de atividades domésticas que incluíam o bem-estar, não sômente dos autocratas mais velhos, suas espôsas e dos filhos pequenos mas também, dos escravos assim como dos agregados da vizinhança que, apesar de não serem escravos, dependiam do senhor e da senhora da casa-grande para inúmeras coisas, não só relativas à assistência religiosa, mas também à assistência médica.

Só quando se leva em consideração o quanto eram complexas as atividades da casa-grande típica de uma fazenda no Brasil patriarcal é que se compreende por que êsse tipo de arquitetura não morreu inteiramente com a velha ordem social, tornando-se, pelo contrário, valiosa inspiração para modernos e arrojados tipos de construção que, na América Portuguesa, constitui uma arte, assim como uma ciência; e que já se tornou conhecida pela sua praticabilidade, funcionalidade e efetividade, e não sômente pelos seus brilhos estéticos, como em Brasília: nos palácios de Brasília, alguns dos quais, contra a melhor tradição brasileira da arte — ciência de construir — mais esculturais que funcionais.

Essa arte, e também ciência, talvez tenha sua maior expressão criadora em trabalhos não-brasileiros do arquiteto Lúcio Costa, apesar de alguns reclamarem essa preeminência para outro arquiteto mais nôvo e também de grande talento: Oscar Niemeyer. As realizações de Lúcio Costa, parecem resultar do fato de êle ser

homem que estudou cuidadosamente o passado social do Brasil e de Portugal, refletido em suas formas tradicionais, regionais e funcionais da arquitetura. Ele mesmo já mostrou, em alguns de seus mais recentes trabalhos, a tendência para usar abertamente a cor no exterior de seus prédios, associando assim seu modernismo com as tradições mouras, portuguesas e brasileiras de uso livre e ostensivo de cores vivas e tropicais e não somente o azul e o verde convencionais dos azulejos com motivos religiosos, na decoração externa dos prédios. Até mesmo grandes edifícios de apartamentos, onde o uso de cores fortes requer um cuidado todo particular na combinação de azuis com vermelhos, já estão sendo construídos no Rio: uma vitória para os escritores brasileiros que clamaram por isto desde o início do movimento “modernista” na arquitetura do Brasil. Escritores ligados ao Movimento Regionalista do Recife.

Outra preocupação recente é a de associar-se a vegetação tropical com a arquitetura moderna, o que também é tradição da velha arquitetura doméstica e patriarcal do Brasil, famoso pelos seus floridos jardins<sup>(1)</sup>, muitas vezes ligados com hortas em que se cultivavam legumes para o consumo doméstico, não somente para finalidades culinárias mas também médicas, higiênicas e profiláticas, assim como para decorar e perfumar o interior da casa quando se celebrava um aniversário ou outro evento familiar com um grande jantar ou uma vasta ceia. Para esse fim usava-se abundantemente a folha da palmeira, assim como as aromáticas e brilhantes folhas da árvore de canela.

É preciso não esquecer que o caráter doméstico mouro, de alguns dos mais modernos edifícios de apartamentos no Brasil parece ser nova expressão da vitalidade de uma tradição arquitetônica herdada, pelos brasileiros, dos mouros — assim como a romana — através do português. Como resultado dessa herança, transmitida a espaço tropical tão grande como é o Brasil, tal tradição encontrou nesse espaço campo ideal para sua modernização. Ela se modernizara primeiramente no século XVIII, quando as

---

(1) Em relação às “mansões particulares” da cidade de Belém, uma cidade caracteristicamente tropical, Charles W. DOMVILLE-FIFE, em seu livro *The United States of Brazil* (Londres, 1910), usa as seguintes palavras: “As mansões particulares — já que na maioria dos casos elas podem ser assim classificadas — são bem construídas, com entradas imponentes, flanqueadas por grandes colunas de pedra. Situam-se no meio de jardins tropicais e raramente têm mais do que dois andares, sendo o segundo sempre circundado por uma varanda geralmente coberta por trepadeiras emaranhadas e floridas” (p. 121).

casas senhoriais do próprio Norte de Portugal se tornaram maiores e mais elaboradas, graças ao grande impulso proporcionado à sua ampliação ou à sua reconstrução — ou a construção de novas casas — graças àquilo que ilustre estudioso inglês do assunto, Rodney Gallop, chamou de “o ouro brasileiro”. Foi então que, de acôrdo com o mesmo observador, as referidas casas senhoriais tomaram sua “forma definitiva” — coisa que também aconteceria no Brasil com as casas-grandes, urbanas, de engenhos e de fazendas nas regiões mais prósperas: do açúcar, do ouro, e em época menos remota do café e do gado.

Em Portugal, como nas regiões mais prósperas do Brasil, é possível concordar com Gallop em que certo número de fatores — alguns diferentes, na Europa, dos que atuaram na América — manifestaram-se, então, na arquitetura doméstica, em sentido contrário ao da influência moura. Associada às tendências neoclássicas da época, tais fatores concorreram para acentuar na arquitetura de residência, no da oficial, qualidades de solidez e de sobriedade. — Somos tentados a dizer: qualidades romanas. De acôrdo com Gallop, “a fachada das grandes casas rurais portuguesas tornou-se notável por suas proporções harmoniosas e pela distribuição simétrica das muitas janelas com suas molduras de pedra, mais ou menos ornadas”(2). Estas duas características a “distribuição simétrica” das janelas e seu grande número, tornaram-se típicas da arquitetura doméstica brasileira à medida que a mesma se foi tornando menos moura — isto é, menos ortodoxamente particularista — e mais romana, ou clássica — mais pública. É êsse tipo de arquitetura doméstica, que o ouro tornou possível — o ouro e também o café: outro ouro — parece ter-se desenvolvido em Portugal sob influência brasileira. E no Brasil sob influência neoportuguêsa. A primeira, influência de substância; a segunda, influência de forma.

Há quem pense que o classicismo dotou os Estados Unidos de uma tradição arquitetônica insuperável em suas qualidades de monumentalidade e dignidade. No Brasil, o classicismo foi modificado por uma tendência experimental que é sentida ainda hoje no impulso em direção àquilo que Fiske Kimball — o conhecido historiador da arquitetura doméstica dos Estados Unidos — teria provavelmente considerado “formas originárias, expressivas de novos elementos na vida moderna”. Os brasileiros parecem ter

---

(2) *Portugal: A Book of Folk-Ways*, Cambridge, Inglaterra, 1936, p. 42.

adquirido essa tendência experimental do português que se tornou pioneiramente experimental em sua arquitetura, nas Índias, onde teve que enfrentar “novos elementos” de vida: elementos tropicais e extra-europeus. Foi então que êle os adotou experimentalmente, assimilando orientalismos das Índias e da China, além dos mouros, já assimilados na própria Península Ibérica, mas sem deixar de ser clássico no seu apêgo aos elementos de continuidade dentro de seu passado europeu, romano-mourisco.

É claro que nas condições atuais algumas das desejáveis combinações da tradição com modernidade na arquitetura do Brasil são extremamente difíceis de manter, pelo menos nas áreas urbanas, pois apesar de alguns arquitetos estarem desenvolvendo uma arte que é genuinamente brasileira, vários planejadores urbanísticos, pouco ecológicos e pouco tropicais nas suas preocupações não seguem os mesmos métodos: são por demais imitadores do que é “moderno” e que lhes chega da Europa e dos Estados Unidos; e por demais indiferentes ao planejamento de acôrdo com as condições peculiares a um país tropical como, em grande parte o Brasil. Uma dessas desejáveis combinações é, evidentemente, a harmonia da vegetação com a construção. Mas a terra está cara demais e os planejadores urbanísticos nas capitais brasileiras não vêm tomando o devido cuidado para garantir a indispensável presença de vegetação nas áreas urbanas, a não ser sob a forma convencional de pequenos jardins públicos, puramente ornamentais, geralmente no estilo artificial e simétrico de Versalhes. Exatamente o menos adaptado a um país tropical como o Brasil. Mesmo Petrópolis, perto do Rio de Janeiro — que desde os dias de Dom Pedro II é para a antiga capital brasileira aquilo que Newport foi para Washington, Alt-Aussee para Viena e Yalta para São Petersburgo — está altamente afetada pelo divórcio, quase sempre tão violento no Brasil moderno, entre a arquitetura e o planejamento urbanístico. Mesmo ali a vegetação deixou de ser defendida contra a expansão desordenada dos edifícios estritamente comerciais.

Quanto ao Rio, nenhum europeu ou anglo-americano encontra ali, atualmente, como teria encontrado nas primeiras duas décadas dêste século, “caminhos repousantes, como aquêles das cidades marítimas do Norte de Portugal”, tão exaltados por um inglês que visitou o Brasil durante a Primeira Grande Guerra: “pequenas praças madornando ao sol, ao lado de jardins europeus onde as crianças brincam e riem, e pátios sombrios, cujo pavimento de mármore ou azulejo brilha entre flôres brancas ou púrpuras, e belas

samambaias”. Mesmo no coração da cidade — no Largo da Carioca, por exemplo — havia lugares assim, repousantes e “cheios da fragrância etérea das noites tropicais”<sup>(3)</sup>.

Uma das tarefas inerentes ao planejamento urbanístico no Brasil é preservar esta fragrância, esta atmosfera ou êste encanto tropical, em cidades que estão perdendo sua alma para precàriamente se modernizarem. Aquilo que os melhores arquitetos brasileiros de hoje estão conseguindo fazer com êxito é demonstrar que é possível construir edifícios totalmente modernos que conservam ao mesmo tempo, formas patriarcais, personalísticas e familiares do passado brasileiro: algo de um passado que representa longo processo de adaptação de valores europeus a condições tropicais.

Há já algum tempo um geógrafo inglês assinalou que inúmeras belas orquídeas eram mandadas para o seu país — isto é, para a Europa — por negociantes residentes na América do Sul, especialmente no Brasil, e assim introduzidas nos jardins europeus. É fato conhecido que os europeus, especialmente os comerciantes ingleses, tornaram-se famosos no Brasil devido à sua preferência em viver não em casas recém-construídas mas em velhas quintas, chácaras ou casas suburbanas, construídas por brasileiros de acôrdo com velhas tradições portuguezas adaptadas ao trópico: ao trópico americano. No Brasil, os ingleses e outros europeus tornaram-se verdadeiros entusiastas das plantas, samambaias e cáctus que, em geral, já se encontravam associados com as casas que transformaram em suas residências brasileiras, às vêzes durante longos anos. Dêles é o mérito de terem percebido que o problema da residência européia no Brasil tropical já tinha sido resolvido por portuguezes, e por seus continuadores brasileiros; e o que alguns dêsses estrangeiros acrescentaram a essas casas ecológicas foi tão-somente melhoramentos em suas instalações sanitárias e, em alguns casos, o desenvolvimento, maior do que aquêle conseguido pelos brasileiros, do espaço reservado em seus jardins residenciais às orquídeas, às acácias e a outras belas flôres tropicais notáveis pelo seu viço e pelas suas côres.

Tudo indica que os ingleses, e outros povos, que a princípio criticaram as residências brasileiras pelo fato de não terem assoalhos de madeira, em geral acabaram convertidos ao sistema brasileiro. Um dêles, tendo chegado ao Brasil nos últimos anos

---

(3) J. O. P. BLAND, *Men, Manners, and Morals in South America*, Londres, 1920. p. 54.

da década dos sessenta do século XIX, descobriu que as casas não possuíam assoalho de madeira e que as residências mais importantes tinham assoalho de mármore ou ladrilho de acôrdo com o gôsto e as possibilidades do proprietário, sendo que as mais humildes não possuíam nenhum tipo de assoalho. A princípio, êle ficou profundamente chocado com tal situação, mas depois de quarenta anos de moradia no Brasil, êste mesmo inglês — certo Mr. Bennett, que viveu primeiramente em Pernambuco e depois no Rio Grande do Sul — escreveu que os pavimentos de mármore ou ladrilho, tal como êle os conhecera em casas de Pernambuco, eram “muito mais adequados às condições climáticas que prevaleciam no país”. Foi nessas casas patriarcais que Mr. Bennett travou conhecimento direto com escravos brasileiros e descobriu, com seus próprios olhos, que os mesmos tinham casa, comida e vestuário pagos pelos seus senhores sendo que, em muitos casos, “viviam melhor do que muita gente livre (...) na Inglaterra dos nossos dias, que, apesar de seu árduo trabalho, não ganham o suficiente para se manter em boas condições (...)”. Assim sendo, êle não se mostrou inteiramente indignado contra a escravidão, como instituição doméstica e patriarcal, ao observar que, no Brasil que êle conheceu, por volta de 1868, “havia uma linda casa (em Pernambuco) construída por um homem que amealhou sua fortuna no comércio de escravos, e que no jardim dessa casa havia várias estátuas, as quais certa manhã apareceram tôdas pintadas de negro!”<sup>(4)</sup> Mr. Bennett ficou simplesmente divertido com o episódio, o qual, incidentalmente, nos relembra o costume predominante entre os arquitetos durante o Império, de decorarem não só os prédios residenciais, mas também os comerciais e públicos, com estátuas, a maioria fabricada na cidade do Pôrto, em Portugal. Muitas ainda são encontradas em nossos dias: representam as “quatro estações” (primavera, verão, outono e inverno), os “quatro continentes” (Europa, Ásia, África e América), Júpiter, Netuno e os outros deuses clássicos. Bustos de homens famosos também eram usados para os mesmos propósitos decorativos, harmonizando-se muito bem a brancura do seu mármore ou da sua cerâmica com côres vivas — vermelho, azul, púrpura, amarelo, rosa — dos prédios, e o verde da vegetação tropical. Entre os homens famosos cujos bustos ainda podem ser encontrados, decorando velhos prédios, no Brasil, estão Camões, o Marquês de Pombal, e Dom Pedro II, Imperador do Brasil.

---

(4) Frank BENNET, *Forty Years in Brazil*, Londres, 1914, p. 10.

Os europeus que visitavam o Brasil até os primórdios d'êste século mostraram-se agradavelmente impressionados pela harmonia de côres oferecida pelos velhos prédios, alguns dêles pintados ou recobertos com azulejos verdes, azuis, amarelos, rosa ou castanhos; e cercados, como acontecia com a maioria das residências patriarcais de então e mesmo os edificios públicos, pela vegetação: plantas, árvores, jardins de um verde brilhante. Algumas das cidades brasileiras, nas quais a vegetação era complemento da arquitetura das casas residenciais, davam a impressão de terem sido construídas no meio daquilo que outro viajante inglês, certo Mr. Martin, descreveu como "várias pequenas plantações que se assemelhavam a parques"<sup>(5)</sup>.

Tal como o seu compatriota, Bennett, em relação ao assoalhamento com madeira pouco comum no Brasil — desde que não poucos brasileiros passaram a considerar o mármore melhor material que a madeira para assoalhos não apenas para os prédios oficiais mas também para os residenciais — Martin converteu-se ao costume brasileiro de dar aos prédios residenciais numerosas portas e janelas abrindo para aquelas "plantações que se assemelhavam a parques". Escrevendo particularmente sôbre Belém, Martin observou que tanto as portas como as janelas nas casas residenciais eram tão altas e largas quanto possível, a fim de assegurar a entrada de uma constante corrente de ar. Sôbre as portas construíram aberturas de ventilação, sendo que as próprias portas muitas vêzes possuíam uma metade em veneziana.

Outros brasileirismos na arquitetura doméstica atraíram a atenção, de idôneos observadores estrangeiros durante o século XIX tudo indicando que obtiveram a aprovação de vários ingleses como Mr. Martin, — inglês típico do final do século XIX quanto à educação, mas cosmopolita o bastante a fim de admitir que os brasileiros estavam criando uma arquitetura ecológica. Um dêsses outros brasileirismos consistia em apresentarem-se "as paredes sem forros de papel (. . .) mesmo nas residências mais luxuosas": eram "caíadas de branco ou verde". Ainda outro brasileirismo arquitetônico eram os tetos, "de madeira, pintados da mesma côr das paredes ou então envernizados". E um terceiro: Martin observou que as escadas de madeira eram deixadas invariavelmente descobertas, sem tapête, o que lhes dava um aspecto um tanto ou quanto despido, mas incontestavelmente refrescava os interiores.

---

(5) Percy F. MARTIN, *Trough Five Republics of South America*, Londres, 1905, p. 167.

É um quarto: notou ainda que tôdas as janelas eram providas de venezianas, construídas de modo a evitar a luz solar intensa, mas permitindo a entrada do ar livremente<sup>(6)</sup>. Função idêntica, ou semelhante, parece ter sido a da varanda, que em muitos casos cercava tôda a casa<sup>(7)</sup>.

(6) *Idem*, p. 168-9.

(7) De acôrdo com Mário de ANDRADE em seu ensaio *Arte*, incluído no livro *Brazil* (organizado por Lawrence F. HILL, Berkeley e Los Angeles, 1947, p. 184), a planta básica retangular nas construções da arquitetura colonial brasileira “parece revelar uma certa promiscuidade de classes que nasceu da necessidade de defesa. (...) Contudo as distinções de classe levaram, eventualmente, a distinções correspondentes nos planos de construção. Os exemplos mais característicos são os terraços e os pórticos cobertos, os quais eram encontrados nas capelas e também nas “casas-grandes”. (...) Apesar de sua sombra ser uma proteção contra a intensidade tropical do clima, a função dos balcões e terraços foi primordialmente social: êles serviam para as comunicações entre senhores e escravos, ou então, para as transações comerciais”.

É duvidoso que a função dêsses terraços fôsse primordialmente “social”. Para mim, os pórticos, nas capelas, parecem ser um tropicalismo desenvolvido pelos portugueses, primeiro na Índia, e mais tarde no Brasil, apesar de terem sido, em raros casos, precedidos por igrejas européas com pórticos. Ler a êste respeito o capítulo “The Arts in Brazil”, em *Portugal and Brazil, Introduction*, um excelente livro do Professor Robert C. SMITH, editado por H. V. Livermore, Oxford, 1953, p. 370, nota 13.

Tal como observou Richard BURTON, em *The Highlands of the Brazil*, Londres, 1869, II, 39, há quase um século, ao falar sôbre uma casa-grande que êle visitou em Minas Gerais e caracterizou como “casa senhorial de estilo normal”, êste tipo de residência, quando ortodoxa, tinha na frente uma grande varanda, da qual o proprietário podia fiscalizar a destilaria, a moenda (cana-de-açúcar) (...) e também a capela, as senzalas e outras atividades. Esqueceu o autor de mencionar que o proprietário permanecia na varanda sentado, ou reclinado, em seu trono — uma rêde — apesar de em outra passagem de seu livro referir-se a habitantes de um vilarejo do século XIX — moradores em casas modestíssimas — que passavam as horas mais quentes do dia reclinados em suas rêdes “balançando-se, fumando e comendo melancia” ou sentados num lugar sombrio da casa e “recebendo visitas” (II, 357). É preciso não esquecer que sempre foi tradição na arquitetura doméstica do Brasil as casas terem varandas, terraços ou alpendres ou lugares sombrios onde o proprietário recebia visitas ou apreciava, protegido contra o sol e o calor, o exterior. Recentemente, o Prof. Lynn SMITH, notável sociólogo norte-americano, viajando pelo Sul do Brasil, observou que nas melhores e mais modernas fazendas de café e de outros produtos as casas dos colonos eram construídas de maneira a formar uma espécie de vilarejo e que o “ponto de orientação” destas fazendas continuava a ser, como nos velhos tempos patriarcais, “a casa-grande”, “geralmente bem construída e confortável (...) cercada por grâmados muito bem tratados e jardins, que quase sempre incluíam uma piscina azuljada (...) terrenos para secagem do café, o moinho para limpeza e seleção do grão, e os estábulos para o gado (...), o armazém,



Tais brasileirismos não eram peculiares ao Nordeste do Brasil e podiam ser vistos, nos primeiros anos do século, nas residências do Rio e de São Paulo, mais tipicamente brasileiras, onde ainda não se encontravam tapêtes, nem chão de madeira, nem papel de parede nem outros costumes norte-europeus, que passariam a ser considerados o máximo do refinamento pelos imitadores passivos da Europa. Imitadores de modelos europeus que não levavam em consideração o clima tropical ou quase tropical do Brasil, copiando aquilo que viam nas casas de brasileiros recém-chegados da Europa, ou nas de estrangeiros superficialmente radicados no trópico. Alguns estrangeiros residentes em cidades brasileiras viviam, com efeito, como inimigos declarados de tudo o que fôsse tropical e sentiam a necessidade de guardar a maior lealdade possível aos estilos e costumes europeus. A imitação de tais costumes e estilos começou a afetar os brasileiros nos começos do século XIX, quando o uso do vidro começou a substituir os muxarabis, de origem moura, nas janelas, e o chalé suíço passou a ser a moda para as residências, apesar de em vários desses chalés utilizar-se uma espécie de meio termo entre o estilo europeu de construção e alguns dos já mencionados brasileirismos arquitetônicos, tais como portas e janelas muito altas e largas, e venezianas. Venezianas que em algumas das mais velhas moradas brasileiras foram precedidas por aquêles muxarabis de origem moura, e pelos postigos de origem indiana.

É preciso não esquecer nunca — repita-se — que o português que colonizou o Brasil, fazendo de nosso país desde o século XVI seu lar permanente, e não apenas lugar de aventuras de nômades nos trópicos — como acontecia com os franceses, os ingleses e a maioria dos holandeses, nos séculos XVI e XVII — trouxe do Oriente uma quantidade de orientismos, alguns deles aplicados à arquitetura, ou à higiene doméstica. O estilo chinês das telhas e dos telhados foi um destes; as portas largas, outro. Com o uso amplo de azulejos para o interior e exterior das casas, os portugueses já tinham assimilado dos mouros e árabes, desde os dias da ocupação mourisca da península Ibérica, alguns orien-

---

os escritórios (...), o abatedouro (...), geralmente uma escola e uma capela (...) e muitas vezes uma estação na via férrea (...) casas para os colonos que fazem o trabalho manual (*Brazil: Its People and Institutions*, Nova York, 1954, segunda edição, p. 324). Em relação aos contatos entre as casas-grandes e as residências de gente menos importante, numa rústica subarea tropical do Brasil, consultar: *Amazon Town: A Study of Man in the Tropics*, Nova York, 1953, do Prof. Charles WAGLEY.

talismos básicos que foram introduzidos em sua arquitetura doméstica no Brasil como proteção contra os excessos — sob o ponto de vista europeu — do clima tropical. Um desses orientalismos básicos parece ter sido a construção de paredes muito grossas, contra o calor. Estas paredes, feitas de pedra ou tijolo, davam a algumas residências brasileiras a aparência de fortalezas; e fortalezas algumas delas o foram durante os críticos dias em que os ameríndios atacavam os estabelecimentos europeus; ou os franceses e ingleses, as casas portuguesas.

Mas esse fato não nos deve levar à crença de que os ameríndios e os portugueses, os portugueses e outros europeus, estivessem sempre em luta no Brasil; e não tenham tido relações amigáveis, no século XVI, nos dias heróicos e difíceis quando as bases para uma civilização permanente — inclusive uma arquitetura doméstica permanente — estavam sendo lançadas. As relações de amizade se alternavam com as hostilidades entre os grupos rivais; mas talvez em nenhuma outra parte da América as duas etnias e suas culturas — a européia e a ameríndia — se tenham encontrado com tal reciprocidade étnica e cultural como aconteceu no Brasil, através da união de portugueses com mulheres ameríndias, e da adoção, pelos ameríndios, de valores europeus, e de valores ameríndios pelos europeus.

Em relação a uma arquitetura de tipo permanente, não havia nada que os ameríndios nômades pudessem oferecer aos portugueses, mais inclinados que outros europeus a adotar valores tropicais dos povos tropicais, adaptando-se assim a esforços não-europeus de acordo com técnicas e métodos já usados pelos nativos. Foi preciso, mesmo assim, algum tempo — e algum esforço — da parte dos portugueses, para transformarem em características de suas casas no Brasil tropical ou semitropical — inclusive em São Paulo no século XVI — o uso, nos alpendres, de rêdes ameríndias. Muitos dos colonizadores adotaram tais rêdes como cama habitual e até mesmo leito conjugal. Os ganchos, para a colocação de rêdes nos alpendres e nos quartos, tornaram-se característicos nas casas brasileiras. Se concordarmos com os modernos observadores europeus em que as cortinas pesadas e o mobiliário estofado devem ser evitados num clima tropical, temos que reconhecer que, adotando a rêde, e transformando-a em acessório essencial de suas casas, o português no Brasil foi o pioneiro da moderna arquitetura funcional, assim como do moderno mobiliário funcional para os trópicos, já que as duas coisas — arquitetura e mobiliário — são inseparáveis. Europeus e anglo-americanos mostram-se surpreendidos com o uso, em larga escala, da rêde em

lares brasileiros, especialmente no Norte do Brasil, mas alguns estão chegando à conclusão de que, sendo facilmente laváveis, as rêdes são muito mais higiênicas do que as camas. Um arquiteto suíço de nossos dias, Siegfried Giedion, já chamou a atenção dos seus colegas para a atualidade da rêde, do ponto de vista funcional e estético.

Sendo o material empregado na fabricação das rêdes brasileiras de origem a mais local possível — capim, barbante, fibras, penas de pássaros — apesar de alguns burgueses refinados preferirem materiais europeus, como o linho e a sêda, tentando assim combinar uma forma tropical simples, quase franciscana, com ricos e refinados materiais europeus, — a rêde é complemento tão necessário a uma residência tipicamente brasileira que a sua ausência parece indicar estrangeirice, falta de adaptabilidade ao ambiente tropical, inabilidade em trocar o bom sofá de molas forrado de couro, da burguesia inglêsa, ou anglo-americana, por algo tão leve, franciscanamente simples e apenas aparentemente desconfortável, como seja a rêde. Mas, sob o ponto de vista artístico, as rêdes podem ser o oposto da simplicidade franciscana, harmonizando-se mais do que o franciscanismo com o barroco ou rococó português que, durante o século XVIII, tornou-se característico das residências luso-brasileiras de campo.

Algumas rêdes chegam a ser muito elaboradas quanto à sua feitura. São vistosas, com seu colorido brilhante. E acrescentam aos seus belos bordados mouro-portuguêses, franja de beleza quase principesca ou quase oriental. Existiam rêdes assim luxuosas destinadas ao uso especialíssimo na noite de núpcias. Outras, suavizadas com penas de pássaros tropicais, servem para o digno repouso dos *grand seigneurs*: os que, outrora, podiam dar-se ao luxo de passar a maior parte de seu tempo em casa.

Em um de meus ensaios anteriores, disse que, nas velhas casas dos engenhos coloniais, a rêde, instalada nas varandas das casas-grandes, era o verdadeiro trono do qual os senhores dos grandes engenhos e das grandes fazendas brasileiras reinavam sôbre seus domínios quase como monarcas absolutos. Isto explica por que certas rêdes se apresentavam tão elaboradas e ricas em côres vivas: eram o trono de autênticos pequenos reis.

Será que certos brasileiros se vêm envergonhando da rêde como outros, da velha arquitetura doméstica? Até certo ponto, parece que sim. Em lugar de rivalizar com a cama burguesa, a rêde é usada, atualmente, em lares brasileiros, simplesmente para repouso, na varanda da casa. Sômente entre a população rústica do norte do Brasil continua a substituir a cama. Mas todos os

verdadeiros brasileiros se rejubilarão ao ouvir os elogios feitos à rêde por arquitetos europeus que se interessam também pelo mobiliário complementar às casas modernas, num sentido mais funcional do que o antigo. É lamentável que a iniciativa de criar um mobiliário ultramoderno, leve, flexível, inspirado nas curvas sugestivas da rêde tropical, venha sendo européia quando, lógicamente, deveria ser brasileira.

Os brasileiros sentem orgulho da modernização de seu velho estilo arquitetônico por modernos arquitetos brasileiros que são louvados pelos europeus e anglo-americanos como um dos grupos mais arrojados de jovens especialistas na importante arte e ciência da construção. A verdade, porém, é que tal modernização significa que na velha arquitetura brasileira — resultante de um processo de adaptação de valôres europeus aos trópicos, processo que se desenvolveu através de vários séculos — existiam já, em potencial, soluções adequadas aos problemas atuais. É uma arquitetura que simboliza importante vitória humana sôbre um tipo não-europeu de espaço: o espaço tropical. Que significa uma vitória básica à qual talvez seja comparativamente fácil acrescentarem-se outras vitórias, estas sôbre moderno espaço-tempo. Importam essas novas vitórias na adaptação da conseguida através do sistema patriarcal de vida, nos trópicos, aos interêsses, às necessidades e às conveniências de uma civilização, como a brasileira de nossos dias, que cessou quase que completamente de ser patriarcal, tornando-se menos personalista e mais coletivista do que a patriarcal que a precedeu. E não sômente a precedeu, mas a fêz possível como civilização adaptada a um espaço tropical e a um nôvo ritmo de vida.

Êste o trabalho grande e básico, dos pioneiros portugueses no Brasil e dos seus descendentes imediatos: êles fizeram com que tal adaptação fôsse real, permanente e flexível. Tão flexível que poderia ser continuada por homens, mulheres e crianças cujas inter-relações tivessêm deixado de ser reguladas ou ordenadas por um sistema patriarcal de organização social ou familiar.

Quando os Reverendos Daniel P. Kidder e James C. Fletcher, dos Estados Unidos, visitaram o Brasil nos meados do século XIX, fizeram inteligente comentário sôbre a psicologia dos brasileiros como povo patriarcal. Depois de notarem que *“os antigos Romanos viviam em público, sua existência parecia fazer parte do “forum”, do banho público, do circo e do teatro”*, sem que deixassem de estimar a vida de família, observaram da gente portuguesa: *“é mais romana neste aspecto do que qualquer outro povo vivo. O lar e a família existem e indubitavelmente para os lusi-*

tanos, que devem êste fato aos mouros. Os mouros enxertaram nessa raça latina algo do exclusivismo oriental. Os portugueses, e seus descendentes americanos, até hoje, vigiam, com olhares ciumentos, seus lares, e, passando muitas horas dentro de tais recintos, que são seus castelos, isto fêz com que o apêgo ao lar e às ligações familiares aumentassem e fôsem perpetuados”(8).

Isto explica porque os brasileiros puderam desenvolver uma arquitetura doméstica (e um mobiliário complementar à sua arquitetura) a qual já foi reconhecida por europeus e anglo-americanos como arte realmente original: arte e ciência. Tal arte fêz com que um sistema de vida predominante, mas não exclusivamente europeu, se tornasse possível em vasta região tropical, ou semitropical, como aquela em que, há quatro séculos, se desenvolve a civilização brasileira. Talvez seja esta a maior das contribuições portuguesas e brasileiras para a civilização humana(9). Pois alguns europeus, ou europeizados, não-portugueses, no momento, enfrentam o mesmo problema — o de adaptar valôres europeus a ambientes tropicais, através da arquitetura, assim como do mobiliário, da culinária, e do vestuário — em várias regiões da Ásia, África e América semelhantes em clima e em condições físicas, ao Brasil,

---

(8) FLETCHER e KIDDER, *op. cit.*, p. 162.

(9) De acôrdo com Mário de ANDRADE, a solução para o contrôle do calor e da claridade sôbre superfícies de vidro, graças ao uso de toldos, desenvolveu-se principalmente em tórno de uma idéia de LE CORBUSIER, desenvolvida pela “escola do Rio de Janeiro”, isto é, por um grupo de modernos arquitetos liderados por Lúcio COSTA; e foi mais tarde melhorada por Oscar NIEMEYER. ANDRADE menciona o fato de que o arquiteto norte-americano Philips L. GOODWIN considera esta solução como “a maior contribuição do Brasil para a arquitetura moderna” (*Brazil*, obra coletiva organizada por Lawrence F. HILL, p. 193). Tal “contribuição” pode ser incluída entre as recentes invenções que criam novos valôres e novas possibilidades à vida no lar, tanto nos trópicos como em outras regiões, juntamente com o ar condicionado, a refrigeração elétrica, o rádio e a televisão.

O mais importante passo para um nôvo desenvolvimento com relação à moradia provavelmente surgirá de maior integração da casa em sua vizinhança, de acôrdo com o planejamento arquitetural antecipado, associando casa a parques públicos, a gramados, a *playgrounds*, a escolas, igrejas, lojas e hospitais: tendência que começa a fazer-se sentir no Brasil, onde, entretanto, a arquitetura caminha muitos passos à frente do planejamento social das cidades. Nos Estados Unidos, esforços semelhantes resultaram altamente compensadores para a elevação do nível de salubridade e de moral, tal como foi demonstrado por S. McKee ROSEN e Laura ROSEN, em *Technology on Science*, Nova York, 1951, p. 265.

Êstes problemas foram lúcidamente estudados pelo Prof. Lewis MUMFORD no seu *Technics and Civilization*, Nova York, 1934. É lamen-

descobrimo então que lições valiosas podem ser aprendidas da nossa nação. O trabalho pioneiro do Brasil em tais adaptações é, na verdade, um exemplo para os citados europeus e europeizados não somente em suas formas mais tôscas, mas também nas mais refinadas, adaptáveis às condições modernas por arquitetos brasileiros de nossos dias como Costa, Niemeyer, Mindlin, Bernardes, e os irmãos Roberto.

Os povos modernos começam a viver numa civilização predominantemente industrial e coletivista, o que torna imperativo aos homens e mulheres de nossos dias viver a maior parte de sua existência em público. A arquitetura brasileira é suficientemente flexível para permitir a homens, a mulheres e a crianças viver a maior parte de suas vidas em parques tropicais, onde as últimas podem brincar à vontade, os jovens manter seus líricos contatos pré-nupciais, e os trabalhadores cansados e os velhos, descansarem, passeando entre as árvores, repousando em atraentes rêdes ou em seus substitutos de madeira ou alumínio.

Mas a arquitetura brasileira parece manter algo essencialmente doméstico: talvez o seu elemento mouro em contraposição ao romano. Esta intimidade, essencialmente doméstica, é encarada por alguns psicólogos modernos como uma espécie de necessidade — talvez necessidade total — dos homens e das mulheres modernos, para amenizar a fadiga que sentem de uma vida passada publicamente em estádios, cinemas, teatros e igrejas, ou em longas horas em fábricas, oficinas, escritórios e outros lugares de atividade pública. Alguns estudiosos acham que o rádio e a televisão vieram trazer uma espécie de renovação dos sentimentos de apêgo ao lar e do sentimento gregário das famílias nas populações superindustrializadas. Se tal realmente está acontecendo, o elemento de intimidade doméstica, característico da arquitetura brasileira — elemento, êste, geralmente associado apenas às reuniões de família mas que pode ser levado ao ponto de incluir reuniões não-familiares de grupos cujos vínculos sejam mais personalísticos do que mecânicamente coletivistas — fazem a arquitetura brasileira psicologicamente ideal como cenário ou ambiente para êsse tipo de

---

tável que um sociólogo como MUMFORD não esteja mais familiarizado com sociedades e arquiteturas em períodos de transição sociologicamente significativa, como a brasileira. A mesma deficiência — a falta de conhecimentos exatos dos aspectos sociológicos da arquitetura brasileira, a qual se está tornando moderna sem deixar de ser brasileira — também é lamentável em outros excelentes livros sobre o assunto, como *The Evolving House*, Cambridge, Massachusetts, 1936, de Albert F. BEMIS, e *Tropical Architecture* por Maxwell FRY e Jane DREW, Nova York, 1956.

associação “doméstica” ou “privada”. É preciso visitar um moderno edifício de apartamentos — dos amplos, mas cordiais — do Rio, para compreender como a conciliação entre os elementos de arquitetura romana e moura, o público e o privado, mobiliário e planejamento urbanístico, são possíveis em uma arquitetura como a brasileira que desde o início mostrou tendência em adaptar-se ao espaço tropical — ao sol, ao ar livre, às brisas — sem deixar de valorizar o “particular” e a “intimidade” pessoal.

Em seu livro sôbre a arquitetura brasileira, Philip L. Goodwin comenta que a “característica principal das velhas casas brasileiras é o contraste interessante entre a grande varanda — ou alpendre ou terraço — com sua ampla vista, e pátio interior”. É como se êle tivesse sentido, quase sem o querer ou saber, o elemento romano nessas casas, representado pela “grande varanda com sua ampla vista”<sup>(10)</sup> — em outras palavras, uma espécie de expressão pública do sistema patriarcal — como sendo complementar do elemento moura, representado pelo pátio interno e fechado, onde a intimidade era resguardada contra o excesso de contato com o mundo exterior. Pois a típica arquitetura brasileira — aquela desenvolvida durante os séculos coloniais, e modernizada recentemente por arquitetos que, não sendo coloniais no seu espírito, sabem, porém, que devem acrescentar à fria atitude experimental o respeito àquilo que seus predecessores fizeram no Brasil para adaptação de valores europeus ao espaço tropical — harmoniza inteligentemente extremos. Especialmente os dois aqui destacados, com propósitos de classificação sociológica ou de simples caracterização, como elemento romano e elemento moura, tal como vêm sendo, antes sentidos, ou percebidos na arquitetura brasileira, em particular, e na sua cultura da gente brasileira, em geral, por grande número de observadores, quer nacionais, quer estrangeiros. Nestas páginas tenta-se substituir a simples intuição pela percepção de tais elementos; e ir além: classificar sociologicamente os mesmos elementos.

Goodwin observou que os modernos edifícios de apartamentos do Rio, em frente ao mar, dificilmente “deixam de ter um espaço livre, em parte recoberto”, e vidraças contínuas que formam uma espécie de biombo (absolutamente essencial na maior parte dos Estados Unidos, de acôrdo com o mesmo especialista em arquitetura) mas desnecessária nas cidades brasileiras à beira-mar.

E “isto encoraja abertamente”, observa Goodwin, “uma agradável relação entre a vida ao ar livre e a vida dentro de casa.

(10) *Brazil Builds: Architecture New and Old*, Nova York, 1943.

Essa exposição ao ar livre estende-se às lojas que são geralmente abertas, protegidas, durante a noite, apenas por portas de correr, de ferro gradeado”(11).

Aqui temos uma prova do fato de que os velhos elementos mouro e romano, um criando intimidade, outro favorecendo as relações entre o que está dentro de casa e o que está fora, continuam a ser característicos da mais genuína arquitetura quer doméstica, quer comercial, do Brasil. Tal como assinala o mesmo autor, a exclusividade e a intimidade doméstica sempre atraíram fortemente os latinos sendo “uma das conspícuas diferenças entre a América do Norte e a Latina”. Daí sua conclusão de que “a entusiástica acolhida às proteções contra o sol, desde a simples *rótula* até as do tipo mais complicado, deve-se ao fato de que elas proporcionam o tipo de intimidade que os brasileiros apreciam há séculos”(12). Assim sendo, quando um arquiteto de nossos dias construiu em São Paulo duas casas, uma para o Sr. Frontini, outra para o Sr. Arnstein, combinando aquilo que Goodwin chama de “o mais completo e satisfatório uso de um terreno pequeno com todos os requisitos do íntimo doméstico, sem entretanto, sacrificar a desejável exposição ao ar livre”, pode-se afirmar, sem êrro, que êsse arquiteto trabalhou dentro das mais genuínas tradições da arquitetura doméstica brasileira.

Foi o valor dessa combinação — talvez ideal — que muitos críticos estrangeiros, intolerantes em relação às *rótulas* das casas brasileiras, não compreenderam que é uma solução nossa para o problema da construção nos trópicos: uma solução que os brasileiros, precedidos pelos portugueses que colonizaram nosso país depois e durante sua frutífera experiência em outras áreas tropicais, alcançaram através da permanente, não nomádica, residência na América tropical, menos como indivíduos, ou expatriados da Europa, do que como fundadores de uma sociedade patriarcal: homens decididos a ficar, a crescer e a multiplicar-se em filhos e netos, nos trópicos. Decididos a ficar e a crescer em um espaço tropical, como parte de um sistema familiar e patriarcal que precisava resguardar sua intimidade, mas não ao extremo de se isolar completamente do ensolarado mundo externo, do ar livre, das árvores, dos demais seres humanos, além dos membros de uma família não só biológica como sociológica.

---

(11) *Idem*, p. 97.

(12) *Idem*, p. 98-9.



Observadores estrangeiros atuais demonstram melhor compreensão das modernas expressões desta conquista brasileira realmente antiga na arquitetura doméstica. Um dêles, o já tão citado Goodwin, observa que apesar de ter sido Le Corbusier quem usou pela primeira vez, no ano de 1933, as persianas exteriores móveis no seu projeto não executado para Barcelona “foram os brasileiros que em primeiro lugar transformaram a teoria em prática”. Refere-se com certeza às venezianas externas móveis que os franceses chamam de “brise-soleil” e os brasileiros de “quebra-sol”, elogiando não sòmente aquelas existentes no edifício do Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro mas também as horizontais, da Estação de Passageiros de Cabotagem Corrêa Lima, também no Rio, e as verticais e ajustáveis usadas por Oscar Niemeyer no *Yacht Club* da Pampulha, em Belo Horizonte, e na *Obra do Berço*, ainda no Rio, e as venezianas, igualmente verticais — mas diferentes das de Niemeyer — usadas pelos irmãos Roberto para o edifício da Associação Brasileira de Imprensa, também no Rio. Estas versões modernizadas das venezianas permanecem dentro de velha tradição portuguesa ou brasileira — a tradicional rótula mourisca dos tempos coloniais — a qual pode ser apreciada, em versão modernizada, no nôvo hotel de Ouro Prêto, assim como em gradeados e frisos de madeira, ou cimento, e em venezianas de vários tipos em numerosos edifícios brasileiros. Especialmente nos residenciais.

Devido ao valor dado pelos modernos arquitetos brasileiros e pelos estudiosos estrangeiros da arquitetura brasileira a elementos da mesma arquitetura que nasceram durante o período dos engenhos patriarcais, quando a vegetação rústica representava o papel de parques, nova importância vem sendo dada ao arquiteto-paisagista. É êle quem tem que dar à arquitetura tipicamente brasileira — agora que as fazendas particulares e mesmo as chácaras suburbanas e as casas-grandes desapareceram quase que completamente — sua ambientação ou integração na vegetação tropical do país, através de um ajustamento inteligente da construção com a vegetação. Êste é o trabalho que vem realizando um artista brasileiro de excepcional talento: Roberto Burle Marx. Não sòmente em residências particulares, relacionando-as com a paisagem, mas também em hotéis e cassinos, integrando-os harmoniosamente em jardins e em vias públicas arborizadas. Tal como os arquitetos: irmãos Roberto, Lúcio Costa, Sérgio Bernardes, Henrique Mindlin, êle é um artista cuja audácia, como experimentalista, é moderada pela convicção de que o passado patriarcal do Brasil foi criador e não negativo.

Se o Prof. V. Ogden Vogt está certo quando diz que uma das características da arquitetura moderna é a de ter conseguido “ligar os espaços internos com os externos”<sup>(13)</sup>, então a atual arquitetura brasileira deve ser considerada caracteristicamente moderna. Através de seus edifícios, os brasileiros começam a dizer, na linguagem da arquitetura, algo que vem de seu passado: sua experiência, seu desenvolvimento americano numa área tropical, que é ao mesmo tempo uma constante e uma incessante renovação. Com o que voltamos à persistência dos dois elementos que sempre foram característicos do desenvolvimento cultural e social brasileiro: sua integração de “espírito particular” e “cultura social”. O que, a ser verdade, parece indicar que, a despeito da escravidão, do latifúndio e da monocultura, êsse desenvolvimento favoreceu tal integração, que talvez esteja encontrando sua melhor expressão na arquitetura: uma arquitetura que coloca o Brasil, neste particular, entre as nações mais criadoras de nosso tempo. Mas é também o característico da culinária brasileira; da música — inclusive da que atualmente associa à tradição lírica, particularista, o protesto coletivista; da literatura de Euclides da Cunha a Guimarães Rosa, a Jorge Amado, a Carlos Drummond de Andrade, igualmente notável pela associação do particularismo lírico ao protesto coletivista. O que é certo também da pintura de Di Cavalcanti e de Lula Cardoso Ayres, de escultura de Celso Antônio e até daquela Sociologia brasileira em que ao particularismo quase lírico, na apreensão de intimidades nacionais e regionais, junta-se o universalismo público, científico, transferível e outras situações que não a brasileira.

A criatividade brasileira tem suas raízes num sistema familiar que foi, durante quatro séculos, o centro do desenvolvimento brasileiro em um nôvo tipo de civilização. Êsse sistema familiar criou a cozinha brasileira, a música brasileira, a literatura brasileira, a diplomacia e a arte política brasileiras, a reinterpretação das leis romanas, através do trabalho gigantesco do jurista Augustó Teixeira de Freitas: autêntico produto do patriarcalismo brasileiro e de seu realismo ético. E também foi êsse sistema familiar que lançou as bases da fundação da moderna arquitetura brasileira, talvez a maior contribuição de nosso país para o desenvolvimento humano nos trópicos.

Um sociólogo norte-americano, estudioso das relações entre família e civilização, o Prof. Carle C. Zimmerman, escreve que

---

(13) *Cult and Culture*, Nova York, 1951, p. 126.

“os períodos criadores na Civilização basearam-se no tipo doméstico”(14). A cultura brasileira, em geral, e a arquitetura em particular, como criações de um sistema patriarcal de família peculiar ao Brasil, e como expressões daquilo que pode ser considerado, mais que um sistema de família, um tipo de civilização — parte integrante de um grande complexo, de uma vasta civilização, além de luso-tropical, hispano-tropical — parece confirmar a generalização dêste sociólogo e antropólogo(15).

---

(14) *Family and Civilization*, Nova York e Londres, 1947.

(15) Thomas LINDLEY, que publicou uma *Narrative of a Voyage to Brazil*, em Londres, no ano de 1805, talvez tenha sido o primeiro crítico norte-europeu da arquitetura doméstica patriarcal do Brasil a expressar suas idéias nas páginas de um livro. LINDLEY pode ser considerado exemplo típico da atitude que muitos autores depois dêle tomaram a respeito do assunto. Apesar de admitir ter encontrado no Brasil “grandes e elegantes mansões”, construídas para a “classe superior de seus habitantes”, achou que a maioria delas, localizada “nas vizinhanças da cidade” (Salvador), quando observadas da rua, tinham uma “aparência triste e poeirenta”. E assinalou ainda que as casas pertencentes aos comerciantes e lojistas ainda eram piores: em lugar de janelas envidraçadas elas tinham “postigos de treliças...” isto é, muxarabis (247). Tudo indica que a aparência dessas casas caracterizava-se aos olhos de LINDLEY principalmente, pelos “postigos de treliças”. Quanto “aos mais humildes soldados, mulatos ou negros”, êstes viviam em Salvador, em “cabanas”, cada uma delas “com uma única janela de treliças”. Essas casas seriam já autênticos exemplos daquilo que os modernos especialistas em arquitetura chamam de “arquitetura folclórica”, e que LINDLEY encarava com desdém, tornando-se assim o primeiro de uma multidão de estrangeiros, mais tarde imitados até por brasileiros, para os quais a arquitetura folclórica do Brasil devia ser considerada de todo desprezível. O Prof. GOODWIN, contudo, apesar de em seu *Brazil Builds* ter considerado como inteiramente saudável uma campanha brasileira contra os mucambos feitos de fôlha de coqueiros, pelo fato dos mesmos serem “insalubres” e “feios”, reconheceu em 1943 que “a arquitetura folclórica brasileira geralmente corresponde às exigências elementares quanto ao seu uso local, clima e materiais, mais diretamente do que a edifícios de maior pretensão arquitetônica” (p. 73).

Neste particular, creio poder dizer que me antecipei a êsse observador estrangeiro: meu *Mucambos do Nordeste* (Rio, 1937), destaca o valor da arquitetura folclórica do Brasil como resposta às exigências regionais elementares quanto ao uso, localização e materiais, assim como *Casa-Grande & Senzala* (Rio, 1933), e *Sobrados e Mucambos* (São Paulo, 1936), já refletiam o meu aprêço pela arquitetura patriarcal brasileira, a de tijolos e pedra, como uma resposta nada má às mesmas exigências, no plano de arquitetura nobre, ou quase nobre.

Talvez o primeiro escritor a se ocupar com a arquitetura brasileira, apontando suas virtudes assim como suas deficiências, tenha sido J. B. DEBRET, em seu famoso livro em três volumes, *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, Paris, 1834. Em DEBRET também encontramos uma antecipação instintiva à idéia de que a mais complexa arquitetura domês-

tica do Brasil continha elementos orientais ao lado dos europeus. DEBRET talvez seja o primeiro a descrever residências típicas brasileiras, assinalando seus elementos clássicos herdados dos romanos — *protyrum*, *oratorio* ou *ararium*, *atrium*, etc., *hospicium*, *thalamus* e também seus elementos mouriscos, ou orientais, como a *alcova*. Dando o esquema de uma típica residência brasileira dos começos do século XIX, êle aponta que sua analogia com as casas mouras da África e com as antigas casas de Pompéia era “realmente notável” (III, 215).

Depois de DEBRET foi novamente um francês, L. L. VAUTHIER, arquiteto, quem na primeira metade do século XIX, tratou do assunto — a arquitetura doméstica do Brasil — com grande competência em seu diário, escrito durante o período em que residiu em nosso país (1840-6), e em suas cartas sobre a arquitetura brasileira, escritas do Recife durante o mesmo período, para uma revista francesa. O diário foi publicado no Rio, em português, numa tradução de Vera de Andrade, sendo que o original francês continua inédito. Também as cartas se acham publicadas, em tradução portuguesa, pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Outro livro muito sugestivo sobre o assunto é *A Arte Tradicional do Brasil*, de Ricardo SEVERO (1916). José MARIANO FILHO deixou algumas páginas interessantes sobre a influência moura na arquitetura do Brasil: assunto versado também, pelo historiador Estêvão PINTO. Quanto à influência “holandesa”, ou norte-européia, em nossa arquitetura urbana, particularmente do Recife — durante algum tempo ocupada pelos holandeses, cujo governador-geral, o Conde Maurício de Nassau, um aristocrata alemão com alguma coisa de príncipe da Renascença, organizou partes da cidade de acôrdo com seus conceitos de planejamento urbano — as melhores páginas escritas sobre o assunto até agora são as de Aderbal JUREMA no seu *O Sobrado na Paisagem Recifense*, Recife, 1952. Sobre o mesmo assunto encontram-se valiosas informações em *Tempo dos Flamengos* (Rio, 1944), um estudo sobre alguns aspectos da influência holandesa no Brasil, de J. A. Gonçalves de MELO. Considerável material ilustrativo sobre a história da arquitetura brasileira vem sendo reunido por Gilberto FERAZ, do Rio de Janeiro.

Também a *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* tem publicado um grande número de bons artigos sobre o assunto, inclusive — repita-se — as cartas escritas por VAUTHIER, e o seu diário também traduzidos para o português por Vera de Andrade.

Até o momento, porém, não existe nenhuma história especializada da arquitetura doméstica, ou civil, do Brasil, escrita sob ponto de vista técnico e comparável a *Domestic Architecture of the American Colonies and the Early Republic*, de Fiske KIMBAL, Nova York, 1922. Talvez esteja em situação de escrevê-la o Prof. Paulo SANTOS, da Universidade do Rio de Janeiro.



# X

## POR QUE CHINA TROPICAL?

Por que chamar-se o Brasil “China tropical” quando, a não ser por sua extensão territorial, pelo seu poder de absorção cultural e por alguns traços orientais que podem ser encontrados na civilização brasileira, nosso país é tão diferente tanto da antiga quanto da moderna China? Provavelmente porque sempre houve no Brasil algo de oriental contrastando com suas características ocidentais, algo “mouro” — como demonstramos, a propósito de sua arquitetura — em contraste com os traços romanos ou latinos; algo, enfim, diferente da América republicana, pelo fato de o Brasil ter sido uma monarquia até 1889 (e ainda hoje existem dois herdeiros ao trono brasileiro, dois verdadeiros príncipes, dois autênticos Orleans e Bragança).

Possivelmente também venha a influir a atual tendência por parte de grande número de brasileiros para considerar suas florestas tropicais amazônicas e, tudo aquilo que elas contêm, em especial o petróleo e os minerais, como valores quase que sagrados, que só devem ser tocados pelos próprios brasileiros. Tipo de nacionalismo que está assumindo o aspecto de intensa ianquefobia.

Deve também ser levada em conta a atitude de outros brasileiros, que não estão incluídos entre os “nacionalistas” econômicos de vistas estreitas mas que julgam haver algo de específico em certos valores, sociais e culturais, peculiares ao Brasil ou à América tropical. Valores a serem preservados de estandardização americana do tipo ianque.

Se é verdade que ilustre membro de uma equipe de pesquisas de importante firma farmacêutica norte-americana que passou anos estudando doenças na América Latina — especialmente no Brasil Central — tende a pensar que existem lugares na zona tropical do hemisfério americano que estão livres de algumas das doenças que afligem o chamado mundo civilizado ou que afetam outras áreas tropicais, o mesmo cientista teria tôda razão quando aponta a urgente necessidade do adequado estudo científico dessa situação. Estudo que precisa ser feito por um conjunto de cientistas de várias especialidades: um bioquímico, um antropologista, um zoólogo, um médico e outros especialistas. Trata-se de necessidade urgente pois os lugares em que a imunidade a tais doenças parece prevalecer “caminham rapidamente para a civilização industrial” e “seu isolamento em breve terminará, e suas imunidades naturais passarão assim a ser coisa do passado”. E aquilo que acontece — se é mesmo que acontece — em relação à imunidade quanto às doenças “civilizadas” ou “tropicais”, também pode ocorrer em relação à preservação dos valôres sociais e culturais de certas comunidades latino-americanas nas subáreas menos industrializadas desta parte ao continente americano. O estudo científico adequado das condições sob as quais elas floresceram poderia indicar o modo de salvá-las, no todo ou pelo menos em parte, de uma cega standardização.

Se no devido tempo tivesse sido feito um estudo dêsse tipo que explicasse por que o Brasil se tornou independente permanecendo monárquico, evitando uma radical forma republicana de govêrno, talvez a primeira tivesse sido preservada em nosso país, para vantagem não só do povo brasileiro, em particular, como da comunidade pan-americana, em geral. Pois o govêrno monárquico seguramente imunizava o Brasil contra algumas das doenças políticas adquiridas pelos brasileiros quando, para modernizar ou pan-americanizar o seu país, adotaram a forma republicana de govêrno. Mesmo em nossos dias, a República Brasileira está mais protegida de doenças políticas quando utiliza métodos de lidar com problemas brasileiros que constituem inteligente modernização daqueles métodos tradicionalmente monárquicos e, ao mesmo tempo, democráticos, em lugar de serem mera cópia daquilo que os anglo-americanos construíram nos Estados Unidos; ou do que os alemães fizeram ao criar a sua lírica e irreal República de Weimar, — também copiada, em alguns pontos, pelos idealistas brasileiros na década de 30.

Alguns brasileiros pensam hoje em dia que o interamericanismo não deve significar estreita e mecânica forma de standar-

dização, enfatizando os aspectos maciços quantitativos, ou monolíticos, dos valores e estilos culturais do pan-americanismo, mas sim saudável, ainda que difícil, combinação de diferenças e mesmo antagonismos dentro de um dinâmico sistema — ou estrutura — interamericano. Assim como os latino-americanos devem colher dos Estados Unidos, adaptando às suas diferentes condições regionais ou nacionais, alguns dos valores e técnicas desse país, também os norte-americanos poderiam receber da América Latina proveitosos exemplos e sugestões, em lugar de adotar a rígida atitude de quem pelo fato de ser líder do progresso industrial, julga que é ou deve ser, o líder absoluto de tudo na cultura hemisférica e que a América do Sul deve seguir seu exemplo em todas as atividades humanas ou culturais.

Parece haver certa tendência, entre uns tantos americanos, para usar depreciativamente a expressão “latino-americano”, sob a impressão de que nas Américas tudo aquilo que é latino seja sempre inferior ao anglo-saxão ou ao nórdico. Trata-se de tendência semelhante ao uso inadequado dos adjetivos “medieval” e “feudal”, ou “chinês” e “mouro” em suas relações com a civilização moderna, como se a Idade Média e o Oriente não houvessem contribuído para a humanidade com valores superiores àqueles oferecidos ao homem na era, geralmente glorificada, da chamada “Iluminação”; ou aos que lhe tenham oferecido as revoluções Comercial e Industrial do Ocidente. Como nos lembra o Prof. George Sarton, especialista no assunto, valores aparentemente modernos como o dinheiro, a economia, o sistema bancário e o comércio extensivo não passam de invenções das Cruzadas; foram inspiradas pelo Oriente, ou pelo contato do Ocidente com o Oriente. Em outras palavras, uma política cultural em dois sentidos é que deve ser estimulada entre as duas Américas, com a apreciação recíproca de valores e invenções latinos e anglo-americanos. Se tal não acontecer, os brasileiros, e outros latino-americanos acabarão formando um bloco compacto contra a standardização do tipo ianque a ponto de parecerem “chineses”.

Quando há, como ocorre no momento, uma onda de “antiianquismo” na América Latina, na verdade aguda manifestação de uma quase sempre latente ianquefobia — pois, como é sabido por alguns anglo-americanos, a maioria dos latino-americanos considera ianques todos os anglo-americanos, — os norte-americanos devem considerar tal situação bom motivo ou pretexto para um estudo realmente científico de suas relações com a parte latina do continente. Esse estudo precisa levar em consideração



não sòmente assuntos econômicos ou políticos, através de dados e estatísticas, mas também os aspectos sociais, culturais e psicológicos desta complexa situação. Pode-se dizer que as relações entre a América Latina e os Estados Unidos estão precisando de uma espécie de Relatório Kinseu que desvende os fatores psicológicos ocultos que as fazem precárias.

A atual impopularidade dos Estados Unidos na América Latina talvez derive, em grande parte, do fato de o “colosso norte-americano”, como por vêzes os latino-americanos chamam àquela nação, ser, aos seus olhos, um grande Poder praticamente sem competidores — os competidores franceses, inglêses, alemães e japonêses com os quais até alguns anos passados os latino-americanos podiam dividir seu ressentimento, até certo ponto feminino, de povos semicoloniais diante de nações imperialistas, masculinas ou economicamente agressivas. Agora todo o seu ressentimento se concentra sôbre, ou contra, os Estados Unidos, devido ao fato de têrmos uma França, uma Alemanha, um Japão, e uma Grã-Bretanha fracos e considerados praticamente angélicos e em relação aos quais alguns latino-americanos começam até a sentir certa nostalgia: saudade dos dias em que aquelas eram nações poderosas e, em sua competição para conquistar os mercados latino-americanos, usavam métodos de penetração econômica masculinos, mas, ao mesmo tempo, suaves, sutis. Atitude que alguns norte-americanos da atualidade julgam desnecessária na América Latina, onde não encontram competidores fortes o bastante com que lutar. Só no Oriente Próximo e na África é que êles têm que lidar com a poderosa competição chinesa ou soviética. Assim, negligenciaram a América Latina — uma espécie de espôsa legítima — em troca de aventuras exóticas, de donjuanismo econômico e político, na África, Ásia e Europa. Sòmente agora é que a União Soviética começa a fazer sentir sua presença no Brasil como competidora enérgica dos Estados Unidos: inclusive no setor econômico.

É verdade que cada um de nós, anglo- ou latino-americano, deve considerar as aventuras dos norte-americanos nas terras distantes do Oriente como atividades essenciais ao desenvolvimento democrático pan-americano e mesmo pan-humano, e não sòmente como atividade em benefício exclusivo de interêses americanos. Mas o exclusivismo de ação a êste respeito pode causar considerável dano às relações interamericanas, numa fase ainda por demais plástica e delicada para que os latino-americanos sejam deixados sòzinhos em sua luta pelo desenvolvimento de indústrias e de uma agricultura que depende, largamente, de ajuda financeira para um

esforço em conjunto — assistência que não pode assumir o aspecto de dominação ou imposição dos valores dos norte-americanos sobre seus vizinhos latinos.

Cabe perguntar se não seria possível que tais atividades anglo-americanas prosseguissem no Oriente e na África, assim como na Europa, sem o abandono real ou aparente da América Latina pelos Estados Unidos, especialmente se nos lembrarmos de que esse país recebeu, durante seu tremendo esforço de guerra contra o nazismo, o fascismo e o Japão, a cooperação leal de vários países latino-americanos, sobretudo do Brasil. Não deveriam certos líderes norte-americanos evitar, no que toca às relações do seu país com a América Latina, a demonstração de um imediatismo de propósito altamente decepcionante para os latino-americanos, que começam a contrastar tal atitude, que lhes parece uma política extremamente oportunista, volúvel e estreita, da parte dos Estados Unidos, ou dos líderes dessa nação, com aquilo que agora idealizam, nostálgicamente, com a estável, clássica e metódica política dos ingleses, franceses e alemães, quando estes eram poderosos na América Latina e usavam processos — assim se manifesta a idealização de um passado recente — notáveis pela sobriedade e elegância, e por sua desconfiança do inusitado, do excêntrico e do exuberante? Frequentemente, as aventuras norte-americanas na América Latina caracterizaram-se pela negligência de fatores psicossociais ou pela indiferença a esses fatores, ou por uma atitude baseada estritamente nas idéias de que “negócio é negócio” e “tempo é dinheiro”.

Mais de uma vez as relações pais-filhos têm sido aplicadas por analogia por sociólogos e psicossociólogos ao estudo, à análise e à interpretação das relações políticas, sociais e psicológicas entre os grupos humanos. Talvez o conceito masculino-feminino possa ser aplicado da mesma forma, e com as mesmas reservas, ao estudo e à análise das relações políticas, econômicas e sociais, entre os Estados Unidos e as nações latino-americanas, figurando o primeiro como o elemento másculo nesta situação conjugal. Tais relações parecem ser, em escala nacional, aquelas de um macho sociológico em relação a uma fêmea sociológica que é dependente do macho, ou seja, a América Latina. O Continente Americano, ao Sul do Rio Grande, vê nos Estados Unidos um poder masculino que algumas das nações mais femininas da América Latina tendem a encarar como instável, exuberante e irregular, em seu comportamento masculino ou protetor, em relação a elas. Daí a necessidade de um estudo cuidadosamente científico da situação; tarefa

para uma equipe em que fôsem representadas várias especialidades, e também várias nacionalidades com cientistas sociais tanto da América do Sul como da do Norte.

Alguns sociólogos já observaram que o nacionalismo é uma das grandes fôrças sociais de nossos dias: um fenômeno que ninguém pode desprezar e um fator importantíssimo na vida da América Latina. Mas, até o momento não apareceu nenhum estudo comparado das diferentes formas que o mesmo fenômeno vem assumindo em nosso continente. Um dos resultados desta negligência é que os estrangeiros têm a tendência para simplificar exageradamente a realidade latino-americana, negligenciando a sua diversidade.

Há algum tempo atrás, em uma reunião de cientistas sociais realizada pela UNESCO, em Paris, sugeri que se fizesse não sòmente uma revisão dos livros de história usados nas escolas, — sugestão já esboçada na Europa por alguns dos idealistas ou pacifistas da extinta Liga das Nações, — mas, também, uma tentativa de reinterpretação de heróis nacionais da Europa, da Ásia, da América, da África, através de biografias comparadas, ou, então, de biografias escritas não por um único escritor, mas por três ou quatro, representando três ou quatro ciências diversas e três ou quatro áreas mais profundamente afetadas pela projeção do herói sob consideração. Pois, às vêzes, o herói de uma nação é vilão de outra. Temos exemplos disto no brasileiro Caxias, tal como é visto pelos paraguaios, e no paraguaio Solano Lopez, tal como é visto pelos brasileiros, assim como em mais de um herói mexicano quando visto por seus compatriotas, ou então, pelos seus vizinhos norte-americanos.

Tarefa semelhante tentar-se-ia em relação a certos elementos da cultura de um povo; elementos considerados nobres pelo grupo anglo-americano mas inferiores pelos latino-americanos. Estes também poderiam ser estudados, analisados e interpretados de uma maneira comparativa e cooperativa, quando considerados não através de heróis mas do comportamento de homens comuns. Por exemplo, a maioria dos anglo-americanos parece hoje encarar a carreira política como atividade inferior, enquanto que em países como o Brasil a política ainda é até certo ponto — menos do que no Império e na primeira República — considerada forma elevada e nobre de atividade humana à qual têm-se dedicado, ou desejariam ter-se dedicado, alguns dos maiores intelectuais do país. Por sua vez os brasileiros, e outros povos latino-americanos, ainda olham com desprezo uma carreira puramente comercial e acham difícil compreender qual a razão pela qual os Estados Unidos

insistem em enviar para as repúblicas latino-americanas, como embaixadores, apenas homens bem sucedidos no comércio ou na indústria. Qual a razão destas duas atitudes? Até que ponto elas afetam as relações das duas Américas? Pois não resta a menor dúvida que afetam essas relações, tornando-as difíceis e delicadas.

Outra iniciativa que considero essencial para o melhoramento das relações políticas, econômicas e culturais entre a América do Norte e a Latina seria um cuidadoso estudo psicológico e social do *tempo*: de atitudes diferentes da parte de latinos e de anglo-saxões, em relação ao tempo. A rígida atitude anglo-saxônica — “tempo é dinheiro” — com o culto quase místico dos minutos e até dos segundos, devido ao seu valor prático e comercial, forma um contraste agudo com a atitude latino-americana: uma espécie de culto do “mais ou menos”. É fácil compreender por que um nórdico fica tão espantado quando, na Espanha por exemplo, um castiço espanhol, ou latino-americano, pede à portaria do hotel onde vai hospedar-se que o chame, na manhã seguinte, não exatamente às dez, ou às dez e quinze, como o faria um anglo-saxão ou um anglo-americano, mas “às dez ou às onze horas”: típica manifestação da atitude do “mais ou menos” em relação ao tempo, em contraste com a outra, estritamente matemática. Contraste que torna tão difícil a simultaneidade entre povos ou nações empenhadas numa atividade comum, como nas relações amorosas entre homem e mulher, por exemplo, quando o primeiro não leva em consideração as diferenças de valores do tempo de sua companheira. Quando, em lugar de um povo, ou de um indivíduo, gozando o mais possível o prazer de viver, há uma ansiosa preocupação com realizações imediatas, de parte de um indivíduo em relação a outro, ou de um povo em relação a outro, as relações entre os mesmos se tornam extremamente difíceis. É preciso assim encontrar um equilíbrio entre *speed-up* e *ralentie*, uma espécie de terceiro “tempo”, — um terceiro “tempo” psicológico e sociológico, — o qual será usufruído pelas duas partes em total reciprocidade.

De acôrdo com o sociólogo francês Georges Gurvitch cada cultura nacional possui seu próprio tempo ou ritmo.

Os anglo e os latino-americanos certamente possuem atitudes completamente diferentes em relação ao tempo e isto é importante não somente para a política e para os negócios, como para as atividades sociais e culturais. Os sociólogos anglo-americanos dizem que a preocupação dominante em relação ao tempo nos Estados Unidos é o futuro. A maioria dos grupos latino-americanos se sente mais inclinada a celebrar o presente, e alguns o

passado, em lugar de “viver no futuro”. São Paulo, no Brasil, e a Venezuela de nossos dias, talvez sejam exceções quanto a essa predominância sendo voltados para o futuro como qualquer progressista e fáustico grupo anglo-americano. Mas São Paulo é apenas São Paulo, e não o Brasil inteiro; e a Venezuela de nossos dias está longe de ser típica da América Espanhola, onde se encontra, geralmente, ou entre grande número, excessivo apêgo ao passado, enquanto outros, como que se requintam num prazer, talvez igualmente excessivo, em desfrutar o momento presente. Como resultado verifica-se que entre os latino-americanos há menos inclinação do que entre os anglo-americanos para sacrificar quase tudo na vida ao progresso coletivo e rápido, “hipotecando o presente ao futuro”, conforme definição de um sociólogo anglo-americano da atitude predominante entre seus compatriotas.

É fácil compreender que atitudes assim diferentes em relação ao tempo podem causar distanciamento social e psicológico entre dois grupos humanos, não somente em relação a assuntos comerciais e políticos, mas também no que respeita — repita-se — a assuntos diplomáticos e culturais mais sutis. Um povo que encontra grande prazer na simples atividade do presente, ou em celebrar o passado acha muito difícil compreender ou admirar uma civilização que parece especializar-se em desprezar o passado e mesmo o presente, a fim de valorizar e glorificar só o futuro. Talvez o tempo pan-americano ideal pudesse ser — insisto neste ponto — uma combinação dessas duas atitudes. Mas tal combinação só será possível se os dois grupos tiverem consciência do problema através da análise psicológica e sociológica dos excessos recíprocos. Daí a necessidade de um estudo científico das diferenças que separam as Américas, latina e anglo-americana, como se elas representassem dois sexos sociológicos ou culturais que, como certos homens e certas mulheres estudados por Kinsey, não gozam simultaneamente seus amplexos sexuais.

Ouve-se cada vez com mais freqüência, que a África não é mais um continente isolado, estático, mas sim aquilo que alguém já descreveu como uma área de rápida mudança, cujo destino estaria intimamente ligado ao do mundo livre; e cujo próximo desenvolvimento teria um efeito imediato sobre o interesse nacional dos Estados Unidos e não somente sobre o da Europa ocidental. Os latino-americanos compreendem este ponto de vista, e reconhecem a importância da África, assim como a da Ásia. Mas acham que bem mais importante pela sua dinâmica social e cultural, e pela sua intimidade com os interesses do mundo livre, particularmente os dos Estados Unidos, é a hoje negligenciada

América Latina, se a encararmos como área, ou região, cujo desenvolvimento geral sempre foi, e continua sendo, mais do que o africano, uma expressão, uma prova mesmo, da capacidade de um grupo de povos largamente não-europeus em sua composição étnica e na parte folclórica da sua cultura em crescer como um conjunto de civilizações modernas; e em se organizarem como nações de tipo moderno em espaços semi ou totalmente tropicais.

Os autores de livros escritos sobre a América Latina por europeus e anglo-americanos nas duas primeiras décadas do século XX com uma ou duas exceções, dificilmente admitiam — excetuado um ou outro Roy Nash — que tal desenvolvimento pudesse ser esperado de parte de povos como os que nela habitam: povos largamente não-europeus em sua composição étnica e que acrescentaram a essa trágica deficiência — trágica do ponto de vista de alguns sociólogos europeus e anglo-americanos — a “inferioridade”, igualdade fatal, de serem habitantes de áreas tropicais ou quase tropicais. Condição comum à maioria dos latino-americanos.

Assim, era natural que os agentes comerciais anglo-americanos, bem como os missionários e diplomatas dos Estados Unidos, quando enviados para os países tropicais da América Latina, julgassem que sua posição, nesses países, seria tão difícil e desagradável a ponto de considerarem indispensável recomendarem-se a Deus Todo-poderoso, assim como aos seus quase tão poderosos governos ou companhias. Agiam, assim como os ingleses, os alemães e, mesmo, os franceses, quando em situações semelhantes, com relação à América Latina consideravam-se biológica, cultural e totalmente superiores aos subeuropeus que encontravam em ambientes não-europeus, e, sob seu ponto de vista, completamente inferiores — física e culturalmente inferiores. Tem havido considerável mudança de atitude a este respeito, tanto na Europa como nos Estados Unidos, mas, ainda hoje, se sabe que a América Latina sugere ao anglo-americano típico “raça inferior”, “clima insalubre”, “mestiços degenerados”, “febre amarela” e “malária”, em lugar de quaisquer valores positivos.

Leio em revista de Nova York as seguintes palavras de um cidadão norte-americano a propósito de um problema nacional que vem sendo largamente comentado nos jornais e revistas da dinâmica república anglo-americana: “Olhem para o exemplo da América do Sul, onde tôdas as raças se misturam e vejam o que êles conseguiram com essa mistura: um povo preguiçoso, improdutivo e atrasado”. Os latino-americanos hesitam em manifestar-se sobre qualquer problema estritamente interno da América do Norte. Mas, ainda assim, alguns dêles se sentem inclinados a

lembrar aos anglo-americanos, isto é, àqueles cidadãos dos Estados Unidos que julgam a América do Sul, a América Latina em geral, ou o Brasil em particular, formados totalmente por gente “preguiçosa, improdutiva e atrasada”, que existem notáveis exceções a essa generalização. Os anglo-americanos encontrarão lugares na América Latina onde o povo é tão progressista, criador e moderno, que até mesmo os norte-europeus e anglo-americanos ficam surpresos ante o progresso e as realizações ali alcançados sem qualquer grande violência às tradições essencialmente latinas. Claro que a América Latina, ou do Sul, não é nenhum paraíso. Mas, existirá algum paraíso de perfeição no mundo moderno? Os cristãos ortodoxos — os que crêem em Deus vivo — não estarão certos quando dizem que o Paraíso é uma realidade extraterrena?

No entanto encontramos pessoas na moderna África do Sul, por exemplo, que vêem a parte latina do continente americano quase como um paraíso. Há alguns anos ouvi um sul-africano expressar-se assim: “Teria sido bem melhor se tivéssemos seguido na África do Sul, os passos da América do Sul”. Como sul-latino-americano fiquei um tanto envaidecido ao ouvir êsse comentário, mas não pude deixar de responder: “Não pense que vivemos num paraíso, na América do Sul”.

Claro que não. A América do Sul apresenta-se ao observador sob aspectos não só líricos como trágicos. Tem tido terremotos, e revoluções violentas, algumas delas devastadoras. Grandes presidentes de grandes repúblicas — na escala latino-americana — têm cometido suicídio. Graves crimes políticos têm atraído a atenção do mundo, até para pequenas repúblicas. Mas, a despeito da generalização de que os latino-americanos são preguiçosos e improdutivos, incapazes de autogoverno e de civilização, os valores positivos vêm aumentando em número e qualidade entre êles. E alguns dos latino-americanos começam a atingir a maturidade política, através de formas, menos imitadas do que por êles próprios desenvolvidas, de convivência democrática.

A maioria dos povos da América Latina atravessa no momento uma fase antieuropéia ou antianglo-americana de nacionalismo agressivo; fase que os coloca numa situação sociológica semelhante à dos asiáticos e africanos modernos. E êsse fato dá alguma base à observação de que o Brasil está se transformando numa China tropical. Mas, acontece que alguns países latino-americanos precederam em mais de um século de desenvolvimento político os modernos asiáticos e africanos que atravessam no momento a fase primária e mais crua da adolescência nacionalista, senão de total infância política disfarçada sob alguma expressão de mo-

ernismo precoce. A maturidade nacional só foi alcançada por grupos comparativamente pequenos das populações latino-americanas, e não por qualquer dessas populações como todos nacionais. Nem mesmo em um país politicamente progressista, como a pequena República do Uruguai — espécie de Suíça latino-americana — isto se deu.

A Argentina, depois de largo período de desenvolvimento como democracia eleitoral, de feitiço europeu e que parecia tão cosmopolita, em seu espírito, a ponto de um de seus líderes políticos ter sido entusiasticamente aplaudido quando, há cerca de trinta anos, sugeriu que a “Doutrina Argentina” já tinha superado a Doutrina de Monroe — a América para os americanos, por ser de maior alcance e significar “a América para a humanidade” — até mesmo a Argentina, adotou com o ditador Peron, uma política estreitamente nacionalista e nada democrática. É este também o caso do Brasil, cujas tradições, desenvolvidas sob uma monarquia democrática, harmonizavam os interesses nacionais com as responsabilidades continentais e internacionais, a ponto de, mesmo como uma ainda jovem nação independente ter-se tornado famosa pelas oportunidades que dava aos brasileiros naturalizados, e a seus filhos, de alcançarem as mais altas posições no Império, — até mesmo o ingresso na carreira diplomática como funcionários a serviço internacional do Brasil. É o caso de Varnhagen, por exemplo, — filho de alemães, — que recebeu o título profundamente nacional de Barão de Pôrto Seguro, e de Taylor, inglês, que se tornou um líder naval a serviço da causa nacional brasileira.

Se países como o Brasil e a Argentina agiram por vezes, em questões internacionais como se ainda fôsem nações adolescentes, excessivamente temerosas em relação às mais maduras, mostrando-se ansiosas em rivalizá-las e suplantá-las na expressão de seu “poder” e de sua “vitalidade” nacional, isto se deu porque seu processo de amadurecimento político ainda não ultrapassara a fase de adolescência naquilo que se refere ao seu todo nacional. Quase o mesmo poderia ser dito quanto aos Estados Unidos, em relação à sua política internacional anterior ao segundo Roosevelt. A adolescência parece ser uma fase tão difícil na vida de uma nação quanto na de um indivíduo, e, tão desagradável para o adolescente como para os seus contemporâneos mais maduros, que precisam compreender um indivíduo que não entende suas próprias contradições de sentimentos, idéias e comportamento.

Essa compreensão é necessária. A América Latina precisa de ser compreendida pelos estrangeiros — especialmente pelos



anglo-americanos que, como um todo nacional, são politicamente mais adultos do que as demais nações americanas, embora não o sejam completamente — como uma área dinâmica e mutável cujos problemas não são inteiramente nacionais, mas também internacionais; mas cujo comportamento internacional é, em grande parte, a expressão de difíceis situações nacionais que cada uma das nações latino-americanas enfrenta, e tem de enfrentar, com meios e modos que devem corresponder à sua cultura, a seu passado e a sua psicologia; e também ao seu futuro. No meio dessas dificuldades — as dificuldades características de cultura, economia e sistemas nacionais em crescimento — as nações latino-americanas vêem os Estados Unidos como uma nação totalmente desenvolvida que não parece saber lidar com os membros adolescentes da mesma família continental; ou para voltarmos a uma analogia já utilizada — como uma nação masculina que não sabe lidar com nações psicológicamente femininas, mas ansiosas, como tal, a participarem, em reciprocidade, de uma experiência sexual total. Para tanto será preciso que desfrutem do equivalente sociológico de uma como que igualdade sexual que não implique serem as nações femininas necessariamente inferiores às masculinas.

Uma das recentes expressões dessa atitude nas nações latino-americanas, em relação ao seu poderoso vizinho anglo-americano, tem sido o nacionalismo econômico, simbolizado por sua vez, em algumas das nações latinas do continente — especialmente no Brasil destes últimos anos — por uma ânsia de industrialização que explica a hostilidade sistemática ao superindustrialismo da América do Norte. Sendo os Estados Unidos, em relação a seus vizinhos de hemisfério, uma nação superindustrializada, deve ser tratada como um inimigo cujo propósito, ostensivo ou dissimulado, seria o de conservar êsses vizinhos como habitantes de áreas meramente agrícolas — meros compradores — e simples mercados para aquelas superindústrias. As críticas, nesse setor se ampliam: os Estados Unidos são vistos por alguns nacionalistas latino-americanos como diabòlicamente ativos na África, fazendo muito mais do que deviam, — se fôsem membros leais da comunidade americana de nações, — para estimular a produção agrícola africana a ultrapassar a brasileira, e a de outros países da América Latina. E isto por meio de ajuda financeira que os brasileiros acham justo ser oferecida ao seu país. Assim estimulada, pelo auxílio financeiro e técnico dos norte-americanos, a África se transformará — temem alguns nacionalistas latino-americanos — em sério competidor dos países da América Latina, não pelos seus meios natu-

rais, mas como resultado da intervenção, a seu favor, da parte de uma nação cujo dever seria o de ajudar seus vizinhos continentais tanto na sua produção agrícola como na industrialização.

Contudo, as restrições contra emprêsas estrangeiras, inclusive as anglo-americanas, em países como o Brasil, em lugar de ser uma reação latino-americana contra o auxílio anglo-americano à África, devem ser vistas como atos que precederam a atual política norte-americana de manter extraordinária atividade econômica na Europa, Ásia e África, com o simultâneo desprezo pela América Latina. Por que, então, tais atos parecem avivar na América Latina o direito de queixar-se contra aquilo que não poucos latino-americanos consideram uma atitude injusta dos Estados Unidos, nação americana líder cujas principais atividades, como força econômica estimulante, deviam ser aplicadas no hemisfério; e não fora dêle?

Uma das razões é que os latino-americanos foram levados a pensar por alguns de seus economistas, já na década dos trinta (quando, durante os efeitos provocados pela crise que os Estados Unidos atravessaram depois de 1929, alguns dos mais respeitáveis bancos anglo-americanos e indústrias, que mantinham agência na América Latina atuaram em países latino-americanos de uma maneira considerada deselegante e pouco ética com relação a empregados que não fôsem cidadãos dos Estados Unidos), que êles dependiam demais da ajuda estrangeira — especialmente da anglo-americana — e dos interêsses de seus banqueiros, dos seus industriais, de companhias de transportes e de seguros. Assim sendo, deviam libertar-se daquela dependência em lugar de se livrarem tão-sòmente do poder financeiro e industrial europeu para cair sob o cruel domínio do industrialismo ianque e de seus agentes financeiros.

Quando ficou claro que os Estados Unidos emergiram da Segunda Grande Guerra como um superpoder imperial, dentro de uma nova fase da história do capitalismo, o temor dos financistas e industriais ianques começou a aumentar entre os latino-americanos. As nações latino-americanas precisavam concentrar seu nacionalismo em temas econômicos, em lugar de se satisfazerem com aparências meramente políticas de independência. Daí as inúmeras medidas e restrições latino-americanas, a partir dos anos trinta e intensificadas depois do fim da Segunda Grande Guerra, quanto à exploração de minas e de energia elétrica por estrangeiros; quanto à fundação de bancos e de companhias de seguro com maioria

de ações não-nacionais; quanto à posse por estrangeiros não apenas de terras agrícolas (a não ser que fossem residentes permanentes), mas, também, de empresas consideradas nacionais em seus propósitos. E, ainda, de restrições até mesmo à prática, por estrangeiros, de profissões liberais — restrições que em alguns casos ainda foram consideradas insuficientes por alguns nacionalistas latino-americanos mais extremados, e até mórbidos, pelo fato de não incluírem os cidadãos naturalizados na mesma categoria dos estrangeiros. Evidente excesso de nacionalismo prejudicial aos próprios interesses nacionais.

Atitudes semelhantes foram tomadas na América Latina durante as últimas décadas, a fim de proteger o trabalho nativo contra a intrusão estrangeira, sendo que uma das leis típicas, nesse setor, determina que os estrangeiros não podem constituir mais de um terço dos empregados, nem receber mais de um terço da folha de pagamento em qualquer empresa industrial, comercial ou de utilidade pública, a não ser em certas indústrias. Além disso, tomaram-se várias medidas contra a intrusão estrangeira, com a finalidade de incrementar os chamados programas de industrialização, transformando-os em expressões de um intenso nacionalismo econômico. Nas últimas décadas reclamaram-se privilégios de valor quase sagrado, na América Latina, em geral, e particularmente no Brasil, em defesa das manufaturas domésticas contra os utensílios importados, que no passado eram exaltados como maravilhas angelicais e passaram a ser diabólicas quando importados dos Estados Unidos. Com a influência que exercem na imprensa os industriais lograram criar, em algumas regiões da América Latina, uma espécie de mística industrialista que passou a significar, em mais de um caso, o desprezo da agricultura pelo fato da mesma ser encarada como atividade digna somente de povos coloniais.

E como foi que os anglo-americanos enfrentaram tal situação? Com Franklin D. Roosevelt, através da “Política da Boa Vizinhança”, política que se manifestou por meios e modos que despertaram até mesmo em alguns dos mais fanáticos defensores do nacionalismo econômico confiança em relação ao seu vizinho mais experiente e econômica e tecnicamente mais maduro. É uma realidade que a ajuda financeira e técnica que, com o segundo Roosevelt, o governo dos Estados Unidos estendeu à América Latina com o propósito de ajudar não somente indústrias “não-competitivas” mas também novas indústrias “competitivas” daquelas dos Estados Unidos, inaugurou nova fase nas relações dos

Estados Unidos com a América Latina. Atitude que de algum modo se repetiria da parte dos Estados Unidos através da política pan-americana iniciada por John F. Kennedy. O governo norte-americano passou a se fazer sentir, através de formas estatais de assistência à América Latina, como uma influência acima dos interesses estreitamente competitivos ou “imperialistas” de grupos particulares norte-americanos em suas relações com as repúblicas latino-americanas, esperançosas de passarem do *status* “colonial” para outro realmente nacional, por intermédio da industrialização. Em conseqüência, um trabalho realmente construtivo — econômica e psicologicamente construtivo — passou a ser realizado através de órgãos como o “Export-Import Bank” e a “Inter-American Development Commission”, organizados em Washington em 1940 para constituírem unidades de trabalho do “Inter-American Financial and Economic Advisory Committee”, com o objetivo de “ajudar o desenvolvimento das repúblicas do Hemisfério Ocidental através do desenvolvimento da agricultura e da indústria, facilidade de transportes e conservação de florestas”, assim como, no governo Kennedy, com a “Aliança para o Progresso”.

Das realizações econômicas concretas que vêm resultando dessas formas de assistência pode ser destacado o estímulo dado ao aumento da produção de fécula de tapioca (mandioca) de boa qualidade: um produto típico da América Latina tropical, inclusive — ou particularmente — o Brasil. Outras iniciativas econômicas igualmente concretas também sobressaem: o estímulo à produção de óleos vegetais e à exploração de minerais. Mas não deve ser esquecido o fato de que para o grande êxito dessas iniciativas contribui um fator psicológico: deram elas aos latino-americanos, suspeitosos do imperialismo econômico dos Estados Unidos, saudável confiança no governo norte-americano como força acima dos interesses estreitamente particulares. Como força acima do chamado poder econômico de empresas poderosas.

Parece que aqueles que, nos Estados Unidos, advogam a abolição de tôdas as agências governamentais, instrumentos dessa esfera de cooperação — a estatal — deixando os interesses privados inteiramente livres para agir, esquecem o aspecto psicológico do problema, tal como é visto pelos latino-americanos. O desprezo por esse aspecto parece estar contribuindo largamente para a deterioração das relações interamericanas. A recente preeminência dos interesses privados nessas relações transformou-se em alvo fácil para os comunistas — tão ativos atualmente no Brasil e tão sistemáticos em seus esforços para estimular uma espécie de religião

nacionalista entre os brasileiros, principalmente entre os membros das Fôrças Armadas — em sua ânsia de liquidar todos os remanescentes da “Política de Boa Vizinhaça”. Agora, dizem êles, a “alta finança” anglo-americana da “pior espécie” está livre para fazer o que bem entende na América Latina e, conseqüentemente, esta deve intensificar seu nacionalismo econômico a fim de proteger-se contra êsse tipo perigosamente imperialista de “big business”.

Outros nacionalistas dizem que a Europa e a África recebem assistência técnica e financeira de um tipo que os latino-americanos não deviam reecar e sim aplaudir, como realmente benéfico para suas jovens indústrias e sua agricultura arcaica. Uma atitude contraditória, mas que parece indicar a existência, latente em latino-americanos, de um sentimento de solidariedade quanto aos anglo-americanos. Sentimento que reage de uma maneira um tanto ou quanto feminina — repita-se — ante aquilo que parece a alguns latino-americanos como uma espécie de deslealdade masculina dos Estados Unidos em relação, às repúblicas irmãs do Sul, negligenciadas em benefício da Europa, Ásia ou África. Essa situação psicológica, que faz com que alguns latino-americanos sintam nostalgia de F. D. Roosevelt (e êste é apenas um dos aspectos de um complexo problema) não devem ser desprezados pelos anglo-americanos, mas sim estudados cuidadosamente e, se possível, não apenas através de estatística, mas também com métodos psicológicos, mais sutis que os estatísticos. Psicológicos e ecológicos, pois, sendo uma civilização européia desenvolvida nos trópicos, adaptada aos trópicos, alterada pelos trópicos, talvez até deformada sob certo respeito, e em outros reformada, pelos trópicos, o Brasil precisa ser estudado, analisado e interpretado à luz da sua situação tropical.

Preeminente líder do comércio brasileiro, Basílio Machado, de São Paulo, expressou de modo interessante a atitude de grande número de homens de negócio brasileiros em relação ao que êles consideram o abandono do Brasil pelos Estados Unidos em troca de uma política de crescentes concessões de vantagens à África tropical. Basílio Machado antecipou a possibilidade de o Brasil se recusar a colaborar com os Estados Unidos em uma crise internacional como aquela de 1941, pois se isto acontecesse os Estados Unidos deveriam solicitar aos africanos, e não aos brasileiros, a cooperação militar e a concessão de bases aéreas e navais, com a conseqüente perturbação para a vida de uma sociedade nacional que tais concessões acarretam. Posição semelhante foi adotada

por Lourival Fontes, auxiliar direto de Vargas e hábil especialista em problemas internacionais sob o ponto de vista brasileiro. Tais fatos indicam que a atual ianquefobia no Brasil tem suas fontes alheias à propaganda russo-comunista — e ùltimamente também chinesa-comunista — nos países tropicais. Os erros praticados pelos Estados Unidos em relação ao Brasil servem tanto para estimular a ianquefobia como a propaganda hàbilmente manipulada pelos comunistas contra os “ianques imperialistas” como se a Rússia Soviética não fôsse, hoje, um poder francamente imperialista e a China não pretendesse ser um terceiro.

De acôrdo com um escritor anglo-americano, Charles Morrow Wilson, em seu livro *The Tropico: World of Tomorrow* (Nova York, 1951), os trópicos inevitavelmente terão muita influência quanto à decisão de quem virá a ser o líder do mundo de amanhã; se Estados Unidos, se a Rússia Soviética. Diz êle: “Pelo menos há vinte anos que o pensamento e a estratégia do Comintern tendem a aceitar esta verdade”. Daí, uma sistemática política do Kremlin em penetrar nos trópicos e “dominá-los, não através de complicadas atividades comerciais ou conquistas, mas implicitamente, por palavras e gestos pela exploração de ofensas, preconceitos e emoções, e outros artifícios soberbamente hábeis”. Claro que esta política tropical inclui o Brasil, que pode ser considerado como uma China tropical, ou melhor, a China tropical. Conseqüentemente, tal como aponta Wilson, nas páginas finais de seu livro, falando sob o ponto de vista dos Estados Unidos, “chegou a hora de agir acertadamente e de olhar para o Sul”. Isto é, para a América do Sul tropical.

Já estarão os Estados Unidos agindo acertadamente em relação ao Brasil? Dificilmente se encontrará um só brasileiro que responda de modo favorável à pergunta. A maioria — mesmo aquêles conhecidos como amigos sinceros dos Estados Unidos — pensam que o seu país foi, e continua sendo, usado pelos anglo-americanos em benefício de suas finalidades estreitamente nacionais, sem reciprocidade ou sem qualquer consideração especial pela tradicional política brasileira de cooperação com a República do Norte. Alguns brasileiros têm chegado à conclusão de que a Argentina vem sendo muito mais feliz na política que adotou frente à América do Norte: uma política de dureza, arrogância, “realismo” brutal. Acham os argentinos que sua política é muito mais produtiva do que a dos brasileiros. Acham que os Estados Unidos tomam o desejo dos brasileiros de cooperar como uma submissão passiva que leva os anglo-americanos a considerarem nosso país

como nação submissamente amiga, dando, assim, facilidades às nações tropicais que seguem o método argentino de tratar os Estados Unidos, negadas ao Brasil<sup>(1)</sup>.

Talvez haja uma dose de acêrto em tais argumentos, e existem fatos que parecem apoiá-los. Uma coisa é certa: pela primeira vez, na história das relações do Brasil com os Estados Unidos, a ianquefobia entre os brasileiros se está transformando num fator poderoso. A famosa carta anti-Estados Unidos assinada por Vargas antes de sua trágica morte — digo assinada somente, pois a carta está tão mal escrita, é tão grosseiramente demagógica, tão deficiente daquelas qualidades que fizeram Vargas admirado, que, tendo-o conhecido e estimado pessoalmente, recuso-me a acreditar que êle próprio a tenha escrito — contribuiu muito para intensificar a ianquefobia no Brasil. Chegou a hora de os Estados Unidos mandarem para o Rio de Janeiro embaixadores excepcionalmente hábeis — homens como Ewin Morgan, que unia grande encanto pessoal ao profundo conhecimento de nossos problemas econômicos e sociais — a fim de evitar que o Brasil continue a ser uma China Tropical, em alguns dos indesejáveis aspectos do conceito.

A ianquefobia se está transformando em algo de religião entre aqueles brasileiros mais predispostos a cair vítimas dos apelos emocionais. Com relação a êsse ponto, Vargas tornou-se, depois de sua morte muito mais do que em vida, o exemplo clássico do líder carismático de definição sociológica de Max Weber: aquele que surge numa época de intranquilidade no princípio de um movimento revolucionário, emocional e sectário. Vargas encontrou aderentes, como um típico líder carismático encontraria em qualquer parte do mundo: aderentes que acreditaram fôsse êle o único a saber exatamente aquilo de que o Brasil precisava. E, de acôrdo com alguns nacionalistas brasileiros, nada continua mais importante do que o fato de o Brasil ser explorado pelos Estados Unidos sob o disfarce da amizade. Daí a atitude dêsses nacionalistas sectários que, sem serem comunistas, reclamam para o

---

(1) Em *Um Estadista da República* (Rio, 1955), o Prof. Afonso Arinos de Melo FRANCO assinala um exemplo significativo de situação em que os Estados Unidos se recusaram a tomar o partido do Brasil em um problema internacional, tratado pelo Ministério das Relações Exteriores com sua maneira tradicionalmente suave para, logo após essa recusa, agir em favor da Argentina em situação idêntica (III, 1.517-23). Daí o falecido Senador Lourival FONTES em seu *Discurso aos Surdos* (Rio, 1955), ter argumentado a favor da adoção, pelo Brasil, de uma política internacional que fôsse mais além da nossa tradicional "cortesia" (p. 34).

Brasil uma posição semelhante à da China, isto é, uma posição de resistência agressiva contra os Estados Unidos e de receptividade tolerante com relação à Rússia Soviética, o único poder rival dos Estados Unidos no mundo atual.

Um fato porém deve ser levado em consideração com respeito à mística anti-Estados Unidos no Brasil de nossos dias, como parte de uma projeção do carisma de Vargas sobre grande parte da população brasileira; carisma intensificado pela sua trágica morte. Esse fato é ter êle reduzido o comunismo, no Brasil, a um movimento cuja única esperança de alcançar o poder residiria na sua infiltração no Exército, na Marinha e na Aeronáutica. Como fôrça entre os proletários e os pobres, o culto de Vargas tornou-se muito mais importante do que o comunismo; e talvez que para chegar a êsse ponto o varguismo tivesse que suplantir o comunismo em sua hostilidade contra os Estados Unidos, como símbolos, que seriam da pior espécie do “capitalismo burguês” e de “imperialismo”.

Além de Vargas, outros líderes mais ou menos carismáticos vêm surgindo no Brasil moderno. Um médico que se tornou político, coisa rara no Ocidente mas não no Oriente — e neste como em outros pontos o Brasil apresenta surpreendente semelhança com o mundo oriental — empenhou-se a fundo, como Presidente da República brasileira, em fundar uma nova capital bem no centro do país. Foi uma tarefa monumental na verdade, e suas fundações foram de fato definitivamente lançadas pelo Dr. Juscelino Kubitschek, durante o seu período presidencial. Por essa sua realização transformou-se o astuto político numa figura histórica quando ainda um môço. Com seus traços fisionômicos que lembram os de um chinês ou oriental com treinamento europeu ou anglo-americano — e de fato êle tem sangue não-europeu misturado ao europeu — até no físico tornou-se o Dr. Kubitschek para não poucos brasileiros uma espécie de líder nacionalista, capaz de substituir, sob certos aspectos, o desaparecido Vargas. Mas só sob certos aspectos.

O plano de estabelecer a capital brasileira no planalto central implicou uma série de complexos problemas, alguns dos quais ainda se fazem sentir na vida nacional do Brasil. Os trabalhos urbanísticos foram entregues a dois dos mais brilhantes arquitetos do Brasil moderno: Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Alguns críticos, porém, acham que os problemas urbanísticos de caráter sociológico não foram devidamente cuidados, apesar de um dos assistentes do arquiteto Lúcio Costa declarar que a idéia de um sociólogo brasileiro de que as cidades necessitam de zonas espe-



cialmente destinadas à “interpenetração social” mereceu a consideração daqueles arquitetos ao planejarem a nova cidade: mas não souberam, entretanto, pô-la plenamente em prática. Ainda não se ouviu falar de planos relativos à imigração de agricultores europeus — agricultores para áreas tropicais, como os portugueses da ilha da Madeira, por exemplo — para prover às necessidades da nova capital estabelecendo-se com mais vantagem cultural que japoneses, como comunidades de famílias — oportunidade ideal para êste tipo de colonização numa parte quase virgem do Brasil tropical. É possível que agricultores japoneses realizem tecnicamente a tarefa de abastecer Brasília; já a estão realizando. Mas os portugueses da ilha da Madeira seriam ideais, combinando sua aptidão técnica de lavradores de terras difíceis com a capacidade de colaborar com os brasileiros na autocolonização do Brasil central.

Numerosos outros problemas de relevância social, para cuja solução deveriam ter sido consultados antropólogos, sociólogos, economistas, psicólogos e educadores, parecem ter sido de todo negligenciados, na construção de Brasília, explicando-se, assim, enormes erros cometidos pelos políticos — pelo Dr. Kubitschek, principalmente — com a ajuda exclusiva de arquitetos. Talvez os atuais líderes chineses e orientais estejam mostrando bem mais inteligência em relação ao tratamento dêsses problemas do que os políticos brasileiros, que, em sua maioria, ainda não perceberam que a tarefa de modernizar uma China tropical como o Brasil, é, sob certos aspectos, muito complexa, tarefa que pede assessôres múltiplos.

Torna-se necessária uma visão mais ampla dos problemas e também uma técnica de planejamento semelhante àquela adotada pelos Estados Unidos em relação ao Vale do Tennessee. E dos Estados Unidos é o exemplo de Suas Excelências os Presidentes da República serem assistidos por homens de gênio ou de excepcional saber em várias especialidades.

Tal como na China, a industrialização no Brasil vem significando para grande parte da população camponesa o “deslocamento físico e espiritual (...) que destruiu instituições existentes”, conforme o definiu um técnico anglo-americano em problemas não-ocidentais, em livro recente: *The Nature of the Non-Western World*(2). Na China, de acôrdo com o mesmo observador, tais

---

(2) Capítulo II, *The Nature of the Non-Western World*, Nova York, 1957, por Vera Micheles DEAN. Livro bastante interessante, apesar de deficiente em relação à América Latina.

deslocamentos deixaram um “vácuo” no qual o comunismo “mostrou-se o mais poderoso elemento de reintegração”. Terá o Brasil de depender de uma solução tão radical e violenta para a solução, nesse setor de seus problemas de reintegração social? Uma análise objetiva do problema indica diferentes meios para os brasileiros alcançarem a reintegração entre as atividades rural e urbana, industrial e agrária. Aqui, como em face a outras dificuldades, a escolha será não “ou isso, ou aquilo”, mas sim uma política complementar para a qual um estudioso brasileiro do problema adaptou, do idioma inglês, a palavra “rurban” dando-lhe uma denotação nova e mais ampla do que a que tivera até então e emprestando-lhe um sentido de ajustamento dinâmico entre dois aparentes contrários. Uma política rurbana, seria essa.

Assim, o Brasil desenvolveria, talvez de forma mais dinâmica do que a China, — pois sua população está numa condição mais plástica do que a chinesa, — uma civilização mais “rurbana” do que a dos Estados Unidos. Pois êsse desenvolvimento se beneficiaria de facilidades técnicas ultramodernas que favorecem a descentralização das indústrias, com modernismos que só são hoje vantajosamente associados a cidades nascidas de comunidades rurais: inclusive na União Soviética com as agrovilas.

A transferência da capital do Brasil, do Rio de Janeiro para Brasília, seria um passo decisivo para o desenvolvimento do Brasil como civilização “rurbana” do tipo mais dinâmico, tendo a agricultura e a indústria como atividades complementares e não antagônicas como sempre foram no Brasil e têm sido em outros países. Isto constituiria um freio à tendência de alguns líderes brasileiros de transformar a “industrialização” e a “independência nacional” em uma causa simples em vez de complexa, messiânica, em vez de esforço em que o bom senso se junte à tecnologia, as ciências sociais às técnicas mecânicas. E não é assim.

A experiência brasileira já é prova daquilo que Eugene Staley escreve em *The Future of Underdeveloped Countries*: “a não ser que a agricultura se modernize substancialmente, a expansão industrial em muitos países subdesenvolvidos será em breve favoravelmente limitada pela falta de mercados, pois a grande maioria da população não terá o indispensável poder aquisitivo”. Palavras que não devem ser esquecidas pelos atuais líderes latino-americanos.

Apesar de ter sido aparentemente um entusiasta absoluto da industrialização, Getúlio Vargas estava convencido de que, por si só, não era essa a solução para uma “China tropical” como o Brasil. Alguns dias antes do suicídio de Vargas seu secretário

telefonou-me, do Rio para o Recife, dizendo-me que o Presidente queria me ver imediatamente. Era muito urgente. Tomei o primeiro avião, e cheguei ao Rio, fui logo recebido por Vargas, com quem mantinha velha amizade pessoal, apesar de não possuímos muitas afinidades políticas. O Presidente desejava que eu realizasse uma missão que considerava importantíssima sob o ponto de vista brasileiro ou nacional: mais importante do que qualquer outra de caráter construtivo que se pudesse pensar no momento. Que eu não receasse tratar-se de missão política. Muito ao contrário, a missão pairava de todo acima da política. O Presidente planejava executar imediatamente uma reforma agrária — ou uma série de reformas agrárias no Brasil. A reforma significaria a modernização da agricultura e a descentralização das indústrias, projeto que (êle bem sabia) eu julgava essencial ao Brasil. Além de sugestões ou idéias, o Presidente me pedia que eu fôsse o chefe de um organismo nacional que seria mais importante — frisou êste ponto — do que qualquer Ministério, oferecendo ao Governo a base para uma política de imigração, colonização e autocolonização. Concordava comigo em que nada poderia ser feito quanto a uma reforma agrária sem imigrantes europeus do “tipo adequado” que permanecessem ligados ao solo como lavradores. Êle também estava de acôrdo comigo quanto ao valor dos nordestinos como autocolonizadores.

Refiro-me a êsse episódio apenas, para indicar que Vargas tinha uma clara visão dos problemas brasileiros mesmo quando no fim de sua carreira, já não passava de um político cercado por políticos, alguns dos quais viam nêle apenas o líder carismático de que necessitavam para se manterem no poder. E o meio mais fácil para os políticos no Brasil permanecerem no poder era então — e continuou sendo até há pouco — o de serem, ou darem a aparência de serem estreitamente nacionalistas, encarando a industrialização como panacéia e manobrando com o comunismo. Um desses políticos tornaria possível, quando no poder, aos comunistas do tipo sectário que seguiam as instruções russas — e agora são tão pouco influentes entre os intelectuais, estudantes e trabalhadores no Brasil, a ponto de serem por alguns desses elementos, desprezados — a tentarem assumir o contrôle do país pela penetração de seus agentes no Exército, na Marinha e na Aeronáutica. Evidentemente, isto significava um risco imenso para o Brasil, quer o político manobrista fôsse um Jânio Quadros, quer um João Goulart, suscetível de tornar-se um passivo Kerensky. Uma aventura dêste tipo acarretaria a repetição do sangrento episódio

de 1935, liderado por um comunista brasileiro, treinado na Rússia, êle próprio ex-oficial do Exército brasileiro. A técnica então adotada — russo-asiática — despertou profunda indignação entre os brasileiros; mesmo aquêles que eram simpatizantes de ideologias comunistas ou quase comunista-esquerdistas. Isto ocorreu — repita-se — em 1935. Pequenos grupos de comunistas sectários, sob o mesmo encantamento russo-asiático ou chinês ou cubano vêm pretendendo aproveitar-se, no Brasil como noutros países latino-americanos, dos atuais líderes políticos — políticos que julgam poder utilizar-se de comunistas, quer contra o “imperialismo ianque”, quer contra os liberais que êles consideram do tipo *démodé*, num jôgo fácil porém perigoso. Diga-se de passagem que quanto a alguns dêsses *bourgeois* liberais ou liberalóides estão certos: são realmente *démodés*.

O comunismo, especialmente o de tipo oriental ou asiático, não seria a solução para os problemas brasileiros. A civilização brasileira apesar de não ser exclusivamente européia, com o apresentar-se sob formas passivamente subeuropéias, é por demais ocidental, e, sob o ponto de vista sociológico, cristã demais — à revelia, aliás, de um poder clerical que no Brasil quase não existe como tal — para admitir semelhante solução. Mais do que outras nações recentes, como a Índia, o Paquistão ou o Ceilão, o Brasil oferece expressivo exemplo de mistura de idéias, costumes e tradições européias e não-européias, com a predominância das européias e ocidentais sôbre as demais. Aquilo que já foi dito a respeito da Índia e do Paquistão — de que sua mistura de idéias não-européias com idéias ocidentais de bem-estar social, em uma síntese funcional, representaria “o mais significativo desafio até hoje descoberto contra o totalitarismo comunista” — também se pode aplicar, com muito mais razão, ao Brasil: um Brasil que procura solução própria para seus problemas, solução que socialmente já começa a se mostrar como síntese funcional dos elementos europeus e não-europeus de sua civilização. Sômente no aspecto político é que essa síntese parece atualmente mostrar grandes deficiências pelo excesso na adoção de modelos europeus ou anglo-americanos à revelia de situações em grande parte extra-européias.

Entretanto, mesmo sob êste aspecto, a atual situação brasileira, apesar de abalada por uma quase trágica ausência de hábil liderança política, é bastante plástica para admitir um reajuste entre o pensamento avançado em relação às forças de trabalho e aos seus direitos — avançado aqui não traduz comunismo — e um

esfôrço sério em benefício da industrialização e de mecanização da agricultura, no qual a chamada livre-empresá: poderá participar ativamente.

Neste ponto a Constituição de 1946, foi sábia: o parágrafo inicial do capítulo referente à “ordem social e econômica” representa inteligente conciliação entre aquêles que querem dar ênfase à chamada “valorização” do trabalho e aquêles que desejam enfatizar a livre empresá. Como membro independente da Assembléia Nacional incumbida de elaborar a nova Constituição para o Brasil — inteira independência de qualquer partido político, grupo econômico ou seita ideológica, pois foi eleito graças à iniciativa de estudantes universitários —, o autor dêste livro tomou parte que considera decisiva na redação do citado parágrafo, extremamente importante para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Sente-se feliz em ter, naquela altura, derrotado uma versão brasileira do “justicialismo” à la Perón; mas sente-se feliz, também, em ter contribuído para derrotar excessos de “livre empresá”, inteiramente antagonicos ao “Wellfare State”, em um país como o Brasil.

Embora soe como um paradoxo sociológico, o Brasil precisa dos dois. O conflito entre o desejo de preservar “valôres tradicionais” e o desejo de viver em harmonia com “as condições do século XX”, que vem sendo observado por grande número de estudiosos de países não-ocidentais, não é próprio apenas dos povos orientais ou africanos; também pode ser encontrado entre os brasileiros e outros latino-americanos. E uma das expressões dêste conflito pode ser vista numa ianquefobia que identifica os Estados Unidos com um capitalismo tido como desrespeitoso de tudo, que não corresponde a seus fins imediatos e imperiais, inclusive do desenvolvimento cultural dos trabalhadores que, como desenvolvimento cultural, não significa lucro para os capitalistas.

Alguns estudiosos brasileiros da situação de seu país estão convictos de que será possível desenvolver, no Brasil, uma civilização moderna em seu aspecto técnico que não seja, entretanto, nem subeuropéia nem subianque em aspectos não-tecnológicos, através da conciliação do desenvolvimento técnico com alguns dos valôres tradicionais característicos do Brasil e que podem ser preservados quer por operários, quer por outros elementos da produção nacional. Alguns dêstes estudiosos entendem essa civilização — própria do Brasil, no Hemisfério Ocidental, propriedade que não implica ausência de afinidades com outras repúblicas da América — como uma civilização luso-tropical que, se reconhecida como tal, seria uma vasta civilização ainda mais extensa que a da

China — na América, na África, no Oriente, nas ilhas do Atlântico, e na própria Europa, ocupando espaços tropicais ou quase tropicais. Se uma civilização assim unificada está realmente sendo desenvolvida, então o Brasil pode ser considerado como o líder em potencial de um dos sistemas de civilização mais significativos do mundo moderno. Uma China tropical cuja extensão é considerável e cuja língua — a portuguêsã — é hoje falada por mais de cem milhões de bôcas.